

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

João Batista Teófilo Silva

Imprensa, ditadura e abertura política

Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo* (1974-1985)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

João Batista Teófilo Silva

Imprensa, ditadura e abertura política

Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses *Correio da
Semana* e *O Povo* (1974-1985)

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social sob orientação da Prof.^a Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto.

São Paulo

2015

Banca Examinadora

Dedicatória

A José Alfredo Silva, pelo estímulo à vida intelectual e pelo exemplo de amor e vida.

AGRADECIMENTOS

O percurso de uma produção intelectual é atravessado por pessoas das mais diversas, que são determinantes para a trajetória de uma formação acadêmica e mesmo pessoal. Ao longo do tempo que culminou nesta dissertação de mestrado, contei com a ajuda de pessoas especiais e instituições que iluminaram o meu caminho e a quem sou grato, hoje e sempre.

À minha família, que mesmo à distância, soube ser presença em amor incondicional, apoiando as minhas empreitadas e tornando meu caminho mais apazível.

Ao Paulo Matheus Borges Esteves, pela cumplicidade e pelo apoio, em quem sempre encontro palavras estimulantes e incentivos para acreditar em meu próprio trabalho e seguir adiante.

À família Caetano que tão bem me acolheu em São Paulo, sou grato a Afonso, Guilherme, Helena, Laura, Lígia, Lucas e Terezinha.

À Louise Brandão, amiga prestimosa que se mostrou solidária desde a construção do projeto de pesquisa, sou grato pelo apoio e paciência.

À minha orientadora, Prof.^a Maria do Rosário da Cunha Peixoto, sou grato pelo aprendizado, pelo companheirismo, pela leitura cuidadosa e arguta do meu trabalho, por ter propiciado uma experiência inesquecível e ter me incentivado a pensar muitas outras dimensões no campo da História.

Aos amigos que conheci no Mestrado e com quem muito aprendi, sou grato à Cléo Nascimento, Daniella Bertolani, Kiki Cardoso, Ana Annoni, Fabio Moraes, Giovane Pasuch, Mariana Soares e Fernando Terron.

Aos amigos que conheci na PUC-SP e com quem vivi momentos inesquecíveis, sou grato a Vinícius Flauaus pelas conversas e pelos cafés na Prainha que deixarão saudades. Ao Gabriel Canfield, pelas tardes e noites regadas a Chico Buarque, cerveja e uma tristeza infantil por não termos nascido cariocas. Vocês transformaram a rotina atribulada de um mestrando menos árdua e mais feliz.

Aos amigos do Núcleo de Estudos Culturais: Histórias, Memórias e Perspectivas de Presente – NEC, da PUC-SP, em especial Marilu Cardoso e Sandra Portuense.

Aos amigos historiadores pelo apoio durante a realização desta pesquisa, a quem recorri por diversas vezes em momentos de dúvida e que contribuíram com questões importantes, sou grato a Luiz Carlos Villalta, Bruno Leal, Edvanir Maia, Viviane Bezerra, Telma Bessa, Vera Lúcia Silva, Airton de Farias e Rabelo Filho.

Aos professores e professoras da PUC-SP, com quem tive o prazer de aprender e que foram determinantes para a minha formação, agradeço à Estefania Knotz Canguçu Fraga, Luiz Antonio Dias, Olga Brites e Amílcar Torrão Filho. Os méritos deste trabalho também são deles.

Às professoras Heloisa de Faria Cruz e Marta Emisia Jacinto Barbosa, sou grato pelas valiosas contribuições quando do exame de qualificação, que foram determinantes para a construção deste trabalho. Sou grato ainda à professora Heloisa pelas valiosas discussões em sala de aula sobre os estudos acerca da ditadura no Brasil, que me impulsionaram a lançar muitas questões às fontes e repensar tantas outras.

À amiga Lúcia Alencar Lima, do Instituto Frei Tito de Alencar, sou grato pelo estímulo e parceria na luta por memória, verdade e justiça que vem sendo feita no Brasil.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, sou grato pelo financiamento desta pesquisa, que me possibilitou dedicação integral ao trabalho.

À PUC-SP, sou grato às suas diversas instâncias e ao ambiente acadêmico estimulante. Tenho orgulho de tê-la em minha trajetória profissional e em minha experiência de vida.

À *Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Ceará*, na pessoa do jornalista Eliézer Rodrigues, que muito gentilmente compartilhou comigo os resultados da investigação realizada pela comissão e tantas outras informações relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sou grato à Zuleika Ximenes Viana e Padre João Batista Frota, que compartilharam comigo suas experiências no jornal *Correio da Semana*; sou igualmente grato a Pedro Henrique Antero, do jornal *O Povo*, que forneceu pistas importantes para esta pesquisa ao compartilhar sua experiência no jornal.

Sou grato ao jornalista Plínio Bortolotti, Diretor Institucional do *Grupo de Comunicação O Povo*, pela gentileza com que sempre respondeu meus *e-mails* quando o procurei em buscas de respostas.

Por fim, devo agradecer aos amigos de uma vida inteira, que de perto ou à distância, acompanham e apóiam meus projetos: Aline Donato, Miúcha Paiva, Sofia Constance, Manuel Aragão, Wallace Ramos e Fábio Silveira.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a atuação dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo*, durante a conjuntura de lutas que marcou o processo de redemocratização no Brasil entre os anos de 1974 e 1985. Busca, igualmente, compreender o papel desempenhado por esses jornais na consolidação do projeto de abertura "lenta, segura e gradual". Pensar a atuação da imprensa como prática social e ingrediente dos acontecimentos históricos, permite compreender o papel que desempenha na constituição de memórias, na construção do consenso e nas lutas por hegemonia, estabelecendo alianças com forças políticas em diversas conjunturas. Não se trata de compreender a atuação desses jornais a partir de meros discursos, como se esses estivessem deslocados das lutas que buscam intervir no social. Mas compreendê-los como linguagem constitutiva do social que defende projetos, articula pactos políticos e indica perspectivas de passado, presente e futuro. Os estudos sobre a atuação da imprensa brasileira durante a ditadura civil-militar, centralizados em jornais pertencentes aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, muitas vezes tendem a simplificar o processo histórico a partir da atuação de poucos jornais, homogeneizando questões que são muito mais complexas. As reflexões desta pesquisa buscam oferecer novas contribuições às visões de algum modo generalizadas, que reduzem o papel da imprensa brasileira à atuação de alguns poucos jornais que, apesar de suas importâncias, estão longe de representar uma experiência histórica que é mais complexa. Pensando os consentimentos, os atritos e as ambivalências que permeiam a atuação desses jornais, este trabalho busca mostrar que nem sempre a imprensa brasileira esteve nutrindo relações de apoio à ditadura, para, depois, passar para o campo das oposições. As relações de apoio, marcada também por atritos, não se resumem a confortáveis dicotomias de *a favor* e *contra*. Tais relações, mais complexas, permitem pensar no papel que a imprensa desempenhou na consolidação da ditadura e na construção do seu projeto de abertura política, como relevam facetas de um projeto de poder ditatorial que não foi simplesmente imposto em 31 de março de 1964, mas que foi construído a partir de alianças dos militares com setores civis da sociedade, entre os quais os jornais *Correio da Semana* e *O Povo*.

Palavras-chave: ditadura; imprensa; abertura política; redemocratização; Ceará.

ABSTRACT

This work tries to understand the actions of Ceará's newspapers *Correio da Semana* and *O Povo* within the fight for redemocratization conjuncture between 1974 and 1985. It also tries to understand the role played by these newspapers in the consolidation of the opening process "slow, gradual and safe". It faces the role of the press as a social practice and an ingredient for historical events, allowing us to understand the role that the press plays in the formation of memories, in building consensus and in the struggles for hegemony, establishing alliances with political forces in various situations. This is not about understanding the actions of these newspapers from mere speeches, as if these were not part of the events that sought to intervene in the social. But it is about understanding these actions as a social constitutive language that tries to defend social projects, articulate political pacts and indicate perspectives from the past, present and future. The studies on the performance of the Brazilian press during the civil-military dictatorship, centralized in newspapers from the states of Rio de Janeiro and São Paulo, often tend to simplify the historical process from the actions of few newspapers, homogenizing issues that are way more complex. The reflections of this research try to provide new contributions to the generalized views, that reduce the role of the Brazilian press to a few newspapers which, despite their importance, are far from representing a historical experience that is more complex. Reflecting about the consents, friction and ambivalences that permeate the work of these newspapers, this research seeks to show that it has not been always that the Brazilian press has nurtured supportive relationships with the dictatorship to then move to the opposition field. The supportive relationships also marked by friction, not sum up in comfortable dichotomies as in favor and against. Such relationships, more complex, lead us to thinking on the role the press played in consolidating the dictatorship and in building its political opening process as revealed within the many facets of the dictatorial project, which was not simply imposed on March 31, 1964, but built from the military alliances with civilian sectors of society, including the newspapers *Correio da Semana* and *O Povo*.

Keywords: dictatorship ; press; political openness ; redemocratization ; Ceará.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – CONSTITUINDO MEMÓRIAS: a invenção do passado e a construção do presente	40
1.1 – Revisitando a “revolução” de 1964 em tempos de abertura política: memórias sobre o Golpe e a Ditadura	40
1.2 – A teatralização da democracia ou a democracia imperfeita em tempos de abertura política	57
Capítulo 2 – ZONAS CINZENTAS DE UM TEMA: consentimentos, críticas, atritos e ambivalências	84
2.1 – “Desviando” a rota	84
2.2 – Os direitos humanos em pauta: torturas, mortes e os desaparecidos políticos	97
2.3 – Censura, autocensura, conivências... ..	112
2.4 – Dando voz às tensões entre Igreja Católica e Ditadura	132
Capítulo 3 – DISPUTAS EM CENA: imprensa, abertura política e as lutas por (re)democratização	140
3.1 – O projeto de abertura política e os jornais <i>O Povo</i> e <i>Correio da Semana</i>	140
3.2 – A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, e a Lei de Anistia de 1979	170
3.3 – Sacudindo o fim dos anos 1970: o novo movimento sindical	188
3.4 – Prenúncio do fim: a campanha “Diretas já”	199
Considerações finais	217
Fontes	221
Referências Bibliográficas	222

INTRODUÇÃO

As relações entre a imprensa brasileira e a ditadura civil-militar¹ têm se revelado um terreno profícuo para reflexões diversas para se compreender o período, sendo imprescindíveis as questões que constituem suas tramas históricas e as forças políticas que atuaram na construção do consenso² - que não pressupõe unanimidade - e do consentimento em torno do regime.

Os estudos do tema, frutos de reflexões feitas não somente por historiadores, mas, também, por sociólogos e jornalistas, ainda se restringem, sobretudo, a jornais pertencentes aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. *O O Globo, Correio da Manhã, Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, são veículos de algum modo “clássicos” nos estudos que envolvem imprensa e ditadura.

Há, ainda, os estudos relativos à chamada imprensa alternativa, que tinha como traço comum uma oposição intransigente à ditadura. Na visão de Kucinski,³ tal imprensa seria alternativa porque não ligada às políticas dominantes; de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes e de única saída para uma situação difícil. Nessa seara, destacam-se os estudos sobre os jornais *O Pasquim, Movimento, Opinião...*

¹O uso do termo civil-militar para designar o regime, está longe de ser um consenso entre os historiadores. Há aqueles que o classificam tão somente como militar, e outros que enfatizam o papel de setores civis na sua constituição. Entendo que essas adjetivações não podem significar, em absoluto, questões resolvidas e acabadas. Apontar a existência de um ou outro termo implica desvendar os sujeitos históricos que os constituem, clarificando os nexos reais entre sociedade civil e regime. Assim, são pontos de partida e não de chegada. Portanto, ao assumir, ao longo deste trabalho, o uso do termo civil-militar, estou ciente de que, de uma maneira geral, há muito que se esclarecer a respeito do papel dos civis na ditadura, nomeando-os. Por outro lado, a presença de setores civis no golpe e na ditadura é uma questão incontestada, o que me leva a crer que adjetivar o regime tão somente como militar simplifica o processo histórico e impede de compreender a ditadura como uma construção social não alheia aos setores civis da sociedade, mas, antes, também composta por eles.

²Faço uso do conceito de consenso nas reflexões aqui desenvolvidas, a partir das proposições feitas por Daniel Aarão Reis, para quem: “O conceito de *consenso* (...) para compreender as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime”. REIS, Daniel Aarão. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387.

³KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 13.

Este trabalho, entretanto, busca ampliar as perspectivas sobre o tema, lançando luz sobre outras experiências sociais ainda não exploradas pela historiografia, a fim de se perceber a multiplicidade dos lugares de fala, dos enunciados de memórias e, quiçá, enriquecer os debates sobre o tema. Partindo desse pressuposto é que a presente pesquisa busca compreender a atuação dos jornais cearenses *Correio da Semana* e *O Povo* durante a ditadura civil-militar, no contexto marcado pela abertura política (1974-1985), assentada na perspectiva do *colaboracionismo*.

O recorte temporal compreende o período da ditadura durante os governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, nos quais o regime apresentou à sociedade suas intenções *distensionistas*, e muitos grupos de oposição ao regime se articularam e ganharam visibilidade, impondo uma agenda de mudanças ao país, com pautas diversas, fazendo um contraponto à abertura lenta, segura e gradual defendida pela ditadura.

Com isso pretende-se, a partir das reflexões contidas nesta pesquisa, oferecer uma alternativa às visões de algum modo generalizadas, que reduzem o papel da imprensa brasileira durante o período ditatorial tão somente à atuação de alguns poucos veículos, que, ainda que tenham inegável influência e protagonismo nos debates que constituíram a agenda pública do período, estão longe de representar uma experiência histórica que é mais complexa e ainda com muitas questões objeto de reflexões. Tais generalizações tendem a *equacionar* o passado. A pretensão desta pesquisa, pelo contrário, é pensar esse passado em suas complexidades, suas questões em aberto, suas zonas cinzentas para além do preto e branco.

Como nos outros estados, o Ceará representou um esteio importante para a consolidação da ditadura. Figuras de destaque, na capital e no interior, constituíram um pilar importante para legitimar a ditadura no estado, consentindo com o autoritarismo, a repressão e o teatro democrático forjado pelos golpistas vitoriosos em 1964.⁴

As administrações estaduais durante o período constituíram o chamado *ciclo dos coronéis*,⁵ pois a política cearense era compartilhada pelos coronéis do Exército Virgílio

⁴Para uma melhor compreensão das relações de apoio desenvolvidas no Ceará durante a ditadura, consultar: FILHO, José Valdenir Rabelo. **A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2014.

⁵A referência a essas administrações estaduais durante a ditadura civil-militar como sendo o ciclo dos coronéis, foi criada durante a campanha ao governo do estado do jovem empresário Tasso Jereissati, ligado ao Centro

Távora, Adauto Bezerra e César Cals.⁶ Esse “ciclo” durou do início dos anos 1970 até meados da década seguinte. Todos fizeram parte da Arena, um partido especialmente forte no Nordeste.⁷ O MDB, embora existisse, não representou um empecilho à consolidação da ditadura no estado. Com a decretação do AI-2 e o fim dos partidos políticos, por exemplo, as duas agremiações políticas que, mais tarde, originariam a Arena e o MDB no estado, e, em teoria, representavam coisas distintas, tinham algo em comum: a defesa da “revolução”.⁸

Em Sobral, cidade que abrigava o jornal *Correio da Semana*, a Arena, igualmente, era um partido forte e de prestígio eleitoral. Todos os seus prefeitos durante o regime fizeram parte do partido da ditadura. Os dois grupos políticos que se revezavam no poder municipal, as famílias Prado e Barreto, embora oposicionistas, faziam parte da mesma Arena, ainda que em sublegendas diferentes.⁹ Isso evidencia, portanto, a força do partido da ditadura na cidade, e seu protagonismo ininterrupto naqueles anos, no comando do executivo municipal. De acordo com a historiadora Edvanir Maia da Silveira¹⁰, o MDB, embora existisse na cidade, apresentava-se muito inerte em seu papel de oposição, uma vez que mantinha boas relações com a ARENA.

Em meio às forças de consentimento ao regime, é possível identificar, no Ceará, grupos de esquerda armada, que atuaram no estado durante os anos 1960 e 1970. Segundo Airton de Farias,

(...) a rigor dois grupos destacaram-se na prática de ações armadas no Ceará, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). (...) outras organizações buscaram também fundar agrupamentos locais, os

Industrial do Ceará (CIC), a fim de diferenciá-lo dos opositores, identificando-os como figuras do atraso na política brasileira. A utilização desta referência é encontrada tanto na historiografia local como no senso comum. GONDIM, L. M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 1998.

⁶Vale lembrar, como exceção, a figura de Plácido Castelo (Mandato 1966/1971), que era um civil, mas, igualmente aos coronéis, era um aliado da ditadura.

⁷Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

⁸A União Parlamentar Revolucionária do Ceará (UPRC) e o Bloco Democrático Renovador (BDR), “(...) se aproximavam, essencialmente, quando destacavam os propósitos de legitimação do “projeto revolucionário” iniciado em fins de março de 1964 com a deposição de João Goulart. Ainda, o apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como “Chefe revolucionário” destacava-se como referencial aglutinador, a alinhá-los à política do Estado autoritário vigente”. FILHO, José Valdenir Rabelo. “As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964: entre consensos e consentimentos”. **Revista Historiar**, vol. 5, nº 9, ano 2013.2, p.89.

⁹Em Sobral, a Arena teve três sublegendas: Arenas I, II e III.

¹⁰SILVEIRA, Edvanir Maia da. “História e cidade: o ‘milagre econômico’ em Sobral-Ce (1968-1973)”. In: **3 Encontro Cultura e Memória - história: cultura e sentimento**, 2007, Recife. 3 Encontro Cultura e Memória. Recife: CFCH - UFPE, 2007. v. único. p. 02.

quais muito embrionários, foram alvos da repressão, ainda que tenham praticado mesmo algumas ações, como no caso da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Frente de Libertação Nordestina (FLNE). Emblemática ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entidade que liderou o movimento universitário cearense em 1968 e que instalou vários campos de treinamento de guerrilheiros no Ceará visando apoiar a futura guerrilha do Araguaia (...).¹¹

Outros grupos de oposição ao regime iriam surgir no contexto da abertura política, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), Comitê Brasileiro de Anistia (CBA-CE), além de movimentos populares, como o Movimento Contra a Carestia, e segmentos ligados à Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.¹²

Setores da imprensa cearense constituíram um dos pilares mencionados.¹³ Compreendendo a imprensa como um segmento social a partir do qual se desenvolve uma ação política¹⁴, há que se considerar que os meios de comunicação também determinam o político, fazendo parte das correlações de forças e das disputas por hegemonia que buscam interferir no social.

Considero, portanto, que o estudo das relações entre ditadura e sociedade civil, pela perspectiva do colaboracionismo – e mesmo da resistência –, encontra na imprensa um elemento de extrema importância que pode nos ajudar a compreender os consensos, os consentimentos e mesmo os atritos que constituem essa seara.

A escolha dos jornais aqui estudados, que, nesta pesquisa, se constituem, concomitantemente, como *fonte e objeto de estudo*, trazem consigo algumas peculiaridades,

¹¹FARIAS, Airton de. **Além das armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, pp. 44-45.

¹²Outros movimentos podem ser consultados em: FARIAS, Airton de. “Capítulo 29: O clico dos coronéis”. In: **História do Ceará**. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012, pp. 404-419.

¹³Os Diários Associados, por exemplo, tinham como superintendente, no Ceará, Eduardo Campos, apontado como “líder da revolução de 64” no Estado. Cf. CARVALHO, Gilmar de. “Trinta e sete anos de pós-fácio”. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense** (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC; Arquivo Público do Ceará, 2006, p. I.

¹⁴Neste sentido, Marilena Chauí faz uma reflexão que considero pertinente para a análise da imprensa como força política. Para Chauí, “(...) há ação política sempre que o poder esteja em questão, isto é, sua legitimidade, de sorte que o Estado não é necessariamente o único pólo que determina o político, mas este também é determinado por todos os pontos pelos quais o poder se manifesta no interior das relações sociais (...) o que se desejaria sugerir aqui é que a ação pode ser considerada política sem que exija para tanto e necessariamente canais institucionais (...)”. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Orgs.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos de Cultura Contemporâneos, 1978, p. 95. Complemento a reflexão de Chauí, atento para o diálogo, os flertes e projetos em comum que, muitas vezes, constituem as relações da imprensa com os canais políticos institucionais, a exemplo do Estado. Essas relações, por outro lado, igualmente podem ser conflituosas.

nas divergências e similitudes, que pretendo pontuar, tentando, embora tarefa difícil, ser sucinto, sem, contudo, retirar-lhes suas essências.

Além da consulta aos jornais, foram realizadas entrevistas com pessoas ligadas ao C.S e ao O.P.¹⁵ Todavia, não se trata de trilhar os caminhos da História Oral, problematizando a memória construída por esses sujeitos no contexto estudado, articulada à trajetória dos jornais no processo de lutas daquele momento. São entrevistas que auxiliam com informações pontuais. Entendo que trabalhá-las a partir da História Oral encaminharia a pesquisa para outros caminhos que não estão entre os seus objetivos, sem contar que demandariam tempo e resolução de questões que poderiam extrapolar os limites impostos a um trabalho desta natureza. Além disso, muitos dos sujeitos que, de fato, poderiam oferecer à pesquisa subsídios no sentido de se problematizar as memórias construídas no presente a respeito da atuação desses jornais, como editores e presidentes, infelizmente, já estão mortos.

Os jornais C.S e O.P são os jornais mais antigos do estado do Ceará ainda em circulação. Ambos vivenciaram momentos distintos da vida política do país. Viram não somente a consumação do golpe de 1964, mas, também, a consolidação e fim da ditadura. O jornal C.S, com o qual já trabalhei em outros momentos¹⁶, tinha forte circulação nas cidades da zona norte cearense durante o período ditatorial, como era forte a influência da cidade de Sobral. De acordo com Rabelo Filho,

Na região Norte cearense, a cidade se constituiu como polo atrativo. Isso por abrigar a sede diocesana regional, por acolher as principais e melhores escolas e centros de formação, por possuir modernas salas de cinema e teatro, por ser detentora de cenário industrial e de comércio atrativo, por sediar as principais agremiações de classe de trabalhadores e intelectuais, dentre tantos outros fatores. Na mesma medida em que se fez palco de grandes investimentos, a cidade se constituiu como vetor irradiador de um suposto lastro civilizatório fomentando pelo Estado autoritário vigente. Fez isso orientando a opinião pública por meio do principal periódico em circulação na região e pelas ondas de rádio, que, além de propagarem os preceitos do catolicismo, realizaram verdadeira propaganda das "benfeitorias" da ditadura.¹⁷

Já o jornal O.P era o maior veículo de comunicação impressa cearense durante a ditadura, ligado à uma elite política com grande relevância no Ceará. É o exemplo cearense dos jornais que se expandiram no Brasil durante o regime. A seguir, alguns pormenores

¹⁵Doravante, utilizarei as siglas C.S e O.P para fazer referência ao jornal *Correio da Semana* e *O Povo*, respectivamente.

¹⁶O jornal *Correio da Semana* foi objeto de estudo durante minha graduação em História.

¹⁷FILHO, José Valdenir Rabelo. *A "Princesinha do Norte" em tempos de autoritarismo*. Op. Cit. p. 145.

explicam as relevâncias desses jornais e suas importâncias como exemplos para se compreender um pouco da imprensa do Ceará durante a ditadura civil-militar.

O jornal C.S, pertencente à Diocese de Sobral,¹⁸ cidade do interior do Ceará¹⁹ distante pouco mais de duzentos quilômetros da capital, Fortaleza, foi fundado em 31 de março de 1918 pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota. Trata-se, portanto, de um jornal católico, com periodicidade semanal, autointitulado como representante da “boa imprensa”.²⁰Essa situação deve ser problematizada, levando-se em consideração a natureza do referido periódico, sua especificidade, e, em certa medida, a própria atuação de setores da Igreja Católica na conjuntura histórica em questão.

Driblando as adversidades do fazer imprensa no interior, o jornal C.S, diferentemente de muitos de seus contemporâneos, mantém-se em circulação até os dias atuais. Quando das comemorações do seu 50º aniversário, em março de 1968, Dom Walfrido Teixeira, à época bispo de Sobral, assim o descreveu, enfatizando a sua linha editorial assentada no catolicismo:

(...) acresce, em nosso caso, tratar-se de um semanário católico e porisso [sic] investido da obrigação de ser apóstolo, primando pela sinceridade cristã, pelo desassombro na defesa do bem, pela independência, ou melhor, pela dependência total à verdade de que é o paladino (...).²¹

Convém lembrar, entretanto, que embora seu público leitor estivesse concentrado na cidade de Sobral, o C.S, no recorte temporal desta pesquisa, circulou igualmente pela Zona Norte do Ceará e até mesmo em alguns estados vizinhos.²² Além disso, o semanário era

¹⁸Saliento que as considerações feitas neste trabalho sobre a atuação do jornal *Correio da Semana* no contexto estudado, não correspondem, necessariamente, à atuação da Diocese de Sobral no mesmo contexto, porque, embora ligados, possuem dimensões mais diversas e complexas, que precisam ser tomadas separadamente, em um estudo mais aprofundado. As considerações que trago sobre a Diocese de Sobral, pontuais, servem muito mais para situar alguns pontos que ajudam a entender o jornal *Correio da Semana*.

¹⁹Durante as décadas de 1960 e 1970, a cidade de Sobral contava com uma população de cerca de 60.000 habitantes, vivendo economicamente em torno do comércio, da indústria, da agricultura e da pecuária. Cf. SILVEIRA, Edvanir Maia da. “A cidade dos ‘coronéis’: história e cultura política em Sobral– Ce (1962-1970)”. In: FREITAS, Nilson Almino de; JÚNIOR, Martha Maria; HOLANDA, Virgínia Célia C. de (Org.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: EdUECE/UVA, 2010, p. 71.

²⁰O surgimento de uma imprensa católica traduz a preocupação da Igreja, sobretudo a partir da proclamação da República e a consequente instituição de um Estado laico, em atalhar o crescimento de uma imprensa considerada ímpia, através da disseminação de conceitos e políticas que definissem o mundo social edificado sob o fundamento do catolicismo, mas não menos comprometida em atuar na dinâmica política da sociedade em que atua. Cf. GONÇALVES, Marcos. “Missionários da ‘boa imprensa’: a revista católica *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, nº55, 2008, pp. 64-65.

²¹Edição comemorativa de 50 anos. Jornal **Correio da Semana**, 14/03/1968, p.1.

²²SILVA, João Batista Teófilo. **Uma história desvelada: A ditadura civil-militar nas páginas do jornal *Correio da Semana* (1694-1970)**. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012, p. 67.

distribuído para as paróquias da região – muitas paróquias ligadas à Diocese de Sobral enviavam corriqueiramente notícias e informes sobre suas atividades, que eram publicados pelo C.S – e para alguns outros assinantes de fora do Ceará, principalmente sobralenses natos que residiam em outros estados do país.²³ Durante o contexto estudado, o C.S era o único periódico existente em na cidade de Sobral.

A forte influência do catolicismo na região me leva a inferir que, tratando-se de um órgão ligado diretamente à Igreja Católica, o C.S tenha se mantido atuante até os dias atuais graças à sua circulação entre os setores religiosos da sociedade. O mesmo não ocorreria com muitos outros jornais, contemporâneos do C.S, que capitularam diante das dificuldades de se fazer jornalismo no interior. Além da receita com as assinaturas, o jornal tinha seus espaços para anunciantes, sendo estes, em essência, de estabelecimentos comerciais da cidade de Sobral, que semanalmente estampavam anúncios de produtos, serviços e ofertas.

À época da ditadura, o C.S era dirigido pelo cônego Egberto Rodrigues, tendo como gerente José Ribamar Coelho. Aqui, cabe um parêntese: além do jornal C.S, a diocese de Sobral dispunha da Rádio Educadora, igualmente dirigida por Egberto Rodrigues. Ambos, jornal e rádio, funcionavam no mesmo prédio.²⁴ Vale ainda lembrar que a Diocese de Sobral, naquele momento, tinha à sua frente o bispo Dom Walfrido Teixeira.²⁵

A postura de Dom Walfrido na conjuntura ditatorial é marcada pela *moderação*, uma vez que o bispo evitava atritos com o regime, portando-se de algum modo diplomático para lidar com situações de conflito envolvendo membros da Diocese de Sobral com a ditadura. Essa postura moderada, de acordo com a historiadora Viviane Prado Bezerra,²⁶ evidencia-se no modo como lidava com os movimentos populares ligados à Diocese durante a ditadura.²⁷ Comparativamente, Bezerra defende que o bispo da Diocese de Crateús, também no Ceará, Dom Frago, *persona non grata* para a ditadura, era "revolucionário", enquanto Dom

²³Informações repassadas por Zuleika Ximenes Viana, funcionária da Diocese de Sobral, que no contexto estudado atuou como secretária no jornal C.S. VIANA, Zuleika Ximenes. Sobral – CE, 12 de junho de 2013. Entrevista realizada pelo autor.

²⁴Ibidem.

²⁵Dom Walfrido, 3º bispo da cidade, esteve à frente da diocese de Sobral entre os anos de 1965 e 1998.

²⁶BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo**: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Sobral-CE: Edições ECOA, 2014.

²⁷A postura moderada do bispo Dom Walfrido é igualmente colocada pelo Pe. João Batista Frota. À época do programa “Encontro com o MEB”, Dom Walfrido recomendava “prudência” a Pe. João Batista nas questões que seriam levantadas por ele no programa, a fim de evitar possíveis atritos com a ditadura. FROTA, João Batista. Sobral – CE, 09 de janeiro de 2014. Entrevista realizada pelo autor.

Walfrido era "moderado". Ao estudar os trabalhos pastorais do Movimento de Educação de Base (MEB) e o Dia do Senhor, em Sobral, a autora concluiu que

(...) Crateús se destacava das demais dioceses do Ceará, em seu projeto de mudança estrutural da sociedade. (...) Um exemplo das diferenças da ação pastoral no Ceará se evidencia nas escolhas assumidas pelas dioceses de Crateús e Sobral. (...) Dom Walfrido acolheu as pastorais populares em sua diocese, agindo com a prudência que a ditadura exigia. A memória dos camponeses recupera um bispo participante na luta pela libertação dos pobres, apoiando e incentivando o trabalho de base, mas, em seu programa de rádio, mantinha um discurso contido, evitando falar em libertação, salvação, palavras-chave do enunciado progressista, marcadas pela repressão.²⁸

Na condição de bispo da Diocese de Sobral, os textos de Dom Walfrido publicados no jornal C.S tratavam de temas e questões religiosas. A conjuntura ditatorial vivida naquele momento, ainda que tenha sido marcada por constantes atritos com a Igreja Católica, de maneira geral, e com clérigos sobralenses, de maneira mais esporádica, não encetou qualquer manifestação do bispo no C.S a respeito.

Os atritos entre Pe. Egberto Rodrigues com integrantes do MEB por conta do programa de rádio "Encontro com o MEB", transmitido pela Rádio Educadora, são uma chave para compreendermos um pouco mais suas posturas políticas naquele momento. Buscando evidenciar a postura "conservadora" do Pe. Egberto, Viviane Bezerra relata episódios nos quais é possível identificar a supressão da liberdade de expressão patrocinada pelo próprio diretor da Rádio Educadora, a fim de silenciar temas de cunho sociopolítico, como sindicalismo e reforma agrária, discutidos pelo programa do MEB.²⁹

Na contramão dos interesses de Pe. Egberto, que era dono de terras na região de Sobral, um episódio evidencia a censura ao programa do MEB por iniciativa da própria direção da rádio. Em um dos programas, Pe. João Batista Frota³⁰ narrava o drama vivido por um trabalhador ao ser expulso das terras em que trabalhava e morava. O trabalhador em questão foi despejado pelo próprio Pe. Egberto que, na ocasião, entrou no estúdio na tentativa de tirar o programa do ar, o que não ocorreu naquele momento devido à artimanha de Pe. João Batista, que mudou de assunto, garantindo que o programa fosse transmitido até o final.³¹

²⁸Ibidem, pp. 75-77.

²⁹Ibidem, p. 229.

³⁰Pe. João Batista Frota esteve a frente da Coordenação Diocesana de Pastoral, em Sobral.

³¹Ibidem, p. 230.

No entanto, o episódio desencadeou um acirramento da censura ao programa do MEB, que passou também a sofrer boicote, ambos patrocinados pela própria emissora de rádio. Em retaliação, os programas passaram a ser gravados e não mais ao vivo. Em períodos de propaganda eleitoral, o horário do “Encontro com o MEB” era cedido aos partidos políticos, silenciando-o durante todo o período de propaganda eleitoral. Às vezes, o programa saía do ar misteriosamente.³²Não apenas o programa do MEB, mas, também, “A voz do estudante”, realizado por estudantes de Sobral, sofreram com a censura política imposta por Pe. Egberto, por meio do silêncio que buscava impor a questões que soassem mais à esquerda naquele contexto político.³³

Os atritos ocasionados pelas divergências políticas entre o MEB e a direção da Rádio Educadora, na pessoa do também diretor do C.S, Pe. Egberto, são indícios da cisão entre uma ala mais "progressista" e mais "conservadora" que constituíam, naquele momento, a Igreja em Sobral. Essa cisão é percebida nas páginas do jornal C.S, que, ao incorporar à sua pauta questões sociais discutidas à luz das transformações advindas após o Concílio Vaticano II, não deixou de expressar posicionamentos afinados com as elites políticas, estaduais e nacionais, defendendo o regime vigente e propagandeando os discursos de poder que ajudavam a mascarar as disparidades sociais. A postura política de Pe. Egberto explica, em grande medida, a ausência e a pouca ênfase a certas questões no jornal C.S, conforme veremos adiante.

As condições de produção do C.S eram modestas. O jornal não contava com jornalistas profissionais em sua redação. Seus colaboradores, não remunerados³⁴, eram figuras religiosas, como padres e bispos, e leigos. Além disso, vez por outra o C.S reproduzia matérias ou artigos publicados originalmente em outros jornais, a exemplo do próprio jornal O.P, e do jornal católico *O São Paulo*, pertencente à Arquidiocese de São Paulo.

A pauta jornalística do semanário diocesano, no contexto estudado, baseava-se, essencialmente, em publicações vindas de agências de notícias. O jornal não dispunha de

³²Ibidem, pp. 230-235.

³³A historiadora Edvanir Maia da Silveira conta que em um dos programas "A voz do estudante", leu-se um polêmico discurso de Dom Fragozo a respeito de Cuba, defendendo que o país socialista deveria servir de exemplo para toda a América Latina. SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Três décadas de Prado e Barreto (1963-1996): a política municipal em Sobral, do golpe militar à Nova República**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2013, p. 78.

³⁴VIANA, Zuleika Ximenes.

repórteres, tampouco de correspondentes em outros estados. Desse modo, eram as agências de notícias que ditavam, em boa medida, a pauta do jornal³⁵, sobretudo no que dizia respeito a assuntos da vida política nacional. Agência Boa Imprensa (ABIM)³⁶, Agência Periodista Latino Americana (APLA)³⁷ e, sobretudo, a Agência de Notícias Planalto (PLANA)³⁸, figuraram em muitos textos do jornal publicados entre 1974 e 1985. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, ainda que não ligada diretamente ao jornal C.S, a publicação de um texto, vindo de um terceiro, pressupõe uma escolha editorial que não passa ao largo dos interesses de um jornal. O que se deseja publicar é uma escolha consciente que implica, guardadas as devidas exceções, uma relação de consentimento. Portanto, as posições defendidas pelos textos advindos dessas agências, em certa medida, representavam as posições do próprio jornal C.S, que os publicava por livre escolha. Seria difícil supor que, durante o processo de escolha, o jornal publicasse textos que não correspondessem às suas perspectivas editoriais e visões de mundo.

A experiência da imprensa interiorana, pouco contemplada nos estudos sobre as relações entre os jornais e a ditadura, interessa igualmente por também constituir uma experiência histórica capaz de contribuir com as reflexões já postas em debate pelos estudos relativos à imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, contribui para se entender o

³⁵Seria impossível, vale lembrar, fazer uma análise minuciosa destas agências em uma pesquisa desta natureza. O teor dos seus discursos, entretanto, ao longo da leitura da pesquisa, vai revelando suas especificidades e suas visões de mundo dentro do processo histórico estudado.

³⁶Os boletins de notícias da ABIM publicados pelo *Correio da Semana* tinham, geralmente, um discurso fortemente anticomunista. Atuante desde 1953, a ABIM envia boletins noticiosos a jornais do Brasil e do exterior. Em seu site, apresenta-se com o intuito de “apontar aquilo que muitas vezes é ocultado ou interpretado tendenciosamente” e que “pretende despertar apetências (...) daquele setor de nosso público que pauta sua vida nas expressões culturais da tradição cristã”. Site da ABIM. Disponível em: <http://www.abim.inf.br/pagina-exemplo/>. Acesso: 19/02/2015.

³⁷Em 1978, é constante a publicação de artigos no *Correio da Semana* vindos da APLA. Fundada em 1946 por Luiz Rosemberg, a APLA passaria a se chamar Ica Press em 1979. Apesar do nome, só atuava no Brasil e na Argentina. Com a morte de Rosemberg em 1993, a agência foi desativada. Cf. JUNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 108.

³⁸A Agência de Notícias Planalto fornecia gratuitamente material para até 1.200 jornais de todo o país, sendo 800 antes do golpe. Foi a agência mais utilizada pelo jornal *Correio da Semana* no contexto estudado. Segundo Rodrigo Jurucê, “A PLANA era coordenada pelo intelectual orgânico ipesiano [ligado ao Instituto de Pesquisas e Estudo Sociais – IPES] Adolpho Crippa (1929-2000), e funcionava dentro da estrutura ipesiana da ‘Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura’, que coordenava ainda a Editora Convívio e a ‘Convívium – revista bimestral de investigação e cultura’ (...). Segundo Dreifuss, a Convívium foi criada para satisfazer um público relativamente mais intelectualizado, para criar barreiras ideológicas ao marxismo e se dirigia tanto à hierarquia da Igreja Católica, quanto à intelectualidade católica leiga (...)”. GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia/Convívium (1964-1985)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon – PR, 2009, p. 74.

alcance das relações de apoio à ditadura e, da mesma maneira, os atritos, os conflitos, as tensões.

Não diferindo das posições assumidas pela Igreja Católica quando do golpe de 1964, o jornal C.S aplaudiu a deposição de João Goulart e a instauração da ditadura. Em sua edição de 4 de abril daquele ano, o editorial do jornal era de comemoração:

Depois do impacto [sic] emocional das primeiras horas da última revolução das forças armadas, o povo brasileiro, demonstrando mais uma vez seu espírito pacífico e paterno, retorna à vida normal. Não houve derramamento de sangue e a revolução foi feita. (...) o ex-presidente João Goulart encontra-se no exterior e segundo notícias não confirmadas, está no Uruguai. Reina perfeita ordem em todo o território nacional, depois que as forças do II Exército sediado no Rio Grande do Sul, se aliaram às tropas vitoriosas. Miguel Arrais, governador deposto de Pernambuco, continua prêso sob vigilância do Exército. O agitador Leonel Brizola fugiu encontrando-se desaparecido. Esperamos que agora, quando a ordem retorna, o Brasil possa continuar a crescer e progredir e que as forças democráticas vitoriosas saibam ser fiéis às esperanças de paz e prosperidade que o povo nelas deposita. (...) confiamos também que cheguem as necessárias reformas de base, sem contudo haver exploração demagógica de políticos sem escrúpulos. Que venham as reformas justas, benéficas e dentro da lei.³⁹

A Diocese de Sobral, em consonância, também comemorara a “revolução”. Dom João José da Motta Albuquerque, bispo da cidade entre 1961 e 1964, antecessor de Dom Walfrido, divulgara nota, publicada no C.S:

(...) A revolução vitoriosa que o Brasil está festejando hoje, é o resultado do grande desejo de Paz, anseio profundo de cada brasileiro, em tôda a história do Brasil. Nas noites escuras das ameaças e da destruição, vê-se com maior clareza o sinal da vitória, deixado pelo Criador no Céu da Pátria. (...). Que especial privilégio êsse do Brasil, de fazer revolução sem sangue! Creio que até os que ameaçam a ordem, reconhecem depois que erravam o caminho (...).⁴⁰

O jornal O.P, por sua vez, foi fundando em 7 de janeiro 1928 por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, na capital cearense, Fortaleza. De circulação diária, o jornal consolidou-se como um dos maiores jornais do estado durante as décadas de 1970 e 1980⁴¹, chegando a ser, muitas vezes, parâmetro editorial para outras publicações de Fortaleza⁴². Autointitulando-se

³⁹“Brasil volta à ordem”. Jornal **Correio da Semana**, 04 de abril de 1964, p.1.

⁴⁰“Mensagem de paz”. Jornal *Correio da Semana*, 04 de abril de 1964. Apud SILVEIRA, Edvanir Maia da. “A ditadura e o poder local. Sobral - CE”. **Revista Historiar**, vol. 05, nº09, 2013, p. 8.

⁴¹Durante este período, os outros jornais de destaque que circulavam pelo Ceará, além do *Correio da Semana*, eram: *Correio do Ceará*, *Unitário*, *Tribuna do Ceará* e *Diário do Nordeste*, este último inaugurado somente em 1981.

⁴²De acordo com a jornalista Márcia Vidal, “Não só os outros jornais tinham ‘O Povo’ como parâmetro, mas as emissoras de rádio e mesmo televisão, em suas coberturas jornalísticas, baseavam-se quase que integralmente no noticiário veiculado pelo jornal. Assim, ‘O Povo’ não formava opinião só entre leitores, ele norteava, guardando as devidas proporções, o comportamento da imprensa da capital cearense, exercendo sobre esta uma influência

como um “jornal político” que combateu as oligarquias locais no contexto da chamada Revolução de 30, e que se colocou ao lado “dos grupos de renovação social”⁴³, o jornal constrói sobre si a figura de um jornal “combatente” que correu o risco da efemeridade que acometeu muitas outras publicações do Ceará⁴⁴, mas que, contudo, tivera outro destino. Em editorial comemorativo aos seus 50 anos, o O.P reconta sua trajetória da seguinte forma, enfatizando sua transformação de um pequeno jornal para uma empresa jornalística:

(...) Naquele remoto ano de 1928, quando estavam em marcha os acontecimentos que culminariam com a Revolução de 30, o Ceará era um fervente caldeirão político e a imprensa só tinha sentido como instrumento de agitação dos ingredientes desse caldeirão; era a grande colher com que se mexiam e remexiam as paixões em ebulição. Neste quadro, O POVO de Demócrito e Sarasate teria de ser mesmo um jornal político, como os demais, pequeno e enfezado, a investir com linguagem viperina contra o sistema que começava a entrar em agonia. Corria, assim, o risco da efemeridade, brotado num solo ingrato que já se tornaria o cemitério de muitas publicações do mesmo gênero. Todavia, seu destino não seria esse. (...) A essa época já definira seu destino e bem aprendera seu ofício. Transformara-se numa empresa industrial (...) mantendo vivo seu espírito de órgão estreitamente ligado às aspirações da população (...).⁴⁵

Embora seu público leitor estivesse concentrado, naturalmente, no Ceará, o jornal O.P era também comercializado em outros estados. As informações do seu expediente das edições do ano de 1982, indicam preços variados do jornal em estados como Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Bahia, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas e, ainda, o Distrito Federal. O mesmo expediente indica, igualmente, que a diretoria do jornal era composta da seguinte forma: Albanisa Rocha Sarasate, presidente; José Raimundo A. Costa; José Caminha Alencar Araripe e Demócrito Rocha Dummar, diretores; Nivardo S. Cabral, diretor industrial; Oswaldo Lima Jr, diretor comercial; e José Caminha Alencar Araripe, diretor editor.

Importa assinalar que durante a década de 1970 e 1980, o jornal O.P, consolidando-se como *Empresa Jornalística O POVO Ltda*, passa por um processo de expansão, que vai desde a construção de uma nova sede, o Edifício Demócrito Rocha, a compra de equipamentos mais

considerável no que diz respeito à linha editorial, escolha de temas (...)”. VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder: O I e II veterados (1963/1966 e 1979/1982)** no jornal *O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994, p. 13.

⁴³“O Povo e a política”. Jornal **O Povo**, 10/01/1978, p. 35.

⁴⁴As dificuldades se fazer imprensa em um Estado que até a primeira metade do século XX era pouco letrado e pouco desenvolvido economicamente, assombrado pelo fantasma da seca, são ilustradas pelo levantamento realizado por Geraldo da Silva Nobre. Cf. NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense** (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC; Arquivo Público do Ceará, 2006.

⁴⁵“Meio século”. Jornal **O Povo**, 07/01/1978, p.1.

modernos, a elevação do seu número de páginas, além de contar com representantes comerciais em grandes estados, tais como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e ter uma sucursal na capital federal, Brasília, inaugurada em 1975.

O golpe de 1964, defendido pelo jornal como uma “causa democrática”, é recepcionado de forma positiva, conforme demonstra o editorial publicado dias depois do desfecho golpista, em 7 de abril:

(...) Que se queria com a clarinada revolucionária que partiu de Minas Gerais e ecoou Brasil afora? Levantaram-se os militares, com a solidariedade de prestigiosos líderes civis, para acabar com os desatinos de um caudilho incorrigível, que ia nos levando, em sucessão de aventuras perigosas, aos braços de uma minoria totalitária que pretendia empolgar o poder. Não houve choque armado, não ocorreu derramamento de sangue, graças a Deus. Mas o País quase era cenário de uma luta fratricida e por pouco a Nação não está a deplorar o sacrifício de vidas preciosas e a destruição de valiosos bens materiais (...).⁴⁶

Paulo Sarasate é uma figura importante para compreendermos as relações próximas entre o jornal O.P e a ditadura. Político ligado à UDN, fora governador do Ceará de 1955 a 1958, além de ter sido deputado estadual e federal e senador. Amigo próximo do primeiro general presidente, Castelo Branco, Sarasate foi ardoroso defensor do golpe e da ditadura. Desse modo, as relações de apoio do jornal O.P ao regime perpassam suas páginas. Sarasate, diretor presidente do jornal até 1968, ano de sua morte, era uma figura política influente, sendo um dos articuladores políticos que costurou apoios no Ceará ao regime ditatorial e protagonizou a fundação da Arena no estado, à qual se filiou após a instauração do bipartidarismo.⁴⁷

O prestígio pessoal e político de Sarasate junto a Castelo Branco se traduz nas intenções de Castelo em nomeá-lo governador do Ceará, o que teria se concretizado não fossem os empecilhos relativos à situação de sua saúde. Apesar da situação, o nome do novo governador que substituiria Virgílio Távora foi uma indicação do diretor-presidente do jornal O.P. Conforme aponta o historiador Airton de Farias,

Coube a Paulo Sarasate (...) comandar a sucessão de Távora em 1966 (...). Na verdade, quem fosse o indicado pela Arena com as bênçãos de Brasília ocuparia o cargo. Sarasate contava em votar ao comando do Executivo cearense, mas foi preterido por Castello devido a razões de saúde. (...) mas indicou, com total aquiescência do presidente e para surpresa geral, o obscuro deputado estadual (...)

⁴⁶“Editorial”. Jornal **O Povo**, 07/04/1964, p.1.

⁴⁷Essas relações são melhor discutidas por Rabelo Filho em sua dissertação de mestrado. FILHO, José Valdenir Rabelo. *A ‘Princesinha do Norte’ em tempos de autoritarismo*. Op. Cit. p. 121.

Plácido Aderaldo Castelo. A intenção de Sarasate era assim controlar nos bastidores o Estado.⁴⁸

A relação de Sarasate com a ARENA explica, em grande medida, as constantes manifestações de apoio ao partido da ditadura encontradas no jornal O.P. Mais que isso, Sarasate não foi mero coadjuvante nas tramas políticas no Ceará que deram apoio à instauração e consolidação da ditadura. Assumiu um protagonismo importante, ao lado de outras figuras de destaque.⁴⁹

Com a morte de Saraste, a presidência do jornal O.P passou à Creusa Rocha, que ocupou o cargo até 1974. Após isso, coube à Albanisa Rocha Sarasate, viúva de Paulo e ex-primeira dama do Ceará, assumir o comando do jornal. Albanisa ocupou o cargo de 1974 a 1985, período que compreende o recorte temporal desta pesquisa.

Após a morte do marido, Dona Albanisa, como é chamada pelo próprio jornal, não se afastou por completo dos círculos da elite política cearense e mesmo nacional. Por diversas vezes o jornal O.P noticiou encontros de sua diretora presidenta com figuras importantes ligadas à ditadura. São notícias e fotografias que evidenciam o prestígio da ex primeira dama cearense e os laços políticos existentes entre o seu jornal e o regime.

Quando da visita de Figueiredo à cidade de Fortaleza, em setembro de 1978, general candidato tratado pela reportagem do O.P como “futuro presidente”, há, em destaque, uma fotografia em preto e branco na qual se veem, em cumprimentos, Albanisa Sarasate e João Baptista Figueiredo, quando essa foi recepcioná-lo no hotel. A reportagem destaca, ainda, de forma positiva, as diversas pessoas, entre políticos, estudantes e populares, que foram ao aeroporto recepcionar o futuro ditador. A diretora do O.P rearticula, pois, laços políticos construídos outrora por Paulo Sarasate. Vale lembrar que Albanisa não se encontrou somente com Figueiredo, pois, noutros tempos, manteve contatos pessoais com o conterrâneo Castelo

⁴⁸FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. Op. Cit. p. 397.

⁴⁹Rabelo Filho nos conta que “No Ceará, logo após o ato fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e da formação de sua executiva nacional, o governador Virgílio Távora se reuniu com o marechal-Presidente Castelo Branco e com o deputado federal Paulo Sarasate. Com o propósito de alinhar acordos com vistas à formação de novas bases de apoio à “revolução” no território cearense, o marechal convocou o encontro. (...) Na executiva nacional do “partido do governo” Paulo Sarasate já se encontrava, e, também por isso, o marechal-Presidente considerava ser ele um forte nome para comandar a agremiação na *terra da luz*”. FILHO, José Valdenir Rabelo. *As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964*. Op. Cit. p. 93.

Branco.⁵⁰ Essas articulações políticas, construídas e reconstruídas ao longo do contexto ditatorial, explicam a postura de consentimento por diversas vezes encontrada no jornal O.P.

Além disso, Albanisa Sarasate aparece em outras ocasiões ao lado de figuras ligadas ao regime, a exemplo do cearense Armando Falcão, Ministro da Justiça durante o governo de Ernesto Geisel, amigo da presidenta do O.P; e cumprimentando autoridades militares durante missa realizada em comemoração ao aniversário da “revolução”, na qual se fez presente. A edição de 22 de fevereiro de 1978 registra a presença do então governador Coronel Aauto Bezerra⁵¹ à sede do jornal O.P.⁵². Bezerra, em conversa com Albanisa, enfatizou as contribuições do jornal à sua administração.

Há que mencionar, igualmente, as próximas relações do jornal O.P com o governador Coronel Virgílio Távora. Távora foi governador do Ceará por dois mandatos: entre os anos de 1963-1966 e 1979-1978. Durante esse período, o jornal O.P beneficiou-se com verbas publicitárias oriundas do governo do estado, que chegaram a representar 60% do faturamento do jornal.⁵³ Segundo estudo realizado pela jornalista Márcia Vidal, acerca das relações dos dois mandatos do governador Virgílio Távora, articulador da “modernização conservadora”,⁵⁴ e o jornal O.P,

Toda essa “febre” desenvolvimentista fora muito benéfica para os cofres do jornal “O Povo” que, em menos de 4 anos, passara a desempenhar o papel de autêntico porta-voz oficial do governo Virgílio Távora (...). Ao final da administração Virgílio Távora, o saldo era extremamente positivo para o jornal “O Povo”. A instalação do

⁵⁰No contexto da “Campanha do ouro para o bem do Brasil”, e quando se soube da indicação de Castelo Branco para a presidência da república, Albanisa Sarasate, juntamente com o esposo Paulo e o então governador do Ceará, Virgílio Távora, viajou ao Rio de Janeiro para entregar pessoalmente a Castelo Branco uma caneta de ouro e uma placa de platina oferecida pelo Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC). Cf. FILHO, José Valdenir Rabelo. *A “princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo*. Op. Cit. p. 70.

⁵¹Aauto Bezerra foi governador do Ceará entre os anos de 1975 e 1978, pela ARENA.

⁵²É digno de nota o teor da reportagem que ilustra a visita de Aauto ao *O Povo* e seu encontro com Albanisa Sarasate. Prestes a deixar o governo, o coronel Aauto Bezerra, em visita ao jornal, não mede palavras para deixar evidente essa relação harmoniosa entre governo estadual e jornal, e também enfatizar a figura de Paulo Sarasate como um personagem importante dentro do “movimento revolucionário”. Albanisa, por sua vez, não mede palavras também para se referir ao então governador, afirmando publicamente, inclusive, que votaria no mesmo por ocasião de sua candidatura a deputado federal. Vale lembrar, por fim, que o editorial de 28 de fevereiro do mesmo ano, intitulado “Novo governo”, faz vários elogios à administração de Bezerra. Na mesma edição do dia 28, é registrado que o *O Povo* recebeu a Medalha da Abolição, segundo a reportagem “a mais alta comenda do Estado”, por conta dos 50 anos do jornal.

⁵³Cf. VIDAL, Márcia. Op. Cit. p. 90.

⁵⁴Inspirado no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek e no Plano Trienal de João Goulart, Távora criou um plano de ação governamental denominado Plano de Metas, o Plameg. Conforme assinala Airton de Farias, “Foi (...) com base nesses ideais desenvolvimentistas que Távora realizou sua gestão no Ceará. Não mudaria, é verdade, a estrutura fundiária nem diminuiria as abissais diferenças sociais, mas realizaria a ‘modernização conservadora’ cearense”. FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. Op. Cit. p. 389.

telex, o aumento de sua circulação em torno de 20%, a introdução de inovações gráficas e as pesquisas que o colocavam como o jornal mais lido do Ceará, deixavam-no numa posição privilegiada diante dos outros veículos de comunicação (...).⁵⁵

As vinculações políticas e partidárias de alguns jornalistas do O.P, evidenciam tratar-se de um jornal marcado fortemente pela defesa partidária, atuando como porta voz dos interesses de uma elite política vinculada à UDN e, posteriormente, à Arena. Compreender as questões defendidas por esses sujeitos no contexto ditatorial à luz dessas articulações políticas, explicam, em grande medida, as relações de consenso e consentimento que as permeiam, e que estão sendo permanentemente construídas ao longo da ditadura.

José Caminha Alencar Araripe, mais conhecido como J.C. Alencar Araripe, diretor-editor do O.P durante a ditadura civil-militar,⁵⁶ outrora fora vereador e prefeito interino de Fortaleza pela UDN.⁵⁷ Como se sabe, a Arena herdou parte considerável de políticos da extinta UDN, a exemplo de Paulo Sarasate.⁵⁸ Araripe também esteve à frente da Associação Cearense de Imprensa (ACI) como presidente entre 1977 e 1986, e 1992 e 1995. Em 1964, ano do golpe, participou do Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).⁵⁹ Esses ciclos reuniam intelectuais defensores da ditadura, e tinham como objetivo disseminar para uma elite civil as doutrinas da Escola Superior de Guerra (ESG) articuladas às questões conjunturais daquele momento.⁶⁰

A passagem de Araripe pelo Ciclo de Estudos da ADESG oferece pistas que melhor clarificam articulações políticas entre o jornal O.P e a ditadura civil-militar. Os ciclos da ADESG passaram a ser organizados em âmbito nacional a partir de 1962. Era exigido que seus participantes tivessem diploma universitário e fossem ligados a setores empresariais, industriais e acadêmicos.⁶¹ De acordo com Michel Goulart, era papel dos intelectuais fazer propagandas das "conquistas" da "revolução de 1964", garantindo a manutenção no poder da

⁵⁵ VIDAL, Márcia. Op. Cit. pp. 91-92,

⁵⁶ Araripe permaneceu no jornal *O Povo* até abril de 1983.

⁵⁷ AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. **Nova história da Associação Cearense de Imprensa**. Fortaleza: Casa de José de Alencar; Programa Editorial, 2000, p. 41.

⁵⁸ O livro *Nova história da Associação Cearense de Imprensa*, escrito por Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, não informam se posteriormente J. C. Alencar Araripe filou-se à Arena como muitos da UDN o fizeram. Infelizmente, não encontrei nenhum outro registro que pudesse comprovar sua filiação ao partido da ditadura.

⁵⁹ Informação contida em uma pequena biografia de J. C. Alencar Araripe, que pode ser consultada em: http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Jos%C3%A9+Caminha+Alencar+Araripe<r=j&id_perso=935. Acesso: 30/04/2015.

⁶⁰ SILVA, Michel Goulart da. "Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de "elites civis". In: **Revista Técnico Científica** (IFSC), v. 3, n. 1, 2012.

⁶¹ *Ibidem*, p. 600.

elite política que assumiu o controle do Estado após o golpe de 1964.⁶² Dessa forma, Araripe se insere num bloco de intelectuais ligados ao regime que participaram ativamente do processo de construção hegemônica na consolidação da ditadura, difundindo seus valores e defendendo seus projetos, algo notadamente perceptível em muitos editoriais do jornal O.P. Vale ainda ressaltar que Araripe, que também fizera parte do corpo docente do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)⁶³, coordenou a disciplina de "Estudo de Problemas Brasileiros".⁶⁴

Antonio de Pádua Campos, que também teve passagem pela ACI como presidente entre 1986 e 1989, elegeu-se deputado estadual pela UDN na década de 1960. Em 1974, durante o governo de César Cals, foi nomeado Chefe de Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado. Campos, que tinha sua coluna publicada na página dois do jornal O.P, por diversas vezes posicionou-se favorável ao regime ditatorial e seu projeto de abertura política.

Outros jornalistas, como veremos, ainda que não vinculados necessariamente à partidos políticos, defenderam o regime e seu projeto de abertura política.⁶⁵ Em relação a algumas questões, demonstraram suas divergências com a ditadura, ainda que claramente posicionados naquela correlação de forças e identificados com os ideais de um regime político defendido pelo jornal desde sua instauração.

Antes de prosseguir, considero importante destacar que estamos analisando dois jornais com linhas editoriais diferenciadas e que guardam entre si outras diferenças. O C.S é um periódico semanal, publicado somente aos sábados, que possui uma estrutura modesta. Sua circulação, quantidade de assinantes e anunciantes não são equiparáveis às do O.P, que possui uma estrutura empresarial mais complexa. Sendo assim, seus anunciantes, assinantes e seu alcance de circulação são significativamente maiores. Não se trata, todavia, de atribuir diferentes graus de importância a esses jornais diante do contexto estudado. As escolhas teóricas e metodológicas se aplicam igualmente a ambos. Mas é preciso ter em vista que as condições de produção desses jornais possuem características distintas e em que medida isso

⁶²Ibidem, p. 601.

⁶³Informação contida em uma pequena biografia de J. C. Alencar Araripe, que pode ser consultada em: http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Jos%C3%A9+Caminha+Alencar+Araripe<r=j&id_perso=935 Acesso: 30/04/2015.

⁶⁴A referida disciplina é considerada como sendo uma projeção da disciplina "Educação Moral e Cívica" para o ensino superior.

⁶⁵Infelizmente, nem sempre foi possível encontrar os caminhos que pudessem nos levar às filiações partidárias ou articulações políticas concretas de todos aqueles que escreveram para o O.P, utilizados nesta pesquisa.

encaminha os rumos da pesquisa. O jornal O.P, por exemplo, oferece muito mais subsídios para nossa análise, uma vez que, em se tratando de um jornal diário, com um maior número de páginas, discutiu o período, quantitativamente, mais que o C.S. Entretanto, um traço em comum aproximava os dois jornais e explica muitas posições em relação à ditadura: o forte discurso anticomunista, entendendo aqui o comunismo em suas múltiplas dimensões.⁶⁶

Essas questões, portanto, explicam a preponderância do jornal O.P em relação a algumas problemáticas aqui discutidas. Já, em outras, o jornal C.S é que se sobressai. Isso não significa, entretanto, estar privilegiando um em detrimento do outro. Mas, tão somente, que questões práticas ditam o caminhar da pesquisa e a análise das fontes, algo compreensível em uma pesquisa histórica cuja natureza é discutir dois objetos de estudo com características diferenciadas, e que trataram as questões aqui abordadas de formas diversas: umas mais, outras menos ou, sequer, trataram.

O acervo desses jornais pôde ser consultado da seguinte forma: o jornal C.S, no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú e na própria sede do jornal, na cidade de Sobral; o jornal O.P, na Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza.

Foram consultadas todas as edições dos jornais correspondentes ao nosso recorte temporal. Toda a consulta, exaustiva, haja vista o grande número de fontes, deu-se por meio de uma seleção de artigos, reportagens e editoriais relativos às questões⁶⁷ aqui postas. Os conteúdos foram transcritos a fim de melhor se articularem às problemáticas levantadas e mesmo para se compararem posicionamentos de um e outro jornal em torno de um tema comum.

Optou-se por editoriais e colunas de opinião para o desenvolvimento das problemáticas aqui levantadas, em detrimento das reportagens, porque essas últimas, quase sempre buscando

⁶⁶Acerca dessas dimensões, é oportuno recorrer a Marilena Chauí, quando coloca que “(...) o termo ‘comunista’, no Brasil, não tem um sentido preciso, mas possui um amplo espectro de significações, todas elas, porém, convergindo para a imagem de subversão e destruição da ordem vigente por agitadores que usam as insatisfações dos pobres para levá-los à revolta”. CHAUI, Marilena. Op. Cit. p. 96.

⁶⁷Acerca das “questões do historiador”, a partir das quais formulamos e construímos nosso objeto histórico, muito contribuíram as reflexões feitas por Antoine Prost. Ver: “As questões do historiador”. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp. 75-93.

forjar uma postura de neutralidade ao se limitar a uma abordagem descritiva e informativa, não nos oferece tantos subsídios como editoriais e colunas de opinião, ainda que, ao longo da pesquisa, tenha sido possível constatar certo diálogo com o que era posto pelos editorialistas e colunistas em termos de questões e pautas escolhidas para compor o jornal. Ademais, trazer às discussões deste trabalho reportagens, colunas e editoriais, demandaria uma análise extensa de fontes que poderia comprometer os limites de uma pesquisa desta natureza. É uma escolha, no entanto, sem prejuízos às problemáticas aqui colocadas.

Os editoriais e colunas de opinião nos trazem posicionamentos políticos mais explícitos, clarificando articulações políticas e evidenciando posições assumidas dentro de determinada correlação de forças, que nem sempre estão visíveis nas reportagens, ainda que, em algumas ocasiões, tenham sido as próprias reportagens os indícios a reforçar essas articulações políticas que já se anunciavam nos editoriais e colunas.

Os nomes dos colunistas que serão encontrados por diversas vezes ao longo do texto, tratam-se daqueles que discutiram a respeito das lutas por democracia e do projeto de abertura política; são os sujeitos que falavam da vida política nacional naquele momento, os que se arvoravam como "colunistas políticos", trazendo questões ligadas aos objetivos desta pesquisa.

Ao discutir o significado social das fontes aqui analisadas, pensando as relações sociais, políticas e ideológicas que permeiam seu processo de produção, importou não apenas ter conhecimento de quem as produziu/escreveu, em que datas ou contextos históricos já prontos e acabados, mas ter em vista que elas expressam e constituem sujeitos históricos, inseridos ativamente em uma complexa rede de relações e acontecimentos e em um intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar.⁶⁸

A imprensa escrita, como fonte, muito contribui para as reflexões aqui postas. Assim, vale ressaltar os diálogos teórico e metodológico com estudiosos do tema. Neste sentido,

⁶⁸Estas reflexões, escritas em conjunto pelas historiadoras Déa Ribeiro Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto para a Introdução do livro "Muitas memórias, outras histórias", muito contribuíram para lançar questionamentos às fontes a partir de uma perspectiva que as contemple como um espaço articulador de projetos políticos, formadoras de opinião e produtoras de memória. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 10.

entende-se a imprensa como *linguagem*, no sentido proposto por Raymond Williams⁶⁹, isto é, como atividade prática e constitutiva do social, pensando suas relações com a história e a memória. Não se trata, pois, de pensar a imprensa como linguagem atrelada a uma compreensão que a vê apenas como pura e simples representação da realidade, no sentido de que a noção de representação, numa perspectiva reducionista, lhe retira seu caráter político e sua inserção no processo de produção hegemônica⁷⁰ - e não simplesmente como ideologia numa acepção estruturalista, que se impõe de cima para baixo, de forma estática e mesmo ahistórica - e impede, mesmo, que se compreendam as interferências que se buscam operar na realidade a partir dessas representações. Retomando Willians, trata-se de vislumbrar essa linguagem que compõe nossas fontes como *instituinte* e *constituente* do social, como tessitura da vida, pensando suas articulações com a realidade, ou seja, as relações sociais nas quais essa fonte se engendra. Logo, é pensar que a linguagem não é mero *reflexo* da realidade, pois,

Encontramos então não uma “linguagem” e “sociedade” reificadas, mas uma *linguagem social* ativa. Nem é essa linguagem (...) um simples “reflexo” ou “expressão” da “realidade material”. O que temos é, antes, uma compreensão dessa realidade através da linguagem, que como consciência prática está saturada por toda atividade social, e a satura, inclusive a atividade produtiva. (...) a linguagem é a articulação dessa experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica no mundo.⁷¹

Assim, como corrobora Heloisa de Faria Cruz, trata-se de pensar esta imprensa como prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar.⁷² Ainda de acordo com Cruz:

Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se como um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. (...) entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites, mas também e, principalmente, como veículo de formulação cultura e moral do povo.⁷³

⁶⁹WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 27-49.

⁷⁰Uso aqui o conceito de hegemonia na linha do que propõe Raymond Williams a partir das reflexões de Gramsci, como um sistema que vai além do conceito de ideologia. Assim, “Um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituído (...), um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada (...). Além do mais (...) não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiadas por pressões que não são as suas próprias pressões”. *Ibidem*, p. 115.

⁷¹*Ibidem*, p. 43.

⁷²CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 20.

⁷³*Ibidem*, p. 165.

Não se trata, cumpre lembrar, de entender a imprensa como fonte da maneira como usualmente podemos encontrar em alguns trabalhos, tomando-a tão somente como instrumento de informação, o que implica sua utilização para extrair informações pontuais. Ou seja, um uso como ilustração, como fonte de dados objetivos, procedimento que pressupõe uma relação de reflexo fidedigno das tramas históricas, sem o devido trato teórico-metodológico, sem pensar sua construção social e como se situa em uma determinada correlação de forças.

Logo, os jornais aqui estudados são abordados pela perspectiva a partir da qual a imprensa desempenha seu papel como *ingrediente* do acontecimento histórico, como sugere Robert Darnton,⁷⁴ que o constitui, que exerce influências e faz parte dos processos de disputa pela dominação hegemônica, e tem seus aliados, seus inimigos. Nesta pesquisa, portanto, pensa-se sobre o papel dos jornais estudados durante o processo de lutas, e sobre como se situam naquela correlação de forças entre os diferentes projetos em disputa. Mais: objetiva-se refletir acerca do papel que os jornais desempenham na produção do consenso e do consentimento (e mesmo dos atritos, conflitos) em relação à ditadura, como instrumento de produção de memória e hegemonia, e que atua na legitimação desse regime. Cumpre lembrar que como ingrediente do processo histórico, a imprensa não está deslocada da realidade na qual se insere, tampouco descolada dos acontecimentos que a constituem; não se situa, pois, acima da realidade ao falar dela.

A perspectiva aqui adotada em relação à imprensa pressupõe, portanto, não deslocá-la das tramas históricas nas quais se constituem, e pensar, na esteira do que propõem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto⁷⁵, sua *historicidade*, articulando-a ao processo histórico. Isso implica

(...) trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social.⁷⁶

⁷⁴DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

⁷⁵Muito contribuem para as reflexões aqui desenvolvidas as considerações acerca do estudo da imprensa feitas em conjunto por: CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História**, São Paulo, n.35, pp. 253-270, dez. 2007.

⁷⁶Ibidem, p. 257.

Assim, trata-se de buscar compreender como se situam os jornais estudados no campo de lutas entre distintos projetos defendidos que marcaram o período de abertura política: que projetos defenderam, que sujeitos os legitimaram e os tornaram porta-vozes autorizados de uma concepção de mundo que se quis única e verdadeira? Acrescento, a esses propósitos, as ponderações da historiadora Marta Emisia Barbosa, quando indica que “a palavra impressa, a palavra falada, as imagens, compõem um horizonte que define visões de mundo, produz opiniões, divulga projetos, constitui memórias”.⁷⁷

A dimensão da imprensa como constitutiva da memória pressupõe uma operação de escolha, da qual fazem parte o *lembrar* e o *esquecer*, que põe em evidência sujeitos e projetos políticos, ao passo que, por outro lado, silencia tantos outros. Os jornais, como “senhores da memória”⁷⁸, fazem escolhas políticas, posicionam-se numa correlação de forças ao darem conta da realidade e ao indicarem suas perspectivas de passado, presente e futuro. Portanto, pensar de que forma a imprensa se constitui como força histórica pressupõe indagar como se coloca em relação à correlação de forças em determinada conjuntura: quem são seus aliados? Seus inimigos? Que projetos defende? Quais rechaça?⁷⁹

A esse respeito, vale trazer à discussão as reflexões feitas pelo historiador Pierre Laborie acerca das relações entre memória e opinião. Considerando o papel que a mídia desempenha nessa relação, Laborie coloca que

(...) a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, *processo que pode ser amplificado pela mídia*.⁸⁰

As fontes, como se sabe, só começam a falar a partir do momento em que a interrogamos, e a qualidade das respostas que elas podem dar não passa incólume pela qualidade das questões formuladas. Igualmente se sabe que elas não nos dizem tudo e nem

⁷⁷BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. “Sobre história: imprensa e memória”. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al. **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 269.

⁷⁸Marta Emisia salienta que “É preciso pensar os ‘domínios’ que produzem memória. (...) não só os jornais devem ser pensados como ‘senhores’, que articulam campos de poder e de memória, e que precisam ser tornados visíveis, mas toda a rede midiática que converge força para determinar parâmetros para a vida social”. Ibidem, p. 268.

⁷⁹CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 260.

⁸⁰LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 81. Grifos meus.

sempre conseguem responder a todas nossas questões.⁸¹ Ou ainda, como diria E. P. Thompson⁸², sobre as “perguntas adequadas” que lançamos às fontes, as evidências históricas têm suas peculiaridades. Embora quaisquer perguntas possam ser feitas, somente algumas serão adequadas. “A interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida *como um diálogo*”.⁸³

A análise das fontes, além de ter revelado a complexidade do processo de lutas de oposição à ditadura no contexto da abertura política, deixou evidente a impossibilidade de se trabalhar as relações com a ditadura e mesmo com o projeto de abertura, pela perspectiva da *trincheira*,⁸⁴ ou seja, em uma situação na qual se definem claramente campos opostos de enfretamento, como numa guerra. É oportuno, diante disso, enfatizar o risco de uma leitura binária que reduza o campo de lutas políticas desse período a dois blocos homogêneos e antagônicos, divididos entre, por um lado, aqueles que desejavam a volta da democracia, e, por outro, aqueles que desejavam que os militares continuassem no poder, ou seja, a permanência da ditadura. É preciso levar em consideração os distintos projetos defendidos, as diferentes concepções de democracia e de luta democrática no interior das esquerdas naquele momento⁸⁵, e numa dimensão mais ampla, os modelos distintos de uma nova sociedade que seria erigida sobre os escombros da ditadura. Faz-se, pois, necessário pensar o processo em questão como algo mais complexo, permeado por conflitos, correlação de forças e objetivos distintos. Logo, não caberia, aqui, fazer uma problematização dessa imprensa a partir dessa leitura binária, maniqueísta e reducionista, pois, simplificar o debate em ser *a favor* ou *contra*

⁸¹FRANÇOIS, Étienne. “Os ‘tesouros’ da Stasi ou a miragem dos arquivos”. In: BOUTIER, Jean; DOMINQUE, Julia (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FGV, 1998, pp. 155-161.

⁸²THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 50.

⁸³Ibidem.

⁸⁴A esse respeito, gostaria de evidenciar o diálogo com o trabalho da historiadora Denise Rollemberg na reflexão dessas questões, atentando para o risco de leituras do processo histórico a partir de campos de atuação claramente definidos. Como pondera Rollemberg: “O que é mais desafiador, entretanto, é, sem dúvida, compreender as ambivalências que fundiam apoio e rejeição; as posições que diluíam as fronteiras rígidas entre uma coisa e outra, que não cabem nos campos bem demarcados com os quais a historiografia vem trabalhando. (...) [É] preciso compreender as posições [dos sujeitos históricos em relação à ditadura] em suas ambivalências (...)”. ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 105.

⁸⁵ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 160-162.

a abertura política ou a própria ditadura, não responderia nossas questões e tampouco nos faria perceber as ambivalências e as zonas cinzentas existentes no período.

Todas essas análises fizeram-me ponderar acerca das “memórias da resistência”, no que diz respeito à atuação da imprensa durante o período. O projeto de abertura política, iniciado por Ernesto Geisel por meio da distensão, revela certas nuances que não significam, necessariamente, propósitos democratizantes. Por conseguinte, ser a favor da abertura política não implica ser, conseqüentemente, contrário à ditadura. Portanto, entender a partir de quais correlações de forças a imprensa brasileira apoiou a abertura política, nos indica que tal apoio não pressupõe, como pode sugerir, uma postura contrária à ditadura, mas, antes, de sustentação, legitimando a agenda da abertura nos moldes forjados pela ditadura, que deveria ser a controladora absoluta do processo.

Logo, considero importante pensar por outros prismas a atuação de instituições que se consagraram na memória social como defensoras do processo de redemocratização, uma vez que, defender a abertura no molde *lento, seguro e gradual*, conforme buscava impor o regime, não pressupõe uma postura oposicionista que se baseasse em um confronto bem definido no qual se defendia a instalação de um regime democrático e, conseqüentemente, o fim de uma ditadura; pode significar, pelo contrário, um posicionamento favorável à institucionalização desse regime.⁸⁶

É comum encontrar, na historiografia relativa ao período, menções ao papel de instituições como ABI, OAB e CNBB - e igualmente à imprensa, de uma maneira geral -, como agentes determinantes em defesa da abertura política. No caso da imprensa, por exemplo, ela muitas vezes surge entre aqueles que *resistiram* à ditadura, reivindicando para si lugar no *panthéon* ao lado dos resistentes. Essa memória, que muitas vezes confunde-se com a história, esconde relações de apoio que se dão de modo muito mais complexo do que pode sugerir a perspectiva das *trincheiras*, que impede de pensar as ambivalências e as zonas cinzentas. Ou seja, é preciso refletir acerca desse processo histórico para além das rígidas fronteiras da memória social que identifica claramente aqueles agentes favoráveis ou contrários a um regime. Insisto, colocar-se favorável à abertura política não implica resistência, oposição: pelo contrário, pode, como procurarei demonstrar neste trabalho,

⁸⁶Cf. NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 234.

reforçar relações de apoio que vinham desde o golpe de 1964. São as *complexas relações* entre setores da sociedade com a ditadura que se deram enquanto ela durou e também nos anos de transição.⁸⁷

Considero pertinente a provocação feita pelo historiador Daniel Aarão Reis que, referindo-se sobre a memória de que todos foram resistentes e democratas, questiona: como então pôde uma ditadura se manter por 21 anos?⁸⁸ Pensar o processo histórico sob esse ângulo esconde, evidentemente, as relações de apoio, a legitimação, e também um contexto marcado pelo consenso e consentimento em torno de um regime autoritário.

No que diz respeito à imprensa, considero que tal memória foi constituída, de certa forma, não somente pelos veículos de comunicação.⁸⁹ A própria historiografia, guardadas as devidas proporções, foi impregnada por essa memória. Salvo algumas exceções, sobretudo no que diz respeito à imprensa alternativa, atento para a importância de se evidenciarem os limites dessa leitura, marcada pela memória de uma imprensa resistente, democrática e que combateu a ditadura militar. Atentar para esses limites implica considerar determinadas especificidades e desvencilhar-se de uma perspectiva homogênea, considerando as complexidades dos processos históricos e os sujeitos que deles fazem parte.

Algumas memórias, inclusive, estabelecem determinada temporalidade quando se trata do apoio ao golpe e à ditadura, indicando, como marcos temporais ou questões cruciais, as instaurações do AI-2 e do AI-5, e o acirramento da prática da censura.⁹⁰ Há, igualmente,

⁸⁷REIS, Daniel Aarão. “Apresentação: Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil”. In: CORDEIRO, Janaína Martins, et al. **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 9.

⁸⁸REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁸⁹Vale aqui fazer referência ao livro da jornalista Thereza Cesario Alvim, publicado em 1979, ainda durante o projeto de abertura, que forja uma memória segundo a qual a imprensa dissera “não” ao golpe de 1964, quando, na realidade, muitos jornais brasileiros tiveram papel preponderante no desenrolar daqueles acontecimentos, *ingredientes* do processo, entusiastas do golpe e da ditadura. Em certa altura, Alvim justifica: “(...) não fosse intuito prestar algum serviço àqueles leitores que questionam o regime vigente – não se sabe até quando *relativamente democrático* – sem terem, por falta de idade, tempo ou curiosidade, acompanhado as reações da imprensa na fase da sua implantação. Reações bem diversificadas, como se pode facilmente notar, em forma e conteúdo, mas com um denominador comum: apreço pela Liberdade e dedicação ao Brasil” (p. 12). Fala, ainda, que “Algumas brechas abertas no *Jornal do Brasil* e no tablóide mensal *Brasil em Marcha* completaram a formação, na imprensa carioca, de uma oposição vigorosa e sistemática aos desmandos na nova situação” (p.11). ALVIM, Thereza Cesario. **O golpe de 1964: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁹⁰Essa questão ficou evidente quando, completados 50 anos do golpe de 1964, muitos jornais, que atuaram durante a ditadura, publicaram editoriais revisitando o tema e justificando suas participações nos eventos. Sobre este aspecto, ver: SILVA, João Batista Teófilo. “Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)”. **Revista Historiar**, v.5, nº9, 2014, pp. 38-56.

memórias forjadas a partir de um engajamento na Campanha pelas Diretas Já,⁹¹ que obscurecem todo um processo de apoio à ditadura, ao longo de anos, e que põem à superfície tão somente um momento específico dessa conjuntura, reivindicando para si, a partir disso, lugar ao lado daqueles que, defendendo a democracia como valor universal, foram contra o arbítrio. O problema aqui apontado representa um desafio aos historiadores que pesquisam sobre o tema. É preciso questionar a respeito dos processos e sujeitos que atuam na constituição de memórias ou, como sugere Michael Pollak, pensar no “enquadramento da memória”⁹² e a leitura específica do passado que tal enquadramento propõe.

A historiadora Denise Rollemberg fala sobre a existência de uma *memória super redimensionada da resistência*. Sujeitos e instituições que apoiaram o golpe de 1964, por exemplo, nas memórias sobre os anos do arbítrio, fazem prevalecer a imagem da resistência e da defesa dos valores democráticos⁹³, silenciando-se sobre o apoio ao golpe e à ditadura. Ainda segundo Rollemberg, é preciso compreender essas relações entre sujeitos, grupos e instituições com a ditadura não pela perspectiva de dois pontos bem delimitados de a favor ou contra, mas através daquilo que o historiador Pierre Laborie denomina como sendo a *zona cinzenta*, na qual se encontram “o enorme espaço entre os dois pólos – *resistência e colaboração/apoio* – e mais, o lugar da *ambivalência* no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo”.⁹⁴

Nos passos iniciais desta pesquisa, esperava encontrar momentos de ruptura nas relações de consentimento e manifestações de arrependimento, seguidas de oposição à ditadura. E, enfim, perceber o papel da imprensa como agente de combate ao arbítrio e defensor da democracia. O contato com as fontes, contudo, para além de evidenciar a natureza do projeto de abertura política, que, não necessariamente, pressupõe oposição à ditadura, indicou que nem sempre foi no campo da oposição ou resistência que se situou a imprensa brasileira naquele momento, como sugerem muitas memórias e histórias. Não se trata de negligenciar aqueles que se opuseram à ditadura e pagaram mesmo com suas próprias vidas o ônus de tal ousadia. Mas, muito mais, jogar luz sobre um passado e, como pontua Stella

⁹¹O exemplo do jornal *Folha de São Paulo* ilustra bem a questão. Ver: PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, Ditadura e Democracia**: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

⁹²POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, pp. 200-212.

⁹³ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. Op. Cit. p. 103.

⁹⁴Ibidem, p. 102.

Bresciani, tentar desmistificar a ideia de que, em bloco, os jornalistas combateram o arbítrio⁹⁵. Trata-se mesmo de mostrar que questões como censura ou outros atritos, que também permearam as relações da imprensa com o regime, não fazem dessas relações menos amistosas, tampouco, constituem rupturas, negações à “revolução”.

A fim de dar conta das muitas questões suscitadas pelo diálogo com as fontes, a pesquisa estruturou-se da seguinte maneira: no 1º capítulo, “Constituindo memórias: a (re)invenção do passado e a construção do presente”, discute-se sobre os sentidos e os significados que os jornais pesquisados atribuíram ao golpe de 1964 no contexto da abertura, e como, ao fazerem isso, não somente elaboraram suas representações, na acepção proposta por Roger Chartier⁹⁶, sobre esse passado, alçando-as à condição de história, como também legitimaram, consentiram, com a ditadura, posicionando-se naquela correlação de forças. Isso implica articular como esse passado, representado pelo golpe, valida não somente a própria ditadura, mas, também, sua proposta de abertura política. Refletindo acerca daquele presente, discute-se também o que os jornais defenderam como sendo uma democracia, e como a articulava com a conjuntura de então; no 2º capítulo, “Zonas cinzentas de um tema: consentimentos, críticas, atritos e ambivalências”, abordam-se os pontos que constituem as críticas e os atritos com o regime, mas que, longe da ideia das trincheiras inexpugnáveis⁹⁷ que encontramos nas memórias, estão permeados pelos consentimentos, pelas ambivalências, por aquilo que não se dá claramente em preto e branco, mas constitui as zonas cinzentas. Assim, questões como “desvio de rota”, direitos humanos, censura e tensões entre Igreja Católica e regime, fazem parte dessa seara; no 3º capítulo, “Disputas em cena: imprensa, abertura política e as lutas por (re)democratização”, busca-se dar conta das várias dimensões que constituíram o processo de lutas por democracia, para além da visão dicotômica entre ser a favor ou contra o fim do regime, contemplando a agenda de lutas imposta por outros segmentos sociais, e, dentro dessa correlação de forças, como os jornais se posicionaram politicamente durante o processo, e que pautas e sujeitos foram notabilizados em detrimento

⁹⁵Do prefácio escrito por Stella Bresciani, para o livro *Cães de Guarda*. In: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012, p. 13.

⁹⁶O historiador Roger Chartier entende que “As representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. (...) produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002, p. 17.

⁹⁷ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. Op. Cit. p. 132.

do silêncio sobre tantos outros. São questões que nos ajudam a entender, afinal, se, por um lado, esses jornais estiveram a favor de um processo de (re)democratização ou, por outro lado, apoiaram a institucionalização da ditadura através de seu projeto de abertura. Assim, além das dimensões que permeiam o processo e que posicionamentos políticos esses jornais assumiram, o capítulo trata de dar conta das posições defendidas (e rechaçadas) em torno da luta por anistia, da própria Lei de Anistia, das greves dos anos 1980, edacampanha por eleições diretas para a presidência da república.

Na esteira do que propõe Beatriz Sarlo⁹⁸ a respeito do “olhar político” sobre o presente e, do presente, sobre o passado, é possível pensar nas articulações entre questões e temporalidades que dialogam. A transição inconclusa brasileira,⁹⁹ em muitos aspectos sem ruptura, impõe reflexões sobre a construção democrática no Brasil e sobre determinados valores e projetos que ocuparam a agenda do processo de lutas por democracia e que, ainda hoje, estão em voga. Esse *passado que não passa*, reacendido recentemente pelas diversas Comissões da Verdade, encetando no Brasil um esboço de justiça de transição, e mesmo o embate de memórias que isso enseja, na sociedade e na própria imprensa, mostram-nos os movimentos prospectivos da história¹⁰⁰ e a contemporaneidade de questões e disputas que não findaram com o término da ditadura. Isso me remete à Hannah Arendt, que, fazendo uso de Faulkner, conclui: “O passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado. Esse passado (...) ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado”.¹⁰¹

Os valores sobre os quais se ergue uma ditadura no país e os vários sujeitos que se unem em torno de uma cultura política autoritária¹⁰², fazem-nos pensar não somente no que foi

⁹⁸SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, artes e meios de comunicação. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 2005, p. 58.

⁹⁹Tomando de empréstimo a expressão utilizada pelo historiador Carlos Fico, ao refletir que “(...) as marcas da transição brasileira são a impunidade e a frustração. A frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura torna a transição brasileira um processo que não terminou, uma transição inconclusa”. FICO, Carlos. “Brasil: a transição inconclusa”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 29.

¹⁰⁰FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Muitas memórias, outras histórias*. Op. Cit. p. 6.

¹⁰¹ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad.: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 37.

¹⁰²Refletindo a esse respeito, Rodrigo Patto Sá Motta busca sintetizar o conceito de cultura política, colocando-o como um “(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Vale ressaltar que se trata de ‘representações’ em sentido amplo,

este regime, mas, igualmente, impulsionam-nos entender como ele pôde acontecer, e, realizando o movimento prospectivo da operação histórica, clarificar o presente que se vive e o futuro que se avizinha, sem deixar de pensar na seguinte questão: o que resta desse passado no presente? Uma análise da atuação da imprensa no período joga luzes em muitos campos, ajudando a responder questões e, ao mesmo tempo, formular tantas outras.

Longe de querer exaurir questões em torno do tema ou propor versões definitivas sobre a atuação da imprensa cearense e mesmo a brasileira de modo geral, este trabalho, em suas limitações, busca incorporar à historiografia outras experiências, e, na medida do possível, rediscutir visões de algum modo cristalizadas e consolidadas.

A imprensa nem sempre é um esteio de defesa dos valores democráticos e de combate à opressão. No caso da ditadura, nem sempre esteve, num primeiro momento, nutrindo relações de apoio ao regime, para, depois, passar para o campo das oposições. As relações de apoio, ainda que permeadas por atritos, não se resumem a confortáveis dicotomias, a fáceis maniqueísmos, de bem e mal, a favor e contra.

Perspectivas simplistas, permeadas por memórias construídas não apenas durante a ditadura, mas, também, depois do seu fim, escondem e mesmo impedem de compreender visões de mundo assentadas em uma cultura política autoritária, que não somente ajudam a compreender como a ditadura durou 21 anos, mas também permitem visualizar muitos dos cacos autoritários incrustados na nossa democracia. São, pois, as dimensões retrospectivas e prospectivas da História que, ao explicar o passado, acabam por explicar o presente.

configurando conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversificada cultura visual (...). No entanto, a existência de padrões e valores gerais não significa que todas as pessoas aderem e se comportam de modo uniforme; (...) não se trata de comportamentos inexoravelmente determinados por estruturas culturais preexistentes”. MOTTA, Rodrigo Patto S. “Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política”. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV; ediPUCRS, 2013, p. 12.

CAPÍTULO 1

CONSTITUINDO MEMÓRIAS: A (RE)INVENÇÃO DO PASSADO E A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE

“É estimulante pensar que o passado vai se modificar. Em geral pensamos que o futuro é que está sujeito a alterações. Não. O passado também é uma reinvenção. Dependendo do que se determina no passado, altera-se o nosso presente.”

Affonso Romano de Sant’Anna

1.1 – Revisitando a “revolução” de 1964 em tempos de abertura política: memórias sobre o golpe e a ditadura

A construção social da memória é um terreno de disputa que se dá no presente¹⁰³ e busca dar sentido ao passado, através de múltiplas representações. Passado que, certamente, busca legitimar o presente e o futuro. É uma operação, entretanto, que longe de ser estática ou presa a um tempo específico, é permeada por conflitos, tensões, e eivada de questões políticas. A construção da memória, aliás, é um ato político, sendo importante indagar as disputas que a envolvem, a conjuntura histórica na qual elas se dão e os sujeitos envolvidos. Importa indagar, igualmente, que em se tratando de um fenômeno não estático, não cristalizado, a cada conjuntura, a cada mudança nas correlações de forças do presente, as memórias podem sofrer reconstruções.

O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar que a ele se seguiu são temas que, longe de estarem superados, nos permitem perceber o embate de memórias que se deu nesse passado, mas que, também, se dá no presente. A construção e reconstrução dessa memória, não devemos perder de vista, pressupõe, conseqüentemente, a construção e reconstrução do esquecimento. A memória não é *una*, é *vária*. De modo que é uma operação permeada por processos de disputa que buscam intervir nesse passado, desqualificando memórias e

¹⁰³Para a historiadora Márcia Motta, “Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos do presente que explicam porque a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente”. MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.25.

histórias, procurando atribuir um sentido único a uma experiência que é extremamente parcial, forjando protagonistas e antagonistas nos processos históricos, relegando memórias e sujeitos ao ostracismo. Enfim, operando em um enquadramento da memória¹⁰⁴, engendrando uma paisagem específica para o passado.

A imprensa é um espaço privilegiado para a construção de memórias. É, aliás, um elemento constitutivo de memórias, sendo imprescindível ao historiador indagar:

(...) de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro.¹⁰⁵

Diante de um contexto marcado pelo processo de lutas por democracia, considero oportuno problematizar a respeito da atuação dos jornais C.S e O.P na revisitação do golpe de 1964 e como o articula com a ditadura que se vivia naquele contexto. Ou seja: que memórias tais jornais estavam construindo e reconstruindo a respeito do golpe e da ditadura numa conjuntura marcada por um processo de lutas no qual vai se engendrando, de forma mais nítida e paulatinamente, um espaço de contestação e oposição a essa situação, capitaneado por segmentos sociais distintos, que pressupõe a negação desta *revolução*, denunciando-a como uma ditadura.¹⁰⁶

Esta reflexão permitirá, para além de entender o processo, evidenciar as relações de apoio e consentimento, e mesmo indiferença, entre esses jornais e o regime ditatorial, uma vez que a construção dessa memória é, inevitavelmente, uma operação de legitimação que não somente valida determinada memória e as forças políticas que a representam, como também forja para ela a condição de acontecido, de história. Importa, igualmente, historicizar os silêncios que envolvem o tema, tornando-os problemas que elucidam e não algo que, por sua aparente desimportância, devem ser esquecidos.

O projeto de abertura política, construído a partir de 1974, se distancia em dez anos do golpe de 1964. Há, pois, uma distância temporal que contribui, de certa forma, para a consolidação de questões muito recorrentes nessa *memória golpista* – como, por exemplo, de

¹⁰⁴POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

¹⁰⁵CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 265.

¹⁰⁶Cf. NAPOLITANO, Marcos. “A sociedade contra o estado”. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964*. Op. Cit. p. 255-279.

que havia um contexto caótico e um governo que pretendia dar um golpe comunista, por um lado, e que os militares vieram trazer o progresso e a ordem para o Brasil, por outro - , que é reavivada nas comemorações oficiais¹⁰⁷, no discurso governista, na propaganda oficial e por setores da imprensa brasileira que, muitas vezes, ecoam esses elementos, atuando como espaço de legitimação do *status quo* ditatorial. Essa legitimação não somente valida a versão golpista para os acontecimentos de 1964, mas também a própria ditadura, justificando sua existência.

É interessante perceber, para início de conversa, como o jornal O.P se coloca como veículo de comunicação e como essa posição é articulada com o próprio contexto ditatorial. Por ocasião da comemoração de seus 46 anos de fundação e da inauguração de sua nova sede, em janeiro de 1974 - o que denota, nesse contexto, a expansão do jornal como empresa e seu processo de consolidação como um dos maiores veículos da imprensa cearense -, o O.P se coloca para os seus leitores como

Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs. Não abdica, porém, do direito de sugestão, crítica e discrepância, mas o exercita sem ânimo de contestação. *Porque a intenção que o move é o da colaboração e seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente* e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos. (...).¹⁰⁸

É, pois, um apoio explícito à ditadura, que também se deixa notar em outras ocasiões, nas quais os posicionamentos caminham no sentido de legitimar o golpe de 1964, alçando-o à condição de revolução saneadora, que teria, segundo a memória golpista, livrado o país de um caos e inaugurado uma nova época, um novo Brasil. Para além de demonstrar essa legitimação, que se constata em editoriais, colunas de opinião e reportagens, o próprio jornal se coloca como revolucionário, com uma postura política afinada à ditadura, enfatizando o seu colaboracionismo, ainda que coloque não abdicar do direito da crítica, mas apressando-se, como numa correção, a dizer que o faz sem contestar. Ou seja, busca, de certa forma, suavizar o que viria a ser essa crítica.

¹⁰⁷As datas oficiais, como fora naquela conjuntura o 31 de março de 1964, são fortemente estruturas do ponto de vista político. Quando se busca enquadrar a memória através de datas oficialmente selecionadas para comemorações nacionais, há muitas vezes o problema de luta política. Como indica Pollak, “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”. Cf. POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Op. Cit. p. 203.

¹⁰⁸“Política”. Jornal **O Povo**, 08/01/1974, p.3. Grifos meus.

Ainda na ocasião de inauguração da sua nova sede - o edifício que leva o nome de um dos fundadores do jornal, Demócrito Rocha - cabe assinalar a presença do então governador do Ceará, César Cals, que em seu discurso apontou o jornal O.P como um espaço “acolhedor” para todos aqueles chegaram “(...) à função pública por vontade da Revolução de março de 64”¹⁰⁹, além de enfatizar a amizade existente entre Paulo Sarasate e o ex-presidente Castelo Branco¹¹⁰. Isso nos indica a boa relação do jornal com as autoridades constituídas da época - como veremos mais detalhadamente adiante -, que não está restrita somente ao campo do discurso, ao apoio demonstrado em suas páginas, mas denota uma relação política que, aliás, é ressaltada por Cals, ao colocar que “Paulo Sarasate, que esteve ao lado de Castelo Branco, era o homem de quem o ex-Presidente buscava informações sobre o Ceará, sobre o Nordeste, sobre o Brasil, tal a sintonia que ligava os dois grandes revolucionários”.¹¹¹ Em 1º de abril de 1977, na reportagem intitulada “Governo e povo unidos na comemoração da Revolução”¹¹², temos uma foto da missa em comemoração ao golpe, na qual está presente, ao lado de autoridades civis e militares da época, a presidente do jornal O.P e ex primeira dama do Ceará, Albanisa Sarasate, demonstrando ser não somente uma pessoa ligada a um veículo de comunicação, mas, também, uma pessoa ligada à elite local que se fez presente em cerimônias oficiais, prestigiando a ditadura.

Essa revisitação do golpe de 1964 e a produção de memória que tal ato enseja, permitem perceber que não somente o golpe, mas também a ditadura, são colocados como aspiração popular e como resposta da sociedade, representada pelas Forças Armadas, frente a uma situação caótica que necessitou de uma intervenção. Tomando como exemplo o editorial “Novos caminhos”, publicado pelo O.P no ano de 1977, encontramos o seguinte diagnóstico:

Há treze anos está em vigência o regime revolucionário que foi desejado e pedido pela maioria da população brasileira em um momento crítico de nossa história, quando todos nos sentimos ameaçados pela irresponsabilidade política e pelo caos. Todavia, em tão longo período de experimentos novos e de correções de erros, o regime não se institucionalizou. Ainda há as excepcionalidades requeridas pelos

¹⁰⁹“O Povo, jornal com alma cearense, com alma revolucionária, com alma desenvolvimentista”. Jornal **O Povo**, 07/01/1974, p.1.

¹¹⁰Segundo a jornalista Márcia Vidal, “(...) a pessoa de destaque mais ligada a Castelo Branco era justamente Paulo Sarasate”. Cf. VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder*. Op. Cit. p. 87; Em entrevista, o ex colunista e ex diretor administrativo do jornal, Pedro Henrique Antero, enfatiza a amizade entre Castelo Branco e Paulo Sarasate, inclusive informando que esse último chegou a receber do então presidente convite para assumir ministério, mas que não o aceitou por problemas de saúde. ANTERO, Pedro Henrique. Fortaleza, 09 de julho de 2013. Entrevista realizada pelo autor.

¹¹¹Ibidem.

¹¹²“Governo e povo unidos na comemoração da Revolução”. Jornal **O Povo**, 01/04/1977, p. 9.

tempos iniciais de ajustamento, ainda há o arbítrio considerado instrumental e representado pelo AI-5. (...)A nosso ver o que está contribuindo para a perpetuação indesejável deste estado de coisas, de uma situação que em nada ajuda a nossa imagem de país em busca de um alto lugar no cenário internacional, é o radicalismo em que se colocam correntes que se identificam como a favor ou contra o movimento de 1964, ou, pelo menos, se definem de uma forma ou de outra em relação a aspectos do movimento revolucionário.¹¹³

Percebe-se acima, muito claramente, que o sentido “salvacionista” do golpe, elemento primordial nas justificativas do discurso golpista, é corroborado pelo jornal, ao passo que retoma o golpe como algo desejado pela população brasileira, aí colocada de modo genérico, sem fazer referências, por exemplo, a outros segmentos sociais que, embora minorias, se colocaram contrários ao golpe.¹¹⁴ Ou seja, a leitura sobre esse passado parte de uma perspectiva na qual se silencia o atrito, as forças conflitantes, e o golpe forja-se, de certa forma, numa situação harmoniosa que é, antes de tudo, uma aspiração popular, um movimento constituído pelo povo, pela nação.

Justifica-se no editorial em questão, ao mesmo tempo, a situação de excepcionalidade, colocando o seu prolongamento como uma resposta a fatores que em certa medida seriam alheios à “revolução”: os radicais de ambos os lados, os contrários e favoráveis à ditadura. Embora não os nomeie, pelo menos parece estar implícito, ou se busca sugerir, que os radicais contrários seriam os grupos armados de esquerda, ou, para este jornal e para o próprio regime, os “terroristas”. Aliás, o próprio AI-5 é justificado pelos militares como um instrumento que visava combater à “ameaça” comunista, como uma resposta aos grupos guerrilheiros atuantes no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e não como uma pretensão por parte do regime em constituir um aparato de controle da sociedade.¹¹⁵

Atento para outro fator importante no editorial em questão, que diz respeito à ideia de “ajustamento” defendida pelo jornal, que viria a justificar a “excepcionalidade” e mesmo o arbítrio representado pelo AI-5. São elementos intrinsecamente ligados à ideia do “caos” que antecederia o 31 de março de 1964, à “necessidade” de “pôr a casa em ordem”, o que, para

¹¹³“Novos caminhos”. Jornal **O Povo**, 02/07/1977, p.3.

¹¹⁴Sobre uma análise das esquerdas no contexto do golpe de 1964, ver posfácio escrito por René Dreifuss para o livro *A esquerda e o golpe de 64*. In: MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

¹¹⁵Para o historiador Carlos Fico, “(...) não se deve compreender a constituição do aparato repressivo, possibilitada pelo AI-5 e representada pelo sistema Codi-Doi, como uma simples reação à chamada ‘luta armada’. (...) Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte de setores (...) da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade (...)”. FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 81.

fazê-lo, exigiria o uso de uma legislação arbitrária, de poderes excepcionais. Sobre isso, aliás, chamo a atenção para quando o jornal afirma: “Todavia, em tão largo período de experimentos novos e de correções de erros, o regime não se institucionalizou”. Tal institucionalização, defendida pelo O.P noutra ocasião¹¹⁶, significava incorporar ao texto constitucional os poderes excepcionais contidos nos atos institucionais¹¹⁷. A ditadura tinha a pretensão de estruturar um quadro político e jurídico favorável, com o intuito de ajustar aspectos importantes da ordem vigente às necessidades de um sistema que, em um estado de direito, pudesse ainda manter o controle da situação. Como salienta Daniel Aarão Reis, “era preciso definir algumas ‘salvaguardas’, para que a hipótese do ‘caos’ não surgisse no horizonte”.¹¹⁸

O golpe, forjado como revolução, é posto como um divisor de águas, estabelecendo um recorte temporal que delimita a existência de duas realidades divergentes, separadas pelo 31 de março de 1964. Neste sentido, é emblemático recorrer ao editorial publicado no contexto das eleições de 1978, no qual o O.P, demonstrando seu apreço pela ditadura e seu partido naquela ocasião, a ARENA, se utiliza da questão inflacionária daquele momento para relembrar a situação do ano de 1963:

(...) Girou a campanha em torno de temas políticos e econômicos de grande atualidade. Muito se falou em ditadura e democracia; e muito se disse sobre as dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro por causa da inflação e da carestia de vida. *Em relação ao tema político, a Oposição muito fez no sentido de ocultar um fato novo: o processo de abertura que se acha em curso comandado pelo próprio Governo e que fará desaparecer de cena, até o fim deste ano, a legislação de exceção (...)*. As dificuldades econômicas são reconhecidas por todos. Mas também é indispensável reconhecer que tais dificuldades não constituem exclusividade nossa. Por toda parte elas existem, o mundo de hoje é, na verdade, um mundo obrigado a conviver com inflação e preços elevados. *No Brasil, já estivemos em situação bem pior, basta lembrar que em 1963, isto é, antes da Revolução de 1964, chegamos a um índice inflacionário superior a 100 por cento, ou seja, o dobro do índice que se espera para este ano (43 por cento)*. Nestas 24 horas que antecedem a deposição dos votos nas urnas o eleitor deve meditar seriamente sobre a realidade brasileira, não permitindo que se confunda a idéia de mudança, que todos desejamos na escala possível, a idéia de retorno ao passado, que parece ser o alimento do cérebro de muitas pessoas que estão disputando o voto popular.¹¹⁹

¹¹⁶Em sua edição de 8 de janeiro de 1974, o jornal, colocando para seus leitores sua relação com o regime, escreve o seguinte: “Porque a intenção que o move é o da colaboração e o seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos (...)”. “Política”. Jornal **O Povo**, 08/01/1974, p.3.

¹¹⁷Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Op. Cit. p. 82.

¹¹⁸REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.111.

¹¹⁹“Pausa para meditação”. Jornal **O Povo**, 14/11/1978, p.3. Grifos meus.

A ideia de “retorno ao passado” suscitada no editorial em um contexto eleitoral, é, sem dúvida, sugestiva. Considerando a afinidade que há entre o O.P e o partido da ditadura, o alerta feito sobre não “confundir” a ideia de “mudança” com a ideia de “retorno ao passado”, indica, ao que parece, uma referência implícita aos candidatos da oposição que naquele contexto utilizavam a campanha eleitoral para fazer críticas à ditadura.

O passado ao qual o jornal se refere, vale lembrar, é um passado estigmatizado, presente na memória em questão, e que confere ao golpe um sentido salvacionista, um ato heróico. Há, por assim dizer, a ideia de correção de rumo a partir de 1964, como o O.P demonstrou no editorial “Os novos rumos do Brasil”, no qual, fazendo elogios ao governo de Ernesto Geisel, o jornal diz ter “(...) a certeza de que o Governo está superando difíceis problemas nacionais e o que interessa mesmo é o rumo que está sendo dado aos destinos deste nosso querido Brasil, cada vez mais se afirmando como nação soberana e independente.”¹²⁰

Cabe lembrar, entretanto, que essas ideias que remetem a inauguração de um novo tempo e que coloca o golpe como um divisor de águas, não são exclusivas do jornal O.P. O jornal, aliás, atua, nesse sentido, como uma espécie de caixa de ressonância da propaganda governamental. Como assinala o historiador Carlos Fico:

As idéias de ‘construção’ e ‘transformação’, nesse contexto, estavam associadas à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil.¹²¹

Essa memória em relação a 1964 traz consigo, também, o reforço das justificativas que dão conta dos propósitos do golpe, colocados como uma reação à “ameaça” da “ditadura comunista”, como também se esforçam em apresentar o percurso dos governos militares, conferindo a essa memória o *status* de história. Trata-se, aliás, de uma memória que o jornal ajuda a engendrar e que não se limita somente aos anos 1960 e 1970, quando a ditadura vivenciou seu ápice, seja na repressão às oposições, seja porque se vivia o chamado “milagre econômico”. Mesmo na década de 1980, marcada já pela anistia, pelo fim dos atos institucionais e pelo avanço dos espaços de contestação ao regime, é possível encontrar no jornal O.P posicionamentos favoráveis ao golpe e à ditadura:

¹²⁰“Os novos rumos do Brasil”. Jornal **O Povo**, 15/02/1975, p.3.

¹²¹FICO, Carlos. **Reinventado o otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 121.

(...) nenhum brasileiro pode ter dúvida de que hoje *os ideais do movimento de 64 foram o restabelecimento da democracia e a garantia da liberdade*. Se essas não fossem as metas dos militares que se apoderaram do poder naquela data, os Presidentes sucessivos não teriam feito juramento nesse sentido, nem muito menos Geisel e Figueiredo teriam tomado as medidas finais para a restauração completa do estado de direito. *Isso não quer dizer que o processo não tenha sofrido recuos, decorrentes tanto de avaliações errôneas e talvez insinceras de alguns grupos, como também de circunstâncias objetivas adversas*. O Governo de Costa e Silva teve que enfrentar a guerrilha urbana, enquanto o presidente Médici foi obrigado a deslocar tropas para combater a subversão organizada na região amazônica. *Todos se recordam que a ordem constitucional foi rompida em 1964, para se pôr fim à desordem e às ameaças de implantação de uma ditadura de esquerda*. Entre os agitadores da época, destacava-se Leonel Brizola, para quem o País necessitava não de um Congresso mas de um fuzil na mão de cada brasileiro (...). O Presidente da República está de cabeça erguida para exigir de todos os brasileiros e autoridades políticas o cumprimento estrito da Constituição e das leis do País. Para isso ele conta com o apoio do povo e das Forças Armadas, que, mais do que nunca, têm compromisso com a democracia e a liberdade.¹²²

Cumprir lembrar que as questões defendidas por Antero se dão após as lutas por anistia e em um momento em que as articulações em torno da campanha por eleições diretas estão ganhando força, incorporando à agenda pública temas e questões situadas no campo das oposições à ditadura. Os recuos de que fala o colunista indicam o levantamento de questões outras na construção de memórias acerca do golpe e da ditadura, que, de certa forma, põe em xeque o percurso "revolucionário", ainda que, como veremos no próximo capítulo, se baseia na ideia de um "desvio de rota" como que para desvincular esses "recuos" dos propósitos da "revolução".

Antero faz ainda uma associação paradoxal entre golpe e democracia. Ou seja, o colunista se põe a recontar essa história embasada na memória golpista que coloca como propósito do “movimento de 64” o “restabelecimento da democracia e a garantia da liberdade”. Enseja, sem dúvida, a construção de uma imagem positiva, que fala do passado, mas, ao mesmo tempo, legitima uma situação posta naquele presente, e não deixa ser, igualmente, uma atualização do passado no presente.

Essa memória a qual aludo sobre o golpe e a ditadura, estão presentes nos jornais analisados a partir de uma perspectiva que se quer histórica. Ou seja, essas memórias, que atendem a interesses específicos, constrói protagonistas e antagonistas, e silencia sujeitos, pois também faz parte desse processo, como já mencionei, a produção do próprio esquecimento e a denegação.¹²³ O que há, sem dúvidas, é uma equivalência entre memória e

¹²²“Acertar o passo”. Jornal **O Povo**, 22/11/1983, p.4.

¹²³GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 41.

história. Os jornais, ao determinarem o que deve ser contado e como deve ser contado, estão atuando como senhores da memória, e é preciso não perder de vista que o caráter arbitrário da produção dessa memória está no cerne das lutas e disputas que marcam sua produção social, que se quer hegemônica. Tomando de empréstimos as reflexões de Laura Antunes Maciel

(...) a natureza histórica da constituição do jornal como o lugar de uma escrita pública, hegemônica que se sobrepõe a outras narrativas e escritas e se produz como o lugar da interpretação autorizada sobre os acontecimentos do presente (...) que ‘aprisiona’ a explicação do presente a partir de seus argumentos e interpretações, obscurecendo a correlação de forças sociais nas quais esse texto é forjado.¹²⁴

As memórias que o jornal O.P traz sobre o golpe de 1964 e as articulações que faz com a ditadura e aquele presente indicam que, mesmo em se tratando de um contexto marcado por lutas de oposição à ditadura, o que prevalece nessa revisitação ao passado é um posicionamento político em consonância com as forças da ditadura. Não há, como poderia sugerir certa memória que coloca a imprensa nesse contexto como um agente que atuou no campo da resistência, qualquer contestação veemente ao golpe ou desmistificação de seus propósitos ditos democratizantes. O que se percebe, no entanto, é a construção de uma história, que se quer objetiva, descritiva e exata do passado tal qual ele ocorrera, mas que traz, em seu íntimo, a memória golpista. Aliás, que a reforça, busca um consenso e um convencimento da opinião pública. Por outro lado, atua, também, na construção do esquecimento, deixando de fora as vítimas do regime, aqueles que tombaram diante do arbítrio, nesse contexto já do conhecimento de parte da sociedade e mesmo já abordada em algumas ocasiões pelo próprio jornal O.P.

Esse *reordenamento do passado*, como sugere Beatriz Sarlo,¹²⁵ funda-se em uma operação de escolha que traz consigo o corte, a exclusão. O que há, evidentemente, é uma *articulação do passado*, e não uma descrição objetiva e fiel dos acontecimentos. Oportuno, nesse sentido, chamar atenção para quando Walter Benjamin nos alerta que “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal qual ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”¹²⁶. O que

¹²⁴MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 39.

¹²⁵SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. Op. Cit. p. 55.

¹²⁶BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e crítica história. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 243.

Benjamin chama atenção é que articular esse passado não significa descrevê-lo tal qual se descreve um objeto físico, como apregoava o paradigma positivista.

Quando se utiliza o método *benjaminiano* de escovar a história a contrapelo¹²⁷, se percebe que as memórias presentes no jornal O.P negligenciam os conflitos que envolveram não somente o golpe de 1964, mas a consolidação da ditadura; os sujeitos vitimizados pelo arbítrio ditatorial, dentre os quais alguns setores da própria imprensa, e o cerceamento de liberdades que atingiu não somente aqueles que pegaram em armas e aderiram à luta armada, não são postos à tona quando se põe a recontar os acontecimentos, quando se pretende falar da “revolução”. Os vencidos parecem representar tão somente o governo de João Goulart e as “forças comunistas”, mas que ficaram no passado. A sociedade brasileira, de forma harmoniosa, aos olhos dessa memória, parece ter encontrado o seu caminho a partir do 31 de março de 1964.

Considero importante enfatizar que em relação à esta memória sobre o golpe e a ditadura, marcada pela entronização da “revolução”, não há um ato de ruptura. Isso significa que, - a despeito das críticas existentes em relação aos governos militares, centradas em questões específicas, como veremos no capítulo seguinte - o jornal O.P não passa a questionar o que fora 1964, não o renega. Entretanto, o que chama atenção é que mesmo após o fim da censura e dos atos institucionais, e levando-se em conta um contexto no qual se engendraram articulações em defesa das eleições diretas para a presidência da república, encontra-se no jornal O.P o mesmo posicionamento dos anos 1960 e 1970, fazendo uma leitura positiva do golpe e do regime.

É significativo, pois, que decorridos quase vinte anos após o golpe de 1964, ainda se encontre no jornal posicionamentos que legitimam o golpe e a ditadura, indicando, portanto, que tal apoio não se restringe somente aos acontecimentos que permearam a derrubada de João Goulart naquele contexto de 1964 e nos anos iniciais da ditadura. O artigo escrito por Pedro Henrique Antero em maio de 1983, por ocasião da visita do rei espanhol Juan Carlos ao Brasil, ilustra as considerações supracitadas. Nele, o colunista do O.P, que aparece como um dos mais fervorosos defensores do regime dentro do jornal, coloca para os leitores que

¹²⁷Ibidem, p. 245.

(...) assistimos ao encontro de dois chefes militares que tiveram a felicidade, mas também a firme determinação de estabelecer a ordem jurídica e a democracia plena, após muitos anos de governos fortes e revolucionários. (...) *É inegável que Brasil e Espanha viveram, em passado recente, sob governos autoritários. Entretanto, é oportuno salientar que os autoritarismos iniciados por Franco e Castelo Branco foram a consequência do ataque do totalitarismo de esquerda contra povos indefesos (...).* No Brasil, é mais fácil recordar os fatos, pois a história é mais recente, vivida, além do mais, dentro das nossas fronteiras. *A tomada do poder por Castelo Branco, em 1964, foi justificada pelos graves distúrbios sociais do momento, canalizados para um possível golpe de Estado, com fechamento do Congresso Nacional e instauração de uma república sindicalista, conforme anunciavam, em praça pública, os líderes e mandatários de então. Leonel Brizola e outros, para os brasileiros de memória curta, pregavam o fim do parlamento e entrega de um fuzil a cada brasileiro. Como se vê, tivessem sido realizados os planos esquerdistas, nem Espanha nem Brasil estaria [sic] comemorando nos dias de hoje a abertura política.* O rei Juan Carlos não seria Soberano, nem João Figueiredo um presidente. Os dois países teriam caído nas mãos dos defensores do regime socialista, à maneira de Cuba (...). A visita de Juan Carlos ao Brasil obriga-nos a tirar uma lição das duas histórias. *As liberdades dos espanhóis e dos brasileiros estão hoje garantidas, porque patriotas de ambas as nações souberam se opor, na hora certa, às tentativas criminosas de implantação do socialismo marxista em seus territórios (...).*¹²⁸

Antero não nega, ao recontar sob sua ótica a trajetória da política recente do país, a existência do autoritarismo. Entretanto, o justifica, remontando aos pretextos dos militares para explicar o fechamento do regime, não somente no Brasil, mas também na Espanha, como uma resposta ao que seria o “ataque do totalitarismo de esquerda contra povos indefesos”. Diagnosticando esse passado, ajudando a constituir essa memória golpista, o colunista determina aí quem seria o antagonista nesse processo histórico. Ao mesmo tempo, reforça os porquês do golpe de 1964 quase duas décadas depois, atribuindo à deposição de Goulart como reação a um “possível Golpe de estado”, e a “instauração de uma república sindicalista”, ou seja, como atos preventivos.¹²⁹

Não deixa de ser curioso que o processo de redemocratização não constitua um momento de debates que leve o jornal a rever suas posições sobre o golpe e a ditadura. É curioso, igualmente, que João Figueiredo não seja o ditador brasileiro que sufoque a democracia, mas, antes, o herói “revolucionário” que estaria “presenteando” o Brasil com a democracia, graças à “revolução” de 1964.

¹²⁸“A lição do encontro”. Jornal **O Povo**, 18/05/1983, p. 2. Grifos meus.

¹²⁹Lucília de Almeida Neves Delgado aponta para a existência de uma “(...) perspectiva preventiva (...) estimulada pela ‘crença’ de que o Brasil poderia, através da ação crescente dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformistas, adotar, de forma definitiva, um modelo distributivo ou até mesmo (...) caminhar em direção ao socialismo”. DELGADO, Lucília de A. Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 19.

Percebe-se, a partir da coluna em questão, que essa memória hegemônica sobre 1964,¹³⁰ ou, ainda, essa memória golpista, é reforçada pelo jornal O.P, que atua, sem dúvida, como um de seus elementos constitutivos, que não deixa de ser uma estratégia de consenso, consentimento e criação de determinada opinião favorável aos militares. Não há dúvidas, portanto, do papel que o jornal desempenha como legitimador não somente da ditadura, mas, também, de sua memória e sua história¹³¹. Relembrar o que fora 1964 é, antes de tudo, elaborar uma articulação entre presente, passado e futuro. Tal articulação válida não somente a própria ditadura (o presente), mas também sua proposta de abertura política.

Sobre esse processo de recontar 1964 a partir da memória de um golpe que se forja como revolução redentora, temos aí uma prática que se reinventa e que busca se impor não somente a cada efeméride que marcou, naquelas décadas, o 31 de março. O regime, nessa estratégia, mobilizou grandes meios propagandísticos e educacionais, como salienta Reis, particularmente no período em que Médici organizara a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que veio a desempenhar um grande papel nas campanhas publicitárias do “Brasil Grande”, além da instituição das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), nos primeiro e segundo graus, respectivamente, além de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB), no ensino superior.¹³² A esse respeito, Reis ainda coloca que “As direitas no poder, enquanto durou a ditadura militar,

¹³⁰Sobre este aspecto, Marcos Napolitano coloca que “(...) aqueles que saem vencedores desses processos fazem um grande esforço para reescrever a história, justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos. Os regimes que emergem desses eventos precisam da história para se justificar”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 313.

¹³¹Sobre as relações entre memória e história e os seus usos pela mídia, Pierre Laborie sustenta que “O termo memória comporta múltiplos usos e empregos, acarretando por vezes confusão e mudança de sentido. (...) o mais frequente na linguagem memorial-midiática, é a perniciosa equivalência disseminada entre memória e história, a falta de distanciamento crítico entre a memória e seus usos”. LABORIE, Pierre. *Memória e Opinião*. Op. Cit. p. 84.

¹³²A respeito das disciplinas mencionadas, considero oportunas as reflexões trazidas pela historiadora Tatyana Maia a respeito: “O papel do ensino, em todos os níveis, na construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição apareceu nos documentos oficiais da Comissão Nacional de Moral e Civismo (...). (...) desde a Primeira República, elaborou-se uma ‘pedagogia da nacionalidade necessária à ‘consolidação de uma cultura política republicana’(...). Na ditadura civil-militar, a tarefa caberia às disciplinas ‘Educação moral e cívica’, no ensino básico, e ‘Estudo dos problemas brasileiros’, no ensino superior. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 1971 e 1980, (...) promoveu o ‘Curso de atualização sobre problemas brasileiros’, destinado à capacitação de docentes de ensino superior (...). O curso foi proposto por Pedro Calmon como solução provisória à inexistência de um curso superior de Estudos Brasileiros. (...) O investimento dos principais intelectuais do CFC [Conselho Federal de Cultura] nesse projeto é um exemplo da preocupação e da atuação desses conselheiros na difusão do civismo através do ensino”. MAIA, Tatyana de Amaral. “Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários (1966-1982). In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 55.

esmeraram-se em cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”.¹³³

Em relação ao jornal C.S, encontra-se, em um editorial publicado em junho de 1974, o seguinte diagnóstico sobre os efeitos do golpe de março de 64, colocando-o, tal qual fizera o jornal O.P, no mesmo patamar salvacionista, remontando igualmente à memória golpista para falar do passado

Decorridos dez anos da revolução, a nação brasileira ainda sente alguns efeitos benéficos de sua ação saneadora. Não fora uma atitude enérgica, no momento oportuno, não sabemos com teria sido possível salvarmo-nos do caos em que a nação estava mergulhada com o desgoverno de um Presidente que já não tinha força **para impor a ordem e coibir os desatinos dos oportunistas que se apresentavam** como salvadores da pátria. Depois do primeiro impacto, da derrubada de um governo desmoralizado e desacreditado pelo povo, seguiu-se o inquérito para apurar a responsabilidade dos falsos políticos, oportunistas, subversivos, corruptos e outros elementos do mesmo jaez. E como todos os bons brasileiros esperavam, a ação saneadora veio com suas sanções ora enérgicas, ora mais branda, merecendo, no entanto, o aplauso do grande público.¹³⁴

Ao revisitar os acontecimentos e evidenciar seus efeitos, decorridos dez anos, o jornal C.S enfatiza o golpe como um divisor de águas, e seu olhar sobre o evento é complacente. Importante não deixar de notar que os conflitos entre o estado ditatorial e a Igreja Católica, que inclusive foram noticiados anteriormente pelo próprio jornal em fins dos anos 1960 e no início da década de 1970, não enseja por parte do C.S uma leitura que venha trazer, também, a existência desses conflitos como parte do sistema repressivo montando no Brasil a partir de 1964, que vitimou os setores ditos mais progressistas da Igreja¹³⁵. A análise que o jornal faz, como deixa evidente o editorial em questão, é bastante positiva, e chega mesmo a representar um contraste quando considerado os atritos aos quais me refiro, consequências diretas do golpe, louvado aí pelo jornal como um ato benfeitor.

Esse contraste não deixa de significar uma evidência do caráter polifônico de um jornal e uma postura ambivalente que marcam a produção jornalística e mesmo a atuação de

¹³³REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 39-40.

¹³⁴“Efeitos da revolução”. Jornal **Correio da Semana**, 22/06/1974, p. 1.

¹³⁵Sobre os conflitos existentes entre a ditadura e a Igreja Católica, ver: LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 305-321; SERBIN, Kenneth P. **Díálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, e MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil** (1916-1985). Trad. Heloisa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

sujeitos e segmentos sociais frente aos eventos históricos e as forças políticas que os permeiam.

O jornal C.S retoma, ao mesmo tempo em que legitima o golpe e a ditadura, a memória sobre um passado pré-64 estigmatizado como um tempo de caos e desordem, e de um governo que o jornal deslegitima, colocando-o como “desacreditado pelo povo”. Ou seja, reforçam-se no editorial os elementos comuns à memória golpista, quais sejam: uma revolução saneadora, que teria livrado o Brasil de um “caos”, retomando a mesma perspectiva salvacionista defendida pelos militares golpistas. O jornal, inclusive, coloca quem seriam os ditos inimigos desta “revolução”: falsos políticos, corruptos, oportunistas e subversivos, sem, contudo, nomeá-los. Isso nos impede de evidenciar melhor o caráter dessa construção, apontando os nomes e filiações daqueles a quem o jornal atribui as características citadas.

Sobre os “inimigos” aí colocados, importa trazer à discussão um breve parêntese para pontuar que um dos objetivos políticos básicos do golpe, de acordo com Marcos Napolitano,

(...) era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista.¹³⁶

Nesse mesmo editorial, o jornal faz uma referência à fala do então Ministro da Justiça, o cearense Armando Falcão, a respeito da não elegibilidade dos políticos que foram cassados pelo golpe de 64:

O Ministro da Justiça Armando Falcão, em recente entrevista a imprensa, declarou que os políticos que foram punidos com merecidas cassações, não se poderiam candidatar-se a cargos eletivos. Excelente atitude... E que, em alguns Estados da nação, já se pressentia a presença de alguns políticos cuja cassação ora terminava, e que ainda não exemplados, desejavam cargos eletivos, pondo em perigo a tranquilidade da nação. Louvamos a posição do Ministro Armando Falcão. Esses elementos ainda não podem merecer a confiança dos eleitores da nação. O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos.¹³⁷

Mais que legitimar a postura punitiva da ditadura que retirou da cena política a partir do golpe aqueles que poderiam representar um empecilho para o regime, fica evidente no

¹³⁶NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 70.

¹³⁷“Efeitos da revolução”. Jornal **Correio da Semana**, 22/06/1974, p. 1.

editorial que o jornal C.S corrobora o que seria, para o regime, os seus *inimigos*, colocando-os como um perigo para a “tranquilidade da nação”, caso pudessem, novamente, concorrer às eleições e voltar à cena política do país. Tal posicionamento reforça os atributos salvacionistas e redentores que essa memória atribui ao golpe, e mesmo denota que ela, por se constituir a partir da articulação que se faz entre passado e presente, está recorrendo às preocupações desse presente – no caso, uma preocupação, evidentemente, ligada à manutenção do *status quo* da ditadura, ao fazer uso de estratégias arbitrárias para manter longe da política institucional seus opositores derrotados em 1964 -, para legitimar o passado, ou seja, o golpe. Como indica Laborie, essa memória “(...) Entre diversos outros fatores (...) se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente”.¹³⁸

Outro ponto a ser destacado refere-se às questões em torno desta “revolução”, que não ficam somente restritas ao campo do passado. Nessa articulação entre tempos distintos que o jornal faz, rememoram-se certos fragmentos, como o caos e a ideia de ação saneadora, por exemplo. Põe-se, também, o que seriam as preocupações do presente, uma vez que o “perigo” daqueles tempos ainda seria iminente, ilustrado, acima, pelos políticos cassados em 1964, remetendo-os aos “fantasmas” do período. Ênfase: “O sacrifício foi muito grande, para se correr o risco em tão breve espaço de tempo. É conveniente que eles permaneçam em suas atividades particulares para o bem de todos”.

Também no ano de 1974, em coluna que se refere à independência do Brasil, escrita por José Walmir Lira Cavalcante, o jornal C.S, ao fazer uma leitura sobre o evento a partir de um viés heróico, coloca que:

1822-1974. Cento e cinquenta e dois anos de vida como nação independente. Desde as lutas, para a consolidação do novo regime até a afirmação total de nação soberana e livre. Desde o reinado à República, no objetivo de atingir o seu grande destino. Através esse [sic] espaço de tempo o solo generoso da Pátria foi regado pelo sangue e suor de muitos dos nossos antepassados, nas lutas, no desbravamento e na ocupação do grande rincão. Trabalho constante, nos campos e nas oficinas procurando tornar o país mais rico. Aprendizado constante nas escolas procurando tornar o país mais culto. Procura constante das melhores soluções dos seus problemas internos e externos a fim de tornar o país mais nobre. Marcha constante dos homens de bem no sentido de transportar o país para a posição que ele

¹³⁸LABORIE, Pierre. *Memória e opinião*. Op. Cit. p. 80.

verdadeiramente merece, ligados todos por este *imenso sentimento de brasilidade tão bem despertado após a revolução de março de 1964*.¹³⁹

É simbólico que a data do 7 de setembro sirva de pretexto para o jornal se referir ao golpe. A independência do Brasil, como marco fundador, é articulada, neste presente, com o golpe de 1964, colocando, para esse último, a condição de um evento que ajudou a despertar um “sentimento de brasilidade”. Trata-se da equivalência de dois fatos históricos considerados fundadores pela história oficial, na qual se articula e se reelabora dois passados, duas histórias, nas quais determinadas forças políticas e agentes históricos são forjados como heróis. Por fim, a constatação feita pelo jornal de que o golpe de 1964 despertara este “sentimento de brasilidade”, nos ajuda a inferir o poder da propaganda governamental e mesmo a utilização, pela ditadura, de certa simbologia patriótica que interliga as datas do 7 de setembro e o 31 de março. Tal articulação histórica, que não é própria do jornal, mas que parte, sobretudo, do discurso do regime, nos ajuda a entender como duas representações do passado se fazem presentes no contexto em questão, contribuindo, inegavelmente, para a constituição desta memória golpista, objeto da análise em questão.

Em relação à problemática aqui levantada, o que diferencia a atuação do jornal C.S em relação à do jornal O.P, está no fato de que o primeiro, apesar de fazer uma leitura condescendente sobre o golpe de 1964, como deixou claro os discursos aqui colocados referentes ao ano de 1974 – marco inicial do projeto de abertura política, com a posse de Geisel, e, portanto, ano que dá início ao recorte temporal desta pesquisa -passa os anos seguintes do período de abertura sem referir-se ao golpe e à ditadura tomando como eixo essa memória golpista que o alça à condição de revolução. Esse silêncio, essa indiferença, podem ser indicativos de que o avanço do processo de redemocratização e mesmo o surgimento de uma atuação mais contundente de setores da Igreja no campo da contestação ao regime, tenham feito o jornal, de certa forma, a adotar outra postura em relação à questão, embora, é preciso deixar claro, não implique na adoção de uma perspectiva contestadora, que venha a, explicitamente, reconsiderar o que antes fora dito sobre esta “revolução” ou fazer uma defesa das forças políticas derrotadas em 1964. Para o historiador, evidentemente, é difícil explicitar os silêncios, ainda que não devamos deixá-los passar despercebidos, tentando encontrar neles um sentido histórico; de modo que essa indiferença e esse silêncio, se não indicam um

¹³⁹“O grito do Ipiranga”. Jornal **Correio da Semana**, 07/07/1974, p. 4. Grifos meus.

posicionamento deslegitimador em relação ao golpe, pelo menos evidenciam que fazer uma leitura apaixonada do golpe não fizera mais parte dos propósitos editoriais do jornal C.S.

Em relação ao O.P, mesmo já no início da década de 1980 e já tendo o jornal publicado críticas pontuais à ditadura, ainda encontramos uma memória baseada na ideia do golpe como uma revolução redentora, sacralizando 1964 como o ano que o Brasil fora salvo da “ameaça” comunista e expurgado as forças políticas subversivas que não comungavam com os postulados “revolucionários”. Essa insistência na ideia do golpe de 1964 como revolução, denota que não existe no jornal O.P um recorte temporal no qual se estabeleça uma guinada editorial rumo a uma postura contestadora, ou qualquer indício de *arrependimento*¹⁴⁰ por ter apoiado o golpe e ditadura, motivado pelas circunstâncias políticas que trouxeram o AI-5 e o acirramento da censura, por exemplo, ou mesmo quando, no fim dessa, casos como tortura, morte e desaparecimentos tenham vindo à tona, para conhecimento da sociedade.¹⁴¹ Ou seja, não há qualquer ruptura que venha a mudar profundamente as

¹⁴⁰Não raro, as memórias sobre período e mesmo alguns estudos, sugerem sujeitos e/ou instituições que, com o passar dos anos, se arrependem por ter apoiado o golpe. Entretanto, tenho dúvidas em relação à noção de “arrependimento”. Ela parece simplificar relações muito mais complexas, sugerindo uma mudança substancial de postura, calcada na ruptura entre relações até então amistosas. É preciso pensar nas variações que se desenvolvem durante o processo, as alterações na composição de certas entidades, a mudança na correlação de forças etc. Embora, de fato, alguns setores e sujeitos tenham, com o passar do tempo, questionado a ditadura, é preciso ter em mente que, no que se refere ao golpe, ou, na visão de seus apoiadores, à “revolução”, há a percepção de um momento histórico que se assenta em um caráter nobre, redentor, e que é mantida, a despeito das críticas – ou seja, não se nega que a “revolução” tenha vindo para “livrar” o Brasil do comunismo, não se deixa de legitimar o golpe. As críticas, muitas vezes, não recaem propriamente sobre a ditadura, mas, sim, sobre aspectos pontuais, tidos como indesejáveis, que se traduziriam na ideia de “desvio de rota”, que, por sua vez, sugere uma mudança de rumos contrária à apregoada inicialmente pelos “revolucionários” [ver capítulo 2 desta pesquisa]. De modo que, antes de pensar essas relações por meio da ideia de arrependimento, é preciso ter em mente o risco da simplificação, sugerindo relações de ruptura que, durante o período, não foram de todo rompidas. Ao refletir acerca das atitudes dos franceses sob o regime de Vichy, o historiador Pierre Laborie aponta que alternativas simples entre *pétainisme* e *gaullisme*, resistência e *vichysme*, fornecem apenas imagens redutoras do processo histórico. Assim, pensando as relações sem se render a adjetivos que sugerem campos opostos, Laborie nos fala sobre as noções de “ambivalência”, “zona cinzenta”, do *penser-double*, defendendo que essas abrem outras portas para o historiador e alarga nossas possibilidades de análise para além das rígidas fronteiras da memória social, que identifica claramente agentes contrários ou favoráveis a um regime autoritário. Dessa forma, permite não mais pensar apenas as contradições em termos antagônicos – para o nosso caso, arrependidos e não arrependidos. Os franceses, defende Laborie, na maioria, não foram primeiramente *vichystes* depois resistentes, *pétainistes* depois *gaullistes*, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e segundo o caso, um pouco os dois ao mesmo tempo. A esse respeito, Denise Rollemberg defende que as proposições de Laborie muito contribuem para refletir acerca de outras experiências históricas, rompendo as noções das *trincheiras*. Cf. LABORIE, Pierre. “Les Français des années troubles. De La guerre d’Espagne à La Liberation”. Apud ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. Op. Cit. pp. 130-131; Para análise feita pela mesma historiadora sobre a atuação da OAB, ver: ROLLEMBERG, Denise. “Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 57-96.

¹⁴¹Segundo Reis, no começo dos anos 1970, apesar do esforço dos homens e da propaganda do regime, disseminava-se a ideia de que existia uma violenta ditadura no Brasil, contribuindo para isso as denúncias, cada

relações de consentimento entre o jornal e o regime autoritário, pois mesmo nos estertores da ditadura, persiste esta postura colaboracionista e, conseqüentemente, as várias dimensões que ela enseja, como os silêncios sobre os derrotados em 1964, a constituição dos militares como os protagonistas deste processo histórico e, por conseguinte, os opositores do regime, sejam os derrotados em 1964, seja aqueles que se colocaram durante o período de consolidação da ditadura, como os antagonistas personificados em comunistas, subversivos, oportunistas, demagógicos etc.

Compreender essa revisitação sobre 1964 e a maneira como os jornais C.S e O.P se posicionaram em relação à ditadura, ou seja, a articulação que se fez entre passado e o presente, e a produção de memórias que essa articulação engendrou, é um ponto de partida essencial, pois tal compreensão se faz necessária e não pode estar dissociada das problematizações que farei acerca da atuação desses jornais em relação ao projeto de abertura política e as lutas que a ele se contrapunham. Entender, portanto, como esses jornais se colocaram em relação a essas questões, dá indicativos, de certa forma, das relações que se estabeleceram entre esses jornais e o regime ditatorial, ponto, sem dúvida, fundamental.

A memória que aí se constitui sobre o golpe de 1964 e a ditadura, não se faz, portanto, desarticulada daquele presente. Ou seja, essa articulação, para além de legitimar a ditadura e os agentes que a representam, nos deixa antever o lugar social no qual se constitui essa memória, e qual correlação de forças ele indica, quais sejam: dois jornais que, embora tenham naturezas editoriais diferenciadas, atuam, pouco divergindo, no campo do colaboracionismo no qual se situa muito jornais brasileiros, constituindo um dos pilares básicos que deu sustentação à ditadura civil-militar.

1.2 – A teatralização da democracia ou a democracia imperfeita em tempos de ditadura

Parece ser consenso, hoje, a compreensão de duas formas de governo nitidamente opostas que viriam a caracterizar, no Brasil, o período de 1964 a 1985 como uma ditadura, e de 1985 até os dias atuais como uma democracia. O próprio uso do conceito de redemocratização, utilizado por alguns estudiosos e outros agentes históricos que atuaram

vez mais numerosas, da existência da tortura como política de Estado. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Op. Cit. p. 84.

durante o período, dá indicativos desta diferenciação e do processo de mudança que marcou o fim da ditadura civil-militar.

Entretanto, o uso do conceito de ditadura para caracterizar o regime vigente entre 1964 e 1985¹⁴² é uma construção *a posteriori* se formos pensar, sem se prender a qualquer rigor, na atuação da imprensa e mesmo dos meios de comunicação em geral. Excetuando-se a própria imprensa alternativa e, evidentemente, os opositores do regime, o conceito de ditadura não fora comum à época de sua vigência. Logo, não posso deixar de enfatizar a importância de se pensar os conceitos de *ditadura* e *democracia* no Brasil como construções históricas e, por que não, também como construções historiográficas.

A problematização do passado por parte do historiador, não pode passar ao largo das explicações que permitem entender como se constroem os conceitos com os quais trabalhamos para referir-se a determinado tempo histórico. A partir do que propõe Raymond Williams, considero que nossas escolhas não devem basear-se numa perspectiva *ahistórica*, descolada das tramas, experiências e sujeitos que configuraram determinada conjuntura.¹⁴³ Portanto, ainda que prevaleça o consenso acima referido para conceituar o período em questão, é preciso compreender que os processos históricos não se deslocam dos sujeitos sociais que o vivenciam, que o constituem, e que esses sujeitos problematizam a realidade na qual vivem, elaboram conceitos, opostos e mesmo antagônicos, e o fazem em um permanente jogo de pressões e limites.

Considero importante, ainda, evidenciar a complexidade que envolve o conceito de democracia. Escorregadio e múltiplo de referências, não se deve dissociá-lo das circunstâncias históricas a partir das quais o historiador o questiona. De modo que as reflexões levantadas nesta problemática não partem de um princípio de julgamento – ser ou não ser – a partir dos parâmetros democráticos que se impõem no presente. Trata-se de uma análise que é histórica, circunscrita a um tempo e um espaço, e que parte, essencialmente, das perspectivas postas

¹⁴²É importante enfatizar que não há um consenso historiográfico quanto aos recortes temporais relativos ao fim da ditadura. Entretanto, a definição mais comum corresponde ao ano de 1985. Para se entender visões distintas, consultar as proposições de Carlos Fico e Daniel Aarão Reis.

¹⁴³A esse respeito, chamo atenção para o alerta que Raymond Williams nos faz, a respeito da necessidade de termos consciência do próprio conceito, que deve ser uma consciência histórica. Assim, “Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas *movimentos históricos ainda não definidos* (...)”. WILLIAMS, Raymond. Op. Cit. p. 17. Grifos meus.

pelos jornais C.S e o O.P na conjuntura estudada. O mesmo se aplica ao conceito de ditadura.¹⁴⁴

As reflexões acima, preliminarmente colocadas, somam-se à consideração sobre a força ativa da imprensa na constituição do presente e na atribuição de diagnósticos à realidade, sendo importante entender o que significa para estes jornais, na conjuntura estudada, os conceitos de democracia e ditadura, e como os articulavam com a realidade de então. Trata-se, portanto, de entender o quê, durante o processo, os jornais aqui estudados defenderam como sendo democracia e ditadura. A isso acrescento, na esteira do que propõe o historiador Antoine Prost, sobre a importância de se *historicizar* os conceitos, ou seja, de identificar a temporalidade de que eles fazem parte, de aprender a contemporaneidade do não contemporâneo¹⁴⁵. Dar significado às palavras no passado pressupõe que elas sejam traduzidas

(...) em uma linguagem compreensível nos dias de hoje e, inversamente, a significação dos conceitos atuais deve ser redefinida se pretendemos traduzir o passado por seu intermédio. (...) A permanência de uma palavra não é a de suas significações e a mudança de suas significações não coincide com a alteração das realidades que ela designa.¹⁴⁶

Ainda que o conceito de ditadura seja largamente utilizado, seja pela academia, seja por outros sujeitos sociais, para caracterizar aqueles anos, considero importante refletir, em nível de memória social, como identificavam o regime os seus contemporâneos? Ou, ainda, como a imprensa, ao dar conta daquela realidade histórica, a ele se referiu?

Reforçando e, por isso mesmo, legitimando a situação de coisas impostas pela ditadura que se forjava dentro de parâmetros democráticos, o jornal O.P usa o discurso proferido pelo então presidente Geisel sobre o resultado das eleições de 1974, nas quais o MDB conseguira expressiva votação, como norte para o seu editorial publicado no início de 1975. Propositalmente intitulado “Democracia”, o editorial coloca, de forma condescendente, que a aceitação dos resultados por parte da ditadura indicaria um “fortalecimento do regime

¹⁴⁴Sobre estas ponderações, considero pertinente complementá-las com o que Rollemberg e Quadrat dizem a respeito: “Ao longo da história, as concepções de democracia e ditadura foram (são) permanentemente reconstruídas por diferentes sociedades. Atualmente, se a democracia no mundo ocidental é consagrada pela máxima *um governo do povo, para o povo e pelo povo*, a ditadura acabou tornando-se sinônimo de tirania em oposição direta à democracia. No senso comum, um governo não democrático é imediatamente rotulado de ditatorial”. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Op. Cit. p. 18.

¹⁴⁵ PROST, Antoine. Op. Cit., p. 130.

¹⁴⁶Ibidem, p. 129.

democrático”, que naquele momento não mais se encontrava dominado pelo “medo dos fantasmas”, se referindo, ao que me parece, ao passado pré-64, estigmatizado como um tempo de desordem e de ameaça comunista. O jornal parte de uma situação concreta da vida política brasileira naquela conjuntura, para apontar a existência de um fortalecimento democrático, quando na verdade está corroborando, em grande medida, o próprio discurso da ditadura que, buscando esconder o autoritarismo que lhe era inerente, forjava o teatro da democracia.

Para o jornal O.P, não só o regime seria democrático, como também o próprio presidente Geisel. Referindo-se ao então presidente, por ocasião de sua visita ao Ceará também no ano de 1975, o jornal considera que:

Em todas as suas visitas às diversas regiões do país, *o general Ernesto Geisel tem-se mostrado um ouvinte atento e um homem sempre disposto ao diálogo.* (...) Aqui certamente manterá esta linha de conduta, e ouvirá com atenção aquilo que lhe será exposto pelos que se preocupam com os problemas do Estado e desejam o apoio federal para resolvê-los. E não são poucos esses problemas, a despeito dos progressos alcançados nos últimos anos sob o signo da Revolução de 1964, de que o Presidente, no poder, é um representante cioso dos princípios que vem procurando implantar. *A imagem do presidente perante o povo completa-se com o aspecto não menos importante de sua vocação política democrática.* Desta tem dado constantes evidências, de modo especial no episódio histórico do último pleito eleitoral parlamentar. (...) Sem abrir mão dos instrumentos de segurança de que dispõe, sem cessar a vigilância em defesa das bases do regime, *o Presidente Geisel tornou-se um símbolo da distensão política* que todos desejam e de uma cooperação de todos os democratas em favor da unidade nacional, da preservação de nossas tradições e do progresso econômico, social e cultural (...).¹⁴⁷

A figura de Geisel se constitui no posicionamento acima a partir de contornos positivos, sendo o então presidente como um homem afeito ao diálogo, quando, na verdade, Geisel fora tão autoritário quanto aqueles que o antecederam durante o período ditatorial, fato ocultado por essa imagem que o jornal ajuda a construir como ele sendo o “símbolo da distensão”. Essa construção, entretanto, oculta a face repressiva do governo em questão, com seus nítidos traços ditatoriais.¹⁴⁸ O editorial ainda busca reforçar uma imagem positiva sobre a “revolução” ao referir-se a Geisel como o seu representante.

O uso do conceito de democracia não é utilizado apenas para referir-se ao Brasil, como demonstra o artigo escrito por Ademar de Távora, publicado no O.P em 1974, no qual

¹⁴⁷“O presidente no Ceará”. Jornal **O Povo**, 06/02/1975, p. 1. Grifos meus.

¹⁴⁸Segundo Napolitano, “Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão: durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 234.

“o mundo democrático” e seus valores são postos em oposição ao “mundo do terrorismo”, associado pelo colunista com aqueles que “(...) cometem aquele crime monstruoso e afirmam, depois, que o fizeram para garantir a paz e a liberdade (...)”.¹⁴⁹ Os opositores do mundo democrático são aí colocados por Távora como sendo o “marxismo-lenismo”. Mais adiante, defende-se os Estados Unidos como sendo o “único país em condições de enfrentar o poderio militar da Rússia Soviética”.¹⁵⁰ Esse diagnóstico explica-se, certamente, pela conjuntura da Guerra Fria¹⁵¹ existente e por toda a carga ideológica que ela enseja. Dentro da lógica binária dessa guerra, a democracia é posta como antagônica ao comunismo, ao passo que fica clara a oposição feita entre os sujeitos colocados aí como antagonistas e protagonistas.

Ademais, há que se pensar no significado político contido nas associações acima. Reforça-se, a partir delas, um traço comum que é inerente não somente ao jornal O.P, mas, igualmente, à ditadura: o anticomunismo como elemento central a partir do qual se elabora uma visão de mundo específica. Assim, compartilhando valores e visões de mundo, jornal e regime, por conseguinte, igualmente compartilham aversões a muitos “inimigos”, e nutrem apreços a determinados “amigos”.

Mesmo se tratando de uma conjuntura na qual as eleições para presidente da república e governador de estado são indiretas, sem a participação popular, o jornal O.P refere-se a essas situações a partir de uma perspectiva na qual, por meio de uma abstração e mesmo falseamento da realidade, se apontam aspectos democráticos, sem fazer menção a qualquer anormalidade nesses processos ou defender a necessidade de mudanças. Por ocasião da posse do novo governador do Ceará, Adauto Bezerra, escolhido indiretamente pela Assembleia Legislativa em 1985, O.P trata de enfatizar nesse episódio que:

Processa-se hoje a transferência do Governo do Estado, *fato importante sobretudo pela comprovação de que o ritual democrático se realiza em um de seus aspectos essenciais, que é o rodízio de poder*. Eleito pela Assembléia Legislativa, o Sr. Adauto Bezerra assume a grande responsabilidade de dirigir o Ceará, o que

¹⁴⁹“Banditismo internacional”. Jornal **O Povo**, 03/04/1974, p. 3.

¹⁵⁰Ibidem.

¹⁵¹O historiador Eric Hobsbawm destaca que “A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças (...). A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência (...) e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. OS EUA exerciam o controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais”. HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.

significa, em termos práticos, comandar uma luta árdua pelo progresso econômico e social.¹⁵²

Numa conjuntura fortemente marcada pela ausência da democracia e de seus rituais, o discurso acima do O.P chama atenção para o fato do jornal atuar como um *dos sustentáculos do teatro democrático* que a ditadura impunha. Não só contribui com tal teatro, como também contribui consentindo com as forças políticas que adentram na vida institucional do país a partir desses rituais falseados pela ditadura.

Essa visão sobre a existência de um país democrático, aliás, representa uma sintonia com a própria visão do regime, uma vez que, para ele, “(...) o país já era democrático, posto que fiel aos valores cristãos e ocidentais e defensor da liberdade individual e da livre-iniciativa contra o ‘totalitarismo de esquerda’”.¹⁵³

Outra perspectiva encontrada no jornal O.P sobre o tema da democracia durante a conjuntura de abertura política, está associada a uma ideia da existência de uma democracia não plena e de uma democracia que deveria ser (e estaria sendo) aprimorada. Tal aprimoramento, contudo, é posto pelo jornal deslocado de qualquer luta política empreendida por setores contrários à ditadura, uma vez que a luta dos segmentos de oposição ao regime, que empunham a bandeira da luta democrática, são quase que por completo negligenciados pelo jornal, uma vez que, para suas pautas editoriais, a única oposição vislumbrada era a oposição reconhecida pela ditadura, ou seja, a chama “oposição consentida”, traduzida no MDB e, posteriormente à reforma partidária, no PMDB e demais partidos de oposição.

Na perspectiva acima mencionada, a democracia, outrora “ameaçada” e então salva pela “revolução” de 1964, estaria sendo aprimorada por essa própria “revolução”, associando a ideia de democracia como pretensão atrelada às aspirações “revolucionárias”, como coloca o jornalista Carlos Castello Branco ao referir-se, no ano de 1976, ao “(...) estilo democrático de vida, do qual fomos retirados há quase 12 anos em nome da própria democracia ultrajada”.¹⁵⁴

O jornalista Lustosa da Costa, por exemplo, em artigo intitulado “Rotina democrática”, publicado em abril de 1975, aponta que:

¹⁵²“Governo novo”. Jornal **O Povo**, 15/03/1975, p.1. Grifos meus.

¹⁵³NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 241.

¹⁵⁴“A família engajada”. Jornal **O Povo**, 24/02/1976, p.3.

(...) Num regime democrático, a rotatividade do poder se constitui rotina (...) No dia em que o Brasil puder, novamente, contar com um *regime democrático pleno*, não constituirá problema, não suscitará espanto nem revolta que os governos passem da ARENA para o MDB. Ou que Governadores da ARENA governem contando com oposição majoritária nas Assembléias Legislativas.¹⁵⁵

Como se vê, não se fala em ditadura, tampouco que se afirma que há uma democracia plena, pois o uso do termo indica falhas, imperfeições. Se, por um lado, o jornal aponta indícios de uma espécie de “anormalidade”, por outro, esquiva-se de ir a fundo na questão, discutindo melhor e com maior clareza qual seria a natureza do regime.

Além da perspectiva de uma *democracia não plena*, há também a perspectiva da *democracia relativa*, vez por outra levantada pelo jornal O.P quando o tema entra na pauta jornalística. O jornalista Castello Branco, por exemplo, aborda a questão quando questiona, em sua coluna, a entrevista concedida a um canal da televisão francesa pelo então presidente Geisel, em julho de 1977, propondo um “reparo” no discurso presidencial, no ponto em que Geisel “(...) refere-se a sua concepção relativista de democracia. Democracia tem-se ou não se tem. No Brasil há uma relativa liberalização e há uma estrutura institucional montada para que se possam transformar seus órgãos em órgãos de uma democracia”¹⁵⁶. O jornalista ainda faz uma comparação com a Venezuela, como exemplo de um país que não teria aberto mão dos “valores democráticos” e da “liberdade” para se combater a “subversão”, e que lá, inclusive, a oposição elege presidentes. Este ponto, evidentemente, ganha contornos de crítica ao governo no ponto em que se justifica a “necessidade” do arbítrio como artifício indispensável para se combater a “subversão”.

O curioso é que, ao se referir sobre “aumentar a taxa de democratização”, Castello Branco coloca Geisel como o artífice deste processo:

O presidente deu sua contribuição principalmente na atribuição de relativa liberdade a imprensa, benefício que não alcançou a totalidade dos jornais e que não se estendeu ao rádio e a televisão. Outra contribuição notável relaciona-se com as determinações para sustar a tortura e outros abusos da repressão. A situação brasileira, sem ser tranqüila, melhorou visivelmente (...).¹⁵⁷

¹⁵⁵“Rotina democrática”. Jornal **O Povo**, 09/04/1975, p.3. Grifos meus.

¹⁵⁶“Democracia relativa”. Jornal **O Povo**, 01/01/1977, p.3.

¹⁵⁷Ibidem.

Há dois pontos cruciais a serem considerados na coluna em questão: o primeiro diz respeito ao fim da censura, que ainda não abolida por completo em 1977¹⁵⁸, é colocada como uma benesse governamental, desvinculada das mobilizações de setores da imprensa pelo direito à liberdade de expressão; o segundo ponto, relativo à menção que Castello faz ao fim da tortura e outros “abusos da repressão”, é que esses também são postos como benesses do regime, contribuindo não só para desvincular a figura presidencial desses casos, forjando certo alheamento, mas, também, para a construção de seu papel como o artífice da abertura política, e para a ideia de que as práticas de tortura eram algo distantes do governo, e, além de excepcionais, eram obra dos “porões do regime”.¹⁵⁹

Neste sentido, ao trabalhar com conceitos como democracia relativa ou aprimoramento da democracia, o jornal O.P os coloca dentro de uma compreensão na qual o governo, o próprio regime, é que capitaneará esse processo, e não outros segmentos da sociedade civil atuando no campo das oposições. É nessa perspectiva que, fazendo coro ao discurso da ditadura, o jornal ajuda a construir Geisel como o artífice não somente da abertura política, mas, também, da democracia:

(...) *O presidente Geisel, que tem lutado para o restabelecimento de normas humanas no exercício da repressão política*, haverá de reconhecer essas outras facetas, inclusive a própria faceta da devolução ao povo dos seus direitos políticos, suspensos pela vigência do Ato nº5. (...) é o próprio chefe do Governo quem toma a iniciativa de realizar a evolução da ‘democracia relativa’ para a ‘democracia absoluta’ (...). Alguns setores jornalísticos, provavelmente por carência de informações, ainda não se deram conta da movimentação de bastidores nesse sentido, mas o fato é que o Governo está efetivamente mobilizado para dotar o País de uma nova constituição antes do término do mandato do presidente Geisel.¹⁶⁰

Esconde, portanto, a dimensão da existência de uma ditadura no país e a mobilização de setores para se restabelecer a democracia, ao passo que – ironicamente – coloca o próprio verdugo como aquele que estaria empenhado em combater as misérias e agruras causadas por ele mesmo. Mais: mesmo pontos que, de alguma forma, podem comprometer negativamente a imagem do governo, a exemplo da existência da tortura, são tratados eufemisticamente no texto acima como “restabelecimento de normas humanas no exercício da repressão”. Além do

¹⁵⁸Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**: O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.

¹⁵⁹Sobre esta questão, Daniel Aarão Reis defende que “(...) está mais do que demonstrada a ligação direta – e a simbiose – entre os ‘órgãos’ de informação e os ministros de Estado, em contato direto com a Presidência da República. Carecem de sentido, e de evidências, as suposições de que os aparelhos de segurança funcionassem de modo autônomo, sem controle ou respeito pela linha de comando. É nesse preciso sentido que se pode falar da tortura como ‘política de Estado’”. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Op. Cit. p. 102.

¹⁶⁰“Faceta dos direitos humanos”. Jornal **O Povo**, 14/08/1977, p. 3. Grifos meus.

tom eufêmico – que não deixa de ser uma estratégia de linguagem para abrandar uma palavra forte– Geisel é colocado como aquele que luta pelo fim da tortura. Com isso, por meio de alheamento, forja uma separação entre *palácio* e *porão*, a fim de inocentar o primeiro e responsabilizar tão somente esse último pela existência da tortura.

Se, por um lado, encontramos no jornal O.P coluna escrita pelo jornalista Carlos Castello Branco sugerindo um reparo na expressão utilizada por Geisel sobre a existência de uma democracia relativa, como demonstrado acima, por outro, Edson Lobão, em sua coluna, sustenta o que dissera Geisel, e defende como natural a existência em uma sociedade de um “equilíbrio” entre democracia e autoritarismo:

(...) Exclama o Presidente que “entre o tipo e puro, limite inatingível, e o autoritarismo totalitário mas [sic] absoluto em seu arbítrio despótico, dispõe-se as nações sob variadas formas de governo, mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, numa busca sempre de equilíbrio, entre as liberdades do cidadão irresponsável e a autoridade responsável do Estado”. Aí está a “democracia relativa” de que há meses nos falou o presidente. É a mesma, com semelhante contextura, embora sem os qualificativos dos intérpretes modernos (...) Geisel apenas cunhou uma expressão, mas não lhe deformou o sentido. (...) A “democracia relativa” proposta pelo presidente Geisel sustenta-se basicamente no bem-estar social cuja construção tornou-se o âmage da sua gestão governamental. Sua Excelência não entende democracia nem atribui importância absoluta ao conceito de liberdade, quando o povo, por sua maioria, sofre a penura de uma acentuada desigualdade social. Aí está, delineado com clareza, o modelo democrático antevisto pelo presidente Geisel para o Brasil.¹⁶¹

Essa questão evidencia a possibilidade de haver, em um mesmo jornal, posições dissonantes sobre um mesmo tema, ainda que isso não comprometa sua atuação mais abrangente no sentido de ser um dos entusiastas e apoiadores da ditadura. Essa impossibilidade só reforça a complexidade que é o trato histórico da imprensa como fonte e objeto de estudo, da impossibilidade de se trabalhar com posições delimitadas em campos opostos dentro de um jornal. É preciso compreender as ambivalências, as possibilidades de ser um e outro ao mesmo tempo e a zona cinzenta na qual se diluem.

Outras reflexões advindas a partir da coluna de Edson Lobão, dizem respeito à aceitação, naquele contexto, de certos valores hoje refutados por parte da sociedade. As referências às formas de governo “mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias”, não ensejam, por parte do interlocutor, qualquer repúdio a esse último aspecto; qualquer sinalização de que tal constitua uma anormalidade, um princípio não aceito e que, portanto,

¹⁶¹“O modelo democrático”. Jornal **O Povo**, 28/10/1977, p.3.

mereceria repúdio. Essa perspectiva revela que práticas como o consenso e o consentimento em torno de regimes autoritários e ditatoriais foram uma realidade no século XX, e como os valores desses regimes estavam presentes na sociedade, sendo antes resultado da própria construção social,¹⁶² e não algo alheio a certos setores da sociedade ou obra exclusiva de regimes. Tal constatação, entretanto, não implica afirmar que toda a sociedade ou toda a imprensa acatara os autoritarismos e as ditaduras. As conviências e os consentimentos, evidentemente, não são unânimes, ainda que em determinadas realidades históricas possa haver expressiva aceitação social.

Atentando para as perspectivas de um sucesso eleitoral do MBD nas eleições de 1978, o colunista Edson Lobão recorre às colocações feitas à época pelo então deputado Herbet Levy, para quem a derrota da Arena poderia vir a significar “um mergulho na ditadura”. Lobão não somente concorda com o sofisma posto pelo deputado – e, a partir disso, comete um ato de negação da existência de uma ditadura naquele momento – como ainda coloca, defendendo o regime:

Infelizmente, porque a ditadura não é a vocação deste país, não é o compromisso da Revolução, não é o desejo do Presidente da República nem o objetivo das Forças Armadas, que sempre nos ofereceram demonstrações de arraigado sentimento democrático. Sucede que a despeito de tudo é para lá que nos encaminhamos na hipótese de uma derrota substancial da Arena nas eleições parlamentares. (...) Uma alternativa também, mesmo, é a prorrogação dos mandatos parlamentares, beneficiando com ela governistas e oposicionistas, que protestarão (alguns) veementemente, mas no fundo gostarão e muito. (...) Nem por isso a prorrogação deixará de ser uma solução preconizada por importantes segmentos do poder, embora não se deva contar com uma assinatura do presidente Geisel em qualquer ato institucional instituindo a medida, pois S. Exa. preferirá sempre a realização das eleições, haja o que houver depois.¹⁶³

Não deixa de ser curiosa a solução apresentada nesse contexto pelo colunista do O.P, que diante da iminência de uma derrota substancial da Arena e conseqüente “ditadura” para o ano seguinte: prorrogação dos mandatos, o que implica, pois, concordar com a permanência da situação posta, com a ausência de eleições na data estipulada. A possibilidade de uma ditadura, na visão de Lobão, é posta como um problema, mas, no entanto, não se critica o governo, não o contesta, e, sim, compactua com uma ideia de “revolução” de “índole democrática”. Portanto, ao mesmo tempo em que ao colocar a ditadura como um risco está

¹⁶²ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Op. Cit. pp. 14-15.

¹⁶³“Os ricos da ditadura”. Jornal **O Povo**, 11/08/1977, p.3. Grifos meus.

negando sua existência, o colunista não deixa de reforçar o golpe dentro de parâmetros democráticos, associando à “revolução” e às Forças Armadas um “sentimento democrático”.

Passadas as eleições de 1978 e a posse dos eleitos no ano seguinte, 1979, o colunista Pádua Campos coloca esses eventos como sendo um momento em que há, no regime, uma mudança de uma fase autoritária para a “volta da convivência democrática”. Embora não fale explicitamente em ditadura, Campos fala da existência de uma “fase autoritária”, que teria durado 15 anos, se encerrando com o fim do AI-5. Ao sinalizar que o Brasil voltara naquele momento ao convívio democrático, a leitura das entrelinhas nos indica que, subjacente a essa informação, está implícita a indicação de que houvera, portanto, senão uma ditadura, pelo menos uma simbiose entre esse modelo e a democracia. O que não há, contudo, é um posicionamento veemente que venha colocar, de forma clara, que se vivia no Brasil uma ditadura:

(...) Desde ontem que temos novos governantes na União e nos Estados-Membros, com a particularidade que são os últimos representantes da *fase autoritária do movimento civil e militar de 64, que durou 15 anos e abdicou de seu maior instrumento de arbítrio, que era o AI-5*. Desde ontem que o País entrou em outra etapa de sua gradual *volta à convivência com a democracia*, respirando outros ares oxigenados pela liberdade, sem fantasmas que nos amedrontem e intranqüilizem. Desde ontem, afinal, que os políticos tomam conta da administração do País, sem a tutela anterior. *Deve-se a Geisel essa coisa importante para a saúde das instituições democráticas que é a liberdade de imprensa e crítica, sem a qual não teríamos avançado como avançamos nos dois últimos anos, não obstante as medidas consubstanciadas no chamado pacote de abril, talvez um remédio amargo demais para a impaciência da oposição (...).*¹⁶⁴

O título da coluna acima, “Meio caminho andado”, é bem sugestivo quando considerada a perspectiva do regime em que se defende, atrelada à ideia de “conquista democrática”, a necessidade de um estado de exceção¹⁶⁵, sem o qual a democracia não poderia ser alcançada. Nesse percurso, portanto, o fim do AI-5 e as eleições do ano anterior constituiriam metade do caminho rumo à democracia. Ao sinalizar a existência de um estado autoritário, Campos não está, em momento algum, conferindo à sua constatação o efeito de crítica, de contestação. Ao contrário, louva-se Geisel como o benfeitor democrático, cumprindo, pois, sua visão de democracia atrelada aos pretextos “revolucionários”. Assim, a democracia surge aí nessa concepção como uma benesse “revolucionária” e mesmo como

¹⁶⁴“Meio caminho andado”. Jornal **O Povo**, 16/03/1979. Grifos meus.

¹⁶⁵Atrelada à ideia de “correção de rumos”, parte-se do pressuposto de que seria necessário suspender as garantias constitucionais a fim de se realizar profunda “operação limpeza”, removendo da vida política os opositoristas da ditadura.

objetivo do regime, silenciando sobre o processo de lutas que se constituía na sociedade em torno da questão. A respeito do Pacote de Abril, as críticas também não existem, pois ele é posto como um “remédio amargo” para a “impaciência da oposição”.¹⁶⁶ Isso não só denota como a concepção de democracia, para o jornal, está muito afinada com a visão da ditadura, e a “impaciência” da oposição, aí colocada, sugere a necessidade colaborar com o governo no “caminho à democracia”, legitimando seu projeto de abertura política.

Essa concepção de democracia como objetivo do regime é defendida mesmo em fins da ditadura. Em 1983, o colunista Castello Branco apresenta essa perspectiva, ao colocar que:

Se a posse dos governadores encerra o período de abertura política, que se sucedeu à distensão, por sua vez precedida pelos ensaios de descompressão, deve-se supor que se inicia o período final de execução do projeto mediante o qual, atendendo a pressões da sociedade civil e à sua própria avaliação de papel que lhes coube desempenhar em relativamente longa etapa da vida nacional, as Forças Armadas, por intermédio do Presidente da República, promoverão a implantação de um regime democrático no País (...).¹⁶⁷

Não se trata, portanto, de uma concepção, por assim dizer, superada com o avanço do processo de lutas por democracia e também com o conhecimento por parte da opinião pública, já com o fim da censura, sobre as graves violações de direitos humanos praticadas pelo regime. Tais questões não têm como consequência, ao contrário do que sugere certa memória resistente da imprensa, um abalo nas relações de consentimento entre o jornal O.P e a ditadura.

Ao constatar a existência do estado de exceção e, portanto, do autoritarismo, o jornal não está buscando se situar no campo da contestação. Antes, corrobora o discurso da ditadura, defendendo e justificando a necessidade do arbítrio, como ilustra o artigo “Os limites da democracia”, de Edson Lobão, publicado em 1978. Nele, Lobão defende que o interesse do então presidente João Baptista Figueiredo era governar “segundo as melhores linhas do regime democrático”, mas, ao mesmo tempo, defende que democracia não deve pressupor o “desarmamento” do país:

¹⁶⁶Qualquer reforma constitucional carecia de dois terços dos votos do Senado e da Câmara para ser aprovada. Após as eleições de 1974, no entanto, a base do governo fora comprometida, uma vez que o MDB passou a dispor de mais de um terço. Sem o consentimento da oposição, o governo não poderia levar adiante qualquer tipo de reforma constitucional. Como as negociações com a oposição não produziram resultados do agrado do governo, Geisel dissolveu o Congresso por duas semanas, entre 1º e 14 de abril de 1977, e editou, sob a proteção do AI-5, o “Pacote de Abril”.

¹⁶⁷“Figueiredo e a solução final”. Jornal **O Povo**, 16/03/1983, p. 5.

(...) a democracia aspirada por ambos [Geisel e Figueiredo] não é absolutamente aquela de desarme do País, escancarando-o a todo tipo de agressão interna à ordem e à tranquilidade para o trabalho. O general Figueiredo é um democrata por princípio e um cultor da ordem, por profissão. Sabe que se contar com o apoio maciço de uma larga bancada parlamentar e dos governadores terá condições de governar dentro dos padrões eminentemente democráticos, porque o açulamento à inquietação que possa ocorrer será enfrentado e demolido pelos próprios instrumentos da democracia, com a cobertura política das maiorias. De outro modo terá o futuro governante que recorrer aos métodos tradicionais de que tanto se serviram os governos da revolução, muitas vezes sem que o quisessem. (...) Mantendo firme sua disposição de governar sem o arbítrio do AI-5, do Decreto 477 e sem os regores [sic] da Lei de Segurança Nacional ele sabe que não pode simplesmente abdicar desses instrumentos sem ter outros de caráter constitucional, aos quais recorrer em momentos de maiores dificuldades(...).¹⁶⁸

Aqui, além de se forjar um caráter democrático para a figura de Figueiredo (traveste-se o ditador em um democrata, e conseqüentemente, uma ditadura em uma democracia), o colunista compactua com a ideia de uma democracia que não “desarme” o país, reforçando a ideia de um inimigo interno, de um perigo iminente, que justificaria o estado de exceção e o uso de leis arbitrárias, postas aí pelo colunista como um assunto que muitas vezes os militares usaram contrariando suas vontades. Mais adiante, o colunista concorda com a existência desses “instrumentos”, necessários, de certa forma, à proteção da “democracia” e do “regime”, daí a necessidade de se ter outros instrumentos de “caráter constitucional”, ou seja, incorporar o arbítrio ditatorial à Constituição. Democracia, sim, mas com limites, haja vista que, em nome da segurança, há que se utilizar o arbítrio. Como se percebe, os posicionamentos do regime e do jornal se confundem.

Como o quê estaria então - se não é com o Brasil - associada à ideia de ditadura neste contexto? Que forças políticas são postas como antagônicas ao regime democrático e, por conseguinte, associadas à uma ditadura?

Já mostrei, em linhas anteriores, que a associação feita pelo jornal O.P entre ditadura e comunismo, e marxismo-lenismo. Uma coisa, vale reiterar, é incontestável: estamos diante de um veículo de comunicação que é assumidamente anticomunista, colocando isso de forma explícita, dispensando as entrelinhas. É verdade, no entanto, que seria difícil imaginar, na conjuntura em questão, um jornal favorável à ditadura que não fosse, igualmente, anticomunista.

¹⁶⁸“Os limites da democracia”. Jornal **O Povo**, 16/02/1978, p. 3. Grifos meus.

Mas essa associação é feita, também, considerando-se a realidade brasileira de então, articulando-as com as forças políticas postas naquele presente e que representavam uma oposição não somente à ditadura, mas também ao jornal O.P, que demonstrara, tantas vezes, seu prestígio pelo partido do regime em detrimento de uma crítica sistemática à oposição.

Em 1983, de forma direta, dispensando as entrelinhas, os meios termos e eufemismos, Pedro Henrique Antero utiliza sua coluna para falar não somente com aqueles que o liam, mas, diretamente, para falar com o partido de situação naquela ocasião, o PDS. Assim, na coluna “À atenção do PDS”, Antero defende:

Já é tempo de dizer, com franqueza, que o PDS tem o dever de lutar pela liberdade do brasileiro. O momento político da abertura democrática tem sofrido sérias ameaças dos grupos radicais de esquerda, que não pretendem o liberalismo mas a implantação do socialismo. Se um partido como o PDS fugira a essa luta, que outro poderá fazê-la em melhores condições do que o nosso? Devemos deixar à polícia, unicamente, esse encargo? A rigor, todos os partidos de inspiração democrática deveriam ter a preocupação de combater o comunismo. O PMDB, embora com o nome de ‘movimento democrático’ e abrigando personalidades respeitáveis da vida política do País, é hoje o albergue diurno dos comunistas. O PT e o PDT não são do nosso lado, pois já nasceram acenando para a ditadura socialista, inspirada em Fidel Castro e outros mestres que pregam o partido único e a ditadura do proletariado. No Brasil, por incrível que possa parecer, há um respeito humano e até mesmo um temor de se falar mal do comunismo. Combatê-lo, ainda pior. E considera-se, por sinal, uma posição reacionária ou direitista a do combate ao comunismo (...). O economicismo apossou-se do nosso País e, por falta de definição, do nosso partido. A impressão que se tem é que a economia resolverá todos os problemas do povo (...). E para desbancar o economicismo é fácil lembrar, que na época do ‘boom’ econômico, no início da década de 1970, a intensidade da subversão obrigou o Governo a desencadear uma série de ações repressivas. A ameaça dos terroristas não é um fantasma nem uma realidade que está distante de nós. Não se trata de ver em toda a parte e em qualquer descontentamento social a presença do comunismo. Na verdade, a fome e a miséria não podem oferecer tranqüilidade e bem estar. Contudo, a denúncia da ação dos esquerdistas não é uma fixação da idéia anti-comunista, mas o resultado positivo de uma avaliação das atividades sócio-políticas dos últimos tempos. Os recentes distúrbios de rua em São Paulo foram assumidos publicamente por membros ligados ao PMDB e ao PT, mas pertencentes de fato a células comunistas. O MR-8 está em plena atividade nas principais capitais brasileiras. E, finalmente, membros da Igreja Católica desenvolvem um trabalho intenso em favor do socialismo, motivados por uma teologia que tem como centro de suas preocupações a libertação temporal do homem. Essas acusações são confirmadas por inúmeros bispos e sacerdotes. E o descaminho de certos pastores da Igreja pode ser constatado facilmente através de cartas pastorais, cartilhas, trechos de novenas, sermões e declarações. E agora, Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro, sente-se à vontade para promover movimentos de esquerda e intensificar a batalha pela ditadura, como fizera há vinte anos (...). E, assim, as ações anti-democráticas vão se avolumando, podendo ameaçar mais tarde a vida política de um povo que sempre pretendeu ser livre e independente. O PDS deve reagir contra o despreparo dos seus membros e sua indiferença em relação ao problema ideológico, fundamental a um País que quer manter sua tradição de liberdade (...). Considero do meu dever submeter essas considerações à atenção do PDS, antes que a indefinição o transforme em joguete de interesses de grupos, de regiões ou de forças menos justificáveis. O que me parece é

que as meias-palavras, os silêncios táticos, as omissões e os oportunismos desfiguram a imagem *do único partido que tem condições, no momento, de defender nossa liberdade e independência*.¹⁶⁹

Embora extensa, a citação acima só demonstra que a coluna em questão impõe que não se dispensem muitas linhas. Embora seja assunto que ficará para os próximos capítulos, cabe adiantar que o jornal O.P esteve afinado com a abertura política de acordo com a prerrogativa ditatorial, silenciando outros sujeitos no processo, descaracterizando, pois, sua condição de lutas contra a ditadura, uma vez que a abertura é posta como uma benesse do governo e objetivo final do “processo revolucionário”. Nesse artigo, Antero reforça como nunca o alinhamento escancarado ao PDS, que é posto como aquele que deve levar a cabo a abertura política. Defendendo a iminência do perigo comunista, ainda vivo, à espreita, aponta os “inimigos” da nação: PMDB, PT, setores da Igreja Católica, PDT e, óbvio, Leonel Brizola. São, pois, as forças antidemocráticas, sobre as quais o colunista chama a atenção do PDS para o combate. Isso reforça, pois, o anticomunismo do jornal e sua preferência escancarada pelo PDS e a ditadura, e sua desqualificação em relação aos partidos da oposição, postos aí como inimigos da liberdade. Aqui o colunista parece querer deixar claro para seus leitores quem seriam nesse contexto os inimigos da democracia e da liberdade, fazendo uma advertência pública ao partido da ditadura para que se manifeste e salve o Brasil desta “ameaça”. Curioso apontar que a ditadura aqui aparece como uma ameaça comunista e não como uma realidade do momento. Nessa conjuntura de abertura política, o articulista aponta a “ameaça socializante” e clama o PDS publicamente para a ação. Demonstra que mesmo nesse momento, a paranóia comunista não era algo do passado, restrito aos tempos que remontavam ao auge da Guerra Fria.

A ditadura, para o jornal, não tinha conexões com a realidade brasileira, mas sim, com a “ameaça de uma ditadura comunista”. Esse discurso sobre a ameaça comunista, que não constitui nenhuma novidade nesse contexto de fim da ditadura, é renovado, como vimos, e associado às forças políticas atuantes no campo de oposição à ditadura, ainda que não seja uma oposição homogênea, com os mesmos princípios e objetivos, o que tornaria mais correto colocá-las no plural, oposições. Na renovação de discurso e na incorporação de novos sujeitos à essa paranóia, é preciso enfatizar a importância que o jornal dá a dois sujeitos: Leonel Brizola, associado às forças políticas depostas em 1964 e, conseqüentemente, a toda

¹⁶⁹“À atenção do PDS”. Jornal **O Povo**, 25/04/1983, p. 5. Grifos meus.

estigmatização que envolve o evento, e o PT, que desponta no contexto de abertura. Esses dois sujeitos, entretanto, estão inseridos um universo maior que abrange o comunismo, o socialismo, além das já mencionadas correntes, marxismo e lenismo. Ainda sobre o PT, em outro artigo Antero coloca que:

*(...) o Partido dos Trabalhadores está decidido a alcançar, pela via da subversão, aquilo que lhe foi negado pelo caminho democrático das eleições (...). A movimentação de Lula, patrocinando greves e pregando violência na atual quadra da vida brasileira, faz parte de mais uma etapa da ‘guerra das guerrilhas’ que se desenvolve pelo comando do movimento sindical entre o PT e as demais organizações clandestinas da esquerda brasileira (...). Os conhecidos obreiros da catástrofe tentam novamente, como fizeram nos idos de 1964, transformar a referida classe trabalhadora em massa de manobra para a consecução de objetivos ideológicos. Os planos de Lula não contribuem nem para a abertura nem para a consolidação da democracia. (...) Tudo isso é o submundo político de uma pretensa ditadura de sabor comunista, que não está na rota da abertura nem nas pretensões de um povo que quer garantir, antes de tudo, sua liberdade e sua dignidade.*¹⁷⁰

Cumprido destacar que mesmo que estivesse imbuído de compactuar com o teatro da democracia forjado pelo regime, é possível constatar no O.P questões que sinalizam, de certa forma, para existência de contradições e mesmo para vozes de terceiros, constituindo, ainda que forma muito casual, um espaço para visões distintas daquelas predominantemente encontradas no jornal em relação ao tema, como quando se veicula sobre o posicionamento de Ulysses Guimarães em relação à escolha de Figueiredo para suceder Geisel: “(...) criticou o atual processo sucessório que culminou com a indicação do general João Baptista Figueiredo, pela falta total de participação popular (...) ‘o regime que domina o Brasil (...) está longe da democracia’”.¹⁷¹ Esse espaço para vozes discordantes, no entanto, não implica dar voz a qualquer segmento que se situe no campo de oposição ao regime, mas tão somente, como já mencionei, à oposição circunscrita aos espaços legais permitidos pela ditadura, como o MDB e, posteriormente, o PMDB e demais partidos. Logo, esse espaço para veicular os posicionamentos da oposição não trazem consigo um caráter de crítica intransigente ou, certamente, de algo que pudesse afrontar à censura enquanto ela vigeu.

Ainda que de forma pontual, sobretudo no contexto pós AI-5, é possível encontrar no O.P algumas referências, ainda que tímidas, que sugerem ter vivido o regime, em um contexto específico, um caráter ditatorial. Esse contexto, certamente, refere-se ao período de vigência do AI-5, como quando o colunista Paulo Bonavides, em 1982, defende:

¹⁷⁰“O franguinho do PT”. Jornal **O Povo**, 08/08/1983, p.5. Grifos meus.

¹⁷¹“Ulisses critica o sistema de escolha”. Jornal **O Povo**, 06/01/1978, p. 5.

(...) Enquanto a abertura prossegue, acumulam-se contudo os riscos manifestos de uma retroação moral na ordem política, nos costumes e nos escrúpulos de quantos se empenham em promover a corrida maquiavélica ao poder (...) O mergulho do país nas trevas do AI-5 e nas leis repressivas da ditadura parece que nada nos ensinou a esse respeito.¹⁷²

É nesses posicionamentos dissonantes - que não chegam a comprometer a atuação do jornal O.P e

sua relação com o regime -que se encontraria o caráter ambivalente do jornal. Pois, se na demonstração acima vemos que ao AI-5 está associada à ideia de trevas e ditadura, é possível encontrar muitas outras demonstrações no jornal que indicam o contrário, como defesa da necessidade do uso do AI-5 e se referindo ao regime como uma democracia. Tampouco há eventos ou marcos que redefinam a visão do jornal sobre o regime como ditadura ou democracia, representando, assim, uma ruptura, um abandono do uso dos conceitos.

Os posicionamentos do jornal C.S relativos à democracia e ditadura, estão muito presos a uma perspectiva abstrata, pois pouco se presta – ou mesmo evita-se – a fazer associações diretas e explícitas dessas questões com o Brasil naquele momento. Há, também, dentro de uma perspectiva anticomunista que é inerente ao semanário católico, uma associação dos regimes socialistas com a ideia de ditadura. Trabalha, igualmente, a com a perspectiva de democracia a ser aprimorada.

Ainda que o C.S caminhe por uma discussão essencialmente conceitual, abstrata, sem tomar países como exemplos concretos, seja o Brasil ou outro qualquer, nos chama atenção, entretanto, o que está contido, digamos assim, nas entrelinhas. Isso quer dizer que, se, por um lado, não há referências explícitas, diálogos mais diretos, com a realidade brasileira, por outro, há indicativos de elementos que justamente estiveram ausentes na conjuntura brasileira de então. O que nos vem à cabeça, de imediato, por parecer o mais óbvio, é a existência da autocensura, impelindo a uma espécie de comedimento na hora de abordar assuntos deveras problemáticos naquelas circunstâncias. Essas ponderações, entretanto, não se colocam em um plano de absoluta certeza. Advirto que não passam de suposições levadas em consideração pela vigência da censura e autocensura naquele momento. Vejamos, então, o que diz o jornal C.S no artigo “A construção da democracia”:

¹⁷²“Abertura para o parlamentarismo”. Jornal **O Povo**, 26/09/1982, p.2.

A democracia consiste no equilíbrio entre as relações para que cada qual tenha o máximo de liberdade, limitado apenas pelos direitos alheios, pela liberdade dos outros. Democracia é sujeição de todos, governantes e governados, às leis – constitucionais e ordinárias – definidas em última instância, pela inviolável soberania do Poder Judiciário (...). Democracia é a autêntica participação no governo pela escolha dos dirigentes, e pela possibilidade de substituí-los e responsabilizá-los (...). Além da possibilidade de o povo eleger e substituir os dirigentes, requer a democracia que, feitas as necessárias reservas em matéria militar e diplomática, os atos governamentais sejam públicos, para as grandes decisões poderem apreciar-se antes e depois de tomadas. Na discursão [sic] das idéias e atitudes, no ataque e na defesa, no diálogo sempre aceso entre governo e oposição, e à vista de todos é que o povo escolherá os verdadeiros mercedores de representá-los. Calar os adversários ou a imprensa e outros meios de manifestação do pensamento é subtrair ao povo a possibilidade de julgar com pleno conhecimento de causa (...).¹⁷³

Referências à escolha de dirigentes pelo povo e a liberdade de imprensa, por exemplo, nos impelem a fazer uma cuidadosa leitura das entrelinhas. Ainda que esta não fosse a intenção do interlocutor, é no mínimo curioso que, em um contexto marcado por eleições indiretas e ausência de liberdade de imprensa, esses elementos sejam postos em discussão justamente em um artigo que se presta a discutir sobre a construção democrática, como se deixasse a cargo do seu leitor, por si só, fazer as devidas comparações com a realidade que o cercava.

O mesmo se repete em “Tolerância, bipartidarismo e democracia”, artigo escrito por Clóvis Junior, da Agência Periodista Latino-Americana, APLA, no qual se coloca que nas democracias “a tolerância é o principal fator de coesão porque admite a diversidade de idéias”. Ao referir-se sobre o que seria o oposto de democracia, apresenta-se o seguinte:

(...) nos regimes não democráticos (...) a todos apenas quer impor a conformidade a obediência e a ordem sectária. Há quem faça e compartilhe de tais idéias apenas por ingenuidade e excesso de zelo. O apego fanático a idéias mais utópicas pode elevar a valorização de tais utopias sobre o amor e o respeito que se deve à pessoa humana. Mas, o que ocorre é a simples tentativa de conformar-se homens e pessoas a um *Poder que um dia se estabeleceu legitimamente, e que com o tempo se tornou anacrônico e ilegítimo*.¹⁷⁴

Chama-nos atenção a menção feita sobre um poder que um dia se estabeleceu legitimamente, mas que se tornara anacrônico e ilegítimo com o tempo. Parece repetir-se mais uma vez uma referência, ainda que velada, à situação brasileira quando se propõe a falar em democracia. Tal referência parece sugerir o estabelecimento de uma diferença entre um poder que, segundo certa memória liberal, propõe distinguir entre determinada legitimidade para o golpe de 1964, e o que teria sido seu percurso político antidemocrático. Sobre essa *memória*

¹⁷³“A construção da democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 08/01/1977, p.2.

¹⁷⁴“Tolerância, bipartidarismo e democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 11/03/1978, p.4. Grifos meus.

liberal, a ela me refiro a partir das seguintes proposições do historiador Marcos Napolitano, que a identifica a partir de uma leitura segundo a qual: “As mazelas políticas durante o regime militar não se devem às boas intenções do golpe de 1964, desagradável mas necessário (...). Os desvios do regime é que puseram o caráter ‘redentor’ e cívico da ‘Revolução’ em xeque”¹⁷⁵.

Outro indício que aponta para essa referência implícita à situação brasileira, sustenta-se no trecho abaixo, do mesmo artigo, no qual Clóvis Junior aponta:

(...) Naturalmente fanáticos ou ditadores, mascarados por trás dessas idéias mirabolantes de um paraíso terrenal, raciocinam em termos de absoluto bem e absoluto mal. E adotam um sistema de canalização de anseios gerais ora por um unipartidarismo (porque é o único que participa da verdade) ora por bipartidarismo (onde um é bem, o outro é o mal) (...).¹⁷⁶

Essas insinuações, contudo, se, até então, poderiam nos levar a pensar que o autor pretendeu indicar, nas entrelinhas, a existência de uma ditadura no Brasil, se esvaecem ao final do artigo, quando Junior, ao referir-se a João Figueiredo como sucessor de Geisel, evidencia o que seria, segundo declarações de pessoas próximas a Figueiredo, sua ojeriza ao bipartidarismo. A esse respeito, Junior o vê como sendo “(...) uma luz brilhante ao fim deste trem fantasma que tem sido a vida política brasileira nos últimos anos”¹⁷⁷. Sobre as afirmações de Figueiredo, à época, de governar com sólida coligação partidária, apesar de enfatizar a impropriedade de sua indicação, a existência de uma democracia é posta em evidência: “Isto, o que o general João Baptista diz que pretende, é pura democracia e nasce sem dúvida de um homem tolerante. Apesar da impropriedade da indicação, a candidatura de Figueiredo começa a tomar contornos democráticos (...)”¹⁷⁸. Como se vê, não somente a imagem de Figueiredo ganha contornos positivos a partir dessa leitura, como também a menção à democracia sugere que, apesar do que dissera nas entrelinhas, não estamos diante de um discurso contrário à ditadura e seus representantes.

É importante entender que este período, embora ditatorial, teve na democracia um valor supremo, sendo essa constantemente reiterada e evocada no discurso governista. Aliás, cabe lembrar, foi em nome dela que se consumou um golpe de estado, mergulhando o país em

¹⁷⁵NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 232.

¹⁷⁶“Tolerância, bipartidarismo e democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 11/03/1978, p. 4.

¹⁷⁷Ibidem.

¹⁷⁸Ibidem.

uma ditadura. Não podemos perder de vista, também, a conjuntura latino americana, assolada por regimes ditatoriais, como parte de algo mais abrangente, a Guerra Fria, na qual se inserem essas ditaduras. A esse respeito, considero oportuno recorrer a Marcelo Ridenti, quando aponta:

(...) nos anos 60, antes e depois do golpe de 1964, a questão da democracia estava no contexto da guerra fria, em que os Estados Unidos não hesitavam em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia...¹⁷⁹

Cabe pontuar que apesar da ausência que se constata do conceito de ditadura para referir-se ao Brasil, mesmo quando do abrandamento da censura, isso não implica não apontar, em algumas ocasiões, - e isso se faz mais presente no jornal C.S quando o comparamos ao O.P - sobre a existência de traços ditatoriais presentes na sociedade brasileira. Ou seja, questões como violação dos direitos humanos, censura, perseguição a opositores políticos, repressão policial etc., como melhor veremos adiante, vez por outra surgem no jornal C.S, a exemplo do que escreva o padre João Batista Frota em 1978, quando da Conferência de Puebla, a respeito da situação latino americana:

(...) Os bispos chegarão a Puebla com uma bagagem bem pesada. Nela vai uma amostragem da vida de seu povo. Eles levarão consigo uma grande e nítida fotografia da realidade vivida pelo seu rebanho em cada recanto do continente. Realidade complexa, heterogênea, confusa e algumas vezes até angustiante (...). Algumas de suas cores são vivas e alegres mostrando um povo marcado por uma religiosidade muito profunda (...). *Outras cores mais escuras e sombrias. (...) sob o ângulo político vemos o sufoco à liberdade, o desrespeito aos direitos da pessoa humana, a proliferação de regimes fortes que sacralizam o poder e colocam a teoria da segurança nacional como postulado supremo.*¹⁸⁰

O mesmo ocorrera quando da invasão da PUC de São Paulo, a mando do coronel Erasmo Dias, em 1977. O assunto fora abordado somente em fevereiro do ano seguinte, no artigo “A fúria em nossas universidades”. A repressão policial, embora seja discutida, vem acompanhada da crítica ao que se considera como sendo a “fúria” dos estudantes:

Palco de lutas, protestos, prisões, pixações [sic], o recinto interno e os muros das universidades passaram a abrigar um estado de espírito antipedagógico por excelência. Todos tinham, professores e alunos, uma ‘mensagem’ para transmitir, um protesto para reclamar, uma revolta para anunciar. *A violência policial procurando conter a fúria chegou ao seu ápice. Em São Paulo, salas de aula da PUC foram destruídas, bombas atiradas sobre os alunos e prisões encheram-se de*

¹⁷⁹RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura”. In: In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 62.

¹⁸⁰“Os bispos consultam o povo”. Jornal **Correio da Semana**, 11/03/1978, p.3. Grifos meus.

*atônitos estudantes. De nada adiantaram os protestos ou os processos movidos contra a repressão policial. Romperam-se a simbiose desejável entre o corpo social e o universitário. A democracia significa pluralismo de pensamentos, tendências, sentimentos e ações. Como impedir que este pluralismo conduza a um caos permanente? Na luta diária por orientar-se frente a diversas e conflitantes informações, dadas em rapidíssima velocidade de ondas elétricas, o universitário perdeu o mapa de orientações (...). Quer a democracia, mas ao mesmo tempo defende idéias anti-democráticas. Quer a liberdade, mas adota atitudes autoritárias. Repudia a repressão, mas não se responsabiliza pelos seus atos! (...).*¹⁸¹

O curioso é que não somente à ação policial é associada à ideia de autoritarismo, mas também à própria ação estudantil confere-se um sentido “antidemocrático”, mostrando, pois, que ao evidenciar a repressão policial na invasão da PUC não se está, necessariamente, colocando-se em favor dos estudantes.¹⁸² O artigo em questão, aliás, se põe muito mais a criticar a atitude dos estudantes, considerando-as como autoritárias e antidemocráticas, do que mesmo a repressão policial. O artigo tampouco se põe a explicitar qual seria o motivo que levou à invasão e depredação da PUC: o III Encontro Nacional dos Estudantes, cujo objetivo era rearticular a UNE, àquela altura ainda ilegal por conta do Decreto nº 477.¹⁸³ Isso nos demonstra, pois, que mesmo o movimento estudantil, que, de uma forma geral, tinha a questão da democracia em suas pautas, é associado aí com o autoritarismo, representando, portanto, um dos antagonistas dentro deste diagnóstico que o jornal se põe a construir da situação política de então.

Ainda sobre a América Latina, em 1979 o C.S publica artigo intitulado “Ditadura democrática”, escrito por Ricardo Vélez Rodriguez, que aborda a situação do continente, lastimando que “Parecem cada dia mais distantes as esperanças de que as nações latino-americanas cheguem à instauração de uma verdadeira democracia representativa”¹⁸⁴. No artigo, cita-se o exemplo da Nicarágua, fala-se sobre o passado histórico das nações hispanoamericanas e define a realidade de então do continente como estando permeada por “ditaduras democráticas”. O que chama atenção é que não se dedica uma linha sequer para

¹⁸¹“A fúria em nossas universidades”. Jornal **Correio da Semana**, 04/02/1978, p. 3. Grifos meus.

¹⁸²Convém mencionar, entretanto, que em outra ocasião, o jornal *Correio da Semana* se manifestara contrário ao Decreto 477, defendendo um diálogo entre o governo e o movimento estudantil. Cf. “O governo e os estudantes”. Jornal **Correio da Semana**, 07/07/1979, p. 5.

¹⁸³Conforme aponta o historiador Marcos Napolitano, a invasão “(...) foi provocada, precisamente, pela realização do III Encontro Nacional dos Estudantes. (...) dia 22 de setembro as efetivas lideranças do movimento estudantil realizaram o encontro clandestinamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (...) A violência da invasão foi impactante. Deteve cerca de mil estudantes, dos quais cerca de noventa foram encaminhados para o Dops e quatro ficaram gravemente feridos. Cerca de trinta salas de aula ou administrativas foram completamente destruídas pela polícia”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 261.

¹⁸⁴“Ditadura democrática”. Jornal **Correio da Semana**, 15/12/1979, p.3.

abordar a situação brasileira, esquivando-se, portanto, de estabelecer um diálogo com a realidade do país.

As questões até aqui levantadas, como se percebe, nos indicam a impossibilidade de se trabalhar com dois campos distintos e mutuamente excludentes entre *ser* ou *não ser*, haja vista as complexidades que envolvem a produção de significados que estes jornais fazem sobre determinada conjuntura histórica e como elas podem variar durante o processo.

Constituindo um dos seus traços de anticomunismo, o jornal C.S é também marcado por uma visão na qual se associa o comunismo e o socialismo com a ideia de ditadura, sendo elementos recorrentes no discurso do jornal, e utilizados para ilustrar o que seria naquele contexto os representantes de um regime ditatorial.

Enfatizando para a questão dos direitos humanos, quando da eleição de Jimmy Carter para a presidência dos EUA, o C.S, em editorial, apresenta os seguintes apontamentos: “Sentimo-nos tranqüilizados quando lemos no discurso inaugural de Jimmy Carter uma afirmação categórica de respeito aos direitos humanos (...). Esta afirmação é uma verdadeira advertência aos países socialistas e a todos aqueles que desrespeitam os mais justos direitos humanos”.¹⁸⁵ Ainda que se deixem brechas para o leitor poder incluir o Brasil entre os países que, como menciona o editorial, desrespeitam os direitos humanos, a ênfase que o jornal traz recai justamente nos países socialistas.

O mesmo se repete no artigo de Antonio Carlos de Moura Campos, oriundo da agência de notícias Plana, publicado pelo C.S em 1978. Nele, Campos se propõe a classificar o que considera como sendo os “democratas de ocasião”, entre os quais inclui os “marxistas”. Repetindo-se a associação feita entre o socialismo, comunismo e marxismo, com a ditadura e suas variantes, como opressão, ausência de liberdades etc., o autor propõe uma subclassificação entre os democratas de ocasião, os “democratas da oposição”, que abrigariam:

(...) todos aqueles que, quando se encontram na oposição (partidária ou não) a determinado governo, desfilam empertigados como ardorosos paladinos de legalidade democrática, dedo em riste contra as autoridades, a cujos métodos de ação atribuem a perversão ou o aniquilamento total da democracia. Quando, porém, conseguem penetrar nas altas esferas do poder, adotam os mesmos métodos que censuravam no governo anterior. (...) *Aqui também se enquadram os marxistas de*

¹⁸⁵“Carter presidente”. Jornal **Correio da Semana**, 22/01/1977, p. 1.

*hoje, tão fervorosos na defesa das liberdades democráticas, quando só por ingenuidade ou má fé se pode desconhecer a opressão brutal que os regimes marxistas exercem sobre as liberdades em geral.*¹⁸⁶

Esse discurso anticomunista e sua associação à ditadura e a opressão, ajuda a compor um mosaico no qual sentidos e interpretações lhe dão não somente forma, mas também legitimidade. Faz parte igualmente do processo de construção de memórias, seja pelo diagnóstico que se propõe ao passado, seja pelo diagnóstico que se propõe ao presente, no qual a imprensa se apresenta como lugar privilegiado. Esse processo, como sugere Laura Antunes Maciel, requer:

(...) a compreensão sobre as disputas e lutas que marcam a produção social da *memória*, bem como aos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente (...). Trata-se de buscar as formas como se constroem sentidos e interpretações, por meio da imprensa, refletindo sobre a forma como se articulam as diversas forças capazes de produzir representações históricas (...).¹⁸⁷

No final das contas, prevalece um sentido no qual a ideia de ditadura é, sobretudo, alhures, pois se faz a partir de fronteiras além Brasil, associada a regimes comunistas/socialistas. Dentro de um ideário dominante que associa não somente o regime de então no Brasil, mas também ao seu evento fundador, a uma causa democrática, esse discurso anticomunista cumpre sua função de legitimar as alianças políticas postas nesse presente, pois reverbera a mensagem de que o comunismo se constitui como inimigo. Não seria não somente o inimigo desses regimes ditatoriais, mas também o inimigo da sociedade.

Como já mencionei, essas não são, entretanto, as únicas perspectivas encontradas no jornal C.S em relação ao tema. Constatam-se, também, menções à ideia de aprimoramento da democracia, sugerindo, dessa forma, a existência de um regime carente de plenitude.

Em 1979, em meio às discussões sobre a reforma partidária que poria fim ao bipartidarismo então vigente, o colunista Geraldo Bonadio apresenta expectativas em relação aos “efeitos benéficos” que se deveriam esperar de tal reforma “(...) para o aprimoramento da democracia em nosso país”¹⁸⁸. Bonadio aponta ainda:

(...) a reforma partidária deveria situar-se como medida complementar num contexto mais amplo. Antes que emergissem os novos partidos, porém, seria fundamental

¹⁸⁶“Os democratas de ocasião”. Jornal **Correio da Semana**, 08/07/1978, p. 5. Grifos meus.

¹⁸⁷MACIEL, Laura Antunes. “O popular na imprensa: linguagens e memórias”. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-Rom.

¹⁸⁸“Novos partidos e democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 27/10/1979, p.2.

desvincular, por exemplo, a figura do chefe de Estado da do chefe de governo, figuras essas que se confundem, hoje na pessoa do presidente da República. E essa confusão que, com irritante insistência, faz com que o exercício da oposição (o ser alguém contra o governo) acabe sendo tomado por subversão (o ser alguém contra o Estado). Nada disso deverá ocorrer em função da reforma partidária, até porque busca-se, novamente, uma solução casuística para resolver os problemas do governo e não para dar resposta aos problemas do Estado brasileiro. (...) Nada disso tem mais importância, porém, eis que a reforma não está comprometida com *aquilo que deveria ser a grande meta do governo quanto da oposição de operacionalizar a democracia que nunca tivemos*, dando-lhes condições de subsistência que independam dos humores pessoais dos poderosos do dia e permitam sua sobrevivência mesmo em face de crises de maior vulto. Este ideal está, uma vez mais, sendo ignorado.¹⁸⁹

Percebe-se que o autor comete, no mínimo, uma contradição, pois, se no início do seu texto recorre à ideia de aprimoramento democrático, em sua conclusão é enfático: fala de uma de uma democracia que nunca se teve no Brasil. Ao apontar essa ausência, contudo, o autor não faz menção, pelo menos se referindo ao contexto histórico em questão, sobre a existência de uma ditadura. Ao constatar tal ausência, o autor a deixa solta, sem ir além, sem aprofundar os questionamentos que tal ausência poderia despertar no leitor mais atento. Certamente, fazer essas considerações sobre o passado a partir do presente, torna de certa forma óbvia que essa ausência não fora devidamente explorada pelo autor da coluna. Entretanto, é complexo apreender as recepções que se dão no campo dos leitores e mesmo definir que eles tinham por certo que a ausência de democracia significaria, necessariamente, a existência de uma ditadura. A apropriação do texto pelo leitor, portanto, não está condicionada única e exclusivamente pelas intenções de seu interlocutor, pois é preciso considerar, como propõe Roger Chartier, que:

(...) a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos (...). Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la.¹⁹⁰

Em outro artigo, publicado em 1983, em meio às discussões sobre eleições diretas que ganhavam força entre a sociedade, o jornal C.S. publica artigo, no topo de sua primeira página, intitulado “A prova da democracia”. O artigo é de autoria de Pedro Colombo, da agência de notícias Plana. Nele, Colombo refere-se aos estados que estão sendo governados pela oposição – lembremos que na eleição de 1982, na qual os governadores dos estados voltaram a ser eleitos por voto direto, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, elegeram

¹⁸⁹Ibidem.

¹⁹⁰CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 123.

políticos da oposição – como exemplos de que estaria se “(...) configurando uma interessante forma para a democracia”¹⁹¹. Colombo complementa afirmando:

Como veio sendo insistentemente apregoadado durante a campanha eleitoral, da essência da Democracia pertenceria não apenas em ser um governo do Povo para o Povo e pelo Povo, mas em ser o governo constituído pela participação **direta** do Povo na escolha de seus governantes e nas decisões sobre os problemas principais da administração. A verdadeira Democracia só se efetivaria por meio de eleições diretas. Eleições diretas para a Presidência da República, para os governos estaduais e municipais e para os principais postos da administração pública.¹⁹²

Essas definições, contudo, são acompanhadas pela afirmação de que o modelo “ideal” de democracia que o autor coloca, segundo ele, “vem se mostrando inviável”, pois, “O que aconteceria se todos fossem eleitos e designados de acordo com a vontade da maioria? (...) Provavelmente o caos”¹⁹³. Há, portanto, uma tentativa de delimitação entre o que seria a *teoria* e a *prática*. Ainda que o autor aponte o que considera um modelo ideal de democracia – e essa proposição nos indica mais uma vez, nas entrelinhas, que busca se sugerir uma *ausência* – reitera que:

(...) o processo de escolha direta dos **governantes**, numa Democracia direta, só seria valido até certo ponto. (...) Sem dúvida, nada mais desejável e louvável do que a participação de todos na realização da Democracia. Isto, porém, supõe educação, bom senso e muita responsabilidade. Tal participação dar-se-á, porém, como uma exigência humana muito mais do que de um regime democrático.¹⁹⁴

As percepções que o autor coloca apontam, de certa forma, para a definição de uma maneira a partir da qual se deve entender o tema. Ou seja, em se tratando de democracia, que questões envolveriam o distanciamento entre o real, a prática, e o ideal, teórico. Chama a atenção, porém, que em se tratando de um contexto marcado pelas discussões em torno das eleições diretas, intrinsecamente ligadas à aspiração democrática, a discussão se faz aí deslocada de qualquer sentido de lutas. Ao apontar o que seria a verdadeira democracia, mas vaticinar que, na prática, tal modelo teria limitações, supõe-se, ainda que de maneira tímida, uma relação de consentimento com a “democracia imperfeita” posta naquele contexto, na qual escolhas indiretas também seriam válidas, a fim de se evitar “o caos” ao qual o autor referiu-se em linhas anteriores.

¹⁹¹“A prova da democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 07/05/1983, p. 1.

¹⁹²Ibidem.

¹⁹³Ibidem.

¹⁹⁴Ibidem.

Compreender os posicionamentos dos jornais O.P e C.S sobre democracia e ditadura naquela conjuntura, não se dá em um campo definido, claro, e facilmente identificável, entre o ser o e não ser. A postura política de um jornal em determinada conjuntura histórica, cabe lembrar, é feita por sujeitos históricos com visões de mundo diferentes. E ainda que atuem em jornais nos quais se busca manter certa coerência editorial, posicionamentos distintos, muitos deles existentes em uma mesma edição, em uma mesma página, se farão presentes. O discurso jornalístico, nesse sentido, não é uma totalidade homogênea. Ele apresenta fissuras, espaços de resistência a partir dos quais outros sentidos podem emergir e pode sofrer deslocamentos mediante as transformações conjunturais que afetam as correlações de forças.¹⁹⁵ Uma coisa, porém, é indubitável: a democracia não é posta como uma *ausência absoluta*, tampouco se define a realidade de então como uma ditadura, mesmo no momento em que a censura já não mais se fazia presente.

A simples conceituação de democracia, sem buscar estabelecer nexos com o Brasil; a abstração da realidade, buscando ver democracia onde existia uma ditadura; e a indicação de uma democracia a ser aprimorada, caracterizam, em essência, a problemática aqui levantada. A ditadura, por sua vez, está associada aos regimes comunistas/socialistas, sendo posta como algo distante da realidade brasileira de então, mas, ao mesmo tempo, como um perigo iminente.

O diagnóstico que estes jornais fazem do regime militar como uma democracia e não uma ditadura, implica na produção de consenso e consentimento em torno de um regime autoritário. Oferecem, portanto, aos seus leitores, naquele momento, uma imagem de democracia distanciada do real, ajudando a difundir uma realidade distorcida e inverídica do país. Ainda sobre o consenso em relação aos regimes ditatoriais, considero pertinente as reflexões feitas por Rollemberg e Quadrat: “(...) ao longo do século XX, o consenso, frequentemente, se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida como um problema”.¹⁹⁶

O que chama mais atenção, entretanto, é que as discussões sobre democracia estão dissociadas de elementos que a, princípio, seriam esperados, considerando-se a conjuntura em

¹⁹⁵MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)”. In: ORLANI, Eni Puccinelli (Org.) **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ª ed. Campinas, SP: Fontes, 2003, p. 42.

¹⁹⁶ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Op. Cit. p. 17.

questão - com espaços de contestação e resistência, permeados exatamente pela luta em prol do fim da ditadura -: democracia como *imperativo, bandeira de luta, meta a ser alcançada*. Ou seja, encontram-se desvinculadas de qualquer contestação ao regime ditatorial imposto por civis e militares em 1964.

Por fim, as reflexões aqui postas nos permitem entender, guardadas as devidas exceções, como em determinadas circunstâncias históricas, o autoritarismo, as ditaduras e ditadores são aceitos socialmente; muitas vezes, aliás, esses ditadores são defendidos como salvadores da pátria por diferentes pessoas e segmentos da sociedade, dentre os quais setores da imprensa, nos permitindo compreender o autoritarismo como elemento da cultura política de muitas sociedades¹⁹⁷, em que o Brasil não se apresenta como exceção.

¹⁹⁷Ibidem, pp. 24-25.

CAPÍTULO 2

ZONAS CINZENTAS DE UM TEMA: CONSENTIMENTOS, CRÍTICAS, ATRITOS E AMBIVALÊNCIAS

“Mais do que isso, é preciso compreender esses objetos não exclusivamente em campos bem delimitados de a favor ou contra, e sim naquilo que o historiador Pierre Laborie chamou de zona cinzenta: o enorme espaço entre os dois pólos – resistência e colaboração/apoio – e mais, o lugar da ambivalência no qual os dois extremos se diluem na possibilidade de ser um e outro ao mesmo tempo”.

Denise Rollemberg

2.1 – “Desviando” a rota

Vimos, no capítulo anterior, que os jornais C.S e O.P, mesmo durante o período de abertura política, atuaram na constituição de uma memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura, baseados na perspectiva de uma *revolução redentora*, retomando, pois, os vários elementos que compunham o discurso da ditadura para referir-se ao golpe e ao regime.

Entretanto, essa memória, que pressupõe legitimação, também é marcada por atritos e críticas que, ainda que não constituam uma resistência ou oposição intransigente ao regime, revelam que a leitura sobre 1964 não se deu por todo o tempo dentro de uma seara amistosa. Há uma relação desses jornais com a ditadura marcada pelo consentimento, mas, também, por críticas e atritos, nos mostrando, mais uma vez, a impossibilidade de se fazer uma leitura do processo histórico a partir de dois campos bem delimitados entre ser *a favor* ou *contra* a ditadura.

A ideia do *desvio de rota*, sobre a qual discutirei neste ponto, ancora-se numa perspectiva a partir da qual o golpe de 1964, apregoadado como uma revolução, tinha, por essência, um caráter nobre. É um evento sacralizado que se sustenta em premissas redentoras, sendo, assim, também um ato heróico. Contudo, ainda segundo essa ideia, o percurso político desenhado a partir de 1964 teria revelado um desvio dos *propósitos originais* dessa

“revolução”. Por conseguinte, questões negativas não são postas como consequências do golpe de 1964, mas antes, como consequências do abandono de certos princípios defendidos anteriormente, e que teriam sido “esquecidos” ao longo do “processo revolucionário”.

Complementando o raciocínio anterior, faço uso das proposições do historiador Marcos Napolitano, que, ao referir-se à *memória liberal sobre a ditadura*, pontua que:

Os desvios do regime é que puseram o caráter ‘redentor’ e cívico da ‘Revolução’ em xeque. Seguindo a linha de raciocínio histórico, o desvio fundamental teria ocorrido quando Costa e Silva se apoiou na linha dura para emparedar Castelo Branco e se impor como o seu sucessor. A consequência teria sido o AI-5 e os *anos de chumbo* do governo Médici, incrementados pelo radicalismo da esquerda. (...) Nessa ótica, a chegada de Geisel ao poder retoma a rota originalmente traçada (...).¹⁹⁸

Cumprir enfatizar que tal perspectiva se faz mais presente no jornal O.P, em essência, nas colunas do jornalista Castello Branco,¹⁹⁹ e a partir do final dos anos 1970. Essa perspectiva, aliás, se dá com a existência de editoriais que, indo em direção contrária, falam das maravilhas do país sob o jugo da “revolução”, coabitando no mesmo jornal, harmonicamente, a crítica e o elogio. O jornal C.S, por sua vez, pouco levanta essas questões. Suas pautas, como veremos adiante, concentram-se em relação aos atritos entre membros da Igreja Católica e a ditadura e na questão dos direitos humanos, mas isso revela nuances e tantas outras questões que pretendo discutir.

Setores da imprensa brasileira, entusiastas do golpe e da ditadura, também compartilharam da ideia de que uma rota fora desviada. Desse modo, muitas vezes justificam que em 1964 não apoiaram um movimento que viria a cercear a liberdade de expressão, pois o percurso político traçado seria distinto do que se apregoou *originalmente*, forjando-se duas situações radicalmente divergentes, forjando um abismo entre golpe e ditadura. Assim, buscam se eximir das responsabilidades que marcaram suas atuações naqueles acontecimentos, reclamando para si lugar entre os *resistentes*. Essas visões simplistas, contudo, tratam de esconder fortes relações de apoio, operando na construção de uma memória na qual prevalece a imagem, muitas vezes distorcida, de uma imprensa amordaçada pela censura, sufocada pelas palavras que não pôde expressar.

¹⁹⁸NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 232.

¹⁹⁹O jornalista Carlos Castello Branco teve sua primeira coluna publicada no jornal O.P em 1975, ocupando, durante quase todo o restante do período ditatorial, a página 3 do jornal, na qual se encontravam também os textos de outros colunistas. Vale lembrar que a “Coluna do Castello”, era publicada diariamente na página de número 2 do *Jornal do Brasil*, e tinha direitos de divulgação para vários outros jornais brasileiros. Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. Op. Cit. p. 224.

O jornalista Carlos Chagas, que escrevera para o periódico paulistano *O Estado de São Paulo*, reuniu posteriormente em livro, publicado em 1975, artigos escritos quando de sua passagem pelo referido jornal. Apregoando a necessidade de *resistir* a um regime que não cumpriu suas funções originais, Chagas parte do pressuposto de que:

A Revolução de 64 se fez, conforme a palavra de seus artífices, para preservar a liberdade ameaçada (...). Do marechal Castello Branco se ouviu, no dia de sua posse, ‘que a Revolução aspira restaurar legalidade, revigorar democracia, restabelecer a paz e promover a justiça social’. Mas liberdade não temos hoje, passados 11 anos e meio da eclosão do movimento de 31 de março. Não se fará a injustiça de condenar inapelavelmente o marechal Castello Branco como o algoz da liberdade, apesar de ele haver editado o Ato Institucional nº2, desvio inicial na linha proposta pela Revolução.²⁰⁰

Noutro momento, enfatizando que a resistência a qual alude nada tem a ver com o outro *tipo* de resistência, “calcada na subversão e no terror”,²⁰¹ o jornalista coloca no mesmo balaio dos periódicos que resistiram à ditadura, o jornal *O Estado de São Paulo*. A ideia de resistência que se busca forjar, ajudando a construir a memória segundo a qual a imprensa fora amordaçada pela censura, sendo, portanto, uma vítima do regime, muito bem serve não somente para falsear as complexidades que envolvem as relações da imprensa brasileira com a ditadura, marcadas por fortes relações de consentimento, mas, também, ajudam a encerrar no termo *resistência* outras perspectivas que não se resumem somente aos apontamentos que se fazem ao desvio de rota, pois o mesmo, por si só, não faz de um jornal um resistente ou crítico de primeira linha do regime, como procurarei demonstrar nas linhas a seguir.

A crítica ao que se considera como sendo um desvio de rota não implica na contestação ao que fora o golpe de 1964, ou em mudar, por assim dizer, a versão da história oficial. O golpe ainda é defendido a partir de um viés sacralizador; o que se condena são os rumos que teriam sido tomados (ou desviados) ao longo dos anos, como deixa claro Castello Branco em sua coluna, publicada no O.P em 1975:

(...) revolução que se destinava inicialmente apenas a tirar do poder o presidente João Goulart, sob suspeita de estar conduzindo a Nação a um estado de anarquia propício a golpes subversivos ou caudilhescos (...). O movimento de março, de tendências democráticas, pretendia ser uma breve contra-revolução para abortar a revolução que estaria nos planos dos srs. João Goulart e Leonel Brizola. (...) A Revolução fez-se para salvar os poderes da República. Na realidade, embora com outros objetivos, submeteu dois desses poderes ao executivo, que se tornou o poder único (...). A intervenção militar de 1964 evoluiu nos seus compromissos, na sua forma e no seu conteúdo e se justifica historicamente apenas por ter assegurado a

²⁰⁰ CHAGAS, Carlos. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 13.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 15.

*ordem para promover o desenvolvimento material do País. Em matéria de justiça e liberdade, a Nação regrediu e suas instituições permanentes estão mergulhadas num impasse sem que haja sequer um roteiro traçado para dele sairmos(...).*²⁰²

Como se vê, o colunista, ao mesmo tempo em que legitima o golpe, falando que o mesmo se “justifica historicamente”, aponta também questões que considera como tendo sido regredidas a partir de 1964. O uso de termos como “intervenção militar” e “revolução”, nos ajuda a compreender em que medida essas críticas são desferidas. Não se quer, evidentemente, assumir uma postura de contestação ao governo, se juntando ao campo das oposições, mas, sim, empreender o que seria uma “crítica construtiva” evitando, com isso, qualquer desagravo ao que se considera uma causa superior: a “revolução redentora”.

Tal posicionamento fora reiterado por Castello em outra ocasião, na qual, a partir da noção de um desvio de rota, se buscou diferenciar o que teriam sido os propósitos originais da “revolução”, dos muitos dos aspectos considerados pelo colunista indesejáveis que, embora apontados, não são vistos como consequências diretas do golpe, mas, antes, como frutos de um caminho traçado que não o desejado inicialmente pelos “revolucionários”:

*Não se pode dizer que seja esse o pensamento inicial dos diversos presidentes do período iniciado em abril de 1964. Todos se comprometem a realizar os ideais democráticos, mas o fato é que até aqui nenhum alcançou essa meta e todos agravaram, aparentemente por força das circunstâncias, o fosso entre o regime vigente e as instituições livres. (...) O general Ernesto Geisel tem lavrado alguns tentos no caminho da liberalização e ainda é cedo para afirmar-se que ele é um mau pagador de promessas. O que faz temer é a tendência que persiste nos meios oficiais, de resolver os problemas, seja qual for a natureza deles, mediante o adiamento do compromisso democrático e a suspensão de normas constitucionais para impor o império político dos poderes discricionários, que estrumam o terreno de onde brotam as eleições indiretas, as prorrogações de mandatos e que outros expedientes sirvam para lançar sobre os políticos a responsabilidade do malogro de soluções de problemas econômicos e sociais.*²⁰³

Esse posicionamento, que questiona o governo, mas, ao mesmo tempo, não deixa de ressaltar “aspectos nobres” e “democráticos” para o golpe civil-militar, encontra eco em boa parte da classe média e mesmo entre nomes da classe política, que, em muitos casos, foram vítimas do regime mesmo tendo, no princípio, apoiado a derrubada de João Goulart, a exemplo do governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda.²⁰⁴

²⁰²“Maneiras de contar histórias”. Jornal **O Povo**, 18/09/1975, p.3. Grifos meus

²⁰³“O pagador de promessas”. Jornal **O Povo**, 24/11/1977, p. 3. Grifos meus.

²⁰⁴Cf. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 83.

É importante ressaltar que muitos daqueles que apoiaram o golpe acreditavam - ou, pelo menos, é o que se coloca nas interpretações construídas *a posteriori* - estar ao lado de um movimento que deporia João Goulart, por meio de uma intervenção militar, de caráter temporário, e que depois o país voltaria à sua normalidade constitucional, inclusive realizando-se as eleições previstas para 1966.²⁰⁵ O golpe, na visão de alguns estudiosos, a exemplo de Carlos Fico²⁰⁶, não pressupunha, necessariamente, uma ditadura que duraria 21 anos. O nosso olhar privilegiado que se insere no presente, que sabe como os eventos se desencadearam, contribui, evidentemente, para compreender a força política resultante desses apoios e o panorama ditatorial que se encetou. Reitero, entretanto, que não pretendo, ao levantar esta discussão, eximir sujeitos históricos de suas ligações com o regime, buscando inocentá-los ou amenizar os papéis que desempenharam na construção da ditadura, mas tão somente destacar as complexidades que envolvem os processos históricos e a impossibilidade, real, de se prever com clareza o que sucederia o 31 de março de 1964.

A ideia do desvio de rota aparece igualmente permeada pela ideia de “revolução permanente”, contrapondo-se, dessa maneira, ao caráter temporário mencionado acima. Partindo do pressuposto de que o objetivo do golpe era devolver ao país a democracia outrora “ameaçada”, o colunista Castello Branco faz alusão a um “processo revolucionário permanente”, segundo o qual o seu fim representaria a “democratização” ou “institucionalização” almejadas – essa perspectiva reforça a ideia da democracia como objetivo maior do golpe, conforme abordado no capítulo anterior. Em outras palavras, a ditadura que então se vivia é associada à uma revolução. Defende-se, porém, que tal revolução, que requeria um estado de exceção, deveria ser transitória, urgindo, portanto, à volta ao estado de direito. O seu caráter permanente, insistindo em uma situação de excepcionalidade, constituiria também um desvio de rota.

Ilustrando as questões mencionadas, o colunista escreve, em 1978, por ocasião das eleições daquele ano:

(...) Essa eleição preocupa o Governo, na medida em que ela põe em risco o projeto do general Geisel e tornará difícil *remover uma Revolução* que não só está como é.

²⁰⁵Havia, entre os setores que apoiaram o golpe, aqueles que defendiam (e acreditavam) em uma “intervenção saneadora”, com a rápida volta das eleições, mas que foram, em grande medida, contrariados. O AI-2, por exemplo, representa a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado. Cf. *Ibidem*, p. 78.

²⁰⁶FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Op. Cit. p. 7.

A institucionalização ou constitucionalização ou democratização visa, precisamente, a eliminar o processo revolucionário para implantar um regime do qual desapareça o arbítrio que torna os governos intérpretes de uma espécie de Revolução permanente, preconizada de Trotszky a Armando Falcão. As reformas políticas têm por objetivo ou devem ter por objetivo a devolução das decisões a políticos escolhidos pelo voto popular, ainda que indiretamente mediante convenções livres e colégios eleitorais constituídos segundo regras não casuísticas. (...) Há, todavia, um obstáculo. E esse obstáculo é a eleição popular de novembro, a única preservada pelo pacote de abril (...). O segundo foi retirar do alcance do voto popular um terço do Senado e um terceiro foi o de retirar desse mesmo alcance a escolha de todos os governadores, agora selecionados nas ante-salas do Presidente. Se ao menos se adotasse o critério da eleição indireta, sem modificar a formação dos colégios eleitorais, haveria o respeito mínimo a um pronunciamento anterior do eleitorado. Mas esse pronunciamento de 1974 foi anulado. O presidente, prevendo o pior, infligiu à nação o pacote e agora o general Figueiredo adverte que, se a Arena perder a implantação das reformas se tornará mais difícil. É como se tudo estivesse condicionado à vitória do Governo e do sistema. O povo pode votar livremente contanto que vote na Arena. Do contrário nem escolher deputados poderá mais. (...) a Revolução está e é, quando o que aparentemente se procurava evitar que ela esteja e seja. Ela esgotou sua missão e as pressões populares e da sociedade civil aí estão. (...) Já que o desfecho buscado pelo atual governo é a normalização democrática, a revogação dos atos de exceção e a redução substancial da taxa de arbítrio, não se sabe porque temer que isso se produza com o apoio do povo. Muito mais forte estariam a Arena e o Governo para disputar eleições se empunhassem como bandeira eleitoral a devolução dos direitos populares, a conciliação e a pacificação nacional. Ao contrário, estamos diante de um penoso espetáculo de imposição, encenado no Palácio do Planalto com a óbvia colaboração dos governadores que concluem seu mandato atribuído de resto pelo mesmo processo (...).²⁰⁷

A crítica à “revolução permanente” remete, portanto, à ideia de golpe no sentido de caráter cirúrgico (expurgar o comunismo, salvar a democracia e, conseqüentemente, o Brasil), que teria exigido, para tanto, uma situação de excepcionalidade - sendo um de seus traços o arbítrio - que iria, por meio desta “revolução”, curar o “câncer” que assolava o país. Daí que Castello Branco alude nessa coluna sobre “remover o processo revolucionário”, faz suas críticas à “revolução permanente” e aos artifícios que o governo se utiliza para mantê-la como tal, ilustradas nas menções ao pacote de abril, aos políticos biônicos e a ausência de eleições diretas.

Ao afirmar que a “revolução está esgotada”, o autor parece sugerir que os objetivos defendidos pelos golpistas, como o combate ao comunismo e as demais “forças subversivas”, teriam sido alcançados, não se justificando, pois, a permanência dos militares no poder. Importante não deixar de notar que as críticas que se fazem às estratégias de permanência no poder, mencionadas acima, estão desvinculadas do golpe de 1964 como um evento de maior abrangência e complexidade, do qual teria se originado uma ditadura, que tem como traço

²⁰⁷“A revolução está e é no planalto”. Jornal **O Povo**, 19/04/1978. Grifos meus.

característico o uso de estratégias que se forjam dentro de certos parâmetros para conferir o *status* de legitimidade ao arbítrio e ao abuso de poder. Reforça, portanto, que as críticas e contestações, embora presentes, não se fazem em relação ao golpe de 1964 e ao regime que se originou – tampouco se fazem em defesa do governo de João Goulart e demais forças políticas depostas pelo golpe – mas, sim, em relação a aspectos específicos que estariam circunscritos a outros propósitos que não os apregoados pelos verdadeiros “revolucionários”.²⁰⁸

As críticas contra o regime recaem, também, sobre o que se considera como sendo o “abandono” dos princípios democráticos. Tal ideia, como se observa, pressupõe que não se considera o regime de então como uma ditadura, haja vista crer-se no abandono de algo que sequer existia naquele momento. Essa insatisfação é também consequência da diferenciação que se busca estabelecer entre a “revolução” e o “regime”, colocando-os, em algumas circunstâncias, como coisas opostas: a primeira, nobre; o segundo, repleto de incorreções.

Essas proposições, contudo, não querem soar como radicais, haja vista os atenuantes que as permeiam, suavizando, assim, o peso do discurso, dissipando qualquer indício de resistência ou oposição intransigente à ditadura:

*(...) O que já não é facilmente inteligível é a identificação do regime sob o qual vivemos como um regime democrático. Os princípios da Revolução, segundo se depreende da sua história e da reiterada manifestação de seus líderes, deverão conduzir ao fim do processo revolucionário e ao estabelecimento de um regime democrático, ou seja, a volta da normalidade institucional. (...) as instituições democráticas ainda não estão afirmadas nem podem ser confundidas com sua pálida projeção que sobrevive dentro de um regime tutelado. (...) o problema da Oposição não é propriamente a necessidade de opor-se ao Governo, mas de cobrar dele a realização o mais rápido possível da institucionalização democrática. Não se contesta o patriotismo dos sucessivos presidentes implantados pelas Forças Armadas e delas representantes, embora simbolicamente referendados pela representação popular. O que se contesta é a eternização do regime de exceção. O problema é portanto nitidamente de contestação do Regime, na medida em que ele não coaduna com os princípios da Revolução (...).*²⁰⁹

As reflexões acima, retiradas da “Coluna do Castello”, além de colocarem a democracia como objetivo do golpe, criticam a atitude da oposição em querer “apressar” a

²⁰⁸A esse respeito, considero importantes as reflexões feitas por Marcos Napolitano, que dão conta de uma “(...) lógica que explica por que, ao lembrar do golpe e do regime, boa parte da imprensa, termômetro de opiniões liberais, consegue ser crítica à censura, à tortura e à falta de liberdades civis, como se fossem desdobramentos indesejados de 1968, e não de 1964. A boa intenção dos militares ‘castelistas’ fora traída e emparedada pela linha dura (...)”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 318.

²⁰⁹“Insatisfação com o regime”. Jornal **O Povo**, 26/02/1977, p.3. Grifos meus.

“institucionalização democrática”, denotando afinidade com a proposta de uma *abertura lenta* e como uma concessão do regime, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. Ao referir-se aos presidentes militares, busca-se destacar o “patriotismo” incontestável que lhes caracterizaria, como também os legitima, colocando-os como “referendados pela representação popular”, embora “implantados” pelas Forças Armadas. A partir dessa proposição, podemos constatar que não somente as críticas não se fazem contra o regime propriamente, como elas estão limitadas a aspectos pontuais, sintetizados na ideia do desvio de rota.

Com isso, não é possível afirmar que, em dado momento do contexto ditatorial, o jornal O.P ou seu colunista, Carlos Castello Branco, reviram suas posições sobre o golpe de 1964 e a ditadura e passaram, a partir disso, a contestar o regime, engrossando o coro das oposições. Assumir tal leitura seria forjar um posicionamento que não coaduna com a essência encontrada no jornal, de uma permanente legitimação do golpe e do regime militar, fazendo uma leitura benevolente sobre os mesmos.

As relações de apoio existem e são permeadas por críticas e atritos. Sobre esses dois últimos aspectos, porém, não devemos considerá-los dissociados das manifestações de consentimento. É preciso identificar e problematizar os vários matizes que constituem os campos de legitimação e crítica que marcam a relação do jornal O.P com a ditadura, atentando para as complexidades, evitando proposições rasteiras e superficiais que não deem conta da realidade.

Ademais, ainda que haja a crítica sobre questões pontuais, prevalecem as relações de consentimento, uma constante nos editoriais que prestigiam o regime. O próprio colunista Castello Branco, embora desponte dentro do jornal O.P como o grande crítico ao que seria um desvio de rota, não deixa de ser um entusiasta do regime, ainda que não o poupe de ressalvas.

Como mencionei, embora tal questão do *desvio* seja levantada, sobremaneira, nas colunas do Castello Branco, ao longo da pesquisa constatei este editorial, escrito em 1984, na data em que se completou 20 anos do golpe. Nos estertores da ditadura, o jornal O.P apresenta para seus leitores editorial em que diverge, no geral, de sua atuação ao longo do período ditatorial.

Lançando questões sobre o passado, o editorial “Vinte anos depois” se inicia com o levantamento de outras versões para os eventos de 1964. Importante não deixar de notar que, se anos antes, como mostrei no capítulo anterior, o golpe é contado a partir da memória golpista, elevando-o à condição de revolução redentora, neste momento o jornal O.P abre espaço para, numa versão desapassionada sobre o evento, ponderar:

Revolução para os que a deflagraram e foram vitoriosos; simples golpe de Estado na concepção dos vencidos, e uma contra-revolução no conceito de outras pessoas, já que se opôs a uma revolução esquerdizante em marcha batida para o poder, - eis as classificações do movimento civil e militar de 31 de março de 1964 e que hoje, *inteiramente exaurido nos seus efeitos e conseqüências, completa 20 anos. Terá sido bem ou mal para o Brasil?* As opiniões também são divergentes, nada adiantando insistir em condenar ou absolver a rebelião, que em verdade não veio para, de modo radical ou violento, mudar as estruturas políticas, sociais e econômicas do País. (...) O rigor com que os vencidos foram tratados e a repressão a tudo que trouxesse algum odor socializante fez prosperar o anticomunismo, levando a rigores que chegaram ao cúmulo de não mantermos durante anos relações diplomáticas com a União Soviética e a China, hoje dois parceiros comerciais junto aos quais temos um saldo. E as denúncias de que se avolumou a onda de corrupção sem punidade está nas colunas diárias dos órgãos de comunicação, que nessas duas décadas transcorridas sofreram a mordada da censura, felizmente depois abolida.²¹⁰

Importante pensar as colocações do editorial acima inseridas em uma conjuntura marcada não apenas pelo fim do mandato de João Baptista Figueiredo, mas, também, por toda a ebulição política causada pela campanha "Diretas já". As ponderações colocadas acerca do que teria sido o de 31 de março de 1964, podem indicar reposicionamentos que incidem sobre a construção, naquele presente, do que teria sido o golpe. A construção dessa memória, como se percebe, forja, para o jornal O.P, um *distanciamento* do regime, como se o jornal não fosse um entusiasta do golpe e da ditadura, como se o jornal não fizesse parte desses eventos, como se visse tudo de fora, 20 anos depois.

Mais adiante, defende-se a ideia de que, divergindo de seus propósitos iniciais, a “revolução” desviara sua rota:

O grande erro do movimento de 64 foi o prolongamento dos Governos militares por tempo superior ao estritamente essencial à nova arrumação da casa, como preconizava Castello Branco, com a sua visão do futuro e o empenho em preservar as Forças Armadas do ônus do desgaste inerente ao exercício do poder. (...) A data de hoje não é propícia a tentativas de ajustes de contas ou de simples confrontações. O passado pertence à História. Os desvios de rumos do movimento vitorioso em 64 devem servir para mostrar que as revoluções frustradas, mundo afora, são em muito maior número do que aquelas que deitaram frutos. E que a democracia, com todos os seus defeitos, ainda é a melhor forma de governar que o homem até hoje concebeu. Pena é que a democracia tenha tantos inimigos dispostos a destruí-la em

²¹⁰“Vinte anos depois”. Jornal **O Povo**, 31/03/1984, p.4. Grifos meus.

que pese se dizerem seus adeptos e guardiães. *A hora presente é mais de conagraçamento do que de desforras.*²¹¹

As questões levantadas no editorial acima não se colocam contra o golpe e não se está rechaçando o regime. Além de se fazer uma leitura sobre o general Castelo Branco como uma espécie de ditador bem-intencionado, símbolo das “boas intenções” do golpe,²¹² - deixando de lado seu papel de construtor institucional do regime, editando 4 atos institucionais - não se tem a intenção de fazer um julgamento da ditadura, deixando tal intento sob responsabilidade da História. As linhas finais do editorial, indicando que o momento é de conagraçamento e não de desforras, sugere, entretanto, que apesar de, anteriormente, ter defendido que caberia à História fazer o julgamento das duas décadas em questão, a posição do jornal, no final das contas, é de celebrar a “revolução”, apesar dos “desvios” que trata de apontar.

Entretanto, as problemáticas aqui levantadas não representam uma guinada na postura do jornal rumo a posicionamentos oposicionistas ou resistentes; não são uma ruptura. Ainda que a análise de um periódico em dado momento histórico seja uma tarefa complexa, sendo imprescindível considerar as variações nos processos de lutas e os reposicionamentos políticos que podem ocorrer ao longo de determinada conjuntura, e mesmo as ambivalências que marcam a atuação de sujeitos históricos diante de eventos complexos, há uma série de elementos presentes na atuação da imprensa que compõem suas alianças políticas e o lugar que ocupa em determinada correlação de forças. E, nesse sentido, não se pode afirmar que o jornal O.P tenha sido um oposicionista do golpe de 1964, pois suas críticas, além de pontuais, não embutem uma contestação do que considera como sendo uma “revolução”.

Se, por um lado, vimos no editorial a defesa de que a ditadura não teria sido consequência direta do golpe, mas, sim, um “desvio”, assumindo um tom em certa medida crítico, o colunista Pedro Henrique Antero, em coluna publicada dias após o editorial, em quatro de abril de 1984, vem reclamar o “silêncio sepulcral” em torno da data que assinalou os 20 anos do golpe. Embora Antero pontue que também houve desvio, o tom que marca o seu discurso é de indignação em relação ao silêncio em torno da data e ao que considera como sendo falta de apreço ao marechal Castelo Branco:

²¹¹Ibidem.

²¹²Conforme Marcos Napolitano, “Construiu-se a imagem de um homem que acreditava nos objetivos saneadores e no caráter temporário da intervenção militar de 1964, mas que sucumbiu à linha dura, a começar pela imposição de um sucessor à sua revelia, o marechal Costa e Silva”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 72.

O transcurso do vigésimo aniversário do Movimento de 31 de março foi comemorado (...). As manifestações foram formais e justas. Estranhou-se, contudo, o silêncio sepulcral das demais autoridades civis, eleitas diretamente pelo povo e beneficiárias, portanto, de um Movimento que garantiu, em época conturbada, a liberdade de expressão do nosso povo. O silêncio, no meu entender, traduz um sentimento de pouco apreço ao Marechal Castelo Branco, como se o seu ato de bravura tivesse sido pouco patriótico ou de nenhum interesse para a Nação. A indiferença de muitos, sem dúvida, foi um sinal de incompreensão quanto ao significado da reação das Forças Armadas e de parte considerável da sociedade civil contra a anarquia institucionalizada e os planos diabólicos de fechamento do Congresso Nacional e de implantação do regime totalitário de esquerda, sob a denominação de república sindical ou outra adjetivação do gênero. *A comemoração de 31 de março não significa necessariamente a aprovação de todos os atos praticados por aquele Movimento, nem muito menos a afirmação de que não houve desvios nos rumos previamente traçados. (...) O que importa, entretanto, é que se realce o 31 de março como a data em que o Brasil se levantou contra a ameaça do totalitarismo comunista (...). É o dia, portanto, em que se deve comemorar a liberdade do cidadão brasileiro, que certo dia se viu ameaçado de cair sob as garras da ditadura (...). E até hoje estão presentes na vida do país os ideais fundamentais do Movimento, que tornaram possíveis as eleições de 1982, a liberdade de imprensa, as liberdades políticas e as futuras eleições diretas para a Presidência da República. É lamentável que, vinte anos mais tarde, políticos beneficiários do clima atual de liberdade e órgãos de imprensa que se mantêm abertos e livres da tutela do regime socialista esqueçam-se do significado maior daquela data e lancem dúvidas quanto à importância da derrubada de um governo mal conduzido e anárquico. *Leu-se, por exemplo, no último sábado acerca do Movimento de 64: ‘terá sido um bem ou um mal para o Brasil?’ Essa indagação subentende que um democrata tivesse o direito de assistir à implantação da ditadura de braços cruzados; que Castelo Branco pudesse ser avaliado menos íntegro e correto que Leonel Brizola; ou, finalmente, que a situação brasileira, no momento, pudesse ser considerada igual ou pior àquela de um povo que vive sob a ditadura esquerdista (...).*²¹³*

A coluna acima, antes de qualquer coisa, reforça que, mesmo nos estertores da ditadura, com a campanha pelas eleições diretas em curso, encontra-se no jornal O.P a persistência de uma relação de consentimento com o regime. Reforça, igualmente, que, a despeito das críticas, como vimos no editorial, defender um “desvio de rota” e trazer à tona quais teriam sido esses “desvios”, não faz do jornal O.P um opositor. Não há, portanto, como caracterizar o editorial “Vintes anos depois” como um reflexo na mudança de posições políticas do jornal em relação à ditadura, pois a coluna de Pedro Henrique Antero, “Silêncio inexplicável em 31 de março”, atesta que as páginas do jornal se encontravam permeadas por manifestações de apoio explícito ao golpe e à ditadura. Antero, inclusive, ainda que de forma implícita, faz uma referência e uma ressalva ao editorial em questão, no ponto em que se lê: “Leu-se, por exemplo, no último sábado acerca do Movimento de 64: ‘terá sido um bem ou

²¹³“Silêncio inexplicável em 31 de março”. Jornal **O Povo**, 02/04/1984, p. 3. Grifos meus.

um mal para o Brasil?’ Essa indagação subentende que um democrata tivesse o direito de assistir à implantação da ditadura de braços cruzados”.²¹⁴

O desvio referido, ao que parece, sequer representaria, aos olhos do colunista, um grande problema. O que pesa em seu posicionamento é uma rememoração sobre 1964 a partir do viés dos golpistas, enfatizando a importância de se comemorar o 31 de março, associando-o, intimamente, à comemoração da liberdade.

O jornal C.S, como mencionei anteriormente, muito raramente trata de discutir o tema em questão. E quando o faz, não o faz a partir de um viés contestatório, uma vez que não se questiona a “essência” da “revolução”, pondo-se a negá-la ou renegá-la. Noutras palavras, ao se apontar tal “desvio”, não o faz a partir de um discurso que venha propor outra visão sobre o golpe de 1964, pondo em xeque os motivos que teriam levado à sua concretização.

O tema da democracia é o ponto de partida para se trazer à discussão a premissa de que algo não teria saído como desejara a “revolução”. Assim, a democracia surge como um valor “esquecido” pelos “revolucionários”, – importa destacar que isso não implica caracterizar o regime como sendo uma ditadura ou que teria se tornado a partir de tal “esquecimento” – que a defenderam anteriormente. A rota original teria sido “desviada”, pois, uma vez que “(...) muitos dos poderosos revolucionários de 1964 que, antes da deflagração do movimento, não se cansavam em entoar loas à democracia e que, uma vez instalados no poder, acabaram se esquecendo das juras democráticas pré-revolucionárias”.²¹⁵

A partir das proposições em questão, constantes em artigo escrito por Antonio Carlos de Mouras Campos, da agência Plana, importante enfatizar algumas estratégias de linguagem a partir das quais se evita, por assim dizer, fazer uma afirmação contundente, categórica. A democracia, segundo se afirma, teria sido esquecida por “muitos dos poderosos”; não se fala que o regime é que a teria esquecido, mas apenas alguns sujeitos. Ou seja, uma parte, e não o todo, de modo a indicar que não teria sido, necessariamente, um esquecimento por parte do regime, mas antes, por muitos de seus representantes. O tratamento superficial que se faz sobre a questão, não responsabilizando diretamente a ditadura por tal ato e, tampouco, nomeando alguns dos muitos poderosos que faz menção, pode ser entendido como uma

²¹⁴Ibidem.

²¹⁵“Os democratas de ocasião”. Jornal **Correio da Semana**, 08/07/1978, p. 5.

atitude a partir da qual se busca, senão não desagradar um regime que, no íntimo, é visto com apreço, pelo menos evitar possíveis complicações com sujeitos que, porventura, fossem mencionados.

Implicitamente, mais uma vez, o jornal C.S vem aludir a ideia de desvio de rota. Desta vez, contudo, o faz sem sequer mencionar que se trata do Brasil as reflexões que faz quando se põe a discutir sobre democracia. O artigo, já abordado no capítulo anterior, faz menção a um “Poder que um dia se estabeleceu legitimamente, e que com o tempo se tornou anacrônico e ilegítimo”.²¹⁶ A reflexão, feita nesse ponto do texto de forma abstrata, ganha sentido quando, nas linhas seguintes, põe-se a falar sobre o governo de João Baptista Figueiredo, que àquela altura já estava cotado para ser o sucessor de Ernesto Geisel.

Se, por um lado, constata-se, nas entrelinhas, uma referência ao Brasil – o que me parece ser o mais plausível, considerando o texto como um todo – e indica-se o desvio de rota a partir da perda de legitimidade, diferenciando, de certa forma, a “revolução” e o regime que veio depois; o primeiro, legítimo, o segundo, ilegítimo e, com isso, sugerindo algo que como uma contestação à ditadura, por outro, as referências que se fazem a Figueiredo como aquele que representa uma “luz no fim do túnel” e que traz, em suas propostas de governo, “pura democracia”, fazem soar como uma referência aos governos que sucederam Castello Branco, uma vez que, como destaquei linhas atrás, teria sido a partir de seu governo que a “revolução” tomara o “descaminho”. Noutras palavras, as esperanças que se colocam em relação ao futuro governo de Figueiredo indicariam, dentro dessa perspectiva, uma regime “retomando” o seu caminho outrora “desviado”.

Como se viu, a problemática aqui levantada não constitui uma atuação contestatória, uma vez que a mesma se dá concomitante com o reforço à memória do golpe como revolução redentora. Ademais, compartilha espaço com outras manifestações de apoio ao regime, nas quais não se evoca a rota “desviada”, ilustrando as ambivalências que marcam a produção jornalística e a atuação dos sujeitos históricos que compõem um periódico.

²¹⁶“Tolerância, bipartidarismo e democracia”. Jornal **Correio de Semana**, 11/03/1978, p. 3.

2.2 – Os direitos humanos em pauta: torturas, mortes e os desaparecidos políticos

As notícias sobre questões relativas às violações dos direitos humanos, durante a ditadura, chegaram a ser denunciadas pela imprensa, num primeiro momento. Contudo, após a institucionalização da censura política aos jornais, consequência do AI-5 de 1968, passaram a ser ocultadas da população.²¹⁷ Entretanto, a partir de meados dos anos 1970, no início de uma fase de relativa liberalização, encontra-se nos jornais C.S e O.P, notícias, artigos e editoriais relativos ao tema.

É importante compreender as várias nuances que compõem o assunto dentro desses jornais, problematizando as formas pelas quais ele é apresentado aos leitores e, da mesma forma, por quais perspectivas esses periódicos o encarava, indagando-se que relações se estabeleciam entre o tema e a ditadura, que enfoque se privilegiava quando o assunto ocupava as páginas desses jornais e quais tons assumiam os discursos relativos ao tema quando se punham a discuti-los.

Saiba-se, contudo, que as denúncias das graves violações de direitos humanos praticadas pela ditadura no Brasil, diante das dificuldades de divulgá-las por aqui, haja vista não somente a censura, mas, igualmente, a repressão aos grupos de oposição ao regime, já vinham sendo divulgadas também no exterior por grupos ligados à defesa dos direitos humanos,²¹⁸ causando mal-estar no regime, sobretudo perante a opinião pública internacional.

A condição de entusiasta do regime desempenhada pelo jornal O.P, revela algumas peculiaridades e mesmo ambivalências em relação às formas pelas quais trata os temas relativos aos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito à tortura e aos desaparecidos. Não que o jornal negasse a existência de violações, mas é preciso entender em que medida, na

²¹⁷FICO, Carlos. “A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura”. In: In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 265.

²¹⁸A esse respeito, ver a ação do Front Bresillien d’Information (FBI), que circulara por Paris desde 1971, além da formação do Comitê de Anistia na França, em 1974, e a importância do Tribunal Bertrand Russel II, no qual se julgaram crimes de tortura e assassinatos da ditadura brasileira, em 1976. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 357. Destaque-se, igualmente, a figura de D. Hélder Câmara, que, apesar das ameaças, denunciou abertamente, desde o início dos anos 1970, a torturas praticadas pela ditadura. Há, também, os militantes que estavam exilados, na Europa, Estados Unidos e em alguns países socialistas, que denunciaram a tortura como prática sistemática pela ditadura brasileira. Cf. REIS, Daniel Aarão. “O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar”. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 218.

maioria dos casos, o assunto aparece deslocado do governo ou mesmo da “revolução”, forjando uma ideia de alheamento da tortura com esses entes, a fim de não responsabilizá-los, muitas vezes tomando para si o discurso governamental para tratar a questão.

As evidências indicam que não se trata de negar a existência dessas violações, pois as páginas do jornal O.P são ocupadas, ainda que sem grandes alardes, com notícias sobre esse assunto, bem como com notícias relativas à articulação de grupos em torno da investigação de alguns casos. No início de 1975, em sua página 4, o jornal noticiara, por exemplo, sobre a atuação de políticos do MDB em torno da iniciativa de se instaurar uma CPI para apurar casos de tortura e desaparecimentos.²¹⁹

Em outras ocasiões, o tema é discutido pelo jornal, mas sem fazer menções aos Brasil, como ocorrera quando da publicação do editorial “Os desaparecidos”. Tomando como norte a divulgação feita pela Anistia Internacional a respeito das pessoas desaparecidas por motivos políticos no mundo todo, o editorial do O.P destaca que:

A denúncia também envolve (...) os campos de tortura do Chile do general Augusto Pinochet e os esquadrões da morte. (...) Temos, aqui na América do Sul, o exemplo atual da Argentina, cujas Mães da Praça de Maio levantam o seu clamor contra o governo militar do país pedindo-lhe que lhes devolvam os seus filhos presos e sumidos, entre os quais se incluem muitas crianças.²²⁰

Curioso que ao referir-se a América do Sul, tome como exemplo a Argentina, sem fazer qualquer referência, ainda que vaga, ao Brasil. Não podemos aventar a hipótese de que o jornal desconhecesse, àquela altura, a existência da tortura no Brasil, pois o mesmo já havia noticiado sobre o tema em ocasiões anteriores. Isso nos ajuda a ponderar que essas estratégias de linguagem - que implicam senão na ocultação da realidade brasileira, pelo menos na *indiferença* em trazer à discussão o Brasil-, parecem refletir a preocupação em se preservar a imagem do governo e mesmo da “revolução”. Por fim, o jornal enaltece a atuação da Anistia Internacional, colocando que a luta pelos direitos humanos deve ser “(...) constante e universal, até que um dia a razão prevaleça e a violência seja banida como conquista da civilização”.²²¹

²¹⁹“Até onde o MDB pode fazer uma oposição autêntica”. Jornal **O Povo**, 03/03/1975, p. 4.

²²⁰“Os desaparecidos”. Jornal **O Povo**, 26/05/1983, p. 4.

²²¹Ibidem.

As análises das questões levantadas pelo jornal O.P indicam que o apontamento da existência de violações dos direitos humanos não se condiciona às relações de consentimento com o regime, pois tais violações são defendidas como excessos, episódicas, obra dos “radicais”, constituindo, aos olhos do jornal, mais um “desvio” que nada tem a ver com os verdadeiros propósitos “revolucionários”. Essa perspectiva ancora-se na ideia dos *porões do regime*, ocultando a tortura e demais violações como sendo políticas de estado.

Essa perspectiva não somente forja a ideia do desvio, como, ao mesmo tempo, atua numa espécie de blindagem da figura presidencial, a partir de um alheamento que separa os casos de tortura da figura do ditador, como deixa evidente o seguinte:

O grande momento do Governo do presidente Ernesto Geisel, na defesa dos direitos humanos, foi a demissão do general Ednardo D’Ávila Mello do Comando do II Exército. (...) A importância do ato está na sua exemplaridade, no vigor com que o Presidente deu um basta aos excessos da repressão e aos abusos do aparelho de segurança. O Presidente da República vinha determinando providências para pôr fim a práticas que se haviam tornado rotineiras sob a proteção da censura e sob a doutrina da guerra revolucionária, a qual permitia aos comandos fechar os olhos ao que se passava nos porões da polícia supervisionada pelos DOI-CODI. (...)o Presidente reagiu com decisiva energia. O caso Herzog motivou movimentos nervosos do Governo que permitiu a grande reunião ecumênica em São Paulo e a publicação de notícias minuciosas nos jornais. (...) O presidente Geisel agiu com rapidez e eficácia, cortando com um golpe de espada o fio que ligava os comandos ao aparelho da repressão. (...) Daqui por diante, se não houver retrocesso imposto pelos bolsões radicais de que fala o general Ernesto Geisel, a Justiça terá oportunidade de examinar novos inquéritos policiaes - militares e definir o destino e a sorte de pessoas que, com culpa ou sem ela, foram vítimas de violência nas prisões políticas do Regime Militar. A doutrina, sob a qual ocorreram inicialmente os fatos, é a da guerra subversiva, segundo a qual, diagnosticada a guerra, todos os meios são lícitos para debelá-la. (...) As leis da guerra subversiva são mais graves do que as da guerra convencional. Simplesmente deixam de ser leis, a não ser no formalismo com que se arquivam os processos iniciados e quase sempre deixados inconclusos como o famoso inquérito sobre o desaparecimento do deputado Rubens Paiva, o qual vai ressuscitar numa vara criminal.²²²

Os emblemáticos casos de Vladimir Herzog e Rubens Paiva, são postos à tona e, ao mesmo tempo, a figura de Ernesto Geisel ganha contornos democráticos, pois o mesmo é dissociado da questão da tortura e colocado, antes, como contrário e, por isso, defensor dos direitos humanos. Tal perspectiva reforça a ideia da tortura como excesso e como desvio, minimizando seu papel como política de estado, fruto de um regime opressor que fez uso de práticas ignominiosas para eliminar seus opositores. Outro atenuante encontrado está na ideia de “guerra subversiva”, buscando, a partir dela, equiparar as forças da ditadura e de seus

²²²“Coluna do Castello”. Jornal **O Povo**, 03/11/1978, p. 3. Grifos meus.

oposicionistas. Esquece-se, contudo – o que seria oportuno lembrar, haja vista os exemplos que são postos em discussão – que nem Herzog nem Paiva fizeram parte da luta armada.

A imagem que se cria de um governo alheio aos casos de violação dos direitos humanos, soma-se, no jornal O.P, a ideia de que o fim da tortura seria uma *benesse* do governo, uma vez que o próprio, distante dos “porões”, nada tem a ver com o assunto, sendo, antes de mais nada, um defensor dos direitos humanos e, portanto, aquele que iria assegurá-los naquele momento.

Essa visão está deslocada de uma *perspectiva denunciata*, uma vez que não a faz a partir de imperativos ou colocações categóricas, responsabilizando a ditadura por tal. Diante disso, o governo estaria, antes de mais nada, ao lado daqueles que defendiam os direitos humanos e, conseqüentemente, condenava a tortura. O verdugo, oculto pela imagem do porão, na visão do jornal nada tinha a ver com o governo, tampouco com o presidente. Referindo-se a Geisel, o jornalista Pádua Campos afirma, em 1980, que “(...) ele próprio deu os passos iniciais (...) pondo fim à tortura a presos políticos e depois revogando ao AI-5, considerada a operação mais dolorosa no conjunto de medidas necessárias à consecução dos propósitos que se traçou”.²²³ Em ocasião anterior, o jornalista Carlos Castello Branco atribuiu também a Geisel à luta pela defesa dos direitos humanos e o fim da tortura, forjando a figura do ditador como aquele que “(...) tem lutado para o restabelecimento de normas humanas no exercício da repressão política”.²²⁴ Essa visão, a partir da qual é o próprio governo quem estaria capitaneando, por assim dizer, a luta pelos direitos da pessoa humana, é associada ao que se considera como sendo a “transição” de duas formas de democracia existentes naquele momento:

O seu líder no Senado pediu que os parlamentares denunciem fatos que sejam do seu conhecimento e que representem violências contra a pessoa humana, mas é o próprio chefe do Governo quem toma a iniciativa de realizar a evolução da ‘democracia relativa’ para a ‘democracia absoluta’. (...). Alguns setores jornalísticos, provavelmente por carência de informações, ainda não se deram conta da movimentação de bastidores nesse sentido, mas o fato é que o Governo está efetivamente mobilizado para dotar o País de uma nova constituição antes do término do mandato do presidente Geisel. (...).²²⁵

²²³“Legalidade constitucional”. Jornal **O Povo**, 22/01/1980, p. 2.

²²⁴“Faceta dos direitos humanos”. Jornal **O Povo**, 14/08/1977, p. 3.

²²⁵Ibidem.

Embora se coloque Geisel como uma espécie de protagonista da defesa dos direitos humanos, cumpre destacar as críticas que o jornalista Castello Branco fizera à atuação do regime em “esclarecer” os casos de tortura no país:

(...) mas o fato é que as investigações continuam a ser feitas intra-muros, pelas próprias organizações acusadas de praticar arbitrariedades e violência. Por isso mesmo nada de concreto se obtém, a não ser a pressão psicológica contra os violadores da política ‘intransigente’ do Governo. Os xadrezes aos quais se recolhem os presos políticos continuam inacessíveis à imprensa, não só a estrangeira como nacional, e até mesmo os advogados só têm acesso aos seus clientes depois de realizadas as operações adequadas a esclarecer, segundo a repressão, a participação de cada um na subversão. (...) Na realidade, o único remédio para corrigir a situação e eliminar os abusos seria a restauração do habeas corpus e da atribuição ao Poder Judiciário de distribuir a justiça. Enfim, somente o estado de direito (...) possibilitaria a realização de prisões segundo essas mesmas normas e o sentimento de respeito pela pessoa humana. Fora disso, as providências tendem a ser inócuas, pois o arbítrio que o ato 5 dá ao Presidente da República abriga, sem que o Presidente o queira, quantos compartilham com ele o exercício da autoridade executiva. Não pomos em dúvida a sinceridade do presidente Ernesto Geisel nem a boa fé do senador Petrônio Portela (...). O que se põe em dúvida é a eficácia de uma política, mesmo intransigente, que não se funde no primado da lei e do governo.²²⁶

A disposição em colaborar com a imagem do governo, sendo conivente com os discursos que orbitam as esferas de poder, a partir dos quais distanciam da ditadura os casos de tortura, forjando-os como eventos alheios, chega mesmo a beirar a negação do fato, como demonstra a coluna de Edson Lobão, a respeito da visita do então presidente norte americano Jimmy Carter ao Brasil,²²⁷ em 1978.

Em sua coluna, Lobão sugere que as acusações de tortura que ficaram evidentes no exterior, são como uma espécie de intriga, pura mendacidade, obra de “inimigos”. Ainda que não nomeie esses últimos, podemos vislumbrar os diversos sujeitos e entidades que estiveram envolvidos na publicação dessas acusações. A construção da figura desses sujeitos como inimigos e as colocações favoráveis à ditadura, nos permitem compreender que em alguns casos o tema das violações dos direitos humanos surge no jornal O.P, antes de tudo, como uma defesa do regime. O que Carter constataria, segundo o colunista, seria a “realidade”, nada tendo a ver, portanto, com o que se denunciava lá fora a respeito do Brasil:

(...) Ele veio com a disposição de entender nosso País como de fato é e não como querem fazer crer os seus inimigos, que incansavelmente o detratam. (...) Considerando o delicado tema dos direitos humanos, foi bom que o Sr. Carter

²²⁶“Uma política intransigente”. Jornal **O Povo**, 21/11/1977, p. 3. Grifos meus

²²⁷Carter, eleito em 1976, teve um mandato marcado fortemente pela defesa dos direitos humanos e os regimes democráticos.

*tivesse incluído o Brasil no itinerário de sua viagem, porque assim pode conferir a verdade do que somos com a mendacidade que lá foram procuram fazer crer a nosso respeito. E foi bom, apesar de não ser o Sr. Carter essa espécie de inspetor do trânsito dos direitos humanos nas ruelas e avenidas do mundo. Aqui o Governo jamais deixou de considerar a necessidade de preservação desses direitos, bem definidos na carta das Nações Unidas. (...) Aqui existem partidos na oposição e no governo. Aqui existe [sic] executivo, legislativo e judiciário. As questões de segurança nacional estão entregues a um tribunal que dignifica a justiça brasileira. Esse tribunal, que agora completa 170 anos, tem sido o maior interessado em direitos humanos. Não deixa passar sem apuração conveniente qualquer denúncia que lhe chega. O presidente Carter deve saber tanto quanto o sabemos que o mundo hoje se defronta com graves dificuldades e que as democracias têm sofrido investidas rudes. Em 1964, há exatamente 14 anos, estivemos à beira do comunismo. Fomos salvos pela reação imediata da opinião pública, socorrida em boa hora pelas Forças Armadas. Os brasileiros traçaram, então, uma meta de reconstrução nacional e dela não se arredaram. Hoje, nossa aspiração maior é o aperfeiçoamento democrático.*²²⁸

Em sua coluna, Edson Lobão não somente faz a defesa do governo diante das acusações sobre tortura, como busca reforçar os porquês de 1964 segundo a memória golpista. Sua coluna permite compreender, igualmente, que ainda que encontremos no jornal O.P assertivas sobre a existência da tortura, como demonstrei anteriormente, a defesa do governo e colocações que beiram a negação da própria tortura, também constituem uma nuance das muitas vozes que compõem o periódico de Fortaleza.

A descoberta sobre a “Casa da Morte”,²²⁹ em Petrópolis, no Rio de Janeiro, fato divulgado pelo O.P em fevereiro de 1981²³⁰, serve de mote para o editorial publicado posterior à notícia. O que prevalece no editorial, entretanto, é um posicionamento apaziguador a partir do qual se propõe a reconciliação nacional, valendo-se da Lei de Anistia, àquela altura

²²⁸“Carter e a realidade”. Jornal **O Povo**, 01/04/1978, p. 3. Grifos meus.

²²⁹Localizada no bairro Caxambu, em Petrópolis-RJ, o imóvel fora usado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como local de prisão ilegal, tortura morte e ocultação de cadáveres de opositores da ditadura. O local servia como um centro de apoio aos DOI-Codis. Em 2014, durante os trabalhos de investigação da Comissão Nacional da Verdade, o coronel da reserva Paulo Malhães, oficial que integrava as equipes do CIE, admitiu que torturou, matou e mutilou corpos, arrancando dentes e as pontas dos dedos das vítimas, para dificultar a eventual identificação. Para maiores informações, ver: “Sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis reconhece seis agentes da repressão”. Site da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/456-sobrevivente-da-casa-da-morte-de-petropolis-reconhece-seis-agentes-da-repressao>. Acesso: 20/12/2014.

²³⁰O jornal divulgara a respeito da nota lançada pelo Comitê Brasileiro de Anistia, assinada pelo então presidente do comitê, Luiz Eduardo Greenhalgh. Na notícia, lê-se que “A descoberta, na cidade de Petrópolis, de uma casa particular que, durante a fase mais dura da repressão, serviu de cárcere privado e matadouro para os elementos da repressão política, vem mais uma vez demonstrar que a Nação não esquece e não esquecerá jamais aqueles que foram torturados, assassinados, desaparecidos – diz a nota – considera impossível agora ‘negar os fatos. Aí está o proprietário, Mário Ladders, a confirmar a cessão da casa aos grupos paramilitares. Aí está o depoimento de Inês Etienne Romeu, testemunha sobrevivente da Câmara de Horrores, aí estão os nomes até mesmo de médicos, que serviam a tortura””. “Comitê de Anistia divulga nota”. Jornal **O Povo**, 09/02/1981, p. 4.

já em vigor, para defender a necessidade do esquecimento e do que considera como sendo o *não revanchismo*:

(...) As denúncias de torturas praticadas contra presos não constituem, certamente, uma novidade. (...) Parece, na verdade, não existir qualquer dúvida quanto à prática da violência nos cárceres e salas de interrogatórios. Mas a esta evidência as autoridades têm respondido, quando não pela negativa, pela consideração de que se travou no Brasil, em determinado momento, uma *intensa guerra entre o Governo e a subversão, com vítimas de ambos os lados. Assim é que à lista de desaparecidos, o Governo tem oposto a lista de militares e policiais tombados nessa guerra cruenta.* (...) *Em matéria de acusações e denúncias, portanto, houve assim como um acerto de contas, que deveria conduzir ao esquecimento de fatos passados em nome da reconciliação nacional.* Na verdade, a anistia deveria funcionar como um corolário desse acerto e como um selo a consagrar um acordo. Os que a defenderam falaram sempre, e isto é um fato inegável, na necessidade não só de restabelecer direitos e garantias, mas também no imperativo de reconciliar a família brasileira e criar condições para uma colaboração geral em benefício do País. *Entendeu-se por este mesmo argumento que deveriam estar isentos também de punição os que houvessem de algum modo participado da repressão, não cabendo a ninguém o direito de perseguir pessoas acusadas de práticas de violência.* (...) *a anistia brasileira, contemplando vencidos e vencedores, representou um fato importante no plano de equidade, e deveria ter agradado a todos, sobretudo para evitar um perigo real que o brigadeiro Délio Jardim mencionou em declarações ontem: o perigo do revanchismo.* Saliente-se que, na história recente das insurreições no Brasil, há um episódio digno de registro: a atitude do Sr. Luis Carlos Prestes, que decidiu esquecer o que sofrera nas prisões do Estado Novo e conclamou seus companheiros a unirem-se ao Governo de Vargas no esforço de guerra contra o nazismo. Não sabemos se o Sr. Prestes ainda pensa da mesma maneira, mas naquela época, sem dúvida, demonstrou sabedoria e patriotismo. Hoje, há os que não querem esquecer e saem à procura de esconderijos e câmaras de tortura (supostos ou verdadeiros) com o intuito exclusivo de atacar o Governo que os anistiou em nome do esquecimento. (...) Que se pretende, então, agora, com esta inusitada temporada de caça ao inverso? Nada de bom podemos distinguir em tal fixação. Se se pretende a redemocratização plena, não pode haver pior caminho do que este de tumultuar os esforços indiscutíveis que o Governo Figueiredo vem empreendendo em favor do alargamento da abertura democrática. *Parece-nos que é hora de colaborar com o Governo, mesmo discordando de outros aspectos negativos de sua atuação, em vez de atirar-se a este tipo de oposição que a nada pode conduzir. Se o caso é de revanche, trata-se de evidente irresponsabilidade e absoluta falta de interesse pelos destinos da democracia brasileira. O revanchismo é uma reação patológica que sempre levou ao desastre (...). A ele se assimila também o terrorismo de direita, espécie de vingança radical contra a abertura. Em nosso caso, só pode produzir uma volta ao passado, a novos confrontos, violência e contra-violência, a um retrocesso que porá por terra o imenso esforço feito até aqui para restabelecer o 'estado de direito'. Os que não entendem as coisas assim, e supõem poder triunfar na atual correlação de forças, são, ademais, tolos incuráveis (...).*²³¹

As reflexões acima resultam de uma leitura específica do processo histórico, na qual, defendendo as questões impostas pela ditadura no que dizia respeito às violações dos direitos humanos, se forja a ideia de guerra, sugerindo, portanto, uma equiparação de forças de ambos os lados, como também traz à pauta a chamada *teoria dos dois demônios*: um demônio

²³¹“Os perigos do revanchismo”. Jornal **O Povo**, 12/02/1981, p. 3. Grifos meus.

habitaria os porões do regime, mas nada tinha a ver com a essência da “revolução”; o outro, era composto por grupos guerrilheiros, os “subversivos”. Parte dessa leitura a ideia de dois agentes, estranhos à sociedade pacífica e ao regime, autores de crimes iguais sobre os quais não haveria necessidade de investigação.²³² Qualquer ação que caminhe nesse sentido é considerada como revanchismo, rejeitando a dimensão que o respeito aos direitos humanos envolve a questão. São, aliás, questões que tangenciaram as lutas por anistia e que, igualmente, são indícios das posições assumidas pelo jornal O.P naquela correlação de forças, algo que será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo.

As ponderações contidas no editorial do jornal O.P não deixam de representar uma defesa não somente da ditadura, mas, especificamente, dos torturadores, quando, concitando todos a colaborarem com o governo, propõe que a “volta ao passado” ensejaria um retrocesso e um empecilho para o “restabelecimento do estado de direito”. Esse convite ao esquecimento, a partir do qual se impõe a negligência, nos remete ao que o historiador Enrique Serra Padrós, fazendo uso de Yerushalmi, muito bem constata que, em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento não é a palavra memória, mas, sim, a palavra justiça.²³³ A esse respeito, Padrós ainda nos lembra que:

Na América Latina pós-ditaduras, as instituições do Estado, parte dos setores políticos e empresariais, as forças armadas e importantes segmentos associados da economia internacional e da política externa dos EUA, entre outros, conspiraram fortemente contra o ‘lembrar’ e o conhecer.²³⁴

Essas proposições nos impelem a questionar, no contexto de transição política, quais segmentos da imprensa brasileira, notadamente os jornais que mantiveram relações amistosas com a ditadura, estiveram imbuídos em propor o esquecimento, a partir da ideia de não revanchismo, sendo coniventes, conseqüentemente, com os crimes da ditadura.

²³²Complemento minhas proposições com as reflexões feitas pela historiadora Caroline Silveira Bauer, a respeito da ditadura argentina, que nos permitem entender que a mesma lógica se aplica ao Brasil: “A consolidação da ideia de dupla responsabilidade contribuiu para a formação da chamada *teoria dos dois demônios*: durante os anos 1970, a Argentina fora vítima da violência da direita e da esquerda, ou seja, dois demônios, de forças equiparáveis e em confronto. Tal teoria contribuiu na legitimação, naquele período, da impunidade em relação aos agentes repressivos, pois, segundo essa lógica, eles somente estariam agindo em resposta a outro tipo de violência e, para isso, utilizar-se-iam das mesmas armas que o *inimigo*, na chamada *guerra suja*”. BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão”. **Revista de História Comparada**, v.3, 2008, p. 7.

²³³PADRÓS, Enrique Serra. “Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos”. **História em Revista**, 10, dez. 2004. p. 9.

²³⁴Ibidem, p. 3.

Em relação ao editorial acima mencionado, atitude semelhante tem o colunista Pádua Campos que, fazendo coro, defende o “perdão e (...) esquecimento dos excessos”,²³⁵ ao criticar a atitude de Ulysses Guimarães - que propôs que se investigassem os casos de tortura, punindo-se seus perpetradores - considerando-a como uma provocação. Posicionamentos como este muito bem servem para ilustrar os lados assumidos pelo jornal O.P quando o tema da tortura era abordado. Não somente há uma postura marcada pela defesa do regime, como a questão da investigação das violações dos direitos humanos é defendida como um empecilho à abertura política. A ditadura, alegoricamente associada a uma onça, não deveria ser cutucada:

No umbral da velhice (...) Ulysses Guimarães mais pareceu um adolescente na sua fala (...). Brandindo a arma da palavra, prometeu transformar o seu Partido, ‘após a vitória nas urnas’, em promotor público a remeter para trás das grades das enxovias ‘todos os torturadores e usurpadores do poder’. (...) uma provocação inconseqüente, dirigida às Forças Armadas em primeiro lugar, já que elas é que fizeram o movimento de 64 têm até hoje empunhado o poder no Brasil. Uma provocação balofa e de efeitos contraproducentes, que apenas implica em fornecer razões concretas para que as mesmas Forças Armadas (...) façam restrições a uma ampla alternância do poder no País e sem a qual não teremos democracia de verdade. E houve uma anistia abrangente, que equivale ao *perdão e ao esquecimento dos excessos* e, digamos sem reserva, dos crimes cometidos de lado a lado. *Nada mais execrável do que a tortura praticada contra presos indefesos e confiados à guarda e responsabilidade dos órgãos estatais. Mas pregar uma postura revanchista com a ameaça de vasculhar o passado para punir os culpados só de um lado é querer impedir que a abertura política, tão penosamente conquistada, também com o trabalho e participação do Sr. Ulysses Guimarães e seu partido, tenha prosseguimento.*²³⁶

O tema é minimizado; as torturas, vistas como excessos. São questões que evidenciam as disputas que marcaram as lutas por anistia e a aprovação da Lei de Anistia. Por conseguinte, investigação e punição não são pressupostos defendidos pelo jornal, e seu posicionamento, como vimos, está desvinculado de uma perspectiva denunciante e mesmo de uma atuação mais veemente em favor dos direitos humanos que fosse contrária à ditadura. Para além de equiparar os lados, valendo-se da ideia dos dois demônios, alude-se à Lei de Anistia, àquela altura já em vigor, para corroborar a postura do regime, dos chamados crimes conexos, de sua auto-anistia.²³⁷

Em se tratando das ambivalências por vezes aqui ressaltadas, é interessante perceber como o jornal O.P tem posições distintas quando se trata de olhar para o que acontecia

²³⁵“Catucando a onça”. Jornal **O Povo**, 24/04/1982.

²³⁶Ibidem. Grifos meus.

²³⁷Estas questões serão abordadas com maior clareza no capítulo 3.

naquele momento com a vizinha Argentina. As duas ditaduras, marcadas por muitas semelhanças, enseja, entretanto, posicionamentos antagônicos no jornal O.P. Lá fora, uma ditadura que, recém acabada, deveria ser investigada e punida pelos seus crimes. Aqui, um regime, ainda que considerado não *plenamente democrático*, fora marcado por uma guerra, na qual dois demônios, alheios ao regime, cometeram "excessos" sobre os quais não haveria motivos para se investigar, tampouco punir.

O editorial “Os fatos da Argentina”, publicado em 1984, é curioso quando consideramos os posicionamentos defendidos pelo jornal O.P em relação às vítimas da ditadura brasileira, envoltas em um antagonismo, permeadas pela perspectiva dos dois demônios, que não se aplicaria à Argentina. Lá, trata-se de reparação. Aqui, trata-se de revanchismo:

Na verdade, porém, o que ocorre na Argentina é a recuperação de uma imagem perdida. As notícias passadas, que davam conta de milhares de desaparecidos, não podiam ficar desabrigadas da justiça. (...) Uma coisa é perdoar; outra é ser conivente. *Foi preciso então que surgisse um Governo eleito pelo povo para que os criminosos fossem chamados para prestar contas dos seus atos mortíferos.* Há algum tempo, o Governo da Argentina anunciava ao mundo que mais de 30 mil estavam de fato desaparecidos e que nada sabia sobre eles. (...) Não houve quem não se insurgisse, ao menos interiormente, contra a forma brutal de condenação dos presos políticos. Porque o crime político é uma falta grave somente do ponto de vista da lei positiva, não é violação de direito real, nem agressão de fato à vida humana. (...) *A firme posição do presidente Raul Alfonsín tem respaldo não só junto ao povo de sua nação, mas recebe o apoio de povos vizinhos.* Mais ainda agora quando os depoimentos vão esclarecendo pontos que se mantinham envoltos em mistérios. Recentemente, um militar declarou que alguns prisioneiros foram jogados ao mar. Este ato é mais criminoso do que o gesto dos que tentavam mudar o regime vigorante. (...) *Não há na Argentina o propalado revanchismo. Era imperioso que se buscasse justiça, punindo-se aqueles que supliciaram pessoas humanas em nome de um regime que se queria preservar.* Não é exato confundir-se segurança nacional com a manutenção do poder. E os desaparecidos, grosso modo, agiram em função deste ideal que hoje anima os argentinos, de terem um Governo representativo. (...) *O que o Governo da nação vizinha está impondo é a reparação.* Isto não faz Alfonsín em seu nome próprio mas em nome do povo que o elegeu para restabelecer a ordem entendida não como mera legalidade ou simples disciplina conformada, mas como modo democrático de convivência dos homens na comunidade nacional. *De tudo quanto se sabe sobre a Argentina transparece para nós a indicação segura de que a justiça só é possível quando a democracia é exercitada. Exatamente por isso nós temos muito o que aprender. As situações do Brasil e da Argentina são diversas mas os princípios são válidos, aqui e lá.* Sem democracia pode-se estabelecer uma ordem de coisas mas não uma ordem de pessoas realmente dignas de sua condição humana.²³⁸

Por um instante, até poderíamos supor que as mesmas posições se aplicassem ao Brasil, não fossem as discussões levantadas anteriormente, que nos permitem perceber quais

²³⁸“Os fatos da Argentina”. Jornal **O Povo**, 06/01/1984, p. 4. Grifos meus.

questões e peculiaridades marcam o posicionamento do jornal O.P em relação aos casos de violação dos direitos humanos no Brasil.

Entretanto, apesar das disparidades com as quais encara Brasil e Argentina, chama atenção as linhas finais do editorial que, ao defender situações distintas para os dois países, fala-se de lições a serem aprendidas e de princípios válidos cá e lá. A distância que marca a publicação dos editoriais “Os fatos da Argentina”, de 1984, e “Os perigos do revanchismo”, de 1981, parece indicar uma mudança de posicionamento, pelo menos, por parte dos editorialistas do jornal,²³⁹ haja vista o modo acolhedor com que trata das ações políticas na Argentina, sugerindo o país como exemplo para o Brasil. O editorial, contudo, não explora quais questões estariam ligadas a esse aprendizado; falta veemência quanto a deixar claro se está sendo sugerido um aprendizado no sentido de se punir os torturadores brasileiros. Mas, a conjuntura Argentina ao fim de sua ditadura parece influenciar nas reflexões sobre a situação brasileira posterior à Lei de Anistia, marcada pela impunidade e imunidade para a ditadura e seus agentes.

A atuação do jornal C.S em relação ao tema aqui em questão, não pode estar dissociada da atuação de alguns setores da Igreja Católica durante o período. Evidentemente, não se trata de entender a atuação do jornal e a atuação da Igreja como coisas homogêneas, mas, apenas, pensar a primeira como algo circunscrita em algo maior, marcada por influências.

O tema dos direitos humanos marcou fortemente a atuação de setores importantes da Igreja durante a ditadura.²⁴⁰ Conforme aponta Renato Cancian, a criação da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) em 1969, constituiu um marco importante na atuação da Igreja em relação ao tema. A CBJP estimulou a criação das Comissões Justiça e Paz, diocesanas e arquidiocesanas, marcadas não somente pela defesa desses direitos, mas, também, pelas denúncias públicas e assistência aos presos políticos e vítimas de tortura.²⁴¹

²³⁹Por não serem assinados, não há como saber se os editoriais referidos foram escritos pelas mesmas pessoas ou por pessoas diferentes.

²⁴⁰Para uma leitura mais detalhada da atuação de setores da Igreja em relação à defesa dos direitos humanos e os atritos com a ditadura decorrentes de tal postura, ver: SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Op. Cit. pp. 318-348.

²⁴¹CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011, p. 55.

Muitos membros do próprio clero, aliás, estiveram entre as vítimas da tortura, o que, inevitavelmente, ensejou uma atuação mais contundente da própria CNBB na defesa dos direitos humanos e denúncia dos casos de tortura.²⁴² O que nos interessa, entretanto, é compreender as posições assumidas pelo jornal C.S e que questões ganharam evidência em suas pautas editoriais. Os silêncios, as ausências e mesmo as indiferenças são outros elementos significativos que precisam ser ponderados nas problematizações que farei adiante.

Retomando as ponderações sobre a distinção que precisa ser ressaltada entre a atuação do jornal C.S e a atuação da Igreja, um caso emblemático que nos ajuda a compreender tal distinção reside na morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.²⁴³ O caso teve ampla repercussão; o suicídio forjado pela ditadura fora contestado publicamente por entidades como OAB e Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, juntamente com a viúva Clarice Herzog. No dia seguinte a morte de Herzog, o cardeal Dom Evaristo Arns solicitou aos bispos presentes à Conferência Regional dos Bispos, em Itaici, São Paulo, apoio para manifestarem-se a respeito do caso. Tal apoio ensejou na divulgação de uma declaração formal, na qual se denunciava a morte do jornalista como “flagrante e declarada falta de respeito à pessoa humana”, com “detenções arbitrárias” e “tortura, às vezes seguida de morte”.²⁴⁴

Além disso, na missa em intenção de Herzog, realizada na Catedral da Sé da cidade de São Paulo, ladeado por dois rabinos, uma vez que Herzog era judeu, Arns pediu um minuto de silêncio pelas vítimas da perseguição de violência, além de fazer aos presentes à cerimônia uma conclamação para “(...) a luta pacífica, mas persistente e corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolo os filhos de Vladimir Herzog, sua esposa e sua mãe”.²⁴⁵ No

²⁴²A esse respeito, Scott Mainwaring pontua que: “(...) líderes da CNBB envolveram-se na campanha pela defesa dos direitos humanos, e a Igreja no Amazonas, no Nordeste e em São Paulo, assim como em algumas dioceses isoladas, continuou seu trabalho em prol dos direitos humanos. Durante esse período [meados dos anos 1970] foi muito divulgado o trabalho pastoral dos bispos do Estado de São Paulo, onde dom Paulo Arns se torna o líder mais aparente. O documento de 1975 dos bispos de São Paulo, ‘Não Oprimas teu Irmão’, surgiu logo após uma onda de repressão e foi umas das mais fortes, mais importantes declarações episcopais contra a tortura”. MAINWARING, Scott. *Op. Cit.* p. 175.

²⁴³Em setembro de 1975, a mando do coronel Erasmo Dias, forças de segurança de São Paulo realizaram uma operação militar denominada “Operação Jacarta”, na qual Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi preso. No dia 24 de outubro do mesmo ano, Herzog foi intimado a comparecer ao DOI-CODI para interrogatório, e apresentou-se à divisão do Segundo Exército. Na mesma tarde, morreu nas instalações do DOI-CODI. Morto em consequência da tortura, forjou-se a versão de suicídio, e seu corpo foi entregue à viúva em caixão lacrado. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão, e o sepultamento foi feito sob guarda militar. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.* p. 247.

²⁴⁴“Não oprimas teu irmão”. Secretariado da Comissão Episcopal Regional Sul-1, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Ibidem*, p. 248.

²⁴⁵*Ibidem*, p. 249.

dia da missa, a cidade foi ocupada militarmente, e a Praça da Sé foi isolada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Mesmo intimidados pela ditadura, mais de oito mil pessoas lotaram a igreja e 30 mil tomaram a praça.²⁴⁶

Como se viu, expressivos segmentos da Igreja Católica cumpriram importante papel nas mobilizações em favor da família de Herzog. Em se tratando de um periódico ligado à Igreja, era de se supor que o C.S reverberasse as atitudes tomadas por seus colegas clérigos. O jornal, contudo, silenciou não somente a respeito da morte de Herzog, como também sobre as atitudes da Igreja em relação a isso.²⁴⁷

Seguindo as reflexões propostas por EniOrlandi, tomemos o silêncio como um elemento constitutivo da linguagem que precisa ser ponderado, compreendendo o “vazio” não como falta, mas como um horizonte.²⁴⁸ Embora tarefa complexa, não se pode desconsiderar a indiferença assumida pelo jornal C.S quando da morte de Herzog, sobretudo porque não somente a Igreja, mas, também, parte da imprensa, deram ampla repercussão ao caso. Logo, trata-se de um silêncio político, que implica, deliberadamente, não se posicionar diante de uma morte polêmica que assumiu dimensões de luta contra a ditadura, denunciando as violações dos direitos humanos no Brasil.

O silêncio que marca a postura do jornal, indica que o caso não fora, naquele momento,²⁴⁹ prioridade na sua pauta editorial. Indica, igualmente, que nem sempre as reações da CNBB reverberaram no jornal, havendo assim um descompasso entre um e outro. Por fim, tal caso reforça a necessidade de, ao analisarmos a atuação de sujeitos em determinada conjuntura histórica, não tomá-los em bloco, ainda que, de certa forma, estejam ligados de algum modo, como é o caso do jornal C.S com a Igreja.

²⁴⁶Ibidem, p. 248.

²⁴⁷Não há evidências de que o silêncio em torno da morte de Herzog, no jornal *Correio da Semana*, esteja ligado à censura, ou seja, a partir de uma determinação oficial. Muitos outros jornais brasileiros, a exemplo do próprio *O Povo*, noticiaram a morte do jornalista, ainda que fosse para reproduzir o simulacro de suicídio forjado pela ditadura, conforme consta nos pronunciamentos oficiais. A historiadora Beatriz Kushnir, entretanto, dá conta de que a revista *Veja* foi proibida de noticiar sobre morte. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 47.

²⁴⁸Para Orlandi, “O silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. (...) não é do silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante”. ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 68.

²⁴⁹O jornal somente mencionara sobre a morte de Herzog anos depois, em 1981, ao falar das “suspeitas” sobre a atuação dos DOIs-CODIs nos atentados à bomba que se tornaram corriqueiros no início dessa década. Além de Herzog, faz-se menção, também, ao operário Fiel Filho, morto em 1976. “Hora de Agir”. Jornal **Correio da Semana**, 30/05/1981, p. 1.

No geral, o que marca a postura do jornal C.S em relação ao tema da violação dos direitos humanos durante a ditadura, é a veiculação de notícias, àquela altura já publicadas por outros periódicos de todo o Brasil, que dão conta de casos de tortura e da mobilização de alguns setores, como o MDB e a própria Igreja, em torno da apuração desses casos.

Em 1975, ano já marcado pelo início das articulações das lutas por anistia, o C.S informara aos seus leitores sobre o requerimento apresentado à Câmara dos Deputados por Laerte Vieira, do MDB, para que se convocasse o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, a fim de

(...) prestar esclarecimentos e informações quanto às denúncias feitas aos poderes pelas famílias e órgãos interessados sobre o tratamento dispensado a presos políticos. No mesmo requerimento, o Partido da Oposição apresentou justificativa solicitando, ainda esclarecimentos sobre o paradeiro, integridade pessoal, andamento do processo e defesa de 11 pessoas. A Oposição – disse o líder, confia na maioria, preocupada com a imagem do próprio Governo, no País e no exterior, e que está em condições de prestar ao público os esclarecimentos requeridos.²⁵⁰

Em 1982, com o título “A luta pela causa dos desaparecidos”, o C.S aborda sobre a questão, fazendo uma vaga referência ao Brasil. Na pequena nota publicada na página 3, na seção “Pastoral Diocesana a Serviço do Povo”, lê-se:

No início de junho, em Caracas, deverá ser levada uma proposta, a ser assinada pelos países integrantes da ONU, prevendo a punição e responsabilidade dos Estados e Pessoas que promoveram o desaparecimento de cidadãos por motivos políticos. A denúncia será levada ao Simpósio Mundial de Juristas sobre os presos desaparecidos, por entidades nacionais de defesa dos direitos humanos. Foi o que aprovou a Semana do Preso-Desaparecido, realizada semana passada em São Paulo, na PUC. A Promoção abrange Chile, Argentina, Uruguai, além do Brasil. Participaram representantes da OAB, ABI, partidos políticos, do Comitê dos Direitos Humanos pelo Cone-Sul, das Comissões Justiça e Paz dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e Familiares de uruguaios e argentinos desaparecidos. Nos últimos anos ocorreram aproximadamente 50 mil desaparecimentos de pessoas por motivos políticos na América Latina. Desde 64, no Brasil estão desaparecidos 222 pessoas; na Argentina 30 mil, no Chile, em torno de 1.500 e no Uruguai 137 pessoas.²⁵¹

Embora dê conta de noticiar sobre esses casos, é interessante perceber como eles não surgem associados à ditadura civil-militar. As informações, muito pontuais, cumprem tão somente a função de *noticiar* sobre questões relativas ao tema que aconteciam naquele momento e que já eram de conhecimento público.

²⁵⁰“Requerimento convoca ministro à Câmara”. Jornal **Correio da Semana**, 08/03/1975, p.4.

²⁵¹“Luta pela causa dos desaparecidos”. Jornal **Correio da Semana**, 19/06/1982, p. 3.

O tema, restrito à função de notícia, não se faz a partir de uma atuação enérgica e contundente. Com isso, não se pode, evidentemente, considerar a postura do jornal C.S como sendo *militante*, o que o diferencia, mais uma vez, de muitos segmentos de sua representante maior, a Igreja, na luta aberta pela defesa dos direitos humanos.²⁵²

A ausência de alardes e mesmo de uma perspectiva denunciante em torno do tema, revelam a timidez que marca o assunto dentro do jornal, uma vez que o mesmo aparece dissociado da ditadura. Logo, trata-se muito mais de noticiar a ação de setores na defesa desses direitos, e não denunciar a ditadura como responsável pelas violações.

Essa postura, curiosamente, contrasta com outra demonstração do jornal C.S em relação aos direitos humanos. O tema, cumpre enfatizar, não é ignorado pelo jornal. Em muitas de suas edições de 1978 e 1979, - portanto, em meio ao momento das lutas por anistia - o jornal publicou, em sua primeira página, diversos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essas publicações vinham sempre acompanhadas com citações bíblicas condizentes com o artigo publicado:

Artigo IX. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. Serão de refúgio estas seis cidades para os filhos de Israel, e para o estrangeiro, e para o que se hospedar no meio deles, para que, nelas, se acolha aquele que matar alguém involuntariamente. Nm. 35.15.²⁵³

O tema também surge dentro do jornal, ainda que não ligado ao Brasil especificamente. A publicação de uma nota da Conferência Episcopal Paraguaia Sendero, em 1975, ilustra esse exemplo. A nota, sobre tortura, fora publicada na íntegra pelo C.S. Contudo, nenhum comentário à nota fora acrescentado, muito menos para ressaltar que não somente o Paraguai, mas, também, o Brasil, vítimas de uma ditadura, sofriam com a tortura:

O órgão da Conferência Episcopal Paraguaia “Sendero”, em seu nº49/75, afirma em Editorial: ‘o uso das torturas como meio para obter confissão da vítima, já deveria estar totalmente desterrado de nossa civilização culta e cristã. Porque, nem pensando, é incrível como possa continuar existindo em nossa época prática tão infame que degrada a civilização humana e desonra mais a seus autores do que as suas vítimas. E inquietamos pensar que os ‘autos’ possam incluir também aqueles que mandam, permitem, consentem, aplaudem ou calam. Daí a nossa chamada à

²⁵²A esse respeito, podemos citar como exemplo a criação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, por D. Paulo Evaristo Arns. Formada majoritariamente por leigos, desenvolveu um trabalho pioneiro de assistência jurídica aos presos políticos, elaboração de provas sobre casos de tortura e propagação de denúncias públicas sobre os casos de violação de direitos humanos. Além disso, a Comissão auxiliou refugiados uruguaios, chilenos e argentinos, perseguidos por ditaduras em seus países de origem. Cf. CANCIAN, Renato. Op. Cit. p. 58.

²⁵³“Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Jornal **Correio da Semana**, 22/07/1978, p.1.

consciência honesta de nossos compatriotas para refletirem seriamente sobre algo tão grave que a ninguém pode deixar impassível ou indiferente.²⁵⁴

Essas ambivalências, retomando aqui o termo segundo as proposições de Pierre Laborie, nos ajudam a compreender a postura do jornal C.S em torno do tema dos direitos humanos. Se, por um lado, busca dar ênfase ao tema - em uma conjuntura na qual a campanha por anistia o insere na agenda pública-, por outro, quando se põe a falar sobre a violação desses direitos no Brasil, citando casos de torturas e pessoas desaparecidas, não assume uma postura de responsabilizar a ditadura por tal, se limitando a informações pontuais. Assim, ainda que dê destaque a esses direitos, tal ato não pressupõe, necessariamente, uma atuação veemente, denunciata, que, encarando a ditadura “de frente”, venha, abertamente, responsabilizá-la por essas violações. Portanto, ainda que constatemos essa ênfase, constatamos, igualmente, uma ausência. Presença e ausência, duas coisas opostas, porém, atuantes, concomitantemente, no jornal. Presença, porque se trata de um direito que o jornal reconhece como essencial; ausência, porque sua violação, embora constatada, não implica na denúncia do réu: o estado ditatorial brasileiro.

2.3 – Censura, autocensura, conivências...

O tema da censura é um dos mais evocados nos estudos sobre a imprensa durante a ditadura. Parece-me ser, igualmente, um elemento predominante na memória social sobre o período. Falar de imprensa durante a ditadura civil-militar trata-se, muitas vezes, de evocar uma imagem do passado na qual os meios de comunicação, amordaçados, foram impedidos de defender a liberdade de expressão, roubada pela ditadura.

Essa imagem, em grande medida distorcida, ajuda a esconder as fortes relações de consentimento e legitimação que marcaram a atuação de muitos jornais, jornalistas e intelectuais²⁵⁵ com o regime. Não se trata, certamente, de negar que muitos pagaram mesmo com a própria vida pela ousadia de contestarem e colocarem-se contra a ditadura e seus ditadores. Contudo, é preciso ter em mente que muitos jornais e jornalistas brasileiros estiveram ao lado da ditadura, inclusive no Ceará.

²⁵⁴“Torturas e confissão”. Jornal **Correio da Semana**, 30/08/1975, p. 3.

²⁵⁵Para uma leitura mais esmiuçada sobre o papel de alguns intelectuais na construção do regime autoritário, ver: MAIA, Tatyana do Amaral. Op. Cit. pp. 51-65.

Desse modo, não posso deixar de apontar a existência da mitificação da resistência à censura na ditadura, presente em muitos trabalhos da literatura sobre o tema e mesmo nas memórias sobre o período. Contudo, me apoderando das considerações feitas por Beatriz Kushnir, considero importante enfatizar que

As reflexões nesse campo têm-se debruçado mais fortemente sobre a resistência, sobre o burlar o ‘não dizer’. Por esse raciocínio, criou-se um duelo em que o censor ou é um tirano, um algoz, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos (tidos como heróicos) de desafio a esse opressor. Nem tudo se explica só nesse jogo maniqueísta. Um dos intuitos desta reflexão é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, ante a imposição autoritária. Assim, o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão, por vezes mítica, da resistência, na qual se encerra igualmente toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos *anos de chumbo*. Corroborando essa imagem combativa, nada é tão lembrado como a publicação de *Os Lusíadas*, de Camões, nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, ou das receitas culinárias, no outro jornal do grupo da família Mesquita, o *Jornal da Tarde*.²⁵⁶

Noutro ponto, é na autocensura que se busca, muitas vezes, esconder as relações de apoio de muitos jornais com a ditadura. Não se trata, evidentemente, de negar que, numa situação de vigilância, a autocensura seja um recurso ao qual o jornalista acabe recorrendo em circunstâncias políticas repressivas. Mas não devemos poder de vista, entretanto, que é tênue a linha que separa a autocensura como *acordo forçado* da *conivência*²⁵⁷ com o que se proíbe de ser dito, acatando, com boa vontade, as restrições impostas pelos grupos no poder. Assim, a autocensura não implica, conseqüentemente, estar se colocando contrário à situação política vigente. Não faz de um jornal resistente ou oposicionista. Essas questões são muito mais complexas e precisam ser estudadas com cautela.²⁵⁸ Visões simplistas e reducionistas, que encerram no termo autocensura toda uma complexa relação entre jornalistas, ditadura e censura, não dão conta da realidade e, muitas vezes, atuam como bodes expiatórios, escondendo as relações de apoio e ajudando a construir memórias coniventes com os valores democráticos defendidos por muitos jornais e jornalistas no presente.

²⁵⁶KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. p. 39.

²⁵⁷Fazendo uso das reflexões de Bernardo Kucinski, Kushnir pontua que “Ampliando para outros espaços da mídia essa noção de pacto, (...) dentro da noção de aliança, houve, por parte de setores da grande imprensa, a ‘(...) adesão à autocensura e [a] identificação plena dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão – e, portanto, de um virtual colaboracionismo’”. KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. p. 48.

²⁵⁸Kushnir defende que “(...) o papel da imprensa nesse momento político necessita ser reavaliado. Mas percebe-se claramente que, com a aceitação da autocensura, do autocontrole, do padrão de qualidade, da abdicação de atitudes quixotescas, que tanto remetem à imagem do jornalismo, a grande imprensa brasileira perdeu muito. Perdeu o sentido de realidade, como resume [Bernardo] Kucinski. E nesse autoengano construiu para si imagens que, vistas como heróicas, são jocosas, se não fossem tão infelizes”. Ibidem, p. 51.

Marcos que estabelecem a instauração do AI-5 e da censura prévia nas redações como momentos de ruptura entre alguns jornais com o regime, também devem ser questionados minuciosamente. Pensar tais questões a partir dessa perspectiva, simplifica a complexidade das relações que se constituem ao longo do processo histórico. Por outro lado, corrobora certas memórias que tão bem servem, no presente, para eximir sujeitos das relações de consentimento que ajudaram a construir durante o período ditatorial, reforçando o mito da imprensa resistente. Assim, pertinente o questionamento feito pelo cientista político Glaucio Ary Dillon Soares²⁵⁹: os jornais teriam se oposto aos ditadores, mesmo após o momento em que ficou clara a sua vocação militar e autoritária, caso não houvesse a censura?

Embora o que nos interesse, neste tópico, é compreender a questão da censura nos jornais O.P e C.S, e como isso afeta (ou não) as relações essencialmente amistosas desses jornais com o regime ditatorial, algumas outras questões são cruciais para compreendermos não somente essas questões, mas, também, a questão da censura no estado do Ceará durante a ditadura.

Excetuando-se a Rádio Dragão do Mar, cassada logo após o golpe,²⁶⁰ muitos jornais cearenses saudaram a “revolução”, a exemplo do O.P e C.S. Ao longo da ditadura, os militares constataram um clima de “tranquilidade” na imprensa cearense. Considero que isso pode vir a explicar, em certa medida, a ausência de uma atuação censória mais contundente no estado, a exemplo do que ocorrera com outros periódicos brasileiros. A ausência de jornais que pudessem expressar algum tipo de resistência ao regime, a meu ver, explica esse quadro. Isso, contudo, não significa que o regime não estivesse atento, de alguma forma, ao que era escrito e publicado no Ceará.

²⁵⁹SOARES, Glaucio Ary Dillon. Apud GAZZOTTI, Juliana. “O Jornal da Tarde e o pós-AI 5: o discurso da imprensa desmistificado”. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos, SP: EdUFsCar, 2006, p. 71.

²⁶⁰Constituindo uma exceção no Ceará, há que se lembrar da Rádio Dragão do Mar, fechada logo após o golpe, em 1964. Segundo consta no relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará, a mim cedido gentilmente por seu relator, o jornalista Eliézer Rodrigues, a Rádio Dragão do Mar [seu proprietário, o deputado federal Moisés Pimentel, alinhado politicamente a Goulart, foi cassado após o golpe] já firmou posição em favor de João Goulart desde a formação da Rede da Legalidade, organizada por Leonel Brizola, sendo a única emissora cearense a favor da posse de Goulart, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros. Logo após o sucesso do golpe, na manhã de 1º de abril de 1964, a rádio foi fechada pelos militares, com a prisão de três dos seus integrantes: Blanchard Girão, Nazareno Albuquerque e Peixoto de Alencar. A rádio voltou a funcionar somente em 1967, mas sob o comando do general da reserva Almir Macedo de Mesquita. Cf. Relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará – Sindjorce. Fortaleza, 2013.

Ainda que o clima não fosse de resistência - muito pelo contrário²⁶¹ – nas redações dos jornais cearenses, quando o golpe civil-militar saiu vitorioso, os militares intervieram na diretoria do Sindicato dos Jornalistas, por ordem do comando do IV Exército. No dia oito de maio de 1964, no salão de sessões da Casa do Jornalista, prédio da Associação Cearense de Imprensa, ACI, fora empossada a nova diretoria que substituiria a outrora eleita para o biênio 1962/64. A função de interventor ficou a cargo do jornalista Luís Sucupira, ligado à Igreja Católica – o jornalista fora um dos fundadores do jornal católico *O Nordeste*, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza – e que, durante a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, fora secretário de governo e interventor federal interino no Ceará.²⁶²

Mesmo ao longo do regime, passados os rebuliços ocasionados pelo golpe, o clima da imprensa cearense, como dito, é “tranquilo” aos olhos da ditadura. Assim, ainda que não passasse despercebido aos olhos da repressão o que se desenrolava nos jornais cearenses, como evidencia o documento do Departamento de Polícia Federal do Ceará, enviado em 01 de março de 1972 ao Serviço Nacional de Informações, SNI, o que se constatava, para agrado da ditadura, era uma situação na qual imperava o colaboracionismo, e não o contrário:

A situação hoje, na imprensa, é de tranquilidade aparente. Existe um potencial de esquerda que não se manifesta, em função do sistema de controle, montado pelas autoridades de segurança. Mesmo assim, aqui e ali, os fatos surgem de forma sutil, como a cobertura às ações do Vietnã do Norte e às dos movimentos nas diversas partes do mundo, identificados com as ideias marxistas, dando-se ênfase a tudo aquilo que advém dos países de esquerda, desfigurando-se a ação de algumas nações, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que lideram a corrente democrática. Quanto à atuação de jornalistas neste Estado, há aqueles que, embora tenham um passado ligado ao movimento de esquerda, hoje, estão completamente afastados, colaborando com os órgãos de segurança e apresentando uma imagem fiel do governo. Outros, integram uma área de descontentamento político, por aspectos ideológicos contrários à Revolução, ou por mero inconformismo social. Estas duas características têm criado dificuldades às pessoas que, na imprensa, colaboram com os órgãos de segurança, esperando eles apenas uma abertura qualquer para uma ação mais franca.²⁶³

²⁶¹ Ainda no mês do golpe, diretores da Associação Cearense de Imprensa, ACI, conforme consta em ata do dia 30/04/1964, visitaram o comando do Exército com o objetivo de externar solidariedade e apoio ao golpe, conforme discursou na ocasião o então presidente da associação, Antonio Carlos Campos de Oliveira. Cf. Relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará – Sindjorce. Fortaleza, 2013.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Documento do Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional – Ceará, sob guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, citado, na íntegra, no Relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará – Sindjorce. Fortaleza, 2013.

O quadro apresentado pelo relatório da Polícia Federal no estado, embora não nomeie jornais ou jornalistas²⁶⁴ que se insiram nas características mencionadas, nos dá a dimensão do forte colaboracionismo da imprensa cearense com o regime, criando uma situação de “tranquilidade”, e, por conseguinte, uma ausência de jornais ou jornalistas que pudessem, verdadeiramente, representar uma ameaça mais séria aos órgãos da repressão e à “harmonia” constatada por agentes da repressão nas páginas dos jornais cearenses.

O relatório acima corrobora a afirmação feita outrora de que, apesar do colaboracionismo que vigorou na imprensa cearense, as autoridades competentes mantiveram-se vigilantes e atentas ao que era publicado no estado.

Ao longo desta pesquisa, não se constatou qualquer evidência que indicasse a existência da censura prévia²⁶⁵ a jornais cearenses, tampouco ao O.P e C.S.²⁶⁶ Quanto a esses últimos, suas relações com o regime, no geral amistosas, explicam, em certa medida, esse quadro. Jornais que não ofereciam ao regime qualquer resistência quanto aos postulados autoritários, certamente, dispensariam a existência de uma censura prévia – que ocorrera em menor escala²⁶⁷ -, com a presença de um censor em suas redações.

Quanto à dinâmica da censura no estado, em relação às determinações do que não poderia ser publicado, Márcia Vidal coloca que essas vinham de Brasília e eram repassadas à

²⁶⁴Em outro documento, no mesmo período, do Departamento de Polícia Federal de Fortaleza, enviado ao SNI, contudo, faz-se menção ao jornalista Teobaldo Landim, chefe de reportagem dos *Diários Associados*, como sendo um sujeito franco e de apoio integral aos “(...) princípios revolucionários, através de jornais, emissoras de rádio e televisão. Nos contatos com esta Delegacia Regional desde 1968, não se tem furtado às informações solicitadas, mostrando-se um primoroso informante, fornecendo elementos que muito contribuem para o bom êxito das investigações a cargo deste órgão.” Documento do Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional – Ceará, sob guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, citado no Relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará – Sindjorce. Fortaleza, 2013.

²⁶⁵Regulamentada em março de 1970 com o Decreto nº1.077, o ato da censura prévia implicava em ter as matérias analisadas por um censor na própria redação do jornal, ou o envio de material à Polícia Federal da própria cidade ou à sua sede, em Brasília. Tal prática foi exercida entre 1968 e 1978, ou seja, das vésperas do AI-5 ao processo de Anistia, de forma mais intensa, o que não significa dizer que não tenha existido antes e que tenha deixado de existir depois. A censura prévia, cumpre lembrar, atingiu um pequeno número de jornais. Cf. KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. p. 43.

²⁶⁶Essa preocupação com a censura prévia no Ceará, remonta ao período de pesquisa para o meu trabalho monográfico, defendido em 2012. De lá para cá, nenhuma evidência que apontasse a existência de qualquer jornal submetido à censura prévia foi encontrada. Por outro lado, segundo depoimentos de jornalistas cearenses que atuaram no período, de fato, a censura prévia não atuou em qualquer periódico cearense. Haja vista o forte colaboracionismo que marcou a relação da imprensa no Estado com a ditadura, a censura prévia foi um expediente desnecessário. Cf. Depoimento de Blanchard Girão, em ALMEIDA, Nilton Melo. “A censura como instrumento de ensino prático”, In: **Anais do 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo**, Florianópolis, 2004, p. 6; Depoimento de Pádua Campos, em VIDAL, Márcia. Op. Cit. pp. 88-89.

²⁶⁷Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Op. Cit. p. 94.

imprensa local pelo Departamento Nacional de Telecomunicações, o Dentel, e pela Polícia Federal,²⁶⁸ Ainda de acordo com Vidal,²⁶⁹ a partir do testemunho do jornalista Pádua Campos, a censura era feita pelo telefone ou enviava-se à redação do jornal um emissário para transmitir as restrições. É importante frisar que não houve, contudo, ao longo do período ditatorial, um padrão, centralizado e uniforme, que regulou as ações censórias.²⁷⁰

Dentro do jornal O.P, segundo Vidal,

(...) não havia censura prévia, nem proibição de se falar sobre determinado assunto ou pessoa, mas era freqüente o envio de bilhetes por José Raimundo da Costa, da administração do jornal, para os repórteres, fazendo comentários críticos, com observações no sentido de que determinados tipos de matérias deveriam ser evitados.²⁷¹

Embora aliado de primeira hora, a censura à imprensa naquele contexto trouxe complicações para o jornal O.P. As circunstâncias, entretanto, nas quais esse episódio ocorrera, estão longe de sinalizar uma resistência à ditadura dentro do jornal.

Em sua edição de 15 de fevereiro de 1971, o O.P publicara a respeito da prisão da militante Jane Vasconcelos Dantas, da Aliança Libertadora Nacional, ALN, na cidade de Fortaleza.²⁷² Na ânsia de criar um furo de reportagem e sair na frente do seu principal concorrente, o *Correio do Ceará*, a notícia fora publicada sem o aval dos militares. Com a justificativa de que a notícia veiculada poderia servir de propaganda para o “terrorismo” e prejudicar as investigações em curso, agentes da Polícia Federal apreenderam a edição.²⁷³ Apesar de seu histórico com boas relações e discursos favoráveis à ditadura, o jornal O.P não fora poupado.

Na edição seguinte, o editorial do jornal abordou exatamente o episódio em questão. Em tom de protesto e desabafo - quando a censura é posta como uma imposição de algum modo humilhante àqueles apoiadores do regime - o editorial, na verdade, nada mais era do que a reprodução do documento encaminhado pela direção do jornal ao ministro da Justiça,

²⁶⁸VIDAL, Márcia. Op. Cit. p. 88.

²⁶⁹Ibidem.

²⁷⁰Segundo Carlos Fico, depois do AI-5, a censura política se deu de maneira algo confusa: comandantes de unidades militares ou agentes da polícia federal podiam determinar proibições. Tempos depois, no entanto, a atividade foi centralizada no Ministério da Justiça, para onde eram encaminhados os pedidos de censura sugeridos por autoridades diversas a fim de que, finalmente, fossem repassados às redações. FICO, Carlos. *A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura*. Op. Cit. p. 271.

²⁷¹VIDAL, Márcia. Op. Cit. p. 113.

²⁷²“Jane foi prêsa”. Jornal **O Povo**, 15/02/1971, p. 1.

²⁷³Relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará – Sindjorce. Fortaleza, 2013.

com cópia para a Associação Brasileira de Imprensa, ABI, e Assessoria Cearense de Imprensa. Publicado na íntegra, o documento dirigia-se ao ministro Alfredo Buzaid com os dizeres:

Comparecemos à presença de Vossa Excelência, a fim de manifestar nossa estranheza pelo procedimento da Polícia Federal do Ceará, apreendendo exemplares da edição de ontem do jornal O POVO, em virtude de notícia sobre a prisão de elemento subversivo. *Referida notícia fôra, efetivamente, proibida pela censura há vários dias sob pretexto de não prejudicar as diligências em curso.* Ocorre que tendo sido as informações a respeito fornecidas agora pela Auditoria Militar, que marcou audiência para o próximo dia 25 a fim de ouvir a subversiva prêsã, supôs o jornal que não houvesse mais o impedimento antes determinado. *Lamentamos a atitude da Polícia não pelo prejuízo material mas pelo sentido de injustificável punição a um jornal respeitável com assinalados serviços aos ideais democráticos da Revolução que a arbitrariedade da polícia tantas vêzes compromete. Externamos a Vossa Excelência nosso veemente protesto.*²⁷⁴

O documento, assinado por J.C. Araripe, Diretor Editor; José Raimundo Costa, Diretor Superintendente; e Demócrito Rocha Dummar, Diretor Comercial, não contém somente o protesto contra o episódio, mas, de certa forma, reforça o apoio do jornal à ditadura, que enfatiza seus “assinalados serviços aos ideais democráticos da Revolução”. Esse episódio indica, portanto, que mesmo tratando-se de um jornal ligado aos postulados autoritários, teve seus momentos de atrito com o regime, sentido na própria pele as consequências repressivas do que regime que apoiava.

Esse episódio serviria, anos mais tarde, de mote para que o jornal recontasse sua trajetória durante a ditadura. Em caderno comemorativo aos 80 anos do O.P, publicado em 2008, o jornal fala do que seria a reação de setores da sociedade brasileira diante da decretação do AI-5:

(...) o Brasil viveu momentos de tensão numa rede de vozes protagonizadas pelos militares, imprensa, acadêmicos, sociedade civil e parlamentares. *O governo militar começa a perder apoio da imprensa e O POVO reforça sua cobertura crítica dos atos federais, ecoados em todo o Brasil.* Ao mesmo tempo, o jornal perde espaço de cobertura local, sendo submetido a matérias de agências filtradas pela censura do regime. O editorial, em determinados momentos, era o único que se aproximava de revelar uma leitura do contexto nacional. (...) O POVO é submetido a contar a história de um dos períodos mais autocráticos do País apenas sob o olhar da palavra oficial do Governo. O espaço para o noticiário político se reduz e as grandes reportagens dão lugar a notas, cotidianamente (...).²⁷⁵

A imagem do passado que o jornal O.P busca forjar, anos depois, muito bem ilustra a memória outras vezes aqui aludida, de uma imprensa sufocada pela censura, condenada à auto

²⁷⁴“O POVO protesta contra apreensão”. Jornal **O Povo**, 16/02/1971, p. 1. Grifos meus.

²⁷⁵“A censura e a reação”. Caderno especial **O Povo 80 anos**. Fortaleza, 2008, p. 62. Grifos meus.

censurar-se, que via na ditadura um corpo estranho, alheio aos seus princípios editoriais. O clima de resistência entre setores da sociedade que o jornal aí coloca, bem como sua “cobertura crítica”, estão longe de corresponder à realidade. As relações do jornal O.P com os militares no poder vão além dos apoios manifestos em suas páginas.

A postura crítica que o jornal reivindica para si quando passadas mais de três décadas desde o golpe, se insere numa estratégia de construção de uma memória, de uma autoimagem,²⁷⁶ por meio das quais o jornal busca recolocar-se nesse passado, operando um deslocamento de sentido²⁷⁷, a partir do qual se passa de colaborador a crítico. Esse deslocamento de sentido contribui como elemento constitutivo de uma memória na qual a imprensa surge como símbolo de resistência à ditadura, simplificando as tramas históricas, escondendo as relações de consenso e consentimento.²⁷⁸

O jornal C.S, por sua vez, também sofrera as consequências da censura durante o regime, ainda que não oferecesse, tal qual O.P, resistência à ordem de coisas imposta pelo regime. Importante colocar, antes, que membros do clero sobralense, considerados subversivos pelos agentes da repressão, tiveram suas atividades acompanhadas de perto, sendo citados em relatórios da polícia.²⁷⁹

É justamente o envolvimento de membros do clero católico em atividades consideradas subversivas que explica a ameaça sofrida pelo jornal C.S, em 1967. Assim, o

²⁷⁶Edições comemorativas são evidências importantes na pesquisa histórica tendo como objeto a imprensa, uma vez que indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias. Cf. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 262.

²⁷⁷Reis nos fala de “(re)construções históricas”, verdadeiros “deslocamentos de sentido”, que se fixam na memória da sociedade como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos, e não como versões do passado consideradas apropriadas por aqueles que as forjam. REIS, Daniel Aarão. “A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História”. In: TELES, Janaína (Org.) **Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade?** 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 133.

²⁷⁸A historiadora Denise Rollemberg nos traz outro exemplo do *descolamento de sentido* acima mencionado, referindo-se à publicação do livro “A trincheira da liberdade. A história da ABI”, de autoria de Edmar Morel, jornalista e conselheiro da ABI durante a ditadura. Segundo Rollemberg, “O enquadramento de memória” que o livro traz, faz-se em “(...) função do mito da *geração resistente*. As gerações que viriam depois, não tendo vivido o período, *herdaram-na*, projetaram-na para adiante, isolando-se cada vez mais da história. Nesse sentido (...) o livro (...) lançado em 1985 (...) subteve, até pela metáfora *trincheira*, que a luta da instituição foi de enfrentamento em campo claramente definido em relação a outro campo, como numa guerra, opostos pela guerra”. ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. Op. Cit. p. 105.

²⁷⁹Em relatório de viagem do DOPS, datado de 17/09/1968, consta-se o nome dos padres Pedro Van Ool, José Linhares Ponte e Oswaldo Chaves como elementos subversivos, orientadores de “movimentos contra-revolucionários” na cidade de Sobral. Apud, SILVA, João Batista Teófilo. *Uma história desvelada*. Op. Cit. p. 44.

atrito registrado com os militares deu-se em virtude não do que se publicou, mas do que se pretendeu publicar.

O Colégio Sobralense, pertencente à Diocese de Sobral, envolveu-se em um episódio no mínimo jocoso, não fosse trágico. Capitaneados por Padre Oswaldo Chaves, professor de Literatura do Sobralense, os alunos formandos daquele ano de 1967, iniciaram debates em sala sobre a vida do guerrilheiro, símbolo da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara. Segundo relatório do DOPS,²⁸⁰ os debates entre professores e alunos duraram uma semana. Esses debates levaram os alunos a incluir entre os homenageados da cerimônia de formatura o próprio Che. Diante disso, os militares proibiram que se realizasse a cerimônia de formatura, enquadrando Padre Pedro Van Ool, professor de História e também articulador da homenagem, além do já citado Padre Oswaldo, na Lei de Segurança Nacional.²⁸¹

Segundo relato do Padre Oswaldo,²⁸² as atividades de pesquisa e debate em torno da vida de Che Guevara, resultaram na escrita de redações sobre o guerrilheiro. À época, cogitou-se publicar no jornal C.S os melhores textos. Diante de tal investida, os militares, entretanto, ameaçaram de fechar o jornal caso essas redações fossem publicadas, uma vez que viram nesse intento uma forma de disseminar “ideias subversivas”.

Os dois episódios mencionados, envolvendo a questão censória nos jornais O.P e C.S, nos indicam que, apesar de eminentemente colaboracionistas, não ficaram a salvo de atritos com a ditadura, e que suas relações não foram, de todo, inteiramente amistosas, ainda que, cumpre enfatizar, essas questões não os coloquem no campo de oposição ou mesmo de resistência ao regime.

²⁸⁰Conforme o relatório, “A origem do citado movimento teve início com o trabalho a ser executado em casa, ordenado pelo padre Oswaldo, trabalho este sobre o Chefe Revolucionário – Guerrilheiro Comunista – Che Guevara. Os debates entre professores e alunos relativos a este Guerrilheiro duraram uma (1) semana. Quando da votação sobre a escolha do Homenageado Especial para figurar na programação de término de Curso, mais da metade dos concludentes foram a favor do citado Guerrilheiro como Homenageado (Homenagem Póstuma). (...) Atualmente, o maior foco esquerdista de Sobral é o próprio seminário”. Relatório de viagem a Sobral-CE. 14 de dezembro de 1967. Delegacia de Ordem Política e Social. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁸¹O desenrolar destes acontecimentos pode ser consultado em meu trabalho monográfico. Ver: SILVA, João Batista Teófilo. *Uma história desvelada*. Op. Cit. pp. 37-43.

²⁸²Durante as pesquisas para minha monografia, não encontrei menções no jornal *Correio da Semana* a respeito da ameaça de fechamento do jornal por conta da pretensão em se publicar as redações sobre Che Guevara. O relato de Padre Oswaldo com esta informação foi concedido à historiadora Viviane Prado Bezerra. Para maiores detalhes, ver: BEZERRA, Viviane Prado. **Memória política de Sobral: A ditadura militar em foco**. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004, p. 82.

É importante entendermos como o tema da censura fora tratado por esses jornais, mesmo depois dos episódios mencionados. Cumpre enfatizar que as discussões feitas de agora em diante, neste tópico, não dizem respeito às matérias vetadas após suas publicações – como citado anteriormente, as evidências indicam que isso não ocorrera – mas, sim, ao que os jornais O.P e C.S escreveram sobre a censura durante o período.

Atos de censuras chegam mesmo, dentro do jornal O.P, a encetar reações de apoio ao regime, construindo a imagem de vítima não para o censurado, mas para a própria ditadura. O fechamento da rádio católica *9 de julho*,²⁸³ de São Paulo, coordenada à época por Dom Paulo Evaristo Arns, fora abordado em artigo escrito pelo deputado gaúcho Clóvis Stenzel, da Arena. Stenzel, considerado um radical, fervoroso defensor de regime,²⁸⁴ teve seu artigo²⁸⁵ publicado pelo jornal O.P em janeiro de 1974. Defendendo a ditadura, o deputado acusa que “A emissora estaria empenhada muito mais na crítica ao regime, ao Governo da República, do que propriamente a salvação das almas, à conversão dos incrédulos ou mesmo a educação e recreação do povo”.²⁸⁶

Dando sequência à sua defesa, argumenta que

(...) não procede, não é justo, não é verdadeiro, não é racional o pronunciamento que a respeito do assunto fez o Arcebispo de Paris, Cardeal Marty, atribuindo ao Governo brasileiro a intenção de ‘sufocar a voz do Evangelho’, acrescentando ainda que ‘a Igreja de Cristo está reduzida ao silêncio, não apenas nos países da Europa Oriental, onde se sabe que a censura foi elevada a nível de dever estatal’, como também na ‘América Latina, na Diocese brasileira de São Paulo’. Essa coisa de ‘sufocar a Voz do Evangelho’ não cabe na cabeça de ninguém que conheça ou tenha informações sobre o Brasil. (...) O Ministro Corsetti, das Comunicações, acaba de declarar que das mil estações existentes, nada menos que 180 pertencem a padres. Apenas uma foi cassada, a 9 de julho, o que significa terem sido concedidos ao clero 20% das estações de rádio existentes em todo o Brasil(...). Mais lamentável ainda é a comparação feita pelo cardeal de Paris. A Igreja de Cristo estaria reduzida na América Latina à mesma situação de silêncio da Europa Oriental. Não sabemos se esse tipo de comparação, de ‘reconhecimento’, visa a prejudicar mais o nosso governo, pela falsidade da propaganda, ou à Igreja Universal. Proclamar-se na

²⁸³Sobre este episódio, Serbin esclarece que “A ordem de Médici [para o fechamento da rádio] veio sem nenhuma explicação. O coronel Hygino Caetano Corsetti, ministro das Comunicações, primeiro citou motivos ‘técnicos’ e depois fez a absurda acusação de que a estação (...) estivera transmitindo ‘clandestinamente’. *Uma resposta mais clara foi dada pelo deputado Clóvis Stenzel, um inimigo visceral da Igreja.* Ele citou ‘motivos políticos’ provocados pelo fato de a estação transmitir críticas ao governo(...)”. SERBIN, Keneth P. Op. Cit. p. 354. Grifos meus.

²⁸⁴Clóvis Stenzel liderava o grupo denominado os “Guarda Costa”, que agregava políticos aliados de primeira hora do presidente Costa e Silva. Cf. OTAVIO, Chico. Reportagem “Especial AI-5: Os ‘guarda Costa’ da ditadura no Congresso”. Disponível em: <http://portal.pps.org.br/helper/printData/139379>. Acesso: 20/02/2014.

²⁸⁵O artigo de Stenzel fora antes publicado no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Fora reproduzido no O.P, segundo consta, “a pedido de um grupo de católicos”.

²⁸⁶“A Igreja do Brasil”. Jornal **O Povo**, 09/01/1974, p. 4.

França que a Igreja em toda América Latina sofre as mesmas ou semelhantes restrições à Igreja dos países comunistas não é atacar a nossa cultura e civilização, mas promover a outra. Não seria esse o objetivo de muitos?²⁸⁷

Se, por um lado, dá-se conta da existência da censura naquele momento, evidenciando para a opinião pública cearense ações concretas do regime, por outro, não se está protestando contra tal ato, defendendo o indiscutível direito à liberdade de expressão que hoje tão bem vigora nas memórias sobre o período que dão conta da censura. Ainda que não se trate de um discurso saído da própria redação do O.P, o fato de o jornal ceder espaço para o discurso de terceiros revela, guardadas as devidas ressalvas, certo apoio editorial ou conivência com aquilo que se está publicando.

Nesse universo complexo e não uniforme no qual operou a censura no pós 1964, com suas várias dimensões²⁸⁸ e alvos privilegiados, a existência da prática censória de natureza política exigiu atenção da ditadura em relação à sua negação. Ou seja, negava-se, naquele instante, que existisse censura de caráter político à imprensa²⁸⁹, uma prática que muito bem servia ao teatro democrático forjado pelos militares. Nesse sentido, Maria Aparecida de Aquino pontua:

Do ponto de vista da censura, era muito importante ocultar do público a sua própria existência e, conseqüentemente, muito grande a preocupação em não deixar provas concretas que pudessem vir a constituir elementos que implicassem em ações judiciais contra a União, por parte dos órgãos de divulgação afetados.²⁹⁰

Entretanto, a prática censória durante a ditadura não pode ser compreendida a partir de uma totalidade homogênea, que remeta à imagem de uma censura onipresente. A análise das fontes embasa essas proposições. Percorrendo as páginas do jornal O.P, é possível constatar que, por diversas vezes, deu-se conta da existência da censura. Episódios aqui anteriormente narrados, como a apreensão da edição do jornal em 1971, e a coluna escrita por Clóvis Stenzel a respeito do fechamento da rádio *9 de Julho*, atestam essas questões.

O jornal, portanto, está noticiando, vez por outra, ações concretas envolvendo censuras de natureza política e não ligadas, necessariamente, à moral e aos bons costumes. Em sua

²⁸⁷Ibidem.

²⁸⁸Duas dimensões precisam ser consideradas no universo de temas proibidos pela censura: os de natureza estritamente política, e os temas ligados à “preservação” da moral e dos bons costumes. Para melhor compreender essas dimensões e as controvérsias que elas ensejam entre os estudiosos do tema, consultar: FICO, Carlos. *Além do golpe*. Op. Cit. pp. 87-113.

²⁸⁹Segundo Carlos Fico, até 1973 a ditadura negou a existência da censura política na imprensa, embora a praticasse. FICO, Carlos. *A pluralidade de censuras e das propagandas da ditadura*. Op. Cit. p. 271.

²⁹⁰AQUINO, Maria Aparecida de. Op. Cit. p. 79.

coluna, Carlos Castello Branco, ao abordar sobre denúncias envolvendo casos de tortura e a cassação dos deputados Alberto Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho, do MDB, expõe para seus leitores o difícil terreno a ser percorrido por aqueles que praticavam a autocensura, uma vez que os critérios daquilo que se poderia ou não abordar eram nebulosos, dificultando a vida dos jornalistas:

Denúncias de interessados com alegações de maus tratos têm sido publicadas. Nenhuma investigação, todavia, é permitida e a porta dos presídios políticos continua cerrada à curiosidade da Nação. (...) O Congresso, como se sabe, não tem autorização para transpor os limites da zona de segurança do sistema. Muitos menos a terá a imprensa, que vive sob um regime híbrido de censura. Há jornais sem censura prévia e jornais com censura prévia. Admitiu-se que a censura incidiria sobre a imprensa de pequeno porte, [parte do texto ilegível] mas não sobre os grandes jornais. (...) Pergunta-se o que aconteceria à Câmara se aprovasse uma CPI para examinar o tratamento dos presos políticos. Quem quiser que responda. Que aconteceria a jornais que mandassem repórteres tomar depoimentos de egressos de prisões para definir a situação dos presídios políticos? A imprecisão dos critérios da censura é a resposta. Quem ferir esses critérios recairá na censura prévia. A conclusão é simples. A liberdade de imprensa, devolvida aos grandes jornais, continua condicionada aos tabus do regime. Os jornais têm bastante sensibilidade para identificar as fronteiras e isso é o suficiente para que se entenda que a liberdade de imprensa ainda não deflui da constituição e das leis mais [sic] de um contrato de risco, seja qual for a disposição de correr riscos. Todos nós, jornalistas e políticos, percebemos o fato, sem que a percepção importe em aceitação. O ato de ontem do Presidente, punindo deputados, deu a medida do imobilismo político a que o País está voltado desde o AI-5, na verdade desde muito antes (...).²⁹¹

Essa coluna, para além de evidenciar as ambivalências que perpassam o discurso jornalístico, uma vez que, tomando-a isoladamente, poderíamos incorrer no erro de considerar que essa provém de um jornalista contrário ao regime – o que não seria o caso de seu autor, Castello Branco -, nos ajuda a compreender que determinadas assertivas em relação à censura no Brasil não podem implicar, repito, em uma totalidade homogênea, que atingiria, sem exceção e de maneira uniforme, a imprensa brasileira.

Sobre o jornalista Carlos Castello Branco, faz-se necessário considerar algumas peculiaridades que envolvem sua atuação durante a ditadura. Ainda não que seja um resistente, opositor ou qualquer adjetivo que o valha, a escrita de Castello Branco é marcada por diversas críticas ao regime, ainda que específicas e pontuais, como as relacionadas à ideia do “desvio de rota”. Sobre o jornalista, o historiador Carlos Fico o define como sendo alguém

²⁹¹“Mais duas execuções”. Jornal **O Povo**, 06/01/1976, p. 3.

(...) capaz de levar aos leitores de seus artigos, através de textos propositadamente sinuosos, informações que, ditas de outra maneira, fatalmente seriam censuradas. Com o passar do tempo, Castello Branco conseguiu construir para si uma espécie de ‘imunidade jornalística’, fundada em sua objetividade serena mesmo quando crítica.²⁹²

A essas considerações apresentadas por Fico, complementarmente, com base na análise das colunas de Castello publicadas no jornal O.P, que o mesmo, se por um lado chegou a esboçar críticas, por outro não poupou o regime de elogios, sendo também sua escrita marcada por uma postura de consentimento.

A censura, considerada também como um “desvio” que não coadunaria com os princípios “revolucionários”, aparece deslocada, no contexto de abertura política, daquelas figuras que estariam, com vistas a implantar a democracia prometida pela “revolução”, comprometidas com o fim do estado de exceção. Assim, a devolução da liberdade de imprensa é posta como uma *benesse governamental*, e os discursos que dão conta disso se fazem, por sua vez, favoráveis ao governo, e não o contrário.

E é o próprio Carlos Castello Branco que assim o faz. Para o jornalista, Ernesto Geisel seria o grande responsável por “aumentar a taxa de democratização do País”, dando sua contribuição, entre outras coisas,

(...) na atribuição de relativa liberdade a imprensa, benefício que não alcançou a totalidade dos jornais e que não se estendeu ao rádio e a televisão. Outra contribuição notável relaciona-se com as determinações para sustar a tortura e outros abusos da repressão. A situação brasileira, sem ser tranqüila, melhorou visivelmente (...).²⁹³

Anos mais tarde, por outro lado, no contexto da campanha “Diretas Já”, o jornal O.P publica artigo do político e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no qual trata-se o fim da censura,²⁹⁴ antes de tudo, como uma resposta à pressão social exercida sobre a ditadura. Ainda que isso não constitua uma grande contradição dentro do jornal, sobretudo pela distância temporal que marca a publicação da coluna de Castello Branco, de 1977, do artigo de Cardoso, de 1984, essas divergências ilustram a possibilidade de visões outras que não as

²⁹²FICO, Carlos. Op. Cit. p. 23.

²⁹³“Democracia relativa”. Jornal **O Povo**, 01/07/1977, p. 3.

²⁹⁴Marcos que estabeleçam com precisão o fim da censura durante a ditadura seriam por demais equivocados. Ainda que a suspensão do AI-5 culminasse em ares mais respiráveis, a persistência da prática censória é uma realidade a ser considerada, ainda que os contextos possam ser divergentes. Para melhor compreender a questão da censura pós ditadura, consultar capítulo 3 da tese de doutorado de Beatriz Kushnir, tópico “A tentação de ver: a Constituição de 1988 e a permanência do ato censório”. KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. pp. 137-155.

apresentadas em anos anteriores, sem que isso represente uma nova visão assumida pelo jornal, negando aquilo que fora dito outrora. Tão somente trata-se de um político àquela altura já em evidência, como é o caso de Cardoso, que tivera seu espaço no jornal cearense, expondo suas opiniões, ao propor que

(...) não é verdade que o governo federal jamais decide sob pressão. Decide sim. Tem decidido rumos da economia nacional sob pressão ostensiva, constante e minuciosa do FMI e dos credores externos. Tem decidido quase sempre às pressões da especulação financeira. O atual Presidente mesmo, segundo consta, teria cedido a pressões de correligionários civis e militares contra sua preferência pelas eleições diretas. Às vezes, para variar, o governo decide sob pressão de outros setores. Ou alguém acredita que o fim da tortura, o levantamento da censura à imprensa, a revogação do AI-5, a anistia, o abrandamento de fato das restrições aos direitos de associação, de manifestação e de greve, as eleições diretas de governador – todos os passos significativos da ‘abertura’ – viriam do mesmo jeito sem a resistência, o protesto e a reivindicação da sociedade? (...).²⁹⁵

O tema da censura dentro do jornal O.P, como vimos percebendo, não está atrelado a uma postura sistematicamente contestatória. Diversas são as nuances encontradas, que vão desde atritos diretos, passando por críticas à falta de liberdade de expressão, a posições em que se defende o governo por censuras impostas a outros veículos, defendendo-as como justas. Ademais, atribui-se a devolução da “liberdade de imprensa” ao próprio governo, na figura de Geisel, sugerindo, para tanto, uma dicotomia que venha a colocar em campos opostos o penúltimo general presidente daqueles que o antecederam. Com isso, repete-se a leitura que dá conta da existência de moderados e radicais, sendo esses últimos os responsáveis pelos “desvios” do regime. Geisel, incluso entre os primeiros, estaria, portanto, cumprindo os propósitos “revolucionários”, “devolvendo” à imprensa brasileira sua liberdade de expressar-se.²⁹⁶ Como se sabe, a censura durante o governo Geisel, ao contrário do exposto no jornal, fora fartamente utilizada.

Assim, se o tema da censura está desvinculado de uma postura contestatória, tampouco está atrelado a uma defesa permanente da liberdade de expressão que venha a defender essa liberdade não somente para si, mas também para seus iguais.

²⁹⁵“Até Brasília”. Jornal **O Povo**, 23/02/1984, p. 4.

²⁹⁶Segundo o cientista político Alfred Stepan, o abrandamento da censura à imprensa fez parte de uma estratégia de Geisel e Golbery na tentativa de se criar alianças entre jornais e governo. Com isso, a ditadura ganhava prestígio entre a imprensa, tendo-a como aliada e defensora do projeto de abertura “lenta, seguro e gradual”, fazendo uma frente contrária à comunidade de segurança, a chamada “linha dura”, contrária à abertura política. STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 48.

Passadas algumas semanas desde a divulgação de ataques perpetrados por agentes de extrema direita contra bancas que vendiam jornais da chamada imprensa alternativa na cidade de Fortaleza,²⁹⁷ em agosto de 1980, protagonizados por um movimento autointitulado “Falange Pátria Nova”,²⁹⁸ a coluna de Pedro Henrique Antero trata de abordar sobre a imprensa alternativa, mas não para defendê-la; ao contrário, para condená-la, taxando-a como obra de “comunistas” e “radicais”; acusando-a de ser um empecilho à “redemocratização”.

Mais uma vez, percebemos os antagonistas constituídos neste processo histórico dentro do jornal O.P. Se, por um lado, os “revolucionários” surgem como os protagonistas, por outro, aqueles designados como seus opositores, reduzidos à “pecha” de comunistas, são apresentados aos leitores por meio de vieses negativos:

(...) Comunistas e radicais de direita lutam incessantemente contra a tentativa oportuna do Presidente João Figueiredo de redemocratizar o país. Os primeiros, impotentes, no momento, para a realização da guerrilha rural e urbana, tentam incendiar o circo mediante uma imprensa chamada ‘nanica’ ou ‘alternativa’, reconhecidamente imoral e irresponsável. Os outros, aproveitando-se dos resquícios do obscurantismo vivido pelo Brasil nos últimos anos, procuram manter uma situação política contrária aos princípios da tradição liberal e democrática. A intolerância, em ambos os casos, é a característica principal do comportamento e o combustível para a sobrevivência das facções radicais (...).²⁹⁹

A associação que se faz entre a imprensa alternativa com aqueles que, noutro momento, atuaram na guerrilha, não é despropositual, tampouco ingênua. Reforça, a partir disso, que numa correlação de forças dada em que jornal O.P aparece como aliado da ditadura, os opositores dessa, de certa forma, passam a ser, também, os opositores do jornal, havendo aí uma sintonia que delimita campos de atuação, permitindo compreender de qual lado se situa o periódico de Fortaleza.

Assim, a imprensa alternativa não surge aos olhos do colunista como uma opositora intransigente do regime. Antes, busca situá-la como uma força contrária à “redemocratização” “requerida” pelo então presidente Figueiredo. Portanto, não se trata de, todos irmanados,

²⁹⁷Para este assunto, sugiro as seguintes leituras: AZEVEDO, Kátia. **Mutirão**: jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002; e BARBALHO, Alexandre. **Cultura e imprensa alternativa**: a revista de cultura O Saco. Fortaleza: Uece, 2000.

²⁹⁸Junto à reportagem que informava sobre os atentados ocorridos em Fortaleza, o jornal O.P reproduziu bilhete recebido pela redação do jornal: “Endereçado a este jornal com um vago ‘Senhor Redator’, o bilhete pede ‘todo apoio à Falange Pátria Nova’. Em seguida diz: ‘abaixo a imprensa comunista’... ‘Soltem os presos políticos na União Soviética’. No final, os terroristas colocam uma suástica, símbolo do nazismo, do lado esquerdo do comunicado, e à direita colocam as letras MRN””. “Ato repudia os atentados”. Jornal **O Povo**, 08/08/1980, p. 5.

²⁹⁹“Canalhice e radicalismo”. Jornal **O Povo**, 01/09/1980, p. 3.

lutarem contra a opressão e a falta de liberdade de expressão que assolava a imprensa. Um olhar acurado sobre os indícios apontam que, para além das evidentes complexidades, nem sempre é na resistência à censura ou autocensura que o processo histórico se revela.

Voltando nossa atenção neste instante para o jornal C.S, podemos perceber que em relação à temática da censura dentro do jornal, diversas nuances são constatadas. Assim, o tema dentro do jornal é um tanto confuso, não se dando em campos distintos e perfeitamente delimitados. Mais uma vez, a ambivalência tantas vezes aqui ressaltada nos ajuda a melhor compreender o desenrolar dos processos históricos.

Assim como no jornal O.P, o C.S apresentava para seus leitores situações concretas envolvendo ações censórias, e mesmo enveredando por uma abordagem que pregava a liberdade de expressão. Essas posições, entretanto, muitas vezes se fazem sem sequer mencionar o regime ou contestá-lo por tal. É no plano da abstração, sem diálogos com a realidade brasileira, que o jornal, muitas vezes, põe-se a tratar sobre o assunto.

Essas estratégias de linguagem nas quais opera o implícito, sugerem, aos olhos do presente, um comedimento que se explicaria, naquele contexto, pela própria autocensura. Assim, fala-se de um problema sem, contudo, melhor abordar que outras questões ou agentes estariam por trás. Ao divagar sobre a construção da democracia, sem fazer qualquer menção ao Brasil, o colunista Justino Vasconcelos, em coluna publicada no dia 08 de janeiro de 1977, primeira edição do C.S naquele ano, sustenta que

Na discursão [sic] das idéias e atitudes, no ataque e na defesa, no diálogo sempre aceso entre governo e oposição, e à vista de todos é que o povo escolherá os verdadeiros merecedores de representá-los. Calar os adversários ou a imprensa e outros meios de manifestação do pensamento é subtrair ao povo a possibilidade de julgar com pleno conhecimento de causa. Todo o povo, seja qual for seu nível de educação e cultura, sujeito a influência [palavra no texto ilegível] da imprensa (...).³⁰⁰

Por outro lado, ao dar conta de situações concretas que envolvam a existência da censura no Brasil, o faz sem contestar a ditadura. O caso do fim da censura prévia ao periódico da arquidiocese paulistana, *O São Paulo*, em 1978, é informado aos leitores do C.S por meio de uma pequena nota. Em tom objetivo e meramente informativo, além de tudo tímido, a nota traz que

³⁰⁰“A construção da democracia”. Jornal **Correio da Semana**, 08/01/1977, p. 2.

Foi levantada, em boa hora, a censura que vigorava há seis anos sobre o seminário [sic] arquiocesano “O São Paulo”. Na ocasião afirmou o Cardeal Dom Evaristo Arns: ‘Nós recebemos esta notícia na hora em que toda a Igreja do mundo inteiro lembra, em sua liturgia do dia de hoje, as palavras do Apóstolo Paulo a Timóteo: “A palavra de Deus não pode ser algemada.”³⁰¹

É ainda no campo das abstrações que o C.S reverbera as recomendações advindas do 8º Encontro Nacional de Comunicação Social da CNBB, realizado em Brasília em maio de 1978. Ao dar conta da atuação de setores da área de comunicação ligados à Igreja Católica nos últimos dez anos, a análise desse contexto passa ao largo de se considerar a censura como imposta pela ditadura. Segundo o jornal, o referido encontro

(...) avaliou a caminhada da Igreja com o campo da Comunicação nestes últimos dez anos, e suas perspectivas, direitos e deveres. (...) o documento final do Encontro apresenta os motivos que levaram a tais sugestões, das quais destacamos as seguintes: ‘(...) Defina-se bem a função dos que trabalham nas ‘salas de imprensa’ das dioceses, para que não sejam meros informadores ou promotores da imagem de pessoa ou conceitos da Igreja mas sejam *verdadeiros formadores de opinião pública*. Estendeu-se o documento na análise crítica da censura e, com base no Vaticano II e Medellín, fez oportunas sugestões como estas: (...) 2. *A censura responsável, honesta, autêntica e justa, ditada pelo senso crítico da comunidade, seja aceita e favorecida*. 3. A defeza [sic] da liberdade de expressão interna e externa seja assumida por todos os membros da Igreja. 4. No seio da própria Igreja, se promova a mútua estima e o espírito de concórdia, admitindo toda a diversidade legítima. 5. A Igreja promova a liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais; promova o direito de pensar; o direito à oposição, porque *‘uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativa nas exigências do bem comum e levaria à perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal’*, e da parte da Igreja como comunidade evangelizadora. (...) Haja sempre defesa, por todas as maneiras possíveis, dos comunicadores e dos veículos de comunicação que sofrem injustiças e arbitrariedades (...).³⁰²

Como se percebe, essas constatações aparecem de algum modo deslocadas da realidade ditatorial, uma vez que os agentes envolvidos nas situações aí colocadas, não são mencionados pelo semanário da Diocese de Sobral. Além do que, é curioso a distinção que o documento da CNBB faz para a censura, delimitando-se a existência da censura dita “responsável, honesta, autêntica e justa”, - ao que tudo indica, refere-se à autocensura – e da censura “arbitrária”. Em relação à primeira, para o jornal, trata-se de algo benévolo.

Essas constatações se fazem, contudo, distante de quaisquer encontros diretos com o regime ditatorial, no sentido de, abertamente, responsabilizá-lo pela situação de coisas aí

³⁰¹“O São Paulo’ sem censura”. Jornal **O Povo**, 24/06/1978, p. 4.

³⁰²“A comunicação social de Medellín a Puebla”. Jornal **Correio da Semana**, 24/06/1978, p. 4. Grifos meus.

colocadas.³⁰³ Ainda que na nota defenda-se a liberdade de expressão, impressiona-nos a apatia que envolve uma discussão que tem, no seu cerne, um país atravessado por um regime ditatorial, impondo a censura que afeta diversos órgãos de comunicação, inclusive da própria Igreja. É justamente esse agente causador, ausente da discussão, que desperta controvérsias em relação ao modo como as coisas são abordadas, levando-nos a crer que enfrentar o regime não fora uma opção considerada.

As discussões em torno da existência da censura, se por um lado, fazem-se a partir de uma perspectiva negativa, ainda que não se responsabilize a ditadura, por outro, surge igualmente como algo positivo, ensejando reações de apoio dentro do jornal, quando se refere à censura baseada na “defesa” da moral e dos bons costumes.

Sobre esse aspecto, cumpre deixar claro que a Igreja Católica, ainda que alvo da censura, como atesta o caso do jornal *O São Paulo*, atuou fortemente na defesa de uma censura voltada para a moral e os bons costumes. Dessa forma, a Igreja assumira um protagonismo em torno da questão, incitando fiéis a se colocarem contrários a questões como erotismo, pornografia ou tratamento inadequado de símbolos ou agentes religiosos. Cartas e mais cartas eram enviadas por fiéis, orientados por padres e bispos, à DCDP, ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça.³⁰⁴ Assim, clérigos e leigos reivindicavam censura para temas diversos, presentes em músicas, filmes ou novelas.³⁰⁵

Em 1981, falando da censura como fruto dos “rigorismos da Revolução”, o editorial do C.S da edição de 14 de fevereiro daquele ano, vem reclamar, exatamente, “saudades” da censura, atestando que

Nos tempos do rigorismo da Revolução, toda a imprensa nacional se rebelava contra a rigorosa censura às ideologias políticas e aos atentados à moral e bons costumes. Os negros dias do rigorismo de censura já se foram. Eis que agora nos deparamos com abusos em contrário: sentimos a falta de censura contra os abusos à moral e bons costumes. Quem de bom senso não desaprova a exibição de filmes como os que ora são apresentados como: ‘A noite das taras’ e outros similares? (...). Onde encontraremos maiores danos, no rigorismo da censura ou na permissividade desenfreada da censura? O desmoronamento moral e costumes de nossa sociedade, é uma realidade que nos faz sofrer em admiti-la. Perguntamos qual será o

³⁰³Ao longo da pesquisa, busquei, porém sem sucesso, ter acesso a íntegra desta nota a fim de verificar se partes essenciais do documento que me levaram a fazer as ponderações em questão teriam sido suprimidas. Desse modo, fica impossível constatar se a nota original chegou a responsabilizar a ditadura pela censura e somente o C.S não o fez, ou se os dois igualmente não o fizeram.

³⁰⁴KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. p. 145.

³⁰⁵FICO, Carlos. *Além do golpe*. Op. Cit. p. 103.

comportamento de nossa juventude quando chegarem os anos de sua maturidade sem freios morais de mentalidade e costumes? Teremos que assistir por ventura repetição de fatos que o mundo assistiu na degradação moral dos Gregos e Romanos? Tudo indica que para estes limites extremos estamos caminhando (...).³⁰⁶

Diante dessas manifestações cumpre situar que, se em algum momento o jornal C.S manifestou-se contrário à falta de liberdade de expressão e à censura, como ocorrera em 1970, por outro, mostrara total apoio quando a censura está ligada à moral e aos bons costumes. Sobre esse episódio de 1970, o C.S, de algum modo, atestara a autocensura por ele praticada e igualmente pela *Rádio Educadora*, também ligada à Diocese. Haja vista as manifestações de apoio à ditadura constantemente veiculadas no jornal, seriam no mínimo incompreensíveis as manifestações presentes do editorial, não fossem a existência da crítica que, muitas vezes, perpassa as relações de consentimento e legitimação ou, ainda, quando consideramos as manifestações do *penser-double* de que nos fala o historiador Pierre Laborie, e mesmo a *zona cinzenta*, de que nos fala o mesmo historiador, capaz de diluir os extremos da *colaboração/apoio* e *resistência*. Sobre o referido editorial, nele lamenta-se:

(...) Esforçamo-nos por comunicar aos nossos ouvintes e leitores a expressão da verdade cristã. Nem sempre nos tem sido possível expressá-la em tôda a sua intensidade, em face das limitações que nos são impostas pelas leis e circunstâncias políticas que atravessamos. Dizer que na presente conjuntura política gozamos de liberdade de imprensa, é um “blague”. As leis de segurança nacional, cujo critério de interpretação, cabe às forças armadas, deixam-nos em estreita faixa de liberdade de imprensa. Não nos assiste o direito de criticar as atitudes governamentais, embora que as vezes não sejam perfeitas. A crítica construtiva, seria uma ajuda. Mas até que ponto será julgada crítica construtiva ou subversão? Nesta situação não se pode falar de liberdade de imprensa.³⁰⁷

Assim, se o tema da censura indica atritos, igualmente indica relações de apoio. Diversas nuances são perceptíveis. A defesa da liberdade de expressão e a crítica à censura expressas pelo jornal C.S, são acompanhadas por pedidos de censura quando toca em um ponto importante para o jornal e para a Igreja, marcados por sua missões evangelizadoras, moralizantes, definidoras do que é permitido e proibido, do que é certo e errado.

Reverberando as posições tomadas pela CNBB no campo da censura ligada à moral e aos bons costumes, o jornal C.S traz em sua página 3, edição de 10 de abril de 1982:

Comentando a fala do Presidente João Figueiredo a 13 do mês de março, o secretário geral da CNBB afirmou ontem à imprensa: ‘A palavra do Presidente da República, convocando todos os cidadãos brasileiros para uma ação conjunta em

³⁰⁶“Permissividade ou censura”. Jornal **Correio da Semana**, 14/02/1981, p. 4.

³⁰⁷“Editorial”. Jornal **Correio da Semana**, 02/05/1970, p. 01.

bem da moralização dos espetáculos e dos meios de comunicação social, resistindo à difusão da pornografia, significa um reconhecimento dos valores espirituais que devem ser respeitados. Com efeito, temos constatado uma deteriorização de costumes, causada em parte pelos desmandos da pornografia e muito mais pelo desrespeito à família e ao verdadeiro amor. (...) Incluímos portanto na palavra presidencial a esperança de uma ação concreta em todos os níveis de promoção e defesa da pessoa humana. À luz desta posição, há de ser excluído, por coerência, o reconhecimento legal dos cassinos e jogos de azar.³⁰⁸

Essas manifestações muito nos dizem sobre parcelas consideráveis da sociedade brasileira no contexto histórico estudado, e as formas pelas quais encaravam a censura. Assim, o jornal C.S, como reflexo de valores de determinado meio, deixa à mostra suas relações com a ditadura, marcadas por críticas e consentimentos, quando o assunto é a censura.

Por fim, percebemos que mesmo os veículos aliados de primeira hora do regime não estiveram a salvo da censura. Portanto, as análises sobre a questão censural, quando feitas unicamente pela perspectiva da resistência, forjando para a imprensa a condição unicamente de vítima, impede de enxergar outras possibilidades e contribui para a construção de uma imagem distorcida do processo histórico, na qual sentidos são realocados e silêncios ajudam a esconder as relações de consentimento, ainda que permeada por atritos.

Assim, se a censura foi um ponto, entre os colaboracionistas do regime, que encetou reações de protesto e mesmo atritos, não se deixou de reiterar, em suas práticas discursivas, manifestações de apoio à “revolução” e a seus sucessivos governos. A “Revolução”, ainda que lhes trouxesse complicações ocasionais, era vista como um ser supremo, responsável pela “salvação” da democracia e derrota do comunismo.

Logo, seria um equívoco atribuir somente à censura a ausência de posturas resistentes ou oposições intransigentes dentro da imprensa e, sobretudo, nos jornais aqui pesquisados. Essas ausências, como se sabe, se explicam pelas manifestações de apoio, pelo colaboracionismo, pelo consentimento; elementos esses que, por sua vez, não se explicariam, certamente, pela censura, tampouco pela autocensura.

³⁰⁸“A respeito de uma campanha moralizante”. Jornal **Correio da Semana**, 10/04/1982, p. 3.

2.4 – Dando voz às tensões entre Igreja Católica e Ditadura

Este tópico diz respeito somente ao jornal C.S. Haja vista sua condição de representante da Igreja e os diversos atritos existentes entre membros do clero com a ditadura, trazidos à tona por meio de notas da CNBB e reverberadas em muitas ocasiões pelo jornal da diocese de Sobral, há que se considerar essas questões de modo mais detalhado.

Como mencionei linhas atrás, as relações de apoio que se dão entre a ditadura e seus simpatizantes, muitas vezes são permeadas por atritos, manifestações de insatisfação, sem que isso constitua, conseqüentemente, rupturas ou posicionamentos oposicionistas. Portanto, ainda que repetidas vezes encontremos no C.S manifestações favoráveis à “revolução” e às suas “benfeitorias” para o país, como a derrota do comunismo, as tensões envolvendo membros do clero com a ditadura ganharam destaque nas páginas do semanário sobralense, sendo, assim, parte de suas preocupações editoriais.

O namoro entre Igreja e “revolução” logo azedaria, conforme a ditadura fosse se constituindo e a instauração dos sucessivos atos institucionais fosse deixando isso claro. Portanto, logo não tardaria que a Igreja, apoiadora e entusiasta do golpe,³⁰⁹ protagonizasse atritos com a ditadura, sendo, muitas vezes, incluída entre os comunistas e subversivos que o regime afirmava combater.

Meu propósito, cumpre destacar, não está em fazer uma discussão acerca desses atritos mencionados. Mas, tão somente e atendendo aos propósitos desta pesquisa, buscar compreender como alguns casos foram noticiados pelo C.S. Seria impossível dar conta da atuação da Igreja durante a ditadura em um trabalho cuja natureza não permite fazê-lo. Sendo assim, me limitarei, quando oportuno, a trazer elementos esclarecedores para o nosso debate, ainda que pontuais.

Aos olhos da ditadura, era tênue a linha a separar a “justiça social” defendida pela Igreja, da “subversão” acusada pelo regime. Muitas vezes, uma e outra eram sinônimos aos olhos da repressão, uma vez que essa última tornou-se, durante o regime

³⁰⁹Após o golpe, a hierarquia da Igreja, por meio de nota da CNBB, declarou que “(...) as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. (...) agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram-se para libertarem-na do abismo iminente”. Apud LÖWI, Michael. Op. Cit. p. 305.

(...) uma expressão polivalente (...) servindo para tudo que cheirasse a esquerdismo, que ameaçasse o status quo político ou que implicasse crítica ao regime, como por exemplo, as organizações de camponeses, movimentos estudantis e canções de protesto. A subversão podia ser um crime ou alguma alegação atribuída a indivíduos como se fosse a violação de um código e de um sistema moral, religioso e político maiores (...). Os militares e as forças de segurança usavam a noção de subversão para lançar acusações contra seus inimigos. A Igreja questionava a noção, mas com frequência também a veracidade dos atos alegados.³¹⁰

Há que se considerar, nesse contexto, um processo de transformação vivenciado pela Igreja, iniciado na década de 1960, a partir do Concílio Vaticano II³¹¹ e, mais especificamente para a Igreja latinoamericana, da Conferência de Medellín,³¹² fortalecendo os setores ditos progressistas, ensejando o desenvolvimento da teologia da libertação e da opção preferencial pelos pobres. Essas transformações, entretanto, não são vivenciadas de forma homogênea, de modo que é mais apropriado referimo-nos a setores da Igreja protagonizando essas transformações, enquanto que, por outro lado, setores conservadores colocaram-se contrários não somente ao cristianismo da libertação, mas, também, ao envolvimento de membros do clero no ativismo social.³¹³

Nesse sentido, é deveras esclarecedor o editorial publicado pelo C.S em 1976, que se põe a tecer juízos a respeito das atividades pastorais voltadas para questões sociais. Assim, na dialética que se estabelece entre opressor e oprimido, em que setores da Igreja estiveram voltados para esse último, o C.S pauta-se numa postura conciliadora para abordar o tema. Para o jornal, trata-se de compreender que fazer justiça aos pobres não deve implicar em fazer injustiça aos ricos:

A missão pastoral da Igreja que essencialmente é levar os filhos dos homens à felicidade junto ao Pai, não pode descurar os meios necessários ao seu fim. Dentro dos princípios que estamos abordando por justiça, a doutrina social cristã não pode esquecer nenhum dos ângulos para atingir todos os homens. Somos muitas vezes levados a proteção unilateral daqueles que mais sofrem ou são oprimidos pelos mais fortes. Essa tendência frequentemente condiciona uma atitude de esquecimento e até de aparente injustiça. *A Igreja deve promover 'todos os homens'. Protegendo os oprimidos não esquece os limites da justiça e respeito aos direitos dos opressores.*

³¹⁰SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. p. 240.

³¹¹As "(...) diretrizes pastorais do Concílio Vaticano II [1962-1965] (...) se cristalizaram na constituição pastoral *Guadium et Spes* e na encíclica mais influente do Papa Paulo VI, a *Popularum Progressio*. Ambos os documentos doutrinários propugnavam a intervenção da Igreja na sociedade como forma de transformar as condições sociais e acabar com todas as formas de injustiças". CANCIAN, Renato. Op. Cit. p. 48.

³¹²Realizada em 1968, "Medellín começou como uma tentativa inspirada pelo Vaticano II para compreender o papel da Igreja em meio às mudanças das sociedades latino-americanas. (...) representou um sucesso na nascente Igreja popular (...) aprovou um documento que ostentava posições pastorais mais progressistas do que as encontradas em qualquer país latino-americano da época. (...) Medellín forneceu um grande estímulo ao que viria a ser chamado de 'teologia da libertação'". MAINWARING, Scott. Op. Cit. pp. 132-133.

³¹³SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. 242.

*Corrigir os erros e injustiças aos pobres não significa fazer injustiça aos ricos naquilo em que eles têm direito. Seria distorção à equidade peculiar a Igreja. Esquecer os direitos alheios é subversão. Como esquecer as leis do país é contração. A missão pastoral cristã é essencialmente um serviço a bem da formação das consciências dos fiéis, ajudando-lhes a assumirem as exigências e responsabilidades da sua fé, relativamente ao seu relacionamento com seu próximo na vida privada e social. Ultimamente sacerdotes e leigos cristãos altamente bem intencionados são acusados de contraventores e subversivos pela negligência desta faceta da justiça social, porque dão a impressão de levantar operários e camponeses contra seus patrões e proprietários insuflando-os na reivindicação dos seus direitos, mas esquecendo os direitos de patrões e proprietários e as próprias leis na nação. Esta atitude realmente deixa a impressão de parentesco com as doutrinas sociais marxistas, contrárias não só à doutrina cristã, como ainda ao regime vigente em cada país. Sejam equilibrados em nossas atitudes para não prejudicar-mos [sic] a doutrina social da Igreja.*³¹⁴

O equilíbrio defendido pelo C.S em seu editorial, pauta-se numa perspectiva despolitizada, uma vez que, negando a luta de classes,³¹⁵ defende uma ação pastoral voltada para a defesa de pobre e ricos, em que não se priorizem uns em detrimento de outros. Em certa medida, esse posicionamento assumido pelo jornal revela certa resistência às transformações protagonizadas por setores da Igreja na opção preferencial pelos pobres. Quando defende que a posição adotada por membros da Igreja dá “a impressão de levantar operários e camponeses contra seus patrões”, e que isso se confunde com interpretações marxistas, colocadas aí como contrárias à doutrina cristã, o jornal C.S mostra-se muito mais afinado à visão da ditadura sobre a doutrina social da Igreja do que propriamente àquela defendida pelos que a praticavam.

As colocações sobre Pe. Egberto trazidas outrora, a respeito dos atritos com o programa radiofônico "Encontro com o MEB", clarificam melhor as posições assumidas no editorial em questão.³¹⁶ Por ser dono de terras na região de Sobral, o editorial demonstra uma

³¹⁴“Atitudes da pastoral social”. Jornal **Correio da Semana**, 12/06/1976, p.1. Grifos meus, exceto o grifo em negrito.

³¹⁵Utilizo o conceito de classe nas minhas reflexões a partir das proposições do historiador E.P. Thompson, para quem a classe, longe de ser uma estrutura estática ou meramente uma questão de categoria, é, antes de tudo, uma relação histórica. Para Thompson, “A classe acontece quando homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (...) A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” Referindo-se aqueles que negam essas perspectivas, Thompson coloca que para esses a consciência de classe seria “(...) algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes ‘papéis sociais’(...) deve ser lamentado como um ‘sintoma de motim injustificado’”. THOMPSON, E.P. **A formação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Paz e Terra, 1981, pp. 10-11.

³¹⁶Segundo relato de Zuleika Viana, os editoriais do jornal *Correio da Semana* eram escritos pelo Pe. Egberto. VIANA, ZuleikaXimenes. Sobral - CE, 12 de junho de 2013. Entrevista realizada pelo autor.

clara defesa de interesses, que conflitavam com os novos paradigmas incorporados à Igreja naquela conjuntura, voltados para a opção preferencial pelos pobres.³¹⁷

O respeito às leis vigentes, a conciliação entre ricos e pobre e a aversão ao marxismo, que dão a tônica do editorial, revela-nos, portanto, as ressalvas que o jornal faz ao trabalho social desenvolvido por diversas pastorais naquele contexto. Entretanto, como será possível ver no capítulo seguinte, outras posições a respeito do tema foram defendidas por colaboradores do jornal.

Noutro aspecto, tampouco poderíamos afirmar que o C.S estivesse afinado com as perspectivas defendidas pelo cristianismo da libertação.³¹⁸ Essa questão já se mostra evidente no editorial supracitado, em que as posições assumidas pelo jornal baseiam-se numa perspectiva conciliadora, pregando o direito dos ricos, dos opressores. No ano de 1983, em artigo de autoria de Antônio Emílio, com o título “A falsificação do catolicismo”, aponta-se que

As tentativas de analisar criticamente a Teologia da Libertação, empreendidas até agora em nosso país, ressentem-se, o mais das vezes, de uma série de imperfeições (...). Tais preliminares não podem ser argüidas contra o livro **Igreja Popular**, de dom **Boaventura Kloppenburg** (...). Depois de balisar o contexto em que medrou a desenvolver-se a Teologia da Libertação, pode o autor – afinal – defini-la como *‘extravagante mistura de ideais cristãos com utopias socialistas e métodos marxistas’* e caracterizá-la como a *‘alma que anima os movimentos de esquerda que, por motivos táticos, ainda se dizem cristãos e sonham uma nova Igreja Popular que já não é nossa Igreja Católica’*. (...) frei **Boaventura** demonstra que *as raízes daquela corrente não se assentam na Bíblia e sim em Marx*; que ela sobrepõe a práxis revolucionária ao ensinamento cristão; que rejeita a doutrina social da Igreja por ‘terceirista’ e por encarnar a pretensão, inaceitável aos olhos dos teólogos libertadores, de que os cristãos são portadores de um projeto específico de sociedade. A visão materialista do mundo que a Teologia da Libertação ministra aos que por ela se orientam vem gerando inescrupulosa apropriação das práticas litúrgicas para fins políticos. A própria celebração da Eucaristia é violentada e convertida em ocasião para incitamento à luta de classes. (...) O cardeal Eugênio Sales, considera o livro (...) ‘indispensável para detectar uma chaga que, nestes

³¹⁷Suponho que o editorial tenha sido escrito em resposta ao atrito entre Pe. Egberto com o programa "Encontro com o MEB", no qual se denunciou a expulsão de um dos trabalhadores das terras de Egberto. No entanto, como as informações trazidas pela historiadora Viviane Prado Bezerra não contém a data do referido atrito, não é possível confirmar essa informação. .

³¹⁸Segundo Michael Löwy, “(...) o cristianismo da libertação, que é bem anterior – e bem mais amplo em suas manifestações – à teologia do mesmo nome (...) [baseia-se em] um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos (...) com a luta pela emancipação dos pobres. A questão da pobreza é, tradicionalmente, uma preocupação fundamental para a Igreja Católica; mas o enfoque agora muda de forma radical: já não se trata de considerar o pobre como *objeto* de ajuda, proteção ou caridade, mas como *sujeito histórico*, como autor de sua própria libertação”. LÖWY, Michael. Op. Cit. p. 306.

nossos dias, ameaça a identidade mais profunda da Igreja de Cristo'. Está absolutamente certo.³¹⁹

Neste artigo oriundo da agência Plana, publicado com destaque no topo da primeira página, é possível constatar uma clara aversão do jornal C.S à Teologia da Libertação. Em ocasiões anteriores o jornal já deixara claro, mais de uma vez, ser anticomunista e contrário a qualquer coisa que cheirasse a “esquerdismo”. Tais posições, portanto, já indicam uma postura política mais conservadora, a despeito das manifestações pela opção preferencial aos pobres. O jornal, muitas vezes, sempre buscou deixar claro que a inclinação social da igreja nada tinha a ver com o comunismo ou com o marxismo. Essa manifestação de aversão à Teologia da Libertação nos mostra que o jornal C.S não pode ser associado às forças ditas mais progressistas da Igreja naquele momento, ainda que o Concílio Vaticano II e Medellín tivessem ensejado uma série de questões que não passaram despercebidas pelo jornal.³²⁰

Essas questões até então colocadas, entretanto, não significam que as tensões existentes entre clero e ditadura não tivessem recebido a atenção do C.S. Esses conflitos, decorrentes, sobretudo, dos trabalhos desenvolvidos por pastorais sociais, estamparam as páginas do semanário diocesano. Assim, para conhecimento da sociedade, os atritos vividos pela Igreja, demonstravam, ainda que de forma não declarada, que a “revolução” aplaudida pelo C.S, também fazia vítimas entre os seus pares.

O caso do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito³²¹, é um exemplo. O fato, ocorrido no dia 22 de setembro de 1976, fora noticiado pelo C.S em sua edição de nove de outubro daquele mesmo ano. Com amplo destaque na primeira página, lia-se:

O seqüestro de Dom Adriano Hipólito e do seu sobrinho, ocorrido em Nova Iguaçu, na noite de 22 de setembro, e a posterior explosão do automóvel dos mesmos em frente à sede da CNBB no Rio, recebeu total e maciço repúdio da opinião pública, das Igrejas e dos Poderes Públicos. (...) A CNBB divulgou sobre os fatos a seguinte Nota Oficial: “(...) reafirmando que considera uma glória para a Igreja no Brasil o fato de seus filhos serem objeto da sanha naqueles que, no seu fanatismo primário, são incapazes de compreender o profundo sentido cristão do compromisso com os oprimidos, confundindo-o com inspirações ideológicas que radicalmente repudiamos. A igreja conhece a sordidez das armas empregada contra seus filhos, e num fato como esses, na sequência de outros fatos sangrentos, longe de se atemorizar, ela se enche de júbilo, na certeza de ser julgada digna da milenar

³¹⁹“A falsificação do catolicismo”. Jornal **Correio da Semana**, 27/03/1983, p. 1.

³²⁰Por diversas ocasiões o C.S divulgara notas da CNBB, artigos de padres e demais membros do clero, dando conta não somente de questões relativas ao Concílio Vaticano II, como também à Conferência de Medellín.

³²¹O bispo de Nova Iguaçu foi sequestrado por cinco homens armados. D. Adriano Hypólito foi amarrado e vendado, sendo levado até Jacarepaguá, onde tiraram suas roupas e tentaram enfiar álcool por sua garganta. Pintaram-no de vermelho e o abandonaram em uma calçada. Cf. MAINWARING, Scott. Op. Cit. p. 178.

tradição daqueles que selaram com sangue o seu testemunho cristão (...). Por seu lado, os Sacerdotes, Religiosos e Líderes Leigos da Diocese de Nova Iguaçu publicaram esta Nota: “Dom Adriano Hypólito, nosso irmão e pastor, foi selvagemmente seqüestrado, emcapuçado [sic], torturado e algemado, em companhia de Fernando, seu sobrinho (...). Os autores do monstruoso crime nós o conhecemos muito bem: são aqueles que querem fazer calar a voz da Igreja, em defesa dos direitos humanos. A cegueira desses assassinos impede-os de ver que o martírio não é um acidente na vida da Igreja. (...) O próprio filho de Deus foi preso, torturado e morto na cruz, por amar os mais humildes.”³²²

Chama atenção, nesse caso, a ausência de manifestação do próprio C.S. A notícia traz aos leitores notas da CNBB e de religiosos e leigos ligados à Diocese de Nova Iguaçu, respectivamente. O episódio, entretanto, além de não receber manifestação, nem do C.S nem da própria Diocese de Sobral, é tratado sem se fazer referências diretas à ditadura como responsável por tal.

Outros casos envolvendo essas questões foram igualmente noticiados pelo jornal C.S. Dessa forma, o jornal evidenciava, ainda que isso não implicasse fazer referências diretas à ditadura, melhor esmiuçando os meandros daquele contexto político e os motivos pelos quais se davam esses conflitos. Como vimos acima, narra-se o episódio, fala-se dos repúdios, mas a ditadura não consta em uma linha sequer. O mesmo se repete quando da divulgação da morte do padre João Bosco Burnier,³²³ em outubro de 1976, em Ribeirão Bonito, na Prelazia de São Félix do Araguaia. O episódio, noticiado pelo C.S ao completar-se um ano da morte de Burnier, restringe-se a informações pontuais, assumindo assim um caráter meramente informativo em que, mais uma vez, a ditadura não consta nos esclarecimentos do episódio: (...) assassinado por um policial em presença do Bispo Prelado D. Pedro Casaldáliga, quando os dois na delegacia local reclamaram contra as torturas infringidas a duas mulheres. Foi um verdadeiro mártir na luta pela libertação e pela justiça (...).³²⁴

Mais uma vez, deparamo-nos com posições assumidas pelo C.S que se baseiam em apontar a existência da repressão e dos conflitos protagonizados pela Igreja, sem que, no entanto, assumam uma postura de enfrentamento direto com a ditadura, no sentido de responsabilizá-la, denunciá-la. Certa timidez e mesmo indiferença parecem pautar essas

³²²“Seqüestro do bispo de Nova Iguaçu”. Jornal **Correio da Semana**, 09/10/1976, p. 1.

³²³Em virtude dos relatórios sobre a violência generalizada contra a população local e as torturas sofridas por duas mulheres, o padre João Bosco Burnier e Dom Pedro Casaldáliga dirigiram-se até a delegacia para dar queixas de prisões e torturas. A polícia reagiu com violência e um dos soldados, depois de espancar padre João com seu rifle, logo em seguida atirou em sua cabeça, assassinando-o. Cf. MAINWARING, Scott. Op. Cit. pp. 178-179.

³²⁴“Sinal de libertação”. Jornal **Correio da Semana**, 29/10/1977, p. 5.

questões dentro do jornal. Ou seja, com isso não assume uma postura, clara e aberta, de oposição à ditadura. Os episódios, embora mencionados, aparecem dissociados do regime ditatorial.

A Igreja, desde o início da ditadura, estivera envolta em acusações de subversão. Concomitante a essas acusações, estavam os desmentidos, as justificativas, os contra-argumentos e a interminável tentativa de dissociá-la de sua imagem comunista. Como mencionei noutra ocasião, a linha que dividia justiça social da subversão era tênue, contribuindo para uma série de atritos entre os militares e a Igreja.³²⁵

Assim, esses desmentidos estiveram presentes nas páginas do C.S, reverberando as inúmeras notas da CNBB a esse respeito. A divulgação de notas como “A Igreja está cansada de acusações não comprovadas”, de maio de 1978, e “Difamações contra a Igreja”, de maio de 1982, muito bem ilustram a preocupação corrente em afastar da Igreja a associação ao comunismo e a subversão:

“Será que o sr. general entende por padres comunistas aqueles que defendem os direitos dos posseiros, dos marginalizados pelo atual sistema econômico? Afirmamos que a missão da Igreja é fazer com que o Evangelho penetre em todos os setores da vida do homem (...)”. Assim se exprime a Nota divulgada a 30 do mês passado pelo Norte 2 da CNBB, em Belém do Pará, assinada pelo Secretário Regional Dom Angelo Frosi, (...) em resposta às novas acusações do gen. de divisão Euclides Figueiredo Filho, irmão do futuro presidente da República. A Nota enfatiza que tais acusações são fruto de um ‘anticomunismo barato’ e reitera as afirmações do Secretário Geral da CNBB quando rebatia as acusações anteriores do mesmo general: ‘Deveria ser permitido à Igreja exigir do general retratação pública, já que está cansada, e tem direito de estar cansada, de chavões anacrônicos, sempre repetidos por quem teima em lançar confusão em nome de um anticomunismo barato e com incompressível desconhecimento da verdadeira missão da Igreja e das atividades louváveis das comunidades de base e dos movimentos católicos da atualidade’. (...) Diante dessas novas acusações de “comunistas na Igreja”, o Secretário Geral Dom Ivo Lorscheiter desafia o general: “Ele ainda não respondeu àquilo que a ele se tinha pedido, isto é, provas.”³²⁶

Questões em torno da defesa de camponeses, amparados pela Comissão Pastoral da Terra, culminou em uma série de atritos entre militares e Igreja. Neste sentido, a CPT atuou

³²⁵Na visão de Serbin, “As análises que ambos [clero e militares] faziam da inovação pastoral católica e da situação política brasileira revelavam sérias discordâncias sobre os meios para alcançar o progresso socioeconômico. (...) A mentalidade de segurança nacional da Guerra Fria exigia que todos os esforços pela justiça social tivessem que provar antes que não eram subversivos. Na hiperpolarização daquela época, os militares viam como inimigos tudo que não se declarasse explicitamente anticomunista. É irônico que o manifesto de Medellín, um marco da própria alternativa da Igreja às mudanças violentas, tenha caído na categoria dos inimigos das Forças Armadas. A polarização confundia as distinções entre justiça social e subversão”. SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. 269.

³²⁶“A Igreja está cansada de acusações não comprovadas”. Jornal **Correio da Semana**, 27/05/1978, p. 1.

fortemente em muitas dioceses do Nordeste³²⁷ que, aliás, foi uma região que concentrou um número bastante significativo de bispos considerados subversivos, com destaque para Dom Antônio Fragoso, de Crateús, no Ceará; Dom José Távora, de Aracajú, em Sergipe; e Dom José Maria Pires, de João Pessoa, na Paraíba.³²⁸ A respeito de Dom Fragoso, aliás, cumpre ressaltar que, embora cearense e pertencente a uma diocese pertíssimo de Sobral e do jornal C.S, fora uma figura ignorada pelo semanário sobralense. Seja porque as ações de Fragoso não encontravam apoio no jornal, seja porque, como *persona non grata*, a censura determinou que a imprensa não veiculasse qualquer notícia que citasse seu nome, a menos que para difamá-lo.³²⁹

Ainda que esses atritos fossem de conhecimento do público, tendo sido mencionados pelo C.S, sobretudo reverberando notas lançadas pela CNBB a respeito dos episódios, apareceram de algum modo dissociados da ditadura e, portanto, das tramas históricas nas quais se constituem, seja porque eram tratados de forma muito episódica e pontuais, como se fossem fatos isolados do contexto repressivo instaurado no pós 64, seja porque não assumia uma postura combativa no sentido de responsabilizar a ditadura por esses atritos.

³²⁷MAINWARING, Scott. Op. Cit. p. 201.

³²⁸Ibidem, pp. 116-117.

³²⁹CANCIAN, Renato. Op. Cit. p. 45.

CAPÍTULO 3

“Nas conjunturas em estudo, a identificação de campanhas gerais e posições políticas defendidas pelo periódico, assim como de questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública remetem a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do momento”.

Heloisa de Faria Cruz & Maria do Rosário da C. Peixoto

DISPUTAS EM CENA: Imprensa, abertura política e as lutas por (re)democratização

3.1 – O projeto de abertura política da ditadura e os jornais *O Povo* e *Correio da Semana*

Este tópico do capítulo busca compreender de que forma se posicionaram os jornais O.P e C.S diante do projeto de abertura política defendido pela ditadura. Pensar a atuação desses jornais ajuda a clarificar os laços construídos pela ditadura com setores civis da sociedade, na construção desse projeto e em meio a conjuntura de lutas que reuniu diversos movimentos sociais, constituindo um processo mais amplo de disputas em prol da (re)democratização do país, colocando-se contrários à ditadura vigente.

Ademais, é preciso ter em mente que *democratização*, *redemocratização* e *abertura política*, embora largamente utilizados, não são sinônimos e possuem dimensões específicas. Além do que, considero oportuno colocar que diversos autores criticam a utilização dos conceitos de democratização ou redemocratização para se referir ao período, por considerarem esse processo como incompleto no sentido da obtenção de cidadania plena, princípio básico da democracia.³³⁰ Daí porque, em parênteses, faço uso dos dois conceitos em um só, a fim de chamar atenção para a complexidade de uma questão que, embora não seja propósito desta pesquisa discuti-la em sua inteireza, precisa ser pontuada.

³³⁰SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). “A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995 Apud BAUER, Caroline Silveira. “Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da ‘argentinização’ da transição política”. **Diálogos** (Maringá.Online). v.18, n.1, jan-abr./2014, p. 123.

Há uma lógica por trás da qual o projeto de abertura política seria, antes de tudo, o desfecho do “processo revolucionário”, processo este que, segundo essa mesma lógica, requereu, à época, uma situação de excepcionalidade para “correções de rumos” que implicou fechamento, desagradável, porém, necessário. Ou seja, a abertura política e a tão almejada democracia estariam intrinsecamente ligadas aos propósitos da “revolução” de 1964, e, logo, não corresponderiam a nenhuma perspectiva oposicionista, resistente.

É uma lógica que exclui, portanto, o processo de lutas que também marca este momento, uma vez que abstrai a realidade e minimiza e mesmo silencia o papel desempenhado por diversos movimentos sociais, forjando a produção do esquecimento e, ao mesmo tempo, legitimando a ditadura, seus agentes e, sobretudo, sua proposta de institucionalização. Como bem pontua Kucinski,³³¹ a ênfase da proposta não era de mudança do sistema, mas, ao contrário, no que se considerava como sendo seu “aperfeiçoamento”, eliminando instrumentos de poder inexistentes em outras “democracias”.

É preciso compreender as correlações de forças que se encetam neste processo e, por conseguinte, problematizar acerca dos posicionamentos assumidos pelos jornais C.S e O.P, indagando, afinal, se estiveram em defesa de uma mudança substancial do sistema político brasileiro, defendendo uma luta que significasse, de fato, um processo democratizante ou se, como apregoava o regime, defenderam um projeto de institucionalização forjado na ideia de aperfeiçoamento democrático, através do projeto de abertura “lenta, segura e gradual”, em que “democratizar” ou “redemocratizar” correspondiam à volta ao Estado de Direito.

Considero oportuno trazer à discussão algumas questões de ordem mais geral que, articuladas às problemáticas aqui levantadas, trarão maior clareza à compreensão do processo e sobre como os jornais C.S e O.P nele se inserem.

Para melhor compreendermos as intenções da ditadura acerca de sua institucionalização, é deveras esclarecedor o discurso proferido por Ernesto Geisel em sua primeira reunião ministerial, no dia 19 de março de 1974:

Envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e *institucionalização acabada dos princípios da*

³³¹KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 10.

Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem muito menos retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora capaz de instituir, quando oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional.³³²

As colocações de Geisel evidenciam as perspectivas que constituíram a proposta de abertura do governo. A defesa de *aperfeiçoamento democrático*, muito utilizada pela imprensa aqui pesquisada, além de trazer embutida a negação da ditadura, faz-se de modo deslocado do processo de lutas que, com pautas variadas e sujeitos distintos, situava-se num campo de oposição ao regime, constituindo um contraponto à sua institucionalização.

Desse modo, o processo de lutas não se reduz, apenas, ao governo e a oposição encarnada nos partidos existentes à época. Nesta correlação de forças, outros segmentos sociais desempenharam seus papéis e buscaram impor suas pautas à agenda de transição, a exemplo dos movimentos por anistia, e, mais tarde, as mobilizações em várias partes do país a favor de eleições diretas para presidente da república, inclusive no Ceará.³³³

A esse respeito, o historiador Marcos Napolitano muito bem sintetiza o processo, ao apontar que

Efetivamente, há uma agenda de abertura, quando muito, só após 1977. Até então “abertura”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis *sine die*. A agenda de transição iniciada em 1977 se reafirma em 1978, seguida da indicação oficial de João Figueiredo (...). A partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem), é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo. Havia uma pressão cada vez maior dos movimentos sociais unidos, ocupando de forma crescente a praça pública em torno da democracia, o que sem dúvida era um fator de pressão a mais sobre as novas políticas de distensão e abertura no caso brasileiro. (...) O fiel da balança no processo de transição foram os atores liberais, apoiados por parte da esquerda (comunistas do PCB e PCdoB) e reunidos em torno da oposição partidária (MDB/PMDB) e da “grande” imprensa. O processo final da transição, a partir de 1982, foi hegemonizado pelos liberais, em negociação com os militares.³³⁴

³³²Discurso de Ernesto Geisel. Apud KUCINSKI, Bernardo. *Ibidem*, p. 14. Grifos meus.

³³³Segundo a jornalista Isabela Martin, o primeiro comitê pró-diretas foi instituído em Fortaleza, por iniciativa de empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará, o CIC, que, mais tarde, iriam se projetar politicamente no comando do executivo municipal. MARTIN, Isabela. **Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-86)**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993, p. 49.

³³⁴NAPOLITANO, Marcos. *Op. Cit.* pp. 234-235.

Desse modo, compreender como os jornais C.S e O.P se posicionaram nessa correlação de forças, dá indicativos de suas perspectivas sobre o que como deveria ser conduzido esse processo de lutas, e quais atores foram notabilizados ou silenciados, pensando, igualmente, no processo de constituição de memória sobre o fim da ditadura que essas perspectivas apontaram.

O cientista político Alfred Stepan propõe uma leitura do processo de lutas daquele momento a partir de uma dialética da “concessão”, por parte da ditadura, e da “conquista”, por parte da sociedade.³³⁵ Às considerações de Stepan, coloco que pensar essas questões através de uma dicotomia clara entre sociedade civil *versus* estado não explicaria o processo. É preciso pensar em que medida aqueles segmentos da sociedade civil, apoiadores de outrora, desde o golpe de 1964, permaneceram legitimando o estado ditatorial e sua proposta de institucionalização. Da mesma maneira, é preciso pensar as oposições à ditadura nesse processo de lutas não por uma perspectiva homogênea, pois, até mesmo a concepção de democracia se dava por vieses diferenciados.³³⁶ Assim, entendo que a correlação de forças que marcou este momento, exige, pois, precauções no que diz respeito a compreender o papel e a atuação desses segmentos sociais, especificamente, uma vez que colocá-los no mesmo balaio dos “democratas” e “resistentes”, pode induzir a uma leitura equivocada, errônea, impregnada por memórias aqui já referidas. Ademais, é preciso não perder de vista que o próprio conceito de sociedade civil, consagrado como um lugar de democracia e contra um estado autoritário, é problemático. Pensá-lo desta maneira obscurece as íntimas relações com o autoritarismo do regime no tecido social, ao passo que serve como alibi, muitas vezes, para os aliados civis da ditadura serem absolvidos pela história, diluindo-os entre o conceito vago de sociedade civil.³³⁷

A abertura dentro do molde lento, seguro e gradual, visava, em essência, evitar o retorno de forças políticas anteriores ao golpe de 1964, garantir uma escolha segura dos

³³⁵STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 57.

³³⁶A questão democrática representou um ponto de divergência, encetando distintas leituras sobre o seu significado, sendo, pois, ponto de tensão dentro da sociedade. Para instituições como OAB e ABI, democracia pressupunha o estado de direito, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio de poderes, pelas liberdades civis e pela igualdade jurídica entre os indivíduos. Por outro lado, os movimentos sociais de esquerda viam a democracia para além disso. A democracia deveria configurar-se na efetiva participação popular nas decisões dos governos e na construção de políticas de distribuição de renda, por exemplo. Para setores de esquerda com tradição marxista, democracia pressupunha a realização da democracia popular de massas, de caráter delegativo calcada muito mais em direitos sociais. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 248.

³³⁷Ibidem, p. 249.

sucessores de Geisel e Figueiredo, a incorporação a uma nova constituição – que não deveria ser fruto de uma assembleia constituinte – das chamadas “salvaguardas do regime”³³⁸, e, evidentemente, evitar que uma mudança brusca na correlação de forças significasse, como ocorreu na Grécia e em Portugal com o desfecho de suas ditaduras no início dos anos 1970, a ida de seus representantes para a prisão.³³⁹ Maria Celina D’Araújo, a respeito disso, coloca que o regime

(...) teve a preocupação de isolar os setores que mais resistiram à retirada do poder e controlar o ritmo da mudança para impedir maior protagonismo das lideranças civis que demandavam a redemocratização (...) isolar setores militares adeptos do terrorismo, que não admitiam o retorno ao governo civil (...) impedir que a oposição civil impusesse, via mobilização social, a sua agenda de mudanças.³⁴⁰

Certamente, controlar o processo de lutas garantia imprimir nele o ritmo e os contornos desejados, permitindo, assim, uma transição controlada, pelo alto. As interferências externas, não militares, reivindicando seus espaços nessa correlação de forças, nos impelem a fazer uma leitura deste momento como sendo um processo não linear que foi constituído, também, por outras pautas que não aquelas construídas pelo regime.

Postas essas questões, cabe agora compreender como se posicionaram naquela conjuntura os jornais aqui estudados, evidenciando as pautas trazidas ao debate, os sujeitos postos em cena, aqueles silenciados e, ainda, quais portavozes autorizados desse momento detiveram o direito à interlocução, constituindo a hegemonia de um processo que, também por meio da imprensa, buscou articular adesões, consensos, mobilizando opiniões e demarcando temas. Retomando Cruz e Peixoto, “(...) trata-se de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos”.³⁴¹

Tentando dar conta das questões levantadas, é possível identificar algumas perspectivas editoriais em relação ao projeto de abertura, que, no geral, definem as posições

³³⁸Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano** v.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 263-264.

³³⁹Ibidem, p. 272.

³⁴⁰D’ARAÚJO, Maria Celina. “Limites políticos para a transição democrática no Brasil”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 41.

³⁴¹CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. pp. 258-259.

assumidas por C.S e O.P, tentando perceber os consentimentos, os conflitos, as zonas cinzentas e mesmo os reposicionamentos políticos impulsionados pelas transformações conjunturais.

As discussões deste tópico demandarão muitas linhas, haja vista não apenas a complexidade do próprio tema, mas por serem, de certa forma, o ponto central deste trabalho, e por acreditar que estas clarificam alguns pontos cruciais, sejam questões já colocadas nos capítulos anteriores, sejam questões outras que farei mais adiante, ao longo deste capítulo.

É preciso, igualmente, pensar que embora as relações de apoio ao projeto de abertura da ditadura se façam visíveis, não podemos desconsiderar que o próprio jogo social, no qual também se situam as oposições à ditadura, levaram esses jornais, em certa medida, a manifestarem outros posicionamentos que não necessariamente atrelados às posições do regime. Ou seja, apontar aqui posições afinadas com a ditadura não pressupõe a legitimação, absoluta, de uma espécie de cartilha governista. Entendo que a dinâmica social, as disputas, as tensões e pressões que ocorrem nas correlações de força, exercem influências nas formas de atuação desses jornais. Logo, encarar aquele presente e dar ele um sentido e um significado com vistas a interferir nesse social, não se fazem imunes aos diversos projetos em disputa e as distintas lutas que compõem o processo.

A defesa do projeto de abertura política feita pelo jornal O.P, em suma, aponta para uma perspectiva que não está, de modo algum, assentada em vieses oposicionistas ou resistentes. Não está, necessariamente, assentada em perspectivas democratizantes, pois, como vimos anteriormente, para o jornal, o Brasil vivia naquele momento um período democrático, que ora corroborava as justificativas da ditadura no sentido de se afirmar a existência de uma *democracia plena*, ora se apontava a necessidade de um *aperfeiçoamento democrático* a ser realizado pelo próprio regime e não por atores a ele externos, fosse a oposição parlamentar, fossem os grupos de esquerda, armada ou não. Como se percebe, as posições da ditadura e do jornal O.P, por vezes, se confundem, ainda que não sejam as mesmas.

Outras questões, entretanto, nos permitem aprofundar as reflexões acima e perceber como o assunto se desdobra dentro do jornal e que questões outras apontam. Aqui, retomo as perspectivas preconizadas pela ditadura em suas intenções distensionistas que, mais tarde,

viria a ser a denominada abertura lenta, segura e gradual. Como levantei anteriormente, essa tríade governista não pressupunha propósitos democratizantes. Ou seja, não se falava em mudanças substanciais no regime.

É nesse sentido que o jornal O.P, por diversas vezes, posicionou-se favorável ao projeto de abertura política, defendendo as pautas da ditadura referentes ao projeto que foram sendo construídas naquela conjuntura. As posições governistas encontraram no jornal O.P um espaço de legitimação, em que, muitas vezes, atuava como caixa de ressonância dos discursos presidenciais e outras manifestações de membros da ditadura.

A indicação de Geisel para a continuidade e condução da ditadura, é tratada de forma positiva pelo jornal O.P, que defende Geisel como aquele que conduzirá o Brasil para um processo “(...) gradual mais [sic] seguro, de *normalização* da vida política, institucional e social do País”.³⁴² Curioso perceber como o uso do termo “normalização” não traz embutido uma postura crítica. À “anormalidade” correspondente ao termo, ou seja, a existência de uma ditadura no país, não pressupõe uma postura contestadora, pelo contrário, pois, tal qual apregoava o regime, a posição do jornal O.P é de que trata-se de “(...) opinião geral de que deve ser conduzida de forma gradual e segura”.³⁴³ Vale lembrar ainda que, a visão positiva que cerca a indicação de Geisel, é acompanhada por manifestações positivas sobre o seu antecessor que, naquele momento, ainda estava na condução da ditadura, Emílio Garrastazu Médici. Em editorial publicado às vésperas de sua saída do governo, o jornal defende: “(...) A verdade é que Médici sai do Governo cercado de estima e simpatia de milhões de brasileiros, pois também revelou (...) traços humanos que se identificam com o espírito do povo brasileiro”.³⁴⁴

Permanecendo na seara do consentimento que vem desde o golpe de 1964, ainda que marcada por deslocamentos, o significado da abertura defendido pelo governo encontra eco no periódico de Fortaleza, que o legitima alçando-o à condição de “desdobramento” de um processo “revolucionário” levado a cabo por militares quando do golpe de estado, e, por conseguinte, descaracterizando-lhe como um processo de lutas que tinha por meta a democratização do país diante da ditadura que então se vivia.

³⁴²“Esperança e confiança no governo de Geisel”. Jornal **O Povo**, 02/01/1974, p. 4. Grifo meu.

³⁴³Ibidem.

³⁴⁴“Médici”. Jornal **O Povo**, 14/03/1974, p. 1.

Essas questões são facilmente encontradas em posicionamentos que, a partir dos discursos presidenciais, vêm reforçar as prerrogativas ditatoriais para a sua institucionalização. Aliás, vale lembrar, o regime encontrou na própria imprensa um aliado para legitimar, perante a sociedade, sua proposta de abertura. Para além do que é possível constatar em alguns estudos sobre sua atuação durante o processo como contrária à ditadura, não devemos nos esquecer do papel que também desempenha como aliada da proposta de institucionalização do regime, e não contrária a ela. A esse respeito, vale trazer à discussão as considerações de Alfred Stepan a respeito, quando coloca que Golbery, conhecido como um dos articuladores da abertura,

(...) passou um bom tempo antes e depois da posse de Geisel em comunicação direta com os principais jornalistas e editores, tentando persuadi-los dos objetivos do processo de abertura, enquanto sensibilizava-os a respeito dos constrangimentos que ele e Geisel enfrentaram por parte da oposição representada pela linha-dura. Entre as publicações que deram um apoio importante ao projeto de liberalização, estavam o *Jornal do Brasil*, (...) a revista *Veja* (...) e *Isto É* (...) e *O Estado de S. Paulo* (...).³⁴⁵

Além dos veículos mencionados por Stepan, me parece importante pontuar, igualmente, a própria figura do jornalista Carlos Castello Branco, sobre quem se construiu a memória de um jornalista que gozava da liberdade de fazer críticas ao regime, mesmo durante a censura, e que teria ocupado papel de destaque no jornalismo brasileiro, defendendo em suas famosas colunas a tese da abertura governista.³⁴⁶

Para ilustrar algumas questões aqui colocadas, diversos editoriais, colunas e reportagens evidenciam o afinamento entre as teses governistas e os posicionamentos do jornal O.P a respeito do projeto de abertura. São posicionamentos, muitas vezes, permeados pela ideia de cooperação com o governo, igualando todos, ditadura e sociedade, em prol de uma causa que, antes de mais nada, era tida como objetivo nacional. Cria-se, pois, um

³⁴⁵STEPAN, Alfred. Op. Cit. p. 48.

³⁴⁶Em trabalho de cunho memorialista, o ex-senador Francelino Pereira (PFL-MG) traz o seguinte diálogo entre Ernesto Geisel e Petrônio Portella, em que o primeiro, ao externar suas intenções para fazer a abertura, teria se questionado “(...) mas quem vai acreditar nisso? Se eu fechei o Congresso Nacional (...)”. Sobre o questionamento de Geisel, Pereira narra que “Na terceira vez que Geisel tratou do assunto com Petrônio, insistindo que ninguém iria acreditar, o Senador disse: - Presidente, só há um homem no Brasil que fará com que se acredite que o senhor quer fazer a abertura política: este homem é o jornalista Carlos Castello Branco. Petrônio chamou Castelinho e contou-lhe a história. Castello escreveu-a nas ‘Colunas’ e a abertura saiu”. Tal episódio, conforme consta na contracapa do livro escrito por Pereira teria sido narrado por Élvia Lordello Castello Branco. Evidentemente, trata-se de uma questão que perpassa a construção de memória e que suscita uma série de questionamentos. Minha intenção, contudo, é ser pontual e ilustrar, a partir disso, a dimensão dos flertes entre jornais e jornalistas com a ditadura para se obter apoio para a sua abertura e o envolvimento de um dos colaboradores do jornal *O Povo* nisto. Sobre o livro mencionado, consultar: PEREIRA, Francelino. **Castelinho**: o reinventor do jornalismo político no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2001.

sentimento de unidade, semelhante ao referente à memória sobre o golpe de 1964, no qual os objetivos de uma empreitada distensionista vincula-se, de algum modo, à aspiração popular.

O jornalista Lustosa da Costa, em coluna publicada prestes a se completar um ano da posse de Ernesto Geisel, referindo-se ao MDB, defende que:

*No que for possível e na proporção em que o Presidente conseguir manter-se fiel ao compromisso democrático, tenderão a apoiá-lo em tal empenho. Sabem que Geisel, muito embora armado de instrumentos discricionários, não deseja usá-los e encarna o poder legal e a disposição de estimular a volta ao Estado de Direito. (...) É difícil um regime forte abdicar, voluntariamente, de instrumentos de exceção. Mais difícil ainda será dotar o Estado de uma armadura eficiente para reagir à violência do terror, fenômenos tão contemporâneos, e ao mesmo tempo preservar os elementos essenciais à democracia. Este é o desafio a que o Governo convoca, mais uma vez, a inventiva dos políticos. Constitui dever dos democratas formar com o Presidente Geisel na medida em que este corporifica uma tendência sincera para a democracia e a volta ao Estado de Direito.*³⁴⁷

O título da coluna, “Caminhos da distensão”, assenta-se em uma perspectiva não somente de colaboração com a ditadura, mas, igualmente, trata de uma distensão que não pressupõe democratização. Ao referir-se a um “compromisso democrático”, não se está apenas negando a existência de uma ditadura, mas, também, incorporando o tema da democracia aos propósitos desta “revolução”. Ao invocar a colaboração com a ditadura, o jornalista está, evidentemente, defendendo o próprio regime como condutor do processo. E é essa perspectiva que desde o início do projeto de abertura já sinaliza, dentro do jornal O.P, sua defesa de uma "redemocratização" desvinculada de seu caráter de luta, reduzindo o processo a uma espécie de desdobramento ou consequência do próprio golpe de Estado. Afinal, segundo a memória golpista, a “revolução” teria vindo para “salvar” a democracia.

Essa concepção que vincula o projeto de abertura política à democracia, e uma democracia que seria conquistada pela "revolução", seria reforçada no ano seguinte pelo jornalista Aluizio Flores,³⁴⁸ quando esse assim se posiciona:

*A família Vilela, por intermédio dos seus ilustres membros, acaba de pôr-se por inteiro ao lado do projeto de distensão lenta mas segura proposto pelo Presidente da República logo no início do seu mandato. O cardeal-arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela, passou publicamente a apoiar o irmão, senador Teotônio Vilela, da Arena de Alagoas, na sua luta em favor do restabelecimento do *estilo democrático de vida, do qual fomos retirados há quase 12 anos em nome da própria democracia ultrajada. (...) No entanto, esse bonito projeto, que estava e está na base das preocupações de todos os revolucionários (...) vem sofrendo repetidos**

³⁴⁷“Caminhos da distensão”. Jornal **O Povo**, 13/03/1975, p. 3. Grifos meus.

³⁴⁸Aluizio Flores, ocasionalmente, assinava as “Colunas do Castelo” na condição de redator substituto.

*adiamentos em nome de uma necessidade de segurança que não admite o diálogo, agora novamente proposto pelo Presidente da República. A distensão pressupõe, para que possa ser efetivamente caminhada, um diálogo sem restrições na busca perseverante do consenso.*³⁴⁹

A questão da segurança levantada pelo jornalista, é posta como um ponto central no qual residiria o “adiamento” da democracia e que não admitiria o diálogo. A questão da segurança, não custa lembrar, estava nas bases que das justificativas forjadas para a decretação do AI-5, pois visava “proteger” o país e, ao mesmo tempo, combater a “esquerda subversiva”, associada ao terrorismo.

Flores também evidencia as clivagens existentes nas próprias Forças Armadas, ao falar em sucessivos adiamentos que refletem as resistências ao projeto de abertura política, que se radicalizaram anos depois através de atentados que foram interpretados como tentativas de boicotar a própria ditadura em seu projeto de abertura. Daí porque se fala em necessidade de diálogo, impedido pela “necessidade de segurança” que, para setores das Forças Armadas, conflitava com os interesses do projeto.

Assim, a abertura política é defendida dentro do jornal O.P a partir das prerrogativas ditatoriais: lenta, segura e gradual. Por conseguinte, é a própria ditadura quem tem o direito à interlocução como única condutora do processo. As interferências externas, consideradas como “pressões” da oposição, são colocadas negativamente. A esse respeito, é elucidativa a posição de Geisel encontrada no trabalho de Thomas Skidmore, no sentido de se compreender em que recaíam as críticas feitas pela ditadura a essas “pressões”:

(...) o presidente logo depois reiterou seu compromisso com a liberalização, embora advertindo também a oposição contra a tentativa de manipular a opinião pública a fim de pressionar o governo. Tais pressões, lembrou Geisel, “servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão (...)”.³⁵⁰

Assim, a defesa das prerrogativas de uma abertura conforme determinava o regime, vem acompanhada de uma postura que enfatiza a questão da colaboração. Ou seja: para que a abertura se concretizasse, seria preciso que todos, sobretudo o MDB, colaborassem com o governo. Essa colaboração está associada à ideia de um processo que não deveria ocorrer por meio de rupturas, pois, para seu desfecho, seriam necessários tempo, segurança, e deveria ser

³⁴⁹“A família engajada”. Jornal **O Povo**, 24/02/1976, p. 3. Grifos meus.

³⁵⁰SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Trad. Mário Silviano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 334

feito por etapas. Questões que apontassem para o contrário, que não atentassem para esses elementos, eram postas como riscos de “retrocesso”. Defendendo esses pressupostos, o colunista Edson Lobão sai em defesa da ditadura, com a coluna “Todo apoio a Geisel”, publicada em maio de 1978:

(...) Estamos cansados de retrocessos. A oposição precisa de juízo. O País está em calma mas isso não é o suficiente para acreditarmos que as dificuldades não sejam enormes. Não basta ser contra o AI-5 ou combater o arbítrio. A oposição ainda não disse claramente o que sugere como bases para a reorganização da sociedade e da construção do estado de direito que reclama. O governo tem idéias e está formulando a sua proposta. Não podemos portanto admitir, a estas alturas, que se frustrem os esforços do presidente Geisel. A ele deve ser dado todo apoio. Em suas mãos repousam as esperanças nacionais, qualquer precipitação que conduza a uma mudança do clima poderá ser fatal. Poderá gerar desdobramentos imprevisíveis. E quem tem a perder com isso é o Brasil. O MDB não pode continuar na cômoda posição de ficar apenas criticando, censurando, condenando, reclamando. Precisa refletir e oferecer propostas concretas. Não é porque a Arena tenha um general como candidato que o MDB se veja na obrigação de chegar ao colégio eleitoral com outro general. Isso é criancice. Se não vai ganhar a eleição por que essa confusão toda? Por que esse desperdício de tempo? Há muito o que fazer. Existem muitas formas de contribuir. O Governo não vai cair, nem o regime vai mudar. É uma verdade que não agrada particularmente ao líder da oposição no Senado, Sr. Paulo Brossard. Ele quer que o Governo caia e o regime mude. (...) É impossível admitir como esses desejos radicais do líder da oposição possam ser concretizados, a não ser através de um golpe de estado. (...) E no Brasil não há vez para golpismos. Uma aliança digna entre a liberdade e a ordem é o que precisamos estabelecer. Mas há que haver uma compatibilização segura para que as tarefas do desenvolvimento não sofram prejuízos. Afinal, não valeria a pena liberdade e ordem num estado sem condições de estancar o atraso social. (...) O governo quer o restabelecimento do estado de direito, inclusive porque, com as salvaguardas, os reforços para o bem comum frutificam mais eficazmente.³⁵¹

Em anos anteriores, as mesmas questões aventadas são defendidas em editorial, publicado em 1976. Nele, é possível identificar uma sintonia com as perspectivas do regime, defendendo uma abertura de acordo com a ditadura, e não contra ela:

(...) para que o processo seja vitorioso há necessidade de que tanto os arenistas quanto os emedebistas tenham também esse entendimento que é o que a realidade impõe, colaborando com o presidente e evitando no caso da Oposição as pressões indevidas, que só podem gerar como estão gerando agora as contrapressões. Todavia, parece haver dentro do MDB quem queira deliberadamente interromper o processo, ou imprudentemente queimar etapas.³⁵²

Por conseguinte, a figura de Geisel é forjada como líder de um processo democratizante que é posto como intrinsecamente ligado à “revolução”. Consagrado na memória liberal, positivamente, como o artífice da “democracia”, Geisel, ainda hoje, é

³⁵¹“Todo apoio a Geisel”. Jornal **O Povo**, 29/05/1978, p. 3.

³⁵²“O entendimento que falta”. Jornal **O Povo**, 03/04/1976, p. 1. Grifos meus.

associado ao processo de transição como um benfeitor.³⁵³ Isso é perceptível no jornal O.P, quando além de trazer a público a figura de Geisel – e, posteriormente, João Baptista Figueiredo - como um democrata, associa a *democracia plena* a ser almejada pelo projeto de abertura política, como meta principal da “revolução”, daí porque ser colocada como algo intrínseco. Assim, Edson Lobão assevera na coluna intitulada “Os méritos são de Geisel” que:

(...) Geisel é um democrata e um homem determinado. Assumiu o Governo com a disposição de fazer cumprir os desígnios da Revolução de 64 (...). É indiscutível que o Presidente Geisel conduz o País para a democracia. Ele a quis sempre, honestamente, de costas viradas para a demagogia que abomina (...). Em nenhum momento Geisel foi um precipitado, mas também não vacilou. A prudência e a segurança é que o orientaram nessa arriscada jornada democrática. São seus, por isso, os méritos todos.³⁵⁴

Essas colocações são uma evidência das posições assumidas pelo jornal O.P durante esse processo de lutas que comportava distintos projetos, entre eles o de abertura proposto pelo regime . Ao vincular a *condução para a democracia* diretamente à ditadura e defender Geisel como seu líder e artífice, - o que é enfatizado pelo título da coluna de Lobão - ,impõe-se um silêncio aos diversos atores sociais que, igualmente, atuaram na correlação de forças desse período, constituindo também o processo. A produção do silêncio em relação a outros atores e suas lutas, indica a defesa de um processo que é discutido pelo jornal O.P desvinculado de seu caráter de luta. Para o jornal, não se está *lutando* por democracia em contraposição a uma ditadura. Trata-se de um “aprimoramento democrático” que é, apenas, uma *concessão* do regime, que estaria cumprindo os “propósitos” da “revolução” de garantir a democracia outrora “ameaçada”, através de seu projeto de abertura.

É oportuno, no entanto, reiterar e situar que durante este período, apesar das distensões propugnadas pela ditadura, um novo cenário político de atuação das esquerdas e de

³⁵³Importante chamar atenção para a construção de uma memória positiva a respeito de Geisel, mesmo durante os governos democráticos do pós ditadura. O historiador Marcos Napolitano destaca a forma positiva com que alguns jornais referiram-se a Geisel quando de sua morte em 1995, além do próprio presidente da República à época, Fernando Henrique Cardoso, que reconhecendo a “chance para a democracia” possibilitada por Geisel, “(...) lhe prestou homenagem em almoço no Palácio Laranjeiras. Com sua morte, decretou-se luto oficial de oito dias”. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 231.

³⁵⁴“Os méritos são de Geisel”. Jornal **O Povo**, 03/12/1977, p. 3. Grifos meus.

movimentos populares ganhava contornos nítidos e se incorporava ao processo.³⁵⁵ Como lembra Maria Paula Araújo, a conjuntura em questão foi marcada por um confronto no qual,

(...) de um lado, o projeto de “abertura política” do regime (visto pela esquerda como uma estratégia de institucionalização da ditadura). E, de outro, pela atuação das forças de esquerda que buscavam inviabilizar essa institucionalização e alargar o espaço político e as conquistas democráticas. (...) podemos afirmar que, tanto do ponto de vista das discussões, definições e propostas da esquerda quanto da lógica interna do próprio regime militar, os primeiros anos da segunda metade da década de 1970 marcaram uma nova conjuntura que pode ser definida como de resistência e luta democrática contra o regime militar.³⁵⁶

As lutas que marcaram esse processo serão discutidas mais adiante neste capítulo, buscando clarificar as posições assumidas pelos jornais O.P e C.S nessa correlação de forças, e pensando os projetos evidenciados e legitimados, em contraposição àqueles silenciados e deslegitimados. São questões que permitem compreender articulações políticas construídas naquela conjuntura entre esses jornais e o regime vigente, pensando, pois, no projeto de abertura política e institucionalização da ditadura e nos seus braços civis representados por forças conservadoras.

Diante do protagonismo conferido ao regime como *benfeitor da democracia*, é curioso perceber como se desenvolveu dentro do jornal O.P a ideia de um processo democratizante como desdobramento da “revolução”, conforme defendido pela própria ditadura. Diversas são as vezes em que essa questão é levantada pelo jornal, indicando, assim, a sintonia existente entre duas perspectivas para a condução de um processo, a do jornal O.P e a da ditadura, levando-nos a pensar nas articulações políticas aí existentes.

Na concepção defendida pelo jornalista Castello Branco,

(...) A distensão, o aperfeiçoamento das instituições, de que falou Geisel, e a democratização de que fala Figueiredo, representam, uma e outra coisa, a conclusão do processo revolucionário, isto é a eliminação da violência como força inspiradora dos governos e do regime sob os quais vivemos.³⁵⁷

Por sua vez, o colunista Pádua Campos traça um quadro de mudanças durante o que denomina como sendo um processo de abertura, e que seriam, antes de tudo, benesses governamentais:

³⁵⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). **As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 324.

³⁵⁶ Ibidem.

³⁵⁷ “Coluna do Castello”. Jornal **O Povo**, 05/11/1978, p. 3.

*(...) Etapas importantes do chamado processo de abertura já foram cumpridas, entre as quais a anistia, que esvaziou os cárceres de presos políticos, e outra o restabelecimento da liberdade de imprensa e de opinião. (...)o Presidente tem os seus movimentos delimitados pelas circunstâncias especiais em que governa, numa delicada fase de transição de 17 anos de autoritarismo para a busca da democracia, que infelizmente nunca conseguiu estabilizar-se no Brasil, como de resto em toda a América Latina. A fixação das eleições diretas para governador e o fim dos senadores biônicos foram outros avanços conseguidos por Figueiredo (...).*³⁵⁸

Carlos Castello Branco, em coluna publicada em abril de 1983, intitulada “Figueiredo e a solução final”, defende:

Se a posse dos governadores encerra o período de abertura política, que se sucedeu à distensão, por sua vez precedida pelos ensaios de descompressão, deve-se supor que se inicia o período final de execução do projeto mediante o qual, atendendo a pressões da sociedade civil e à sua própria avaliação de papel que lhes coube desempenhar em relativamente longa etapa da vida nacional, as Forças Armadas, por intermédio do Presidente da República, promoverão a implantação de um regime democrático no País (...).

³⁵⁹

Ainda que Castelo Branco fale em pressões civis, ou seja, faça esta menção, a leitura deste processo histórico é marcada predominantemente por uma visão afinada à ditadura. Assim, ainda que a mencione neste momento, em situações anteriores ela não foi contemplada. Considerando-se o ano de publicação da coluna, 1983, encontramos uma conjuntura já constituída pelas lutas em torno da anistia e pelo surgimento das articulações em defesa das eleições diretas. É preciso ponderar, nesse sentido, que essas questões contribuem para o que poderíamos chamar um deslocamento de postura, pois, divergindo do habitual, o jornalista trata a abertura política para além da ideia de uma mera concessão governista e contempla outras forças sociais envolvidas no processo.

No entanto, as questões em geral trazidas pelo jornal O.P são elucidativas no sentido de esclarecer uma visão sobre o processo que não se assenta em uma perspectiva de luta. Não se trata, nesse sentido, de uma luta política que, contrária à ditadura, visava, sobretudo, a instauração de um regime democrático no Brasil, ainda que a concepção de democracia para os diversos atores atuantes neste período não fosse de modo algum homogênea. Por conseguinte, reforça e permanece legitimando as premissas golpistas forjadas num ideal revolucionário que apregoava a defesa da democracia. Defender a abertura política como um

³⁵⁸“Forças polivalentes”. Jornal **O Povo**, 12/08/1981, p.2. Grifos meus.

³⁵⁹“Figueiredo e a solução final”. Jornal **O Povo**, 16/03/1983, p. 5.

processo de democratização ou um aprimoramento democrático como desfecho de um golpe, reforça a memória aqui discutida anteriormente, como, também, nos permite compreender como se situa o jornal O.P na correlação de forças que marcou o período, pondo a questão como consequência de um “processo revolucionário” que, passada a sua fase *intervencionista, corretiva e saneadora*, iria devolver o país, agora “salvo”, aos civis.

É, igualmente, uma leitura do processo que coloca a questão da democracia como algo outorgado e não conquistado. Logo, questões determinantes para o processo, a exemplo da Lei de Anistia, que foi fruto de lutas políticas encetadas na sociedade, partem igualmente do princípio de que trata-se de uma benesse governamental, como melhor veremos adiante. Dessa forma, o processo não é discutido pelo jornal a partir de seu viés dialético, pois não o vê em suas *pressões e concessões*, ou seja, aqueles *novos atores que entraram em cena*³⁶⁰ e que representaram uma ameaça a um projeto controlador e verticalizado, não são contemplados como ativos no processo, e os embates existentes se reduzem, apenas, entre governo e oposição parlamentar.

Se o governo aparece dentro do jornal O.P não apenas como protagonista, mas, também, como articulador e artífice do processo que levaria à democracia, é importante trazer à tona as manifestações contrárias ao MDB que, preterido pelo jornal, foi constantemente criminalizado, em detrimento, claro, da Arena.

As críticas ao MDB são sistêmicas, embora, cumpre lembrar, muitas manifestações de políticos emedebistas com críticas à ditadura foram publicadas pelo O.P em diversas reportagens. Logo, não se trata de calar o partido de oposição, silenciá-lo ou silenciar suas pautas e lutas. Mas, tendo em vista tratar-se de um jornal com preferências declaradas à Arena e com ligações diretas com o partido, como levantado aqui noutra momento, o MDB é muitas vezes representado como um *entrave* ao projeto de abertura política, por não querer cumprir ou respeitar sua lógica lenta, segura e gradual.

Em períodos eleitorais, como no ano de 1974, no qual, pela primeira vez desde a instauração da ditadura, O MDB conseguiu expressiva votação, surpreendendo não apenas a Arena, mas o próprio partido de oposição, torna-se ainda mais evidente a preferência do jornal

³⁶⁰Faço aqui uma alusão ao título do livro de Eder Sader, que muito bem discute acerca de outros sujeitos sociais na conjuntura lutas contrárias à ditadura. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

O.P pelo partido da ditadura. As críticas feitas à ditadura pelo MDB, aproveitando as frestas abertas pela propaganda partidária, são vistas negativamente pelo jornal, que em editorial externa para seus leitores:

(...) Pelas observações diárias que temos feito verificamos que o nível da campanha é baixo, pecando por um acentuado primarismo e a falta de mensagem política edificante. Sob este aspecto, pecam ambos os partidos (...). *Mas neste quadro de geral pobreza, os candidatos do MDB ainda se fazem notar ante os olhos e ouvidos críticos do público por outro ângulo negativo: a maneira desabusada, crescente ofensiva, com que se referem ao Governo e a tudo que não se ajuste à cartilha oposicionista. Vamos dizendo que além da falta de mensagem, o MDB ainda cai neste terreno pantanoso da agressão verbal. É preciso, entretanto, corrigir em tempo: se cai em tal terreno é exatamente pela falta de mensagem. Impõe-se, entretanto, registrar que quando atacam o Governo por falta ou limitação de liberdade de expressão, certos candidatos e corifeus oposicionistas mergulham numa flagrante contradição. Não vamos dizer que estamos num regime de plenitude democrática, visto que o Governo continua a dispor de instrumentos de exceção como o AI-5. No entanto, como pretender que não haja liberdade se ao mesmo tempo se utiliza de poderosos meios de comunicação para dizer o que vem à telha e à língua? Este simples raciocínio serve para desautorizar esses candidatos em suas afirmações.*³⁶¹

Embora aponte que o nível da campanha teria sido baixo em virtude tanto da atuação do MDB como da Arena, o grande alvo do editorial, como bem se observa, é o primeiro. A liberdade expressão, na posição do jornal, estaria condicionada a uma postura cautelosa no que diz respeito às críticas ao regime, daí porque reprova a postura adotada pelo MDB de aproveitar a propaganda eleitoral para desferir críticas à ditadura. Aliás, esse raciocínio serviu para defender que, ao contrário do apregoado pelo MDB, no Brasil existia liberdade de expressão, ainda que não se vivesse em “plenitude democrática”.

As críticas ao MDB são acompanhadas, sem qualquer sinal de constrangimento, de declarações preferenciais à Arena. Ou seja, a preferência do jornal O.P pelo partido da situação não se deu de maneira implícita. O balanço que o jornal faz sobre sua atuação durante a campanha de 1974, traz que:

(...) É certo que, sem fugir ao dever da informação, tivemos nossas preferências, naturais e legítimas, durante a campanha eleitoral, como qualquer jornal pode ter. Manifestamos nossa preferência, em editoriais e por outras formas, quando julgamos conveniente. Professamos, sem subterfúgios, mas com idealismo e independência, os postulados arenistas (...).³⁶²

Nesse editorial, o jornal O.P declara nitidamente, no fim da campanha eleitoral do ano de 1974, que agiu professando os “postulados arenistas”. Mas, vale reiterar, não é somente

³⁶¹“Palavras e fatos”. Jornal **O Povo**, 27/09/1974, p. 1. Grifos meus.

³⁶²“Antes que as urnas falem”. Jornal **O Povo**, 16/11/1974, p. 1.

durante as campanhas eleitorais que esse favoritismo se faz presente, embora ele se exacerbe. Igualmente em outras eleições foi possível constatar, mais uma vez, a declaração aberta do jornal pela Arena, a exemplo das eleições de 1982, na qual Albanisa Sarasate usou as páginas do jornal para declarar seu apoio ao então candidato pelo PDS (ex-Arena), Luiz Gonzaga Mota, durante as eleições para governo do Estado, aquela altura já por via direta.³⁶³

Sobre as referências feitas ao MDB e às oposições em geral como entraves à abertura política, é deveras esclarecedor o editorial “Aprendizes de feiticeiros”, publicado em fevereiro de 1979, anterior, portanto, à Lei de Anistia, mas situado na conjuntura marcada pelos debates e pressões sociais acerca do tema. Em um tom de colaboração com o governo, o editorial defende que

É preciso que todos atentem para a advertência feita pelo Presidente Ernesto Geisel em sua última mensagem ao Congresso Nacional, documento de grande importância para a compreensão da realidade. (...) Em sua mensagem o Presidente afirmou que, no campo político, a preocupação dominante de seu Governo foi o aperfeiçoamento das instituições, “sem pôr risco a paz e a ordem”, adotando-se o processo gradual. Esta é uma verdade meridiana, embora alguns continuem a tentar negar o esforço efetivamente feito para fazer o país retornar à Plenitude democrática. A advertência que segue a esta declaração sobre os propósitos democratizantes do Governo refere-se aos *riscos de manifestações demagógicas*. A despeito de a realidade mostrar que elas são inúteis, que não contribuem para melhorar o quadro político nem o panorama sócio-econômico, continuam a ser freqüentes em certos setores que não aceitam o gradualismo e querem colocar o carro diante dos bois. *Empáfia, intolerância e tentativas de assumir inconsistentes posições de força (...) são atitudes que os de bom senso têm de evitar.* (...) Gauchescamente, intenta-se amarrar os cavalos na Praça dos Três Poderes. É como se houvesse o objetivo de agravar a crise institucional, de impedir que se corte o nó górdio que há quinze anos manietta a Nação no campo político. Esperemos que esses aprendizes de feiticeiro não consigam, todavia, os seus intentos. Esperemos, como afirmou o Presidente, “que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos – término de todo um longo período de autoritarismo, de que não houve como eximir-se a Nação – e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro”.³⁶⁴

Ao recorrer à fala de Geisel como mote para o editorial, o jornal O.P não apenas reforça suas concepções acerca do que deveria ser o processo rumo à democracia, como segue por uma discussão que evidencia sua postura em defesa de um projeto seguro e gradual,

³⁶³Na reportagem “Dona Albanisa: eleições perderam o entusiasmo”, a diretora presidente do jornal *O Povo* declara que “Como filha e mulher de político, e também uma pessoa politizada, participante (...) diz-se governista, mas o ‘meu jornal, o nosso jornal e emissoras de rádio’, são uma janela aberta para todos, ‘porque prezo a liberdade acima de tudo’, afirma convicta, ao ser perguntada sobre a orientação que dá aos editores dos veículos de comunicação que preside, com relação à cobertura político-eleitoral (...). Dando como fato consumado a vitória de Luiz Gongaza Mota ao governo do Estado (...) diz ter toda confiança na capacidade de trabalho desse economista (...)”. *Jornal O Povo*, 16/11/1982, p. 3.

³⁶⁴“Aprendizes de feiticeiros”. *Jornal O Povo*, 03/02/1979, p. 3. Grifos meus.

metaforicamente colocada aí na expressão “colocar o carro na frente dos bois”. Ainda que não nomeie quais seriam as “manifestações demagógicas” aí postas, é possível inferir, a partir das pressões sociais feitas por aqueles contrários ao projeto de abertura, que diversos são os que criticaram o gradualismo do projeto, sobretudo nesta conjuntura fortemente marcada pelas lutas em torno da anistia. O uso da fala de Geisel evidencia ainda um chamado, por parte do jornal O.P, aos aliados civis do regime, reforçando uma ação no sentido de mobilizar esses aliados e se colocando, ele próprio, nessa condição.

Outras pautas alheias às da abertura governista são postas de forma negativa, como um empecilho ao processo. Tomando como exemplo o que se escreveu a respeito da emenda do senador emedebista Franco Montoro sobre eleições diretas para governador de estado, também naquele ano de 1979, assim se posiciona o jornal O.P em seu editorial:

A emenda do senador Franco Montoro, restabelecendo as eleições diretas para governadores e todo o Senado, deverá ir a plenário para votação até o dia 18. (...) A proposta oposicionista é no sentido de que as eleições sejam realizadas imediatamente, encurtando, portanto, os atuais mandatos. Isto pode ser do interesse do MDB, que se julga capaz de vencer a disputa em vários Estados, mas certamente, não é do interesse do País, dos Estados e portanto do próprio povo. As eleições imediatas só contribuiriam para desarranjar ainda mais a vida do País, que já enfrenta sérios problemas na área econômico-social e precisa de calma na frente política para vencer as dificuldades. (...) É um contra-senso querer desarrumar tudo isto. Ainda que dispuséssemos de uma mínima garantia de que os eleitos pelo voto popular seriam melhores do que os que se acham no exercício dos cargos, não compensaria isto a perda de tempo precioso e também *o risco de conturbação de um processo político que marcha lento mas com firmeza. A precipitação não é o remédio que a Nação requer neste momento. Com paciência ela já embicou no rumo da democracia e com paciência alcançará todos os seus objetivos de democratização.*³⁶⁵

A lógica gradual da abertura política vê nas ações assumidas pela oposição um risco de conturbação do processo, uma vez que contraria as pretensões ditatoriais. Essa perspectiva evidencia um posicionamento político por parte do jornal O.P de negação das outras pautas no processo que não as do próprio governo.

Essa perspectiva é reforçada dias depois no editorial intitulado “Tudo a seu tempo”, publicado no dia 19 de maio daquele ano, logo após a derrota da emenda do senador Franco Montoro. As posições assumidas pelo jornal, mais uma vez, revelam sua defesa de uma *abertura por etapas*, dentro das propostas da ditadura. A noção de que tudo no processo deveria ocorrer no “seu tempo”, é colocada pelo editorial da seguinte maneira:

³⁶⁵“Eleições diretas”. Jornal **O Povo**, 15/05/1979, p. 3. Grifos meus.

(...) Nunca fomos contra as eleições diretas; ao contrário, sempre as defendemos e estivemos na primeira linha dos críticos que denunciaram os equívocos e o casuísmo da legislação aprovada em abril de 1978.³⁶⁶ Todavia, entendemos toda vida que há um processo em marcha e que ele deve prosseguir na sua lógica interna, que é a do gradualismo na consecução dos objetivos de democratização do País. (...) Isto corresponde às aspirações democráticas do povo brasileiro. O que não corresponde a tais aspirações é a precipitação, a intempestividade de proposições mais destinadas a projetar pessoalmente seus autores e em construir-lhes uma auréola de libertários do que a contribuir para um avanço firme e seguro no caminho da democratização. (...) O açodamento foi responsável por graves situações por que passou o Brasil nos últimos dez anos. Em 1968, meteram-se os pés pelas mãos, e o resultado disto foi o AI-5 (...). A lição, infelizmente, não foi aprendida, e os quixotes continuam a investir contra moinhos de vento, sem aperceber-se de que isto pode gerar novos retrocessos. A queda da emenda Montoro assegura a continuidade de um processo lento porém firme de democratização, sem prejudicar os esforços que as novas administrações estaduais vêm realizando para cumprir suas graves tarefas. As eleições diretas virão no devido tempo, porque esta é uma legítima reivindicação do povo. Todavia, não podem ser usadas como elemento de conturbação do processo político.³⁶⁶

Adjetivos como *precipitação* e *intempestividade* para referir-se à emenda relativa às eleições diretas para governador do estado, nos ajudam a compreender a defesa que o jornal O.P faz de um processo como devendo ser gradual. Ou seja, a defesa que faz do projeto da ditadura. Essas posições ajudam-nos a compreender, igualmente, a recusa que o jornal faz às propostas da oposição, tomando-as como pressões que poderiam ocasionar um retrocesso, aludindo, inclusive, ao AI-5, e como conturbação de um processo que deveria seguir seu ritmo a partir do que era defendido pelo regime.

As questões até aqui colocadas, nos ajudam a compreender a forma pela qual o processo de lutas daquele período é defendido pelo jornal O.P. Ainda que faça, em momentos raros, menções às pressões da sociedade por democracia, a postura do jornal se distancia de qualquer imperativo de lutas, tendo em vista que o tema, além de flertar com a ditadura, tanto no governo de Geisel como no de Figueiredo, é defendido como sendo, reitero, um desfecho do que seria um processo revolucionário e, ainda, como uma concessão da própria ditadura. Logo, agentes como as oposições, notadamente o MDB e, posteriormente à Lei de Anistia e o retorno dos exilados ao Brasil, a figura de Leonel Brizola, são encarnados como os “inimigos”.

Interesse aqui ilustrar estas reflexões a partir do que foi colocada pelo colunista Pedro Henrique Antero, no dia em que se realizaram as eleições para governador, em 1982. Diante

³⁶⁶“Tudo a seu tempo”. Jornal **O Povo**, 19/05/1979, p. 3.

da iminência de uma vitória de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, como indicavam as pesquisas de intenção de voto, Antero posiciona-se em tom de preocupação:

(...) As mudanças e os novos tempos são esperados em todos os recantos do Brasil, com exceção do Rio de Janeiro, no caso da vitória de Leonel Brizola. Ali, confirmadas as previsões indicadas pelas pesquisas, aquele Estado viraria as costas para o futuro e voltar-se-ia para um passado sombrio de quase vinte anos. Não podemos esquecer que Brizola foi o político contra o qual se organizaram principalmente as forças democráticas do Brasil, no distante ano de 1964. Sua eleição, portanto, significaria um retrocesso e não um passo no rumo da estabilidade democrática. Com exceção de Brizola, os demais candidatos opositoristas, com possibilidades concretas de vitória, são homens de formação e tradição democráticas (...).³⁶⁷

Importante perceber de que maneira as posições assumidas pelo jornal O.P estiveram articuladas à ideia de um processo controlado, tendo ator principal a própria ditadura. Logo, é compreensível que outras questões que pressionassem o processo, a exemplo de ações encabeçadas pelas oposições, fossem condenadas a partir das noções de precipitação ou intempestividades. Enfim, o jogo de pressões e contrapressões condenado pela própria ditadura. É nesse sentido que se pode afirmar, na esteira do que propõe o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, que o projeto de abertura do governo representava muito mais “(...)uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país”.³⁶⁸ E é nessa esteira que se situa o jornal O.P, sobretudo porque, muitas vezes, é a partir das posições assumidas por Geisel e Figueiredo que o jornal buscou se situar. Retomando Silva, cabe ainda acrescentar:

(...) para os principais formuladores do projeto de abertura, a oposição seria um estorvo aos seus objetivos, obrigando-os a manobrar gradualmente, num permanente *stop-and-go*, entre os bolsões de resistência à mudança no interior dos quartéis – *radicais, porém sinceros*, no dizer do próprio Geisel – e a oposição, desejosa de imprimir um ritmo mais acelerado e uma maior amplitude ao processo de abertura.³⁶⁹

Retomo, aqui, um ponto que considero importante para reforçar a ideia de uma defesa do processo despida de qualquer imperativo de luta e sem pressões, que se dá, muitas vezes, a partir da ideia que a consolidação ou aperfeiçoamento do regime democrático que então se apregoava existir, seria obra da própria “revolução”. É assim, pois, que se coloca e se defende uma abertura política como concessão governista. Logo, questões intrínsecas ao processo, a exemplo da revogação dos atos institucionais, suspensão da tortura e da censura (estas, já

³⁶⁷“Novos tempos”. Jornal **O Povo**, 15/11/1982, p. 4.

³⁶⁸SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p. 263.

³⁶⁹Ibidem.

vimos) e a questão da anistia (que será discutida adiante), são defendidas como benesses do regime, excluindo, assim, as mobilizações e as formas de luta encetadas nas oposições à ditadura.

Em fevereiro de 1982, com as oposições ao regime cada vez mais nítidas, o colunista Pádua Campos fala da abertura e das ações encaminhadas até então nesse sentido, a partir da perspectiva acima colocada. Sua coluna, que se inicia fazendo referência ao então presidente Figueiredo, posiciona-se da seguinte maneira:

*A eleição é sagrada e irreversível, - declarou o presidente João Figueiredo, de cuja palavra não se tem que duvidar. (...) hoje, positivamente, a grande maioria do povo brasileiro é favorável ao comparecimento às urnas e também à abertura democrática (...). Entretanto, o presidente João Figueiredo tem dado uma contribuição positiva em favor da democratização do regime. Se já caminhamos tanto, saindo do autoritarismo que vigia desde 64, é em grande parte pela sua determinação nesse sentido. Não nos esqueçamos das etapas importantes que já foram vencidas no curso do seu Governo, a mais expressiva das quais a concessão da anistia, com os cárceres esvaziados de presos políticos e os exilados e banidos podendo voltar ao Brasil (...).*³⁷⁰

Tempos depois, durante o mês de abril, o editorial do jornal retoma a mesma perspectiva da democracia como concessão, e, embora faça menção de que as eleições que ocorreriam naquele ano, as primeiras diretas para governador depois do fim do AI-5, eram fruto das reivindicações da sociedade, o que prevalece, no entanto, é a ideia de que estas não ocorreriam não fosse a “ousadia” de Figueiredo, ao “enfrentar os radicais”. Ao mesmo tempo, faz críticas à atuação da oposição:

Só os opositoristas não percebem que esse processo não está consolidado e que é preciso evitar que fagulhas causadas pela radicalização possam atear um incêndio. A Oposição tem vivido em um mundo de ilusões. Entende, por exemplo, que foi por causa dela que houve uma liberalização e que foram marcadas eleições. Ela é uma espécie de Alice no país das maravilhas e como tal entendo que se a abertura estiver em perigo e as eleições ameaçadas poderá recorrer às suas fadas, aos seus magos e aos seus espelhos mágicos para salvar tudo. (...) Essas eleições, diga-se a bem da verdade, constituem uma reivindicação da sociedade brasileira como um todo. No entanto, só os cegos não percebem que elas não estariam marcadas e os candidatos não estariam nas ruas se o Presidente da República não tivesse ousado desafiar os radicais de um e de outro lado para transformar em realidade a vontade nacional. É necessário que isto fique claro, porque uma das razões que os opositoristas alegam para os ataques virulentos, absolutamente infundada, é a de que o Governo está querendo impedir que o povo se manifeste nas urnas. A pergunta que se impõe, em nome do bom senso e não do nefelibatismo, é: será que haveria eleições se o Governo não quisesse? Ou não quisesse fazê-las? Não se pede que os opositoristas caiam de joelhos diante do general Figueiredo para dar-lhe graças, pois afinal de contas o Presidente não é divindade mas apenas um democrata que

³⁷⁰“Sagrada e irreversível”. Jornal **O Povo**, 06/02/1982, p.3. Grifos meus.

está procurando aproveitar circunstâncias históricas favoráveis à redemocratização do país (...).³⁷¹

Curioso como as menções às pressões sociais dentro dessa correlação de forças, apareça de modo muito raro, pontual, e desprovido de quaisquer posições mais veementes no sentido de clarificar o jogo de disputas. O protagonismo, como se percebe, sempre recai para o próprio regime, prevalecendo, igualmente, a ideia de algo consentido e não conquistado por meio de lutas. Interessante notar o uso do termo "redemocratização" no editorial, que o incorpora nessa ocasião, indicando o uso de um termo comum no vocabulário das oposições à ditadura, e, certamente, impelido por essas lutas a usá-lo, ainda que o editorial não assumira uma oposição ao regime nem haja uma equivalência de significados nos termos usados pelo jornal e pelas oposições.

O mesmo se repetiria no ano seguinte, quando o colunista Pádua Campos, ao escrever "Democracia, por caridade", faz menção às pressões sociais, mas confere o protagonismo do processo à ditadura e seu ditador:

(...) Com o propósito evidente de diminuir o mérito de Figueiredo, insiste a oposição na tecla de que aquelas conquistas foram fruto exclusivo da sociedade, das pressões exercidas no sentido de liberalização do regime. Em parte, isso é verdadeiro. A maioria da Nação de fato queria a abertura e pressionou para consegui-la. Mas, entre os que desejavam o arejamento institucional, também figuravam muitos políticos situacionistas pertencentes ao PDS. Seria injusto deixar de reconhecer isso. *Negar, entretanto, que o general João Figueiredo tem sido a peça mais importante no processo de abertura democrática é desfigurar os fatos.* E não se pense que o Presidente não teve grandes resistências internas, inclusive em setores militares. Relembre-se o episódio do Riocentro, último ato de processo de terrorismo caboclo com o evidente propósito de dificultar o projeto liberal em andamento (...).³⁷²

Refletindo, a partir de agora, sobre as posições assumidas pelo jornal C.S, levantarei algumas questões suscitadas a partir do diálogo com as edições do semanário sobralense, tentando evidenciar posicionamentos que nos ajudarão a entender os projetos defendidos pelo jornal C.S em relação ao processo de lutas daquele período, ainda que sua atuação não tenha se dado por meio de trincheiras claramente identificáveis entre um campo e outro.

É importante não perder de vista, nesse contexto, as posições assumidas pela CNBB, que esteve atuante nas questões ligadas às lutas pelo restabelecimento do regime democrático. Em consonância, diversos setores da Igreja, identificados ao que se convencionou chamar de linha "progressista" da instituição, protagonizaram ou estiveram envolvidos em episódios, a

³⁷¹"Campanha eleitoral e abertura política". Jornal **O Povo**, 12/04/1982, p. 4. Grifos meus.

³⁷²"Democracia, por caridade". Jornal **O Povo**, 04/03/1983, p.2 Grifos meus.

exemplo das greves do ABC paulista, que representaram um contraponto à proposta de abertura política forjada pelo regime. Nesse sentido, a historiadora Maria Paula Araújo traz à discussão o papel da Igreja Católica, nos lembrando que,

Apesar de sua posição conservadora, (...) nos anos de ditadura militar, parte da Igreja Católica no Brasil (...) adotou posturas de luta contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores, aos camponeses, aos estudantes e, em muitos casos, envolvendo-se diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição.³⁷³

Scott Mainwaring, a esse respeito, também nos lembra:

Durante a abertura, a Igreja Católica motivou contribuições à democratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares. (...) uma de suas contribuições – a visão política da esquerda católica – influenciou alguns agentes políticos importantes, inclusive uma parte significativa da esquerda, o PT, o sindicalismo novo e muitas ligas camponesas.³⁷⁴

As questões colocadas pelos estudiosos acima mencionados, nos permitem vislumbrar a atuação e mesmo o protagonismo da instituição durante o processo, muitas vezes em busca de alargar as fronteiras impostas pela ditadura através do seu projeto de abertura. São questões, pois, reverberadas pelo jornal C.S, ainda que não em sua inteireza, e que levaram o periódico da Diocese de Sobral a se posicionar diante da conjuntura de lutas que então se constituía naqueles anos, enfatizando questões, mas, igualmente, silenciando sobre outras, a exemplo da morte do jornalista Vladimir Herzog, ponto anteriormente levantado.

Essas questões levantadas, entretanto, estão longe de significar, dentro do jornal C.S, a inexistência de posições favoráveis e otimistas em relação ao regime e sua abertura. A indicação de Geisel para substituir Médici, por exemplo, é recepcionada pelo jornal em editorial que traz uma defesa daquele novo mandato, falando-se de um homem de “princípios” e “atitudes decisivas”. As figuras do ditador e da própria ditadura são contornadas a partir de traços positivos, nos quais se sobressaem um homem aclamado de forma unânime, não apenas pelo seu partido, a Arena, mas também pelo MDB, de oposição, e de um regime que segue seu curso com “paz e prosperidade”. Não fala-se, pois, em continuidade da ditadura naquele ano de 1974, mas, sim, do início de um novo mandato tendo a frente alguém que conduziria o Brasil à “normalidade democrática”:

(...) Dentro de pouco mais de um mês, será empossado [Geisel] no mando supremo da Nação. Seu primeiro pronunciamento, deixou-nos entrever que é um homem de

³⁷³ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. Op. Cit. p. 338.

³⁷⁴MAINWARING, Scott. Op. Cit. p. 251.

princípios austéreo [sic] e de atitudes decisivas. (...) Nessa mudança de processamento de Governo e que permanecerá ainda por algum tempo, repousa a ansiedade e a curiosidade do povo brasileiro. Espera-se, no entanto, que a Nação não sofrerá conturbações políticas comuns nos países vizinhos [sic]; pois não há clima entre nós para esses movimentos cismicos em terrenos políticos. Um novo quinquênio de Governo Revolucionário se inicia em paz e prosperidade. As perspectivas de um novo Governo não parecem de intranqüilidade a se levarem em conta os pronunciamentos eufóricos dos políticos. Os da situação não se poderiam manifestar insatisfeitos! Mas o que é sintomático, é que mesmo, os do MDB, isto é, da oposição, alimentam tranqüilidade quanto aos destinos da Nação sobre o comando do General Geisel. (...) Assim o MDB demonstra confiança no Presidente Geisel para liderar o país e conduzi-lo à normalidade democrática.³⁷⁵

A questão da “normalidade democrática” aparece intrinsecamente ligada ao regime, reforçando, em certa medida, a ideia de uma democracia que viria não a partir das pressões sociais, mas, antes, da própria ditadura, colocando “revolução” e “normalidade democrática” como dimensões indissociáveis, produzindo, a partir disso, um silenciamento sobre a própria ditadura, uma vez que a ausência de conflitos e as manifestações favoráveis a Geisel que marcam a produção do editorial em questão, significam, igualmente, ausência de um espaço para se questionar a situação política posta naquele momento.

Outro editorial, publicado no mês de março, dias depois da posse de Geisel, vem reforçar as questões levantadas, tomando o discurso do então ditador em relação ao seu mandato e sua proposta de “democratização”, como eixos para as questões levantadas no texto. A indicação do cearense Armando Falcão para o Ministério da Justiça é defendida pelo jornal como uma questão que deixaria “(...)entrever um ângulo de abertura democrática. A escolha do Ministro da Justiça, o ex-deputado político cearense Armando Falcão, poderá ser um elo de ligação entre intelectuais e outras forças da Nação na redemocratização do regime revolucionário transitório”.³⁷⁶

A nível estadual, também é de forma positiva e otimista que o jornal C.S se posiciona em relação a escolha do Coronel Virgílio Távora, anos depois, para mais um mandato no comando do executivo estadual cearense. Virgílio, que já tinha sido governador do estado entre os anos de 1963 e 1966, é reconduzido ao executivo estadual em 1979 para um novo mandato. Portanto, as forças políticas afinadas com a ditadura que o Ceará presenciou nos anos 1960 e 1970, com governadores eleitos de forma indireta, igualmente esboçam no jornal C.S manifestações de apoio, evidenciando, pois, as articulações políticas que se dão a nível

³⁷⁵“Novo presidente”. Jornal **Correio da Semana**, 19/01/1974, p. 1.

³⁷⁶“Pronunciamento ao ministério”. Jornal **Correio da Semana**, 23/03/1974, p. 1.

estadual, expressas em posicionamentos favoráveis aos sujeitos no poder. Para o jornal, um novo mandato de Távora é motivo de comemoração:

(...) Temos certeza de que o grande líder fará justiça a todos. (...) O governo do Sr. Virgílio Távora será de união para todos, reeditará o feito do seu último governo ‘União para o Ceará’. Governo de tranqüilidade e prosperidade, sem empáfia e alardes, sem crimes e perseguições, sem injustiças e esquecimentos para nenhuma região do Estado. (...) É de um líder desta linha que estamos precisando, vamos tê-lo para contentamento e felicidade de todos. O Senador Virgílio Távora se constitui neste exato momento como a grande esperança do Ceará (...).³⁷⁷

Esse posicionamento favorável a Virgílio Távora se fez presente, mais uma vez, quando anos mais tarde, em meio às cogitações sobre a possível prorrogação de mandatos no ano de 1982, a posição assumida pelo jornal C.S sinaliza sua postura legitimadora para com o poder estadual, dando, assim, seu aval para o representante da ditadura no Ceará. O entusiasmo demonstrado com a possibilidade, naquele momento, de mais dois anos de mandato para Távora, é expresso da seguinte forma, defendendo-se que, com tal medida,

(...) em termos de Governos, o Ceará seria o mais beneficiado de todos os Estados, porque iria contar com mais dois anos de Virgílio Távora à sua frente, o que significa dizer: dois anos de progresso, justiça e sinceridade, embora os homens que se propõem ao pleito, sejam todos capazes, dignos de respeito e voto do povo cearense, mas não deixará de ser uma nova fase, quando se sabe que tudo está funcionando sob o mais rigoroso critério, aliás, uma das grandes características do Governador Virgílio Távora. É certo que ele será um dos que se pronunciará fortemente contra, como aliás já o fez anteriormente, porém se isso acontecesse seria uma boa.³⁷⁸

Essas questões evidenciam posicionamentos fortemente permeados não apenas pelo consentimento, mas indicam que, a despeito dos atritos vivenciados entre a Igreja Católica e o regime e da atuação de setores da instituição no campo oposicionista, é de forma positiva que o jornal se refere aos representantes da “revolução”, tanto em Brasília como no Ceará.

A questão da abertura política como um desfecho da “revolução” que, ao ter concluído todas as etapas de “correções de rumo”, “devolveria”, em segurança, a democracia ao Brasil, se faz presente nas posições assumidas pelo jornal C.S, ao tratar os ditadores de então como aqueles responsáveis pela volta na “normalidade democrática”. Ou seja, não seriam as oposições nas ruas, mas sim, os próprios ditadores, os artífices da democracia, ajudando a construir, a partir disso, uma zona de silêncio sobre os demais sujeitos atuantes no processo.

³⁷⁷“Sucessão”. Jornal **Correio da Semana**, 22/04/1978, p. 1.

³⁷⁸“Deus queira...”. Jornal **Correio da Semana**, 09/01/1982, p. 4.

Com a posse de Figueiredo, em 1979, repete-se a posição outrora constatada quando da posse de Geisel. O último ditador é defendido como aquele que restituirá a democracia aos brasileiros. Ao mesmo tempo, ao apresentar as expectativas de que Figueiredo também seja o responsável por fazer “desaparecer o autoritarismo despótico” vivido naqueles anos, o jornal, ao passo em que reconhece os traços autoritários existentes no regime que então defendia, deixa evidente sua posição ancorada na ideia do “desvio de rota”, quando sugere, de certa forma, uma dicotomia a separar Figueiredo de seus antecessores:

Todos os brasileiros assistiram no dia 15 último, presentes aos atos ou através de televisão, alguns eufóricos, outros indiferentes e muitos cheios de esperanças, a instalação de novos governos: Presidente da República Gal. João Batista Figueiredo e seu ministério; nos estados, seus governadores e secretários e nas capitais prefeitos e secretários. Em nosso estado o Cel. Virgílio Távora. De um modo geral os propósitos que nos foram apresentados são acalentadores. *O Presidente Figueiredo reafirmou com ênfase restituir aos brasileiros o governo de Democracia, o respeito aos direitos humanos, enfim muitas melhorias de vida reduzindo ao máximo das possibilidades a inflação.* Excelente o plano de governo. Que Deus o ilumine e que realmente o general Presidente faça *desaparecer o autoritarismo despótico que vitimou milhares de brasileiros e possamos ter paz, segurança e tranqüilidade.* Isto não significa dizer que não se vá esperar a repressão nos crimes comuns à sociedade humana. (...) No início desta nova era histórica do Brasil, cabe-nos fornecer nossa cooperação para que eles tenham melhores e mais fáceis condições de governo. Em todos os nossos governantes, os brasileiros depositam suas melhores esperanças.³⁷⁹

Àquela altura, evidentemente, a questão do arbítrio, que vitimou a própria Igreja, impulsiona o jornal C.S a falar, diferentemente de outrora, não de uma “revolução” unicamente a partir de uma perspectiva heróica. A pauta, como se percebe, tem a ver com questão democrática, ainda que se deposite, ironicamente, na própria ditadura, as esperanças de um horizonte democrático com Geisel e Figueiredo no poder. Cumpre lembrar, conforme levantei aqui noutra ocasião, que a visão apaixonada em relação à ditadura e mesmo os aplausos para a mesma, vão minguando ao longo dos anos, ainda que não sejam de todo cessados.

Mas é preciso destacar, nas posições assumidas no editorial acima, a construção de uma memória na qual as figuras de Geisel e Figueiredo se forjam como os restituidores da democracia, ainda que questões incômodas ao regime, a exemplo das torturas, da perseguição a opositores e a falta de liberdade de expressão, tenham sido colocadas pelo jornal C.S.

Entretanto, a questão da abertura política não aparece unicamente a partir das posições acima evidenciadas. Incorporando à sua pauta editorial as diversas questões defendidas pela

³⁷⁹“Novos governos”. Jornal **Correio da Semana**, 17/03/1979, p. 1. Grifos meus.

Igreja Católica naquela conjuntura, é possível constatar no periódico sobralense os reflexos dessas questões, levando-o a se posicionar diante das questões conjunturais que se constituíam durante o processo. Assim, se, por um lado, a ditadura aparece como a artífice da democracia, outras questões, por outro, também compõem um quadro editorial que se revela de maneira ambivalente, pois, dar apoio e se mostrar otimista em relação a Geisel e Figueiredo, não pressupõe deixar de fora da pauta jornalística, ao longo da conjuntura, outras questões que apontavam para uma perspectiva de luta.

Alguns documentos importantes divulgados pela CNBB receberam a atenção do C.S, que os reproduziu e mesmo serviram de base para outras discussões. Em 1977, ao término da XV Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB lançou o que alguns estudiosos consideram como um dos “mais contundentes manifestos contra o regime”³⁸⁰ e o complemento de um ciclo que teria significado o “afastamento entre a cúpula da Igreja Católica e o regime militar, iniciado em 1968”.³⁸¹ Intitulado “Exigências cristãs de uma nova ordem política”, o documento defendia que

(...) não é o Estado que outorga estes direitos às pessoas (...) toda força exercida à margem e fora desse direito é violência (...) quando se inspiram numa visão de ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente.³⁸²

Em “Diálogo sobre o futuro político da nação”, o C.S se posicionou sobre o que considerou como sendo a “normalização institucional do país”, à luz do referido documento, colocando que:

(...) A participação ampla e efetiva de todas as instituições representativas do povo brasileiro é indispensável para um adequado encaminhamento do futuro político da Nação o qual não pode depender do arbítrio de uma pessoa ou de um restrito grupo. (...) No diálogo sobre o futuro político do País, a Igreja não pode nem pretende trazer fórmulas técnicas ou enunciados jurídicos, mas na esfera da competência pastoral, ela quer cumprir sua tarefa de propor postulados fundamentais a partir da natureza do homem e do Estado e na fidelidade à Doutrina Social Cristã. (...) Tais postulados estão contidos no documento do Episcopado Brasileiro: ‘Exigências Cristãs de uma Ordem Política’, o qual deveria ser sempre mais lido e aplicado. (...) O mencionado documento episcopal e suas teses fundamentais encontram tão amplo consenso como aliás se está agora verificando com respeito a outras manifestações de diversas procedências que parece inadiável um esforço eficaz para a normalização Institucional do País. (...) A partir de sua missão específica, a Igreja, ao mesmo tempo em que está disposta a manter o diálogo, reivindica não ser mal

³⁸⁰NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 262.

³⁸¹Ibidem, p. 263.

³⁸²“Exigências cristãs de uma nova ordem política”. Apud NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. p. 263.

interpretada quando denuncia como errados fatos ou situações contrárias aos planos de Deus e à dignidade dos homens.³⁸³

Como se percebe, as questões aí colocadas nos permitem compreender outra dimensão dentro do jornal C.S quando o assunto é a abertura política. Se, por um lado, legitima-se as figuras de Geisel e Figueiredo como condutoras e “artífices da democracia”, por outro, não ignora as questões suscitadas no seio da própria Igreja, contemplando o caráter de luta que o processo reclamava, defendendo, como claro está, “a participação ampla e efetiva de todas as instituições representativas do povo brasileiro”.

O documento em questão ainda repercutiria anos mais tarde, quando em 1982o jornal o retoma para se posicionar naquele momento sobre as responsabilidades da Igreja Católica na sociedade, defendendo que “(...) ela não pode se omitir sobre problemas sócio-políticos do país, de uma vez que eles têm a dimensão moral, isto muito mais ainda, agora, no processo de abertura política”.³⁸⁴ Assim, a questão da democracia aparece como algo do interesse da Igreja, pois seria requisito para a liberdade e a dignidade humanas, valores defendidos pela ética cristã:

(...) Os valores éticos em jogo, que mais preocupam a Igreja do Brasil, no momento são os seguintes: liberdade, justiça, verdade, honestidade e principalmente a participação valor essencial, porque sem ela nada vai além da demagogia. Os pastores do Povo de Deus, no Brasil, disseram, ainda, que o processo de democratização do país, que vai acontecendo dentro das condições políticas e sócio-econômicas singulares e difíceis interessa bastante à Igreja. E eles explicaram porque [sic]. Primeiro porque a democracia, forma legítima de ordenação política da sociedade é requisito da liberdade e da dignidade humanas, valores defendidos pela ética cristã. (...) No documento ‘Exigências Cristãs de uma Ordem Política’ está revelado, com muita firmeza, que a Igreja participa do atual momento brasileiro, defendendo requisitos morais e incentivando os que aceitam o Evangelho, assim como todos os homens de boa vontade, a seguirem com retidão e persistência o trabalho de redemocratização (...).³⁸⁵

Ainda que não seja possível falar que o processo rumo à democracia foi defendido unicamente a partir de uma perspectiva de luta, haja vista as manifestações favoráveis à ditadura, as pautas defendidas pela própria Igreja encetam no jornal C.S deslocamentos que o levam a incorporar à sua pauta editorial as lutas defendidas pela Igreja naquele momento. Outro documento importante deste período, publicado pela CNBB em 1981, intitulado “Reflexão cristã sobre a conjuntura política”, foi reverberado no C.S. O documento, publicado

³⁸³“Diálogo sobre o futuro político da nação”. Jornal **Correio da Semana**, 22/10/1977, p. 5.

³⁸⁴“Mensagem de esperança”. Jornal **Correio da Semana**, 30/10/1982, p. 1.

³⁸⁵Ibidem.

em 29 de agosto daquele ano, evidenciava a preocupação da Igreja de que democracia também significasse uma sociedade mais justa, com menos iniquidades. Em dado momento, o documento traz: “(...) opções autoritárias conduziram o país a políticas econômicas pelas quais o povo paga hoje um alto preço social”.³⁸⁶

A esse respeito, o jornal C.S, na coluna “Pastoral diocesana a serviço do povo”, que geralmente trazia assuntos relacionados à atuação da Igreja no Brasil inteiro, se propôs a falar de democracia articulada à conjuntura daquele momento, para defender que:

*Uma democracia social é a proposta da Igreja. O desenvolvimento social do Brasil é um imperativo ético e político ao mesmo tempo. Ele é um objetivo que para ser atingido precisa de meios, tendo o desenvolvimento econômico orientado para ele. Não basta uma democracia que assegure liberdades políticas porém, cheia de formas de iniquidade social. Requer-se: a) incorporação das massas a formas superiores de educação e capacitação a melhor nível de vida; (...)trabalhadores, pessoas sem trabalho, posseiros expulsos da terra e acusados de subversão, índios, massas sem instrução, sem habitação decente, sem salário suficiente, etc. (...) Neste documento ‘Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política’ a Igreja chama a atenção para que se dê à abertura política, dimensões que respondam as aspirações do povo, da nação.*³⁸⁷

A dimensão da *Igreja Povo*, preocupada com questões sociais incorporadas à instituição após o Concílio Vaticano II e as conferências de Medelín e Puebla, evidencia-se a partir do que é posto pelo jornal C.S, articuladas à democracia e à própria abertura política, como um processo em que o povo deveria ser incluído.

Ainda que as questões aqui tratadas não se deem a partir de definições claras contra a ditadura, numa posição nitidamente oposicionista, a exemplo da postura assumida por veículos da imprensa alternativa, a atenção que se dá às pautas postas em debate pela CNBB na conjuntura em questão, em parte, incorporadas e defendidas pelo C.S, evidencia que, para além de conferir à ditadura a missão de *fazer acontecer a democracia*, o jornal se preocupou com outras questões defendidas pela Igreja Católica no âmbito do processo lutas por democracia.

As questões colocadas a respeito das eleições de 1982, em artigo de Mário Antonio Di Pierro, da agência Plana, constituem outro momento em que é possível encontrar no jornal

³⁸⁶CNBB. “Reflexões cristãs sobre a conjuntura política”. 1981. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/84-22-reflexao-crista-sobre-a-comunidade-politica Acesso: 28/04/2015.

³⁸⁷“Síntese do documento dos bispos ‘reflexão cristã sobre a conjuntura política’”. Jornal **Correio da Semana**, 20/11/1982, p. 2. Grifos meus.

C.S posições nas quais um sentido de luta emerge a partir do que se coloca sobre a conjuntura de abertura. Ao falar, pois, dessas eleições, as colocações assumem um tom mesmo de oposição ao regime, ao trazer à tona as “amarras rompidas” e o repúdio à Lei Falcão:

(...) As amarras de 18 anos começaram a ser rompidas parcialmente quando, pela primeira vez, *o sistema foi enfrentado*, diante de inúmeros espectadores, pelos candidatos emergentes da sociedade civil. (...) *A emancipação da sociedade civil é uma tênue flor que deve se preservada até a sua maturação, e que enfrenta inimigos do porte da Lei Falcão, instrumento medieval de propaganda política*. Os debates foram as primeiras batalhas contra esse diploma legal. O povo tem o direito inalienável de exigir respostas daqueles que pretendem ser seus representantes e não analisá-los morfológicamente, como a legislação em vigor o obriga. (...) De todo modo, foram, os escolhidos pelos diversos partidos para disputar, **pelo voto direto**, o governo dos Estados e isso já é, por si só, um grande avanço em direção à democracia se comparado com o que ocorria na escolha dos últimos governadores. (...) Será um passo para a realização do grande debate nacional, caminho da futura democracia em que este país há de se transformar.³⁸⁸

A evocação ao tema do voto direto, propositalmente posto em negrito no texto, e o tom que marca esta enunciação, creio, nos deixam antever posições que se querem oposicionistas ao regime então vigente, e que fala em democracia a partir de um posicionamento que emerge, de algum modo, de lutas postas naquele presente. As questões aí levantadas não são colocadas, como já foi possível constatar neste tópico, como metas a serem alcançadas pelo próprio regime. Ao falar de amarras que se rompem, de um sistema que foi enfrentado e ao fazer uma crítica explícita à Lei Falcão, constatamos um posicionamento que não coaduna com as prerrogativas governistas de uma abertura e de uma democracia consentidas.

Como observado, ainda que suas posições conservadoras, no sentido de conferir legitimidade à ditadura e sua abertura, como evidenciam os editoriais aqui colocados que enaltecem as figuras de Geisel, Figueiredo e Távora, se façam presentes, as transformações pelas quais passam a Igreja Católica, empurrando-a, ainda de que modo descentralizado e disforme, para o campo de oposição à ditadura, são vividas pelo jornal da Diocese de Sobral, que igualmente incorpora à sua pauta questões que apontam para um sentido de luta nesse processo, ainda que não de forma persistente, contínua. Ou seja, não se está, em um primeiro momento, defendendo a ditadura para, posteriormente, posicionar-se de forma contrária a partir da defesa das pautas da Igreja. Os posicionamentos que se manifestam, ao longo da conjuntura, ainda que não sejam permeados por rupturas, se dão também por meio de

³⁸⁸“Debates”. Jornal **Correio da Semana**, 23/10/1982, p. 2. Grifos meus.

deslocamentos, traduzidos pela evidência que se dá a certas pautas que se distanciam das posturas de consentimento. Mais uma vez, a noção de ambivalência e não a de trincheiras, nos ajuda a melhor refletir sobre o nosso objeto e como ele se posicionou em determinada correlação de forças.

Um ponto em comum, entretanto, parece aproximar as posições dos jornais C.S e O.P: as discussões sobre a abertura não são colocadas, categoricamente, como um imperativo de luta para pôr fim a uma ditadura; não há pressões por parte dos jornais, e a necessidade de se derrubar um regime ditatorial não aparece nas pautas defendidas.

Adiante, discutirei de forma mais aprofundada sobre as lutas que constituíram o processo de redemocratização, e os posicionamentos assumidos pelos jornais O.P e C.S em relação a elas. As questões que colocarei a respeito buscam clarificar a conjuntura e seus desdobramentos, pensando na atuação dos jornais estudados como ingredientes desse processo e agentes históricos atuantes. Certos posicionamentos assumidos por esses jornais em relação às lutas do período, como veremos, coadunavam com o projeto de abertura lenta, segura e gradual e, por conseguinte, com a própria ditadura.

3.2 – A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, e a Lei de Anistia de 1979.

A luta em torno da anistia constituiu um dos momentos mais contundentes do processo de lutas pela redemocratização do país. Pressionou a ditadura a contemplar determinadas pautas do movimento que, de outra maneira, creio, não teriam sido possíveis se dependessem tão somente da vontade do regime. Ainda que se fale em uma vitória incompleta ou vitória pela metade, uma vez que apenas parcialmente as reivindicações do movimento foram atendidas e incorporadas à Lei aprovada em 1979, a pressão exercida sobre a ditadura e o debate que isso ensejou na sociedade, sem dúvidas, revelou que as pretensões de uma abertura política unicamente conduzida pelo governo, sem a pressão das ruas, tinha seus limites.

Pretendo refletir neste tópico sobre como se situaram os jornais C.S e O.P no contexto de lutas em torno da anistia, buscando evidenciar as articulações estabelecidas naquela correlação de forças, as pautas postas em evidência, as pautas silenciadas. Enfim, problematizar as falas e os silêncios produzidos em um contexto de lutas que assumiu grande importância na agenda das oposições à ditadura, e como as ações dessa imprensa buscaram

intervir na realidade, cumprindo seu papel na busca por fomentar adesões e dissensos a projetos políticos.³⁸⁹

É importante não perder de vista que a Lei aprovada em agosto de 1979, por apertada maioria de 206 votos a favor e 201 contrários,³⁹⁰ foi antecedida por intensa mobilização social, iniciada ainda em 1975, e intensificada em 1978 e 1979, levando às ruas a bandeira de luta por uma *anistia ampla, geral e irrestrita*.³⁹¹

Organizações como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), entidades de defesa dos direitos humanos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dentre outros, alçaram a bandeira em favor da libertação dos presos políticos, da volta dos exilados, da reintegração de funcionários públicos civis e militares outrora expurgados, do esclarecimento dos casos de mortes e de desaparecimentos.³⁹²

A ditadura, no entanto, pressionada por esses movimentos, buscou tomar para si a questão da anistia para levar adiante seu projeto de abertura controlada,³⁹³ impondo um silêncio às arbitrariedades e as graves violações de direitos humanos, além de acobertar seus torturadores, até hoje impunes pelos crimes que cometeram. A postura da ditadura e de seus apoiadores, cabendo destacar setores da imprensa, se baseava na defesa de uma “reconciliação” nacional, buscando levar adiante o esquecimento, a impunidade e a imunidade como políticas de estado. O ditador João Baptista Figueiredo, em sua mensagem divulgada por rede nacional de rádio e televisão, defendia que, em nome da “boa tradição brasileira”, o desejo do governo era “(...) evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos é melhor silenciá-los em nome da paz da família brasileira”. Para a ditadura, paz era sinônimo de esquecimento e impunidade, deixando sem justiça as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, permitindo que os desaparecidos políticos permanecessem nessas condições. A resposta do estado brasileiro para seus crimes e

³⁸⁹CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 259.

³⁹⁰Cf. ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 179.

³⁹¹Cf. RODEGHERO, Carla Simone. “Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil”. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 117.

³⁹²Ibidem.

³⁹³Ibidem, p. 117.

para a questão dos mortos e desaparecidos era o silêncio, forjado como pacificação nacional, reconciliação. Reconciliação extorquida, evidentemente.³⁹⁴

Em que medida os jornais O.P e C.S defenderam ou se colocaram contrários às ações das forças da ditadura no que dizia respeito à anistia? Como se posicionaram diante das mobilizações levadas adiante pelo MFPA e pelos CBAs? Quais pautas foram incorporadas e defendidas por meios de editoriais, colunas, artigos? Que memória se construiu a partir de suas atuações, pensando no silêncio e no esquecimento como estratégias que permeiam a produção dessa memória em uma dada conjuntura e correlação de forças? Muitas questões podem ser suscitadas a partir das problemáticas que marcam a luta por anistia e a Lei aprovada em 1979. Tentarei respondê-las, buscando articulá-las ao processo de disputas desencadeado nesse contexto, tanto no Brasil, de maneira geral, como, também, no Ceará.

O tema da anistia, embora já buscasse sua inserção na agenda política do país desde 1975, através da pressão de lutas, é somente a partir de 1978 que ganha as páginas do jornal O.P, sendo intensamente discutido em 1979, ano em que a ditadura encaminhou seu projeto de anistia enfim aprovado. As posições em relação à anistia encontradas nas páginas do O.P, no entanto, para além de quase por completo silenciar sobre as lutas empreendidas pelos CBAs e MFPA, vão de encontro ao que propunha a ditadura, embora seja possível constatar algumas divergências internas, ainda que pontuais.

Tomando como exemplos editoriais, colunas e reportagens, é possível inferir que as questões defendidas pela ditadura para a sua anistia, ou seja, não aquela que fazia parte da luta dos CBAs e do MFPA, encontraram no jornal O.P um espaço de legitimação, no qual se consente com que a ditadura propunha, defendendo a necessidade de “conciliação” e do “não-revanchismo”, para a “pacificação da sociedade brasileira”.

A defesa de uma conciliação aparece por diversas vezes ao longo dos anos 1978 e 1979, tomando como eixo para as discussões, muitas vezes, aquilo que era defendido em

³⁹⁴Jeanne Marie Gagnebin, em artigo cujo título é “O preço de uma reconciliação extorquida”, levanta questões importantes que permeiam a Lei de Anistia de 1979, como o esquecimento, a “memória impedida” e os malefícios da amnésia forjada na sociedade. A ideia de extorsão sugerida pela autora nos ajuda a compreender a imposição de uma política que se diz conciliadora, mas que, evidentemente, traz consigo a impunidade e impede, no presente, que se efetivem memória, verdade e justiça. GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010

público pelo próprio regime. O editorial de quatro de dezembro de 1978, intitulado “Conciliação”, defendia que:

(...) Anistiar significará esquecer o passado e abrir os caminhos do futuro em que possa haver uma colaboração entre todos os brasileiros de boa vontade. (...) vamos marchando se não de maneira célebre mas pelo menos de modo firme no caminho da abertura democrática com todas as conseqüências que ela terá de gerar (...). Desta forma não há razão para este pessimismo roxo de que fazem praça certos líderes oposicionistas toda vez que surge uma iniciativa no sentido de abrir e conciliar. *Deve ser salientado que o discurso do futuro Presidente está refeito de sinais que autorizam a confiar e não a descer (...). É um compromisso que não pode ser ignorado, pois quem o assumiu o fez voluntariamente, desligando-se de um presente que ainda cheira ao passado mas que é o prenúncio de um futuro democrático.*³⁹⁵

Chama atenção ao final do editorial quando faz referência a Figueiredo, neste momento ainda “futuro” ditador, pondo a anistia como um ato voluntário, como se fosse, pois, uma atitude governamental e não resultado das mobilizações e lutas em torno do tema. Não somente o jornal põe-se a defender a “conciliação”, como dá à anistia o sentido de algo concedido pelo governo e não conquistado por pressão social.

No ano seguinte, em fevereiro, o colunista Haroldo Hollanda prega a necessidade de conciliação, chamando atenção da oposição – neste caso, o MDB – para que igualmente demonstrasse “intenções conciliadoras”:

(...) anistia exige conciliação, pacificação completa de espíritos, para que se possa cristalizar em verdade irretroatável. Assim, a outra face da moeda exige também que a Oposição, do mesmo modo, demonstre intenções conciliadoras, propósitos apaziguadores, não só em palavras como em atos. Talvez tão ou mais delicada do que a missão do senador Petrônio Portella seja o papel a ser desempenhado, proximamente, por numerosas personalidades oposicionistas, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Paulo Brossard, Freitas Nobre, Franco Montoro e tantos outros. A eles caberá canalizar e até mesmo disciplinar todos os ímpetos e todas as aspirações partidárias no que concerne a anistia para soluções que se compatibilizem com a realidade política do período de transição que estamos atravessando (...).³⁹⁶

Cumpre lembrar que a defesa que se faz em torno da “conciliação”, vem acompanhada de manifestações que propõem o esquecimento. A produção do esquecimento implica, por sua vez, na construção de uma única maneira de lembrar, maneira esta que exclui as vítimas do arbítrio e os desaparecidos políticos reclamados pelos movimentos outrora aqui mencionados e que foram quase por completo ignorados pelo jornal O.P. A “ideologia da reconciliação”, apregoada nos posicionamentos da ditadura ao falar em anistia, como bem lembra Caroline

³⁹⁵“Conciliação”. Jornal **O Povo**, 04/12/1978, p. 3. Grifos meus.

³⁹⁶“Percalços da anistia”. Jornal **O Povo**, 24/02/1979, p.3.

Bauer, dentre outras consequências, acabou por equiparar os crimes promovidos pelo Estado ditatorial com as ações desenvolvidas por organizações guerrilheiras ou pela “violência revolucionária”. Assim, segundo essa lógica, ambos seriam culpados, os “dois demônios”, daí a necessidade de se pregar e fazer acontecer o *esquecimento recíproco*.³⁹⁷

Chama atenção que Hollanda, ao falar dos opositores como que num chamado para que se “disciplinem” os “ímpetos”, faça referência, apenas, a políticos do MDB, reduzindo a poucos atores o campo de disputas sobre a anistia. O silêncio sobre as pautas do MFPA e demais CBAs implica em uma única maneira de se ler o processo de lutas, forjando uma correlação de forças constituída tão somente pela ditadura e pelo MDB.

O mesmo colunista, Haroldo Hollanda, tomando como mote para sua coluna as posições defendidas pelo deputado arenista Nelson Marchezan, para além de situar apenas governo e oposição nas discussões em torno do tema, prega a necessidade de “pacificar a família brasileira”, bem como a necessidade de conciliação. São pontos utilizados para criticar as intenções de alguns políticos do MDB em instaurar uma CPI para investigar casos de tortura. Reverberando a posição de Marchezan, o colunista escreve que “(...) a anistia pressupõe perdão e esquecimento do passado. No seu entender, com essa CPI da tortura o que alguns deputados da Oposição estão pretendendo é exatamente o contrário, qual seja revolver o passado (...)”.³⁹⁸

A anistia, posta em debate para evidenciar quase que exclusivamente o que propunha a ditadura a respeito, é defendida, pois, como uma benesse governamental. Assim, Figueiredo entra em cena como aquele que *concedeu* anistia aos presos políticos e teria cumprido, assim, mais uma etapa do projeto de abertura política. Por conseguinte, aqueles que lutavam por uma anistia ampla, geral e irrestrita não aparecem nos debates feitos pelo jornal O.P, excluindo-os das correlações de forças daquela disputa, que são reduzidas tão somente ao governo e a oposição emedebista. É possível inferir a partir dessas constatações, de que maneira o jornal O.P se posicionou naquela correlação de forças e quais projetos defendeu e legitimou em suas páginas. Essas questões me parecem claras quando, ao falar sobre “Os objetivos da anistia”, em coluna publicada em junho de 1979, anterior, portanto, a aprovação da Lei, é possível ler:

³⁹⁷BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 120.

³⁹⁸“Anistia, o tema do ano”. Jornal **O Povo**, 03/02/1979, p. 3.

(...) A anistia em si mesma pressupõe esquecimento e início de uma nova etapa de construção da vida nacional. (...) É preciso reconhecer que com a anistia o presidente Figueiredo irá realizar o gesto político mais importante do seu Governo, o qual se consubstanciará num ato de perdão e de esquecimento de faltas e agravos cometidos, propondo, em conseqüência, que todos os brasileiros se dêem as mãos e iniciem vida nova. (...) E com esse ato o Presidente Figueiredo cumprirá a mais importante de todas as promessas que fez como candidato à Presidência da República (...).³⁹⁹

Atuando como espaço de legitimação das imposições ditatoriais a respeito do que deveria ser a anistia, a coluna acima, publicada dias antes do envio da mensagem de Figueiredo acompanhada do projeto de lei que considerava aquele “o momento propício para a Anistia”, sai em defesa do esquecimento imposto pela ditadura. O próprio discurso de Figueiredo, na ocasião do envio do projeto de lei, se dá nos mesmos termos do que se defende nas páginas do jornal O.P: “Eu apenas quero que haja esquecimento recíproco”, afirmou o então ditador.

O esquecimento imposto pela ditadura e defendido pelo jornal O.P, atua como *interdição do passado*, travestida em torno da pacificação e reconciliação forçadas, que buscaram ocultar a luta de familiares por justiça para os crimes cometidos pela ditadura. Essa luta é situada na inconveniência do “revanchismo”,⁴⁰⁰ e o silêncio que a ela se buscou impor, vale lembrar, é elemento constitutivo de uma memória que se quer hegemônica, ainda hoje utilizada para manter válida a interpretação da Lei de 1979,⁴⁰¹ na qual o sentido de anistia imposto pela ditadura e compactuado por diversos setores da sociedade, como a imprensa, tenta suplantar o sentido de anistia para os opositores da ditadura. Essa disputa de sentidos para a anistia, ainda presente, é uma disputa política que traz à tona embates ainda existentes no campo de disputas, que faz com que este seja um passado que não passa. Como bem nos lembra Abrão e Torelly,

(...) a bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita” proposta pela sociedade civil não se referia a uma suposta “anistia aos dois lados”. Mesmo que, seguramente, negociadores políticos do acordo consideraram a anistia de 1979 como bilateral, não cabe afirmar o mesmo quanto aos movimentos políticos da sociedade civil.⁴⁰²

³⁹⁹“Os objetivos da anistia”. Jornal **O Povo**, 20/06/1979, p. 3.

⁴⁰⁰BAUER, Caroline. *Brasil e Argentina*. Op. Cit. p. 126.

⁴⁰¹Quando da instauração da Comissão Nacional da Verdade, a presidenta Dilma Rousseff afirmou que não era intenção da Comissão rever a Lei de Anistia. O Supremo Tribunal Federal, igualmente, julgou, em 2010, improcedente a ação movida pela OAB, a fim de contestar a validade da Lei como beneficiária para os agentes públicos responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante a ditadura.

⁴⁰²ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Op. Cit. p. 180.

Atualmente, a anistia não apenas é uma *luta inconclusa*, que não cessou após a Lei de 1979, como exerce uma centralidade no processo de transição brasileiro. A lei, ainda em vigor, é o ponto nevrálgico no qual se assenta a impunidade e a imunidade no Brasil, fazendo assim, a transição sem justiça. Ao contrário da Argentina, que julgou e condenou os agentes da ditadura responsáveis pelas várias violações dos direitos humanos, no Brasil, por conta dos arranjos e alianças de setores da sociedade com o regime que culminara na Lei de Anistia, os crimes cometidos pela ditadura continuam impunes.

A título de comparação e mesmo para evidenciar quais ausências se fazem perceber nos objetivos da anistia encontrados no jornal O.P, é oportuno situar o outro lado. Ou seja, quais deveriam ser os objetivos da anistia para aqueles que por ela lutavam. Segundo informa Heloísa Greco, a anistia almejada deveria ser acompanhada pelo reconhecimento das mortes e dos desaparecidos políticos, bem como pela responsabilização dos agentes do estado envolvidos em casos de torturas e outras graves violações dos direitos humanos. A medida não deveria ser recíproca, conforme impôs o regime, e deveria contribuir para romper a dimensão do esquecimento, trazendo à tona as atrocidades cometidas pela ditadura. Assim, para aqueles que lutavam por anistia e se situavam noutro campo das correlações de forças que não o da ditadura, o sentido seria de *anamnesis*, de reminiscência necessária à consecução da justiça como resgate da memória e como direito à verdade.⁴⁰³

A produção do silêncio que constitui as posições do jornal O.P em relação ao tema da anistia, não situando e não dando visibilidade às pautas dos CBAs e do MPFA, suscita algumas questões que gostaria de ponderar. Na esteira do que propõe o filósofo Paul Ricoeur a respeito do silêncio como elemento constitutivo da memória, entendo essa ação marcada pela construção de uma memória manipulada, uma vez que, como nos lembra Ricoeur, ao fazer a narrativa histórica, pode-se sempre fazê-la de outra maneira, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando os protagonistas da ação, assim como os seus contornos. Tal ação, por sua vez, permite e, ao mesmo tempo, torna perigoso o manejo pelas forças do poder de uma história que é imposta. Uma história imposta aos atores sociais que são privados de narrarem a si mesmos. É um esforço que se ampara não apenas no poder, mas na cumplicidade da sociedade.⁴⁰⁴ A imprensa, nesse sentido, desempenha um papel fundamental a partir da sua

⁴⁰³GRECO, Heloísa. Apud RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit. p. 118.

⁴⁰⁴RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ação ao falar sobre determinada conjuntura histórica, forjando protagonistas e antagonistas, produzindo silêncios e esquecimentos.

Gostaria de ressaltar que outros veículos da imprensa brasileira, naquele momento, igualmente colocaram-se favoráveis às imposições da ditadura em relação à sua proposta de autoanistia e, conseqüentemente, senão silenciando sobre as ações dos CBAs e do MFPA, colocando-as ao público a partir de contornos negativos. Em geral, ressaltavam-se a “cordialidade brasileira” e uma “vocação histórica para a pacifica o”.⁴⁰⁵ A revista *Veja*, por exemplo, em setembro de 1978, afirmou que o “problema essencial, agora,   muito menos gritar contra o arb rio e muito mais assegurar uma passagem tranquila do país para um regime democrático”.⁴⁰⁶

Por outro lado, a chamada imprensa alternativa atuou como um espaço de defesa dos movimentos por anistia ampla, geral e irrestrita.⁴⁰⁷ No Ceará, há que se lembrar do jornal alternativo *Mutirão*, editado em Fortaleza. Em circula o pelo estado desde agosto de 1977, o jornal, em essência, era composto por militantes políticos, em sua maioria ligados ao PCdoB e ao PCB. Em suas páginas, as pautas do CBA e do MFPA, atuantes no Ceará, tiveram espaço, sendo veiculadas e encontrando no jornal não somente um canal de comunica o, mas um espaço de legitima o.

Quando da cria o do CBA cearense, em março de 1979, os presos políticos do estado escreveram uma carta, que foi publicada pelo jornal *Mutirão*. Através da carta,   possível constatar outras questões do *lado de l * da luta por anistia:

(...) Neste momento em que   lançado publicamente, o núcleo cearense do Comitê Brasileiro de Anistia, nós presos políticos deste Estado, expressamos o nosso mais vivo entusiasmo e esperança pelo passo   frente que o fato significa na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. O acontecimento se d  numa situa o política em que o regime, através de meias reformas, tenta dar continuidade ao sistema de arb rio e aos privilégios dos grupos econ micos nacionais e multinacionais que dele tiram proveito (...).⁴⁰⁸

A carta, escrita do Instituto Penal Paulo Saraste, presídio que leva o nome de um dos presidentes do jornal O.P, foi subscrita por Fabiane Cunha, José Ferreira Lima, José Sales de

⁴⁰⁵Cf. BAUER, Caroline. *Brasil e Argentina*. Op. Cit. p. 149.

⁴⁰⁶Ibidem, p. 150.

⁴⁰⁷Cf. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e supera o”. In: In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 60.

⁴⁰⁸“Edi o especial Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Jornal *Mutirão*, março de 1979, p. 2.

Oliveira, João Alves Gondim Neto, Mário Miranda Albuquerque, José Jerônimo de Oliveira, Valdemar Rodrigues de Menezes e William Montenegro.

Nesta mesma edição, o jornal *Mutirão* trouxe, em sua página de número 8, as pautas defendidas na luta empreendida pelo CBA-CE, em consonância com os demais CBAs espalhados pelo Brasil.⁴⁰⁹ A libertação de todos os presos políticos e o fim das prisões políticas, sequestros, torturas e assassinatos, figuravam entre as lutas do movimento.

A luta por anistia, no Ceará, foi encabeçada pelo CBA-CE, criado em março de 1979, como já citado, e pelo MFPA-CE,⁴¹⁰ atuante no estado desde 1975. Assim, a luta foi pautada por ações de um e de outro movimento, que incluía, além da defesa de uma anistia que fosse ampla, geral e irrestrita, a questão dos presos políticos, no que dizia respeito a melhores condições carcerárias, apoio jurídico e apoio aos familiares nas buscas de seus entes mortos e desaparecidos pelo regime ditatorial.

Há, pois, no Ceará, um contexto igualmente de lutas em torno da anistia, atuando em conjunto com os demais movimentos espalhados pelo Brasil, pressionando a ditadura e buscando visibilidade para suas pautas. Muito mais que uma luta por anistia, é preciso entender esses movimentos como um contraponto à imposição do esquecimento, do silêncio e da desmemória,⁴¹¹ que naquele contexto virariam políticas de estado a partir da Lei aprovada em agosto de 1979.

A falta de espaço do CBA-CE no jornal O.P é quase completa. Pequenas notas, relacionadas à criação do comitê no estado são encontradas no jornal. Contudo, apenas se noticia sobre, ao dar conta, por exemplo, de que a cerimônia de criação do CBA-CE aconteceu no Teatro José de Alencar,⁴¹² ou que o comitê cearense havia eleito sua primeira diretoria, ocasião na qual os significados da luta por anistia aparecem do O.P:

⁴⁰⁹Ibidem, p. 8.

⁴¹⁰Para uma melhor compreensão sobre a atuação do MFPA no Ceará, consultar: DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

⁴¹¹Segundo Enrique Serra Padrós, a desmemória expressa “o esquecimento do pouco que se conhece (...), assim como o produto da não-informação sobre responsabilidades e crimes cometidos na lógica do terror de Estado. Em ambos os casos conformam-se, como decorrência, uma espécie de anestesiamento político e de amnésia demarcadores de impunidade”. PADROS, Enrique Serra. Apud BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina*. Op. Cit. p. 132.

⁴¹²Jornal **O Povo**, 26/03/1979, p. 8.

(...) Com o objetivo principal de promover a luta pela conquista ampla e irrestrita da anistia no Brasil, o CBA-Ce junta-se aos núcleos e de outras capitais na batalha pela libertação de presos políticos, pelo fim das prisões, seqüestros, assassinatos e torturas, pelo retorno ao estado de direito e pelas conquistas democráticas, entre outras reivindicações (...).⁴¹³

No entanto, nas discussões presentes nos editoriais, colunas e demais reportagens, como já dito, a anistia se dá tão somente como uma questão que dizia respeito, quase que por completo, ao governo e ao MDB. Entretanto, ao dar conta do governo e da oposição, o jornal sai em defesa do primeiro, criticando as ações desta última. Dentro da lógica do gradualismo, da lentidão e da segurança defendida pela ditadura, a luta por anistia e a pressão que ela exerce, é posta como um agravante à questão, que deveria ser, como a própria abertura política, algo concedido pela ditadura e a seu tempo. Assim, a luta por anistia e as forças políticas mobilizadas em torno da questão, permitem clarificar posições assumidas pelo jornal O.P, indicando de qual lado esteve o periódico de Fortaleza. Na coluna cujo conteúdo se propõe a responder a seu próprio título, “A anistia não virá tão cedo”, é possível vislumbrar posicionamentos que corroboram as intenções da ditadura. Assim, no texto de março de 1979, de autoria do colunista Haroldo Hollanda, a anistia é posta como uma questão que tardaria em acontecer pelos seguintes motivos:

(...) De acordo com a opinião de vários e bem situados analistas políticos da própria Arena, o *clima de radicalização* que começou a imperar em determinados círculos do MDB estariam contribuindo, fortemente, para isso. Observe-se, ademais, que o simples anúncio de que algumas personalidades, como os srs. Leonel Brizola e Miguel Arraes, seriam beneficiadas pela anistia, gera resistência e indisposições políticas de toda ordem, pois ambos tiveram participação decisiva no clima de radicalização política que iria provocar a eclosão do Movimento de 31 de março de 64. Isso não significa que as forças políticas vinculadas ao futuro Governo do general Figueiredo tenham esquecido ou posto à margem os compromissos de promover uma *anistia parcial*. Apenas por uma questão de tática, a fim de vencer dificuldades que começam a cobrir o caminho ao invés de desimpedi-lo, nova estratégia está sendo esboçada e aplicada. *Ainda há poucos dias uma das mais eminentes figuras da Arena observava que as diferentes comissões e movimentos que se articulam em todo o País, exigindo anistia ampla e irrestrita, ao invés de ajudar, estão contribuindo para tornar mais árdua e cheia de empecilhos a jornada dos que lutam, efetivamente, pela concessão de anistia.* (...) Na opinião de experimentados políticos, as simples notícias de que se tentava articular no Congresso comissões parlamentares de inquérito destinadas a investigar torturas souu para vários círculos ligados ao Governo com um toque evidente de *revanchismo e de desafio provocador*. Com isso velhas feridas foram reabertas e suscitadas divergências, devendo-se levar em conta que *não haverá qualquer iniciativa concreta de anistia enquanto não se manifestar um espírito geral de conciliação, que inclui, entre outros segmentos nacionais, e de forma destacada, o partido da oposição. Ninguém de bom senso acredita na viabilidade dessa CPI, mas o seu simples anunciar deu a impressão a muitas pessoas de um gesto gratuito e desnecessário de provocação*, que em parte alcançou seus objetivos, pois formou

⁴¹³“Comitê pela Anistia elege primeira diretoria”. Jornal **O Povo**, 11/03/1979, p. 16.

resistências, que levarão tempo para ser absorvidas. A anistia só virá quando o MDB se dispuser a aceitá-la e negociá-la (...). *Desde 64 que a política brasileira tem atravessado várias vicissitudes em função da leviandade e da falta de maturidade de um pequeno grupo radical, que sobrepõe seus desejos e ambições a todas as demais correntes, com graves prejuízos para a normalização da vida política nacional (...).*⁴¹⁴

É, pois, ao lado da ditadura e a partir do que ela propõe, que o tema da anistia é defendido dentro do jornal O.P. Muito claro está na coluna acima, quando se faz referência às “diferentes comissões e movimentos que se articulam em todo o País, exigindo anistia ampla e irrestrita”, colocando-os como um empecilho ao processo, que o sentido de luta por anistia é suprimido em detrimento de uma anistia concedida, como se esta fosse mais uma “etapa” do projeto de abertura política e que, para ocorrer, seria imprescindível a não interferência de atores externos ao regime, a quem caberia o controle do processo.

Considero oportuno pontuar sobre a atuação do MDB nas articulações políticas em torno da anistia. A Comissão Mista criada para debater o projeto de lei encaminhado pela ditadura tinha maioria arenista. Como informa Caroline Bauer,⁴¹⁵ para o debate, o MDB sugeriu a convocação e a participação de entidades representativas da sociedade civil, como a ABI, CNBB e OAB, mas teve sua proposta derrotada por treze votos da Arena contra sete do MDB. Das 210 proposições do partido de oposição feitas à proposta de anistia da ditadura, apenas 42 foram aceitas parcialmente pelo relator. A grande maioria dos encontros da Comissão Mista não alcançou *quorum* para aprovação de medidas, o que sugere um esvaziamento promovido pela Arena, numa estratégia política para evitar o debate e garantir a integralidade do texto encaminhado pelo regime.

Como citado anteriormente, divergências pontuais em relação à anistia são encontradas no O.P. Não chegam a destoar, no geral, dos posicionamentos já postos em discussão. Mas o tema, tratado, em essência, pelos colunistas do jornal em sua página de opiniões, a página 3, está longe de ser um consenso, mas, igualmente longe de defender a anistia a partir da luta dos CBAs e do MFPA.

O jornalista Carlos Castello Branco, dias antes de Figueiredo encaminhar ao Congresso Nacional seu projeto de Lei, faz uma crítica à proposta de anistia parcial, considerando a questão como um recuo. Para o jornalista,

⁴¹⁴“A anistia não virá tão cedo”. Jornal **O Povo**, 11/03/1979, p. 3. Grifos meus.

⁴¹⁵BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina*. Op. Cit. p. 150.

(...) A anistia já não será uma lei auto-aplicável e terá seus efeitos retardados, senão ameaçados, pela atribuição à Justiça Militar do poder de examinar se as pessoas que ela puniu devem ou não ser beneficiadas pela medida. Voltamos aos tempos iniciais da abertura, quando o general Figueiredo recusava o uso da palavra anistia e falava apenas em revisão de processos. (...) Os exilados, que se reúnem em Lisboa sob a égide do retrato de Getúlio Vargas, deverão assim conter o seu otimismo e aguardar, no exílio, que a Justiça Militar decida do seu destino. *Contém-se, portando drasticamente, o movimento de retorno dos exilados e deixa-se em suspenso o gozo da liberdade ou o usufruto de outros direitos que a anistia deverá em princípio assegurar. Não se poderia imaginar que uma anistia que se pretende ampla gerasse mecanismo capaz de retardar gravemente seus efeitos ou até mesmo de impedir que esses efeitos se produzam. (...) A inspiração da anistia foi cerceada nos seus três meses de gestação e chega ao Congresso para beneficiar imediatamente algumas pessoas e deixar no limbo a maioria dos que por ela esperavam.*⁴¹⁶

O título de sua coluna, que fala em *recuo*, sugere, pois, uma crítica ao ponto do Projeto de Lei que excluía parte significativa dos atingidos pela repressão, suprimindo o caráter amplo, geral e irrestrito reclamado pelos movimentos de oposição à ditadura. Desse modo, é possível constatar que ainda se faça uma defesa da proposta de anistia da ditadura, discordâncias podem ser encontradas no jornal O.P.

Em editorial publicado no dia seguinte ao envio do Projeto de Lei ao Congresso, o jornal O.P se posiciona favoravelmente a proposta da ditadura. Fala-se do “significado da anistia” tomando como mote a reconciliação e pondo o ato como sendo uma atitude nobre do regime, que teria estendido sua mão em nome da pacificação nacional. A anistia, em sua dimensão que envolvia lutas das oposições ao regime, é silenciada pelo editorial, para pôr em cena a figura de um regime que estaria concedendo um ato nobre:

Com o caráter solene que o ato merecia, pela sua profunda significação política e de conteúdo humano, em consonância com a formação cristã do Brasil, o presidente João Figueiredo assinou à tarde de ontem, em Brasília, o tão anunciado e desejado projeto de anistia política, agora já no Congresso Nacional para apreciação sua. (...) *seu significado de gesto nobre e fraterno, equivalente a uma mão estendida ao adversário de ontem para que, também com a sua ajuda, prossiga o reencontro do País com a plenitude democrática em que se empenha com indúvidosa sinceridade de propósitos o qual governo da República, que por isso tem o direito de cobrar de toda a Nação compreensão, e ajuda para que a sua tarefa não seja interrompida.* (...) A Nação só tem motivos para rejubilar-se com o histórico acontecimento, que merece o nosso aplauso, por representar mais um passo seguro em favor do desarmamento dos espíritos e do fim do radicalismo, que não se justifica, salvo se por aqueles que só querem gritar e da agitação tirarem partido para os seus interesses pessoais. Mas esperamos que esses sejam tão poucos que as suas vozes não encontrem eco. *A anistia é ampla e só não também irrestrita porque exclui, não pessoas que cometeram crimes políticos, mas terroristas e autores de crimes repugnantes.* Esses mesmos, todavia, já tiveram as suas penas abrandadas quando da recente reforma da Lei de Segurança Nacional, que implicou na soltura de centenas de presos e abreviou o prazo para a restituição de outros à liberdade. O caminho até

⁴¹⁶“Novo recuo na anistia”. Jornal **O Povo**, 17/06/1979, p. 3. Grifos meus.

agora percorrido no rumo da abertura política tem sido penoso e oxalá que a *concessão da anistia* represente a retirada de mais um grande obstáculo ao florescimento da democracia em nosso País.⁴¹⁷

A anistia, forjada como uma concessão de algum modo vinculada às etapas do projeto de abertura política, vem acompanhada do silêncio sobre a conjuntura de lutas e pressões encetadas no campo das oposições à ditadura. Anistia, assim, parece brotar do regime em benefício da sociedade. Além do que, reforça a criminalização a certos grupos de oposição à ditadura, ao afirmar que não se trataram de pessoas que cometeram “crimes políticos”, mas de “crimes repugnantes” perpetrados por “terroristas”. Quando se faz menção a “aqueles que só querem gritar”, sugere uma referência aos movimentos que reclamavam por anistia ampla, geral e irrestrita. Tal afirmação vem acompanhada de um duplo silêncio, pois deixa de fora os torturadores e demais perpetradores do arbítrio e do terrorismo de estado, e esconde que entre as exigências dos movimentos por anistia estava a abertura de sindicâncias para investigar a questão dos desaparecidos políticos.

Se o editorial do dia 28 de junho trata da anistia como uma concessão, equivalente a uma mão estendida, a coluna de Pádua Campos do dia seguinte, 28, traz ao debate o seu caráter de luta, ainda que exclua os CBAs e o MFPA e cite tão somente o MDB:

(...) O caráter autoritário, se preferimos assim definir o regime revolucionário instalado no Brasil em 64, em vez de acoimá-lo de ditadura, tornou o exercício da oposição uma tarefa ingrata e arriscada para quantos ousaram transpor os limites convencionais permissíveis e que implicou no rolar de muitas cabeças, pela espada draconiana dos atos institucionais. Entretanto, justiça seja feita aos homens do MDB, que nunca se acomodaram à situação. Reagiram sempre. Quando um líder tombava, outro assumia o posto vago. (...) A anistia foi uma das bandeiras prediletas do MDB, que se sente agora de mãos vazias quando o governo decide concedê-la. Ora, o que o partido da oposição tem a fazer é arrogar a medida como um troféu conquistado penosamente e nunca amuar-se e ficar resmungando, enciumado (...).⁴¹⁸

Após o envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a anistia passa a ser cada vez menos discutida pelo jornal O.P, e os debates a respeito do tema vão figurando cada vez menos nos editoriais, colunas de opinião e reportagens. Quando evocada no início da década de 1980, a anistia igualmente é posta como uma concessão da ditadura, que, segundo o jornal, estaria cumprindo mais uma etapa do seu projeto de abertura. Assim como o próprio processo é defendido a partir das pretensões do regime, silenciando-se sobre as lutas que o constituíram, a anistia também o é.

⁴¹⁷“Significados da anistia”. Jornal **O Povo**, 28/06/1979, p. 1. Grifos meus.

⁴¹⁸“Bandeiras”. Jornal **O Povo**, 29/06/1979, p. 2.

A atuação do jornal C.S em torno da anistia está estritamente vinculada ao que defendeu a cúpula da Igreja Católica, por meio da CNBB. O jornal, propriamente, não se manifestou, em editoriais ou colunas, a respeito da questão. O tema limita-se à reprodução de notas à época divulgadas pela Igreja ou opiniões do episcopado, cumprindo o jornal, desta maneira, sua função de disseminar as questões políticas debatidas pela instituição, como tantas outras vezes o fizera ao longo da ditadura.

Chama-nos, atenção, no entanto, a quantidade ínfima da temática no jornal, apontando para uma postura apática, de quase silenciamento. Não se pode afirmar que a anistia fora completamente ignorada pelo jornal da Diocese de Sobral, mas a escassez do tema em um período de efervescência política de luta pela anistia, que mobilizou a alta hierarquia da Igreja, aponta para uma postura de indiferença. Essa indiferença, não podemos perder de vista, constitui um posicionamento político, uma vez que a composição de pautas definidas pelo editor do jornal C.S, Pe. Egberto Rodrigues, é um ato deliberado que implica dar visibilidade ou não a atores sociais nas lutas de determinado contexto histórico, produzindo a partir disso memórias, como, igualmente, acaba por se situar na correlação de forças daquele presente. Assim, é preciso pensar esses silêncios, essa apatia e essa indiferença em suas dimensões políticas.

Como já levantei em outro momento, ainda que em muitas vezes se confundam, as posições do jornal C.S divergem das posições assumidas por outros setores da Igreja Católica durante a ditadura. Diria que, de algum modo, o jornal C.S estaria muito mais próximo à ala conservadora da Igreja, notadamente anticomunista e contrária a qualquer tendência política mais à esquerda, do que da ala considerada progressista, que chegou mesmo a envolver-se com a oposição considerada mais radical à ditadura.

Muitos setores da Igreja Católica estiveram envolvidos nas lutas de oposição à ditadura no contexto de abertura política. A questão dos direitos humanos, uma dimensão presente na luta por anistia, muito explica o apoio da CNBB a causa, ao lado de outras instituições que também se manifestaram favoráveis, a exemplo da ABI, OAB e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.⁴¹⁹ Assim, a Igreja esteve entre os agentes que

⁴¹⁹Cf. CARLOS, Juliana de Oliveira. “A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil”. **Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth**. Unicamp, v. 13, 2008, p. 185.

compuseram o campo de sustentação política da luta por anistia, o que explica, em grande medida, a presença do tema no jornal C.S, ainda que ínfima.

Para melhor entender o envolvimento de setores da Igreja com a luta por anistia, trarei à discussão algumas questões que, ainda que pontuais, nos ajudarão a compreender um pouco a conjuntura de lutas desse período e como a Igreja nele se insere no que diz respeito à anistia.

De acordo com Machado e Cruz, em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, crescia a parcela de católicos que passaram a se posicionar contra a ditadura, envolvidos, notadamente, na luta em favor dos direitos humanos e pela volta das liberdades democrática.⁴²⁰ Os autores colocam ainda que

(...) importantes setores da Igreja Católica que vinham se articulando nessa luta contra a ditadura, também passaram a apoiar direta ou indiretamente o Movimento pela Anistia. Destaca-se a atuação da Arquidiocese de São Paulo, liderada naquele momento pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, além da participação de outros bispos como D. Tomás Balduino, D. Ivo Lorscheider e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁴²¹

Tal apoio se deu também de forma prática, para além de pronunciamentos com posicionamentos favoráveis à luta por anistia. A criação da Comissão de Justiça e Paz em 1978, outrora mencionada, que denunciou publicamente a existência de cerca de dez mil exilados brasileiros e as dificuldades que essa situação política trazia, e a realização do I Congresso pela Anistia no Teatro da Universidade Católica, o TUCA da PUC-SP, com o apoio direto da Arquidiocese de São Paulo, evidenciam o envolvimento de setores da Igreja na luta por anistia.⁴²²

Em mensagem encaminhada ao Congresso pela Anistia, D. Paulo Evaristo Arns assim se posicionou, defendendo

Que a medida a ser tomada chegue, dentro das normas da justiça, não só aos que se encontram detidos ou impedidos de exercer seus direitos dentro do País, mas, também, aos exilados, aos banidos e aos que no exterior se vêem dificultados de usufruir de nossos serviços consulares. Tal gesto pede, obviamente, que se faça cessar toda a fonte de arbítrio, injustiça e violação de direito, e que inclua a revisão do que legislativamente foi promulgado em época de exceção, pois, todos anseiam por uma ordem jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições

⁴²⁰MACHADO, Adriano Henrique; CRUZ, Heloisa de Faria. “O debate em torno do Movimento pela Anistia nas Igrejas Evangélicas: posicionamentos e tensões no caso das Igrejas Luterana e Metodista”. **Religare**, v. 11, n. 2, setembro de 2014, p. 164.

⁴²¹Ibidem.

⁴²²Ibidem, p. 165.

gozem de seus direitos com possibilidades concretas e com garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los (...). Partidário, desde a primeira hora, de uma anistia ampla e irrestrita em favor de todos os que por motivos ideológicos foram condenados, expatriados, ou tiveram que exilar-se, não visaria outra coisa senão a paz e a comunhão de liberdade em nossa Terra.⁴²³

Como se percebe, pelo menos parte da Igreja Católica não se manteve alheia ao processo de disputa em andamento naquela conjuntura, mantendo-se muito próxima do que reivindicavam os movimentos em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Um importante documento divulgado pela cúpula da Igreja em 1978, intitulado “Apelo dos bispos do Brasil”, estampou a primeira página do jornal C.S, em sua edição de 13 de maio de 1978. O documento, aprovado durante a 16ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em Itaici, trazia um apelo à ditadura em favor da concessão de anistia:

Nós, os Bispos do Brasil (...) apelamos às Autoridades Responsáveis de nosso País, para que, num esforço sincero de valia ao Estado de Direito e reconciliação nacional, concedam anistia aos que se viram em situações de desordem política e social de tal amplitude que não possam ser considerados responsáveis únicos por elas. (...) Que a medida a ser tomada chegue, dentro das normas da justiça, não só aos que se encontram detidos ou impedidos de exercer seus direitos dentro do País, mas, também, aos exilados, aos banidos e aos que no exterior se vêm [sic] em dificuldades de usufruir de nossos serviços consulares. Tal gesto pede, obviamente, que se faça cessar toda fonte de arbítrio, injustiças e violações de direito, e que inclua a revisão do que legislativamente foi promulgado em época de exceção, pois, todos anseiam por uma ordem jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozem de seus direitos com possibilidades concretas e com garantias eficazes para defendê-los e reivindicá-los, consoante afirmamos no item 17 de nosso Documento “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”. Esperamos que todos os que vierem a ser contemplados por este gesto se sintam impelidos a colaborar para a integração de todas as forças a serviço do bem comum e a contribuir para a reconstrução da unidade nacional.⁴²⁴

A divulgação do manifesto sinaliza a maneira pela qual o jornal C.S se aproximada luta por anistia, qual seja, por meio da divulgação de manifestos da Igreja. Importante situar que o documento, embora fale em nome dos bispos, está longe de representar um consenso. A mensagem foi aprovada com 172 votos dos 193 bispos presentes na assembléia.⁴²⁵

Esse posicionamento da CNBB reverberado pelo jornal C.S, se situa no campo da correlação de forças da *luta por anistia*, constituindo muito mais uma oposição à ditadura do que o contrário. Digo isso para evidenciar a diferenciação entre o C.S e o O.P, uma vez que

⁴²³Carta enviada ao Congresso Nacional pela Anistia, por D. Paulo Evaristo Arns. São Paulo – SP, 02/11/1978. Documentos Brasil Nunca Mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/> Acesso: 29/05/2015.

⁴²⁴“Apelo dos bispos do Brasil em favor da anistia”. Jornal **Correio da Semana**, 13/05/1978, p. 1.

⁴²⁵Cf. MACHADO, Adriano Henriques; CRUZ, Heloisa de Faria. Op. Cit. p. 165.

este último atuou em defesa de uma anistia, situando-se no campo da correlação de forças da ditadura.

O ex-arcebispo de Fortaleza e, naquele ano de 1978, presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, com atuação destacada na luta por anistia, teve seus posicionamentos a respeito do tema divulgados pelo jornal C.S. A seção “Pastoral diocesana a serviço do povo” trazia para os leitores:

(...) Na opinião de dom Aloisio, a anistia deve ser feita dentro das normas da justiça e o papel da Igreja, neste caso, é procurar uma conciliação nacional, a partir de uma vivência da caridade. Lembrou que os bispos brasileiros fizeram um apelo para que as pessoas punidas por questões políticas fossem vistas pelas autoridades com um olhar diferente e que há necessidade de uma revisão de seus processos penais.⁴²⁶

É por intermédio da veiculação desses posicionamentos de membros do clero, que pautas da luta por anistia, ainda que não em sua inteireza, surgem nas páginas do jornal C.S, dando conta de um amplo movimento em favor de uma anistia que, por conseguinte, permitia o conhecimento de casos de punições de natureza política, arbítrio, exílio etc.

Como se tem percebido até então, ainda que se colocasse favorável a uma anistia ampla, geral e irrestrita, um ponto importante permeia a atuação de parte da Igreja, estando presente nos posicionamentos veiculados no jornal C.S: a conciliação nacional. Essa postura de setores da Igreja deu-se não apenas no contexto de lutas por anistia. Anos mais tarde, ao fim da ditadura e quando da publicação do livro *Brasil: Nunca Mais*, esse posicionamento é reafirmado, indicando que ainda que tenha atuado como um espaço importante de apoio da luta por anistia, a Igreja de algum modo colocava-se próxima ao que defendia a ditadura, no sentido de deixar o passado para trás, silenciá-lo e restringi-lo, em favor da “conciliação”. Na apresentação coletiva da obra, é possível constatar esta postura que, vista de outra maneira, significa a defesa da impunidade e imunidade para os violadores dos direitos humanos que esta mesma Igreja ajudava a denunciar:

Não é intenção do Projeto [Brasil: Nunca Mais] organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca da Justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimentos de vingança. O que se pretende é (...) revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão

⁴²⁶“Política partidária: opção individual”. Jornal **Correio da Semana**, 24/06/1978, p. 5.

política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação.⁴²⁷

Verdade sem justiça, era o que propunham. O prefácio do livro, escrito por Philip Potter, ex-Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, corrobora essa postura, evocando o “sofrimento judaico-cristão” como justificativa para uma postura de conciliação, aproximando-se, com isso, do que era defendido pela ditadura a partir de sua autoanistia:

É com penitências, pois, que encaramos este livro. Ele não pretende ser meramente uma acusação, mas sim um convite para que todos nós reconhecamos nossa verdadeira identidade através das faces desfiguradas dos torturados e dos torturadores. Fazemos isso em nome de Cristo que foi torturado e crucificado para que tivéssemos vida em toda a sua plenitude. Na cruz, Jesus intercedeu pelos seus torturadores: “Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem”.⁴²⁸

No mês seguinte após o envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional, o tema da anistia reaparece no jornal C.S, a partir do posicionamento de D. Clemente Isnard, vice-presidente da CNBB em 1979:

Para a Igreja, a anistia é um ato cristão de reconciliação, pois não existe outra base para a convivência humana que não seja o amor. Nos últimos quinze anos o País enfrentou numerosas crises que agora poderão ter um fim com a anistia, pois ela criará um clima novo para a vida nacional. (...) “A iniciativa do presidente anistando os que foram punidos pela Revolução – acrescentou Dom Clemente – corresponde a um desejo bastante antigo da CNBB, manifestado pelo nosso ex-presidente Dom Aloísio Lorscheider e referenciado pela Assembléia Geral dos Bispos em abril deste ano”.⁴²⁹

O imperativo por justiça não fez parte, pois, do que propôs setores da Igreja em relação à anistia. Defendia-se o perdão para aqueles que foram “punidos pela Revolução” – uma reivindicação, portanto, da luta por anistia -, mas não se falava em justiça ou punição para os agentes da ditadura responsáveis pelas violações dos direitos humanos.

Após a aprovação da Lei que, por fim, acabou não beneficiando todos os presos políticos, frustrando as oposições ao regime, o jornal C.S traz no início de sua página número quatro, a opinião do deputado Roberto Freire, do MDB de Pernambuco, demonstrando sua insatisfação com o caráter excludente da Lei imposta pela ditadura:

Enquanto houver preso político (...) a Oposição continuará sua luta pela anistia. Em princípio, porque a conciliação nacional assim o exige e, de outra parte, porque

⁴²⁷ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985, p. 26.

⁴²⁸Ibidem, pp. 18-19.

⁴²⁹“A CNBB e a anistia”. Jornal **Correio da Semana**, 14/07/1979, p. 5.

existem fatos que, apesar das promessas oficiais, demonstram a insensibilidade e a injustiça com que são tratados os direitos a que fazem jus os presos políticos brasileiros, mesmo na legislação excepcional.⁴³⁰

Se tomarmos com referência a atuação de jornais da imprensa alternativa, setores da Igreja e outros agentes atuantes na luta pela anistia ampla, o jornal C.S teve uma postura de pouco interesse para com o tema, haja vista a pouquíssima quantidade de textos sobre a anistia em suas páginas, e por tê-la tratado, quase que exclusivamente, a partir das manifestações públicas de figuras religiosas.

Há que se destacar, sobremaneira, a ausência dos CBAs e do MPFP nessas discussões. Ainda que a anistia apareça calcada em uma perspectiva luta, diferentemente do jornal O.P, o silenciamento sobre as duas mais importantes forças políticas articuladoras daquela luta, são, deliberadamente, excluídas do processo. Nesse ponto, o jornal C.S muito se aproxima do jornal O.P, como igualmente se aproximam na ausência de um imperativo de justiça para os casos de violação dos direitos humanos.

3.3 – Sacudindo o fim dos anos 1970: o novo movimento sindical

O fim dos anos 1970 é marcado não apenas pelo que muitos estudiosos consideram como sendo o *colapso do milagre econômico*, mas, também, pela efervescência política no universo dos trabalhadores, com a rearticulação do movimento sindical. A abertura política controlada pelo governo, depois de lidar com a luta por anistia, depara-se com greves capitaneadas pelo movimento sindical do ABC paulista (composto pelas cidades de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo). Os movimentos não apenas desafiavam a legislação antigrevista da ditadura, como constituíam um novo contraponto à abertura política controlada pelo regime. Ao lado da luta por anistia, do fim do bipartidarismo e da campanha por eleições diretas que surgiria mais tarde, este novo movimento sindical constituiu uma série de fatores políticos importantes que deram nova configuração ao processo de lutas daquele momento, alargando as margens de atuação imposta pela ditadura. Como salienta a historiadora Maria Paula Araújo, o país entrou na “rota da redemocratização”.⁴³¹

Pretendo abordar neste tópico a atuação dos jornais estudados no contexto grevista, problematizando como se situaram a respeito dessas lutas, pensando nos aliados e adversários

⁴³⁰“Anistia pela metade”. Jornal **Correio da Semana**, 27/10/1979, p. 4.

⁴³¹ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Lutas democráticas contra a ditadura*. Op. Cit. p. 347.

que permeiam as correlações de forças nas quais a imprensa também se insere como ator social, como ingrediente dos acontecimentos. Retomando Cruz e Peixoto para reforçar essas e outras questões já postas, quando afirmam que “É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar *quem* fala e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças”.⁴³²

Assim, pensar na atuação desses jornais nesta conjuntura de lutas, ajuda a compreender de que maneira o movimento grevista é constituído como sujeito social, e que pactos políticos essa ação indica. Pautas silenciadas e/ou evidenciadas, e a constituição do antagonista e protagonista, são indícios que nos ajudam a compreender, exatamente, as atuações desses jornais e com quais forças políticas se articulam em determinada conjuntura.

A emergência de um “novo movimento sindical” é resultado de anos de luta para se readquirir o controle de sindicatos sob intervenção, além de organizar outros e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho.⁴³³ Suas pautas de luta, segundo Maria Helena Moreira Alves, vão além de questões salariais:

O “novo movimento sindical” deve ser considerado parte da oposição democrática como um todo; sua plataforma de reivindicações evidencia seu compromisso político com a democracia e a liberdade de organização. (...) Avaliadas em conjunto, as reivindicações dos sindicatos redundam na exigência de eliminação do próprio Estado de Segurança Nacional, com a transformação do modelo de desenvolvimento econômico para permitir a participação popular nas decisões políticas, econômicas e sociais do governo.⁴³⁴

A primeira ação empreendida pelos trabalhadores aconteceu ainda durante o governo Geisel, em maio de 1978. Sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, 2.500 metalúrgicos da fábrica Saab-Sacania, em São Bernardo do Campo, entraram em greve. Dentro de dez dias, trabalhadores de outras 90 empresas da Grande São Paulo também entraram em greve, totalizando 500 mil empregados.⁴³⁵

⁴³²CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 263.

⁴³³Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. p. 291.

⁴³⁴Ibidem, pp. 291-292.

⁴³⁵Cf. SKIDMORE, Thomas. Op. Cit. p. 400.

Importa situar que ainda que forte na Grande São Paulo, outras categorias e outros estados também vivenciaram greves.⁴³⁶Nossa análise, contudo, se debruçará sobre as greves publicadas e discutidas pelos jornais O.P e C.S, conforme veremos adiante.

A atuação do jornal O.P baseia-se, em sua maioria, na condenação dos movimentos grevistas, ao passo que põe-se a defender a postura da ditadura diante das greves. Há, evidentemente, divergências pontuais entre seus colunistas, mas é possível afirmar que as greves não encontram no jornal um espaço de apoio, legitimação. No contexto de abertura política, aliás, as greves são colocadas como um empecilho ao processo, retomando o jornal, dessa maneira, sua defesa de uma abertura “segura”, sem a intervenção de atores externos ou outras ações políticas que se situem no campo de oposição à ditadura.

Em fins de maio de 1978, o colunista Edison Lobão defende as greves que eclodiram naquele mês como movimentos “perigosos”. Sua postura confunde-se, de alguma maneira, com a de um *porta voz* do regime, haja vista a perspectiva pela qual o colunista aborda a questão, defendendo a ditadura e condenando os trabalhadores. Vejamos:

Há no Congresso Nacional a impressão de que o Governo lava as mãos num problema crucial, que é o das greves expandindo-se perigosamente. Não é exato. O governo federal, como um todo adotou todas as providências legais previstas em tais casos e acompanha com preocupação o desenrolar dos acontecimentos. (...) o pronunciamento do Tribunal se deu quase que por unanimidade, reconhecendo a ilegalidade das greves. A partir daí estão as fábricas autorizadas por lei, a promover a demissão de empregados sem prévio aviso e sem indenizações (...) a terceira providência ajustada pelo governo federal é a garantia que oferecerá a todos os trabalhadores que pretendam cumprir normalmente seus deveres juntos às empresas a que pertencem. (...) No caso da Volkswagen, deploram as autoridades do Governo o movimento paredista à busca de maiores salários. São 33.000 empregados com salários médios da ordem de Cr\$8.400,00, portanto os mais elevados do País, o que torna desarrazoada a resistência dos operários reivindicantes. Quanto ao setor metalúrgico de um modo geral, observa o Governo ser precisamente este o de maiores reajustamentos nos últimos tempos (...). Por conseguinte não encontra motivos para o pleito que agora fazem, salvo se o que se pretende é iniciar uma agitação generalizada, hipótese em que o poder federal intervirá sem relutâncias. (...) Desde o início de seu governo, o presidente Geisel mantém estreito diálogo com os trabalhadores, notabilizando-se como o governante que mais recebeu líderes sindicais no palácio presidencial. (...) Ao governo não deixa de causar espanto o fato de serem os metalúrgicos, operários em melhores condições salariais do país, os responsáveis pela eclosão das greves. Por isso cuida de pesquisar as causas verdadeiras, colocando sob reservas as aparentes (...).⁴³⁷

⁴³⁶ Importa lembrar que no ano de 1968 ocorreram greves em Osasco-SP e Contagem-MG, antecedendo, portanto, o período de letargia que seria interrompido com a emergência de um novo movimento sindical na década seguinte. Sobre as greves de 1968, consultar: WEFORT, Francisco. “Participação e conflito social: Contagem e Osasco: 1968”. **Cadernos CEBRAP**, n° 5, São Paulo, 1972.

⁴³⁷“A reação do governo”. **Jornal O Povo**, 25/05/1978, p. 3.

Essa desqualificação do movimento grevista representa uma ação política que visa deslegitimá-lo perante a opinião pública, ao mesmo tempo em que o forja neste contexto como *antagonista* no processo histórico. O regime, se para alguns é o grande vilão da situação econômica contra a qual os trabalhadores também protestaram, na defesa feita por Lobão, pelo contrário, surge de algum modo como “vítima”. Defender a ditadura ao abordar a greve, como faz o colunista, indica articulações políticas entre setores da imprensa e regime diante de tensões sociais que implicam posicionamentos: defender sujeitos, condenar outros.

O ano de 1979 também é sacudido por uma onda de greves.⁴³⁸ Diversas categoriais, totalizando mais de 3 milhões de trabalhadores, em diversos estados, cruzaram os braços e desafiaram patrões e ditadura. Conseqüentemente, a repressão contra os trabalhadores em greve se acentuou.⁴³⁹

Neste sentido, é importante trazer à discussão o editorial publicado pelo jornal O.P em junho de 1979, no qual se abordou a postura do governo diante das greves. Mais uma vez, percebe-se uma forte articulação entre jornal e ditadura, no que diz respeito a defender esta última no contexto grevista:

(...) Nas greves deste ano, embora obviamente ilegais, vimos que o Governo comportou-se com equilíbrio e tolerância, embora não haja vacilado um momento sequer quando teve de agir com energia para preservar os superiores interesses do País. A intervenção nos sindicatos do ABC foi antes de tudo um ato de afirmação de autoridade. E a devolução da direção dessas entidades às lideranças autênticas das categorias em greve foi mais que uma afirmação de autoridade, foi a comprovação de que as relações entre empregados e empregadores marcham, neste país, para um estágio de amadurecimento sem precedentes na história deste País, o que dever ser levado a crédito do presidente João Figueiredo, que nos 100 primeiros dias de Governo, deu provas cabais de que quando fala de democracia, não o faz da boca para fora. Por não ter querido compreender isto, a Oposição perdeu nesses dias todos, muitas bandeiras e alguma credibilidade.⁴⁴⁰

Muito claramente o jornal se coloca em relação a uma série de questões: corrobora a ideia da ilegalidade das greves; nega a repressão ao movimento, ao falar em “equilíbrio” e “tolerância” por parte do regime; legitima as intervenções realizadas nos sindicatos; associa à postura do ditador Figueiredo em relação às greves como algo democrático; e, mais uma vez, critica a oposição, deslegitimando sua atuação.

⁴³⁸Na avaliação de Maria Helena Moreira Alves, “A greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo desencadeou uma das maiores ondas de greves da história do país”. 15 dos 23 estados brasileiros desencadearam greves. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. p. 305.

⁴³⁹Ibidem, p. 308.

⁴⁴⁰“Autenticidade”. Jornal **O Povo**, 28/06/1979, p. 1.

Como dito, outras posturas, divergentes, podem ser encontradas no jornal O.P em relação às greves. Ainda que não sistemática, persistente, é possível falar na não existência de uma coerência política e editorial em relação ao tema. Tomando como exemplo o que escrevera Castello Branco, que, além de criticar a política econômica, mostrou-se, de certa forma, a favor das greves, saindo em defesa dos trabalhadores:

Não haveria reparos a fazer ao discurso de ontem do presidente Figueiredo, não fosse a perda da oportunidade de isentar os trabalhadores de toda e qualquer responsabilidade pela inflação que caiu durante um certo período e voltou em seguida a níveis de 1964, sem que a massa operária tivesse tido outra participação no processo a não ser nada ter reivindicado durante quinze anos, inclusive por ser proibida a reivindicação. (...) É natural também que o Presidente exija o cumprimento das leis, ainda que identificando sua inatualidade e prometendo sua próxima revisão. Mas *falta às suas palavras a identificação de responsabilidade pela má gestão financeira. Todos sabem que os preços do petróleo, o imposto árabe sobre o mundo, influíram na economia das nações (...). Mas ninguém ignora que a perplexidade da nossa tecnocracia, no poder há quinze anos, é também responsável pelo diagnóstico da situação e pela adoção de soluções adequadas. Da crise do petróleo para cá, temos acumulados mais de cinco anos de incompetência tecnocrática e autosuficiente, sob a proteção do dedicado mas absorvente presidente Geisel.* O general Figueiredo não tem compromisso com esse passado, a não ser pela sua origem e pelo compromisso comum de fazer do País uma democracia. *O caminho democrático não está sendo obstruído pelas reivindicações sociais, fato normal nos regimes democráticos, mas pela ineficácia dos sucessivos pacotes que vão jogando para o alto a inflação e os preços dos gêneros de que vive o povo.* A transferência de ênfase no combate à inflação torna-se cada dia mais premente. *Afinal, o combate deve ser travado nas fontes da inflação e não na repressão dos seus efeitos. O presidente Figueiredo não esqueceu as promessas do candidato. Estamos certos de que as cumprirá, a começar pela compreensão das reivindicações operárias e pelo estímulo aos seus tecnocratas de estimação para que encarem o problema não do ângulo da sua classe mas do ângulo da paz social.*⁴⁴¹

Contrapondo-se à ideia de que as greves seriam um empecilho ao projeto de abertura política, Castello Branco mostra-se como a voz dentro do jornal O.P que, em certa medida, diverge do que foi apresentado em editoriais e outras colunas. A proposição de reparo à fala de Figueiredo sugere um posicionamento que não se dá, inteiramente, alinhado politicamente ao posicionamento da própria ditadura, o que se torna evidente se tomarmos como referência posições levantadas neste tópico anteriormente, em que a crítica à greve está articulada à defesa da ditadura. Castello Branco, no entanto, muito mais se aproxima dos trabalhadores do que do regime ou, pelo menos, não exige a ditadura e sua política econômica do quadro social a partir do qual emergiram as greves. Ao defender que o regime compreenda as “reivindicações operárias”, entende-se um consentimento político com as pautas dos trabalhadores, tomando-as como justas.

⁴⁴¹“Coluna do Castello”. Jornal **O Povo**, 02/05/1979, p. 3. Grifos meus.

É interessante, neste sentido, evidenciar o editorial publicado na edição seguinte a coluna do Castello, que também tem como mote o pronunciamento de Figueiredo em relação às greves e à situação econômica do país, feito no 1º de maio de 1979. Mostrando-se receptivo às posições colocadas pelo então ditador em seu pronunciamento, o jornal O.P defende o apoio de toda a sociedade para, junto ao regime, combater a inflação: “A inflação que é a grande enfermidade de que o País padece atualmente, não será vencida se todos não se conscientizarem da necessidade de fazer sacrifícios, de adotar um espírito de renúncia”.⁴⁴² Além disso, ao se posicionar sobre a greve, defende que:

(...) Talvez não tenha calado bem em certos ouvidos a referência ao ‘elitismo’ dentro da própria classe trabalhadora. A verdade, todavia, é que ele pode existir, traduzindo-se em exigências de certos grupos melhor organizados e situados em regiões privilegiadas, as quais não podem ser feitas por grupos mais fracos organizacionalmente e que subsistem em áreas de economia dependente. Mesmo os têxteis do Nordeste possuem poder de barganha muito inferior ao dos metalúrgicos de São Paulo. No entanto, serão muito mais vulneráveis aos efeitos de uma *inflação agravada por aumentos salariais exagerados*, em favor destes últimos, e aos quais não possam ter acesso (...).⁴⁴³

A defesa do combate à inflação é feita, sem, no entanto, culpabilizar a ditadura pela situação do país em decorrência de sua política econômica. Essa postura não apenas evidencia afinamento político com o que foi defendido por Figueiredo na ocasião, como retoma, de certa maneira, a estratégia da ditadura de convencer a população, através de sua propaganda, da necessidade de cooperar com o governo no combate à inflação. Essa estratégia, evidentemente, exime a política do governo da responsabilidade sobre a inflação, como se esta fosse “culpa” da sociedade. Essa estratégia do governo de pedir a colaboração da sociedade, vale lembrar, já estava em suas propagandas desde 1973.⁴⁴⁴

O “elitismo” de que fala o editorial procura deslegitimar as greves que vinham ocorrendo desde 1978, sobretudo na região do ABC paulista, ao falar de trabalhadores de outras regiões do país, pois todos estariam sendo afetados pela inflação, e os metalúrgicos citados no editorial, com seus “aumentos salariais exagerados”, estariam contribuindo para os níveis inflacionários.

⁴⁴²“O discurso do presidente”. Jornal **O Povo**, 03/05/1979, p. 3

⁴⁴³ Ibidem. Grifos meus.

⁴⁴⁴Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema da inflação das propagandas da ditadura, consultar: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Op. Cit. pp. 140-142.

Outro ponto a ser destacado nas posições defendidas pelo jornal O.P, refere-se à ideia de que as greves representariam um empecilho à abertura política. A “abertura segura” que a ditadura buscava impor, defendida pelo jornal O.P, não concordava com manifestações políticas naquele contexto, sobretudo porque negava-se que abertura política e, conseqüentemente, a democratização do país, fossem frutos de lutas. A postura da ditadura era no sentido de impedi-las, desmoralizá-las, como deixou evidente as lutas por anistia, as greves dos trabalhadores e, posteriormente, a campanha em favor das eleições diretas.

No âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, de acordo com Maria Helena Moreira Alves,

(...) o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura. (...) o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. As greves não seriam mais toleradas, e toda a força do Aparato Repressivo seria empregada para fazer frente aos desafios à política salarial e à legislação de greve. (...) Os limites da “democracia forte” foram nitidamente definidos do âmbito da Doutrina de Segurança Nacional: não poderiam ser tolerados aqueles setores organizados que questionassem o modelo de desenvolvimento (...). Eram pontos de “pressão” a serem tratados como “inimigos internos”.⁴⁴⁵

Tanto durante as greves de 1979, como também durante as greves de 1980, é possível encontrar posicionamentos no jornal O.P que defendem a ideia de que as greves representariam um problema para a abertura política. A condição de “problema” que impõe aos trabalhadores em questão, indica uma postura política afinada à ditadura na busca por tornar hegemônico um posicionamento sobre essa luta social e como esse posicionamento condiz com os interesses da imposição de uma abertura pelo alto, controlada pela cúpula ditatorial. Mais uma vez fica evidente o papel desempenhado pela imprensa como ingrediente do processo histórico, articulada a interesses políticos e posicionando-se na correlação de forças de determinada conjuntura. Sua atuação, cumpre enfatizar, busca demarcar temas, mobilizar opiniões, constituir adesões e consensos.⁴⁴⁶

Em editorial de setembro de 1980, intitulado “O que a transição reclama”, é possível identificar nas questões sobre as quais o jornal trata, um posicionamento identificado com a ditadura em relação não somente à própria abertura política, como demonstrei no início do capítulo, mas também em relação às greves:

⁴⁴⁵ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. pp. 308-309.

⁴⁴⁶CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*. Op. Cit. p. 258.

1980 tem sido e continuará sendo, até o seu final, um ano difícil para o Brasil, tanto do ponto de vista da economia quanto no que diz respeito à política. E não significa que as dificuldades atuais não se projetem para mais além. (...) *Na política propriamente dita, temos o salutar prosseguimento da abertura democrática, mas perturbado de vários modos, pelos radicais dos dois extremos, pela intolerância das oposições na defesa de teses irreconciliáveis com o momento presente, pelas greves deflagradas em virtude do achatamento salarial provocado pela inflação e pelo clima de tensão alimentado por uns, conscientemente, e por outros em virtude da falta de sensibilidade para avaliar os efeitos de sua conduta.* (...) Fazer o ‘jogo da desordem’ de que falou o senador e líder Jarbas Passarinho será muito contraproducente e estúpido, porque o que cumpre a todos os brasileiros responsáveis, nesta hora de transição, é contribuir para fortalecer as instituições políticas e vencer a crise financeira, está muito má conselheira, visto como para ser dominada só pede sacrifícios.⁴⁴⁷

Não passa despercebida a presença de sujeitos ligados à ditadura nas posições trazidas pelo jornal O.P. Não é incomum, a exemplo do editorial acima, que posicionamentos de pessoas ligadas ao regime sirvam de base para as questões que o jornal defende. Amparando-se no senador Jarbas Passarinho, para quem os elementos de oposição representariam o “jogo da desordem”, o jornal O.P criminaliza as greves ao tratá-las como elementos “perturbadores” para o “salutar” projeto de abertura.

Já o jornal C.S, muito se aproxima da postura de setores da Igreja Católica em relação às greves, notadamente de São Paulo, que acolheu os movimentos grevistas da região do ABC. Nesse contexto de abertura política, o envolvimento de setores da Igreja com movimentos populares,⁴⁴⁸ incluindo os grevistas, evidencia, na prática, a *opção preferencial pelos pobres*, já declarada desde o Concílio Vaticano II.

Algumas atuações da Igreja Católica mobilizaram o jornal C.S e outras não. No caso das greves, muitos dos posicionamentos defendidos em público por religiosos foram incorporados ao C.S. Ao tratar a greve a partir da perspectiva dos trabalhadores e não do regime ou dos patrões, não somente a Igreja, mas, também, o C.S, que a reverbera, assumem politicamente de que lado se posicionam dentro dessas lutas, pois, a evidência de pautas e demandas dentro desse contexto, presentes nas análises dos movimentos, sugere concordância, aceitação, na tentativa de se interferir nas disputadas encetadas no meio social.

O apoio da Igreja ao movimento grevista foi muito mais do que discursos favoráveis. Como informa Maria Helena Moreira Alves,

⁴⁴⁷“O que a transição reclama”. Jornal **O Povo**, 12/09/1980, p. 3. Grifos meus.

⁴⁴⁸Além dos movimentos grevistas, vale lembrar a colaboração da Igreja Católica em defesa de camponeses sem terra, dos posseiros e das comunidades de base rurais. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. p. 292.

(...) a Igreja Católica deu apoio decisivo aos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema em abril e maio de 1979, chegando a permitir-lhes a utilização da catedral como sede sindical temporária. Em setembro de 1979 militantes católicos do movimento de bases e da oposição sindical organizaram e coordenaram a greve dos metalúrgicos de São Paulo, contra a vontade do presidente do sindicato Joaquim dos Santos Andrade. Os trabalhadores realizaram assembléias em centenas de pequenas igrejas em toda a cidade de São Paulo. A convergência dessas organizações significava a descoberta de uma nova força.⁴⁴⁹

Além disso, o bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, não só apoiou ostensivamente os grevistas, como ofereceu sua residência para que se realizassem as reuniões da cúpula sindical.⁴⁵⁰

Em meio a essas questões, o jornal C.S trouxe, em sua coluna “Pastoral diocesana a serviço do povo”, o posicionamento de alguns bispos brasileiros em relação às greves, em que se percebe uma clara postura de legitimação:

Durante a assembléia geral da CNBB, vários cardeais e bispos falaram sobre as greves no Brasil hoje. O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, afirmou que “a greve é um instrumento legítimo dentro de determinadas condições, é a arma dos trabalhadores”. Dom Paulo Evaristo Arns acha que “nem todos os funcionários públicos podem ser atados como se não tivessem nada a reivindicar”. Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, declarou “As greves hoje no Brasil são normais. São as formas de os trabalhadores reivindicarem seus direitos”. Dom Angélico S. Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo, disse que “a CNBB, através de seus pastores, tem tomado posições frente a certas reivindicações, como a dos metalúrgicos do ABC paulista e dos lixeiros também de São Paulo. É evidente que nem todas as greves devem receber o mesmo tratamento, porque se dão, segundo circunstâncias diversas, podendo ser justas ou não”.⁴⁵¹

Essa solidariedade política com a luta dos trabalhadores marcou profundamente a atuação de parte da Igreja e, igualmente, mobilizou o jornal C.S no sentido de dar visibilidade ao que era defendido por bispos. Neste caso, era a hierarquia da Igreja quem estava se colocando, ao lado dos trabalhadores, na linha de frente do movimento, e não poucos padres, considerados pela repressão como subversivos e que, muitas vezes, foram repreendidos por seus pares. Figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, e os bispos Mauro Morelli e Cláudio Humes, defenderam publicamente a legitimidade das greves, mostrando-se favoráveis às reivindicações dos trabalhadores. Suas iniciativas foram reforçadas pelas manifestações da CNBB, em nome dos bispos como um todo.⁴⁵²

⁴⁴⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. p. 310.

⁴⁵⁰ Cf. KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. Op. Cit. p. 99.

⁴⁵¹ “A Igreja opina sobre as greves”. Jornal **Correio da Semana**, 02/06/1979, p. 5.

⁴⁵² ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit. p. 314.

Outra manifestação da Igreja divulgada pelo jornal C.S, foi o “Protesto da Igreja de S. Paulo”, no qual se denunciava a repressão da ditadura contra os trabalhadores em greve. A nota, elaborada pela Arquidiocese de São Paulo, tinha um caráter de denúncia, destacado pelo jornal em sua primeira página:

A 6 do corrente, os bispos de São Paulo divulgaram Nota Oficial: “Nós da arquidiocese de São Paulo, tomando conhecimento dos brutais acontecimentos ocorridos nesta manhã, protestamos veementemente contra a escalada da repressão aos operários em greve. A violência, que já fizera uma vítima fatal, alastrou-se agora pelos vários pontos da cidade, chegando ao cúmulo de tomar de assalto da igreja do Lago do Socorro, onde os operários se encontravam pacificamente reunidos. Se antes já se feria o direito de greve, agora feriu-se também o direito de livre reunião. Acima de tudo, porém, o que mais se fere é a nossa pessoa humana em sua integridade física e em sua dignidade de filho de Deus. O Templo depredado é, assim, apenas o símbolo de uma depredação mais profunda e mais grave. *Queremos reafirmar que, respeitando plenamente a autonomia do movimento operário, a Igreja de São Paulo continua solidária com a justa luta dos operários.* Por isso as portas de nossas Igrejas continuam abertas sempre que os operários não dispuserem de locais para suas reuniões. Relembramos a todos que não se iludam com soluções violentas. *A questão social não é questão política.* O que está e causa é a justiça, e só o diálogo e o respeito mútuo poderão encaminhar uma solução digna”(…).⁴⁵³

Em meio a polêmicas e críticas por conta do envolvimento da Igreja nas greves, o C.S busca legitimar o posicionamento da Igreja a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Puebla. É neste texto que o jornal aborda sobre a greve para além da mera reprodução do que já havia sido defendido publicamente por membros da Igreja, posicionando-se, por assim dizer, em primeira pessoa:

“A Igreja envolvida na greve ilegal deixa os católicos indignados”, escreve um escandalizado leitor de VEJA (nº609), seguido por outro, de opinião exatamente inversa: “Como cristão alegro-me que a Igreja pós-conciliar não está mais ao lado do opressor”. Realmente, é forçoso reconhecer que este apoio da Igreja Católica à greve dos metalúrgicos de São Paulo vem sendo um tema altamente polêmico, e que exige, para a solução desse impasse, o recurso ao próprio pensamento social dessa mesma igreja. Para tanto, nas “Conclusões da Conferência de PUEBLA”, pode-se ler, textualmente, a esse respeito: ‘A abertura pastoral das obras e a opção preferencial pelos pobres é a tendência mais notável da vida religiosa latino-americana’ (nº733). E mais: deve-se ‘incentivar os religiosos para que assumam um compromisso preferencial pelos pobres’ (nº769). Pois é exatamente isso o que os religiosos de São Paulo estão fazendo: simplesmente decidiram colocar em prática as diretrizes da Santa Madre Igreja, que os incentiva a ‘assumir um compromisso preferencial pelos pobres’. (...) E agora, uma pergunta bem concreta: os metalúrgicos do ABC são realmente pobres? Se o compararmos aos outros operários brasileiros, é evidente que não, mas em relação aos empresários que os empregam, sim, são pobres. Trata-se de uma categoria de trabalhadores conscientizados dos seus direitos, inclusive do direito de participar dos lucros da empresa em que atuam, e é este o problema. Tal opção preferencial pelos pobres, no entanto, ‘não supõe a exclusão de ninguém (por parte de Cristo ou da Igreja), mas pelo contrário, uma preferência e aproximação do pobre’ (Idem, nº 733). (...) O ideal seria que todos

⁴⁵³“Protesto da Igreja de S. Paulo”. Jornal **Correio da Semana**, 24/11/1979, p. 1. Grifos meus.

tivessem o suficiente para viverem como pessoas humanas, visto que Deus fez o mundo e o deu de graça a todos, indistintamente. Ser rico não é errado. O que é errado é a existência de ricos ao lado de miseráveis”.⁴⁵⁴

Evocando a opção preferencial pelos pobres como norte adotado pela Igreja após o Concílio Vaticano II, o C.S faz, aí, uma dupla legitimação: não apenas legitima a greve propriamente falando, mas, também, a própria posição da Igreja diante disso. Evocar a Igreja pós conciliar não deixa de ser uma estratégia que busca despolitizar essas posições, pois vai buscar nas “Conclusões da Conferência de Puebla” a justificativa para a atuação da Igreja em relação às greves: não se está fazendo nada fora do que está escrito e aprovado pela instituição, é como se o dissessem. Vale lembrar que, noutras ocasiões, o jornal C.S buscou no Evangelho a justificativa para afastar da Igreja o rótulo de comunista colocado pela própria ditadura, defendendo que a “doutrina vermelha” era atéia e, portanto, nada tinha a ver com a Igreja Católica.

Como já dito, não somente os trabalhadores metalúrgicos do ABC entraram em greve no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Outras categorias, em outros estados, ainda que não nas mesmas proporções que os movimentos do ABC, também entraram em greve. O clima político foi propício para a deflagração de outros movimentos. É nesse ponto que o jornal C.S apresenta uma postura ambivalente, pois a greve aceita como legítima pelo jornal eram as greves do ABC, igualmente legitimada por sua representante maior, a Igreja.

Quando da greve dos estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), instituição particular pertencente ao grupo empresarial cearense Edson Queiroz, o jornal C.S assume uma posição conservadora, colocando-se abertamente contra. Foi por meio de editorial publicado em abril de 1980, que, a partir de uma linguagem que remete às formas pelas quais a ditadura lidava com seus opositores, o jornal C.S se posicionou perante a greve da Unifor:

É incalculável o prejuízo ocasionado pela greve dos estudantes da UNIFOR, sobretudo, para aqueles que deveriam concluir seus cursos em junho próximo recebendo seus diplomas. O que se sente em contato com estudantes mais sensatos, é que apenas um terço, calculadamente, de estudantes profissionais e subversivos, lideram a grande maioria, perturbando a ordem, sem levar em consideração, as justas conseqüências desta atitude insensata. Pelo que se informa, a Universidade de Fortaleza não extrapolou os índices de lei na cobrança das mensalidades dos estudantes. Há porém uma interpretação tendenciosa por parte de estudantes acintosamente esquerdistas. Além do mais, nota-se a presença de elementos da esquerda, alheios às classes estudantis, fazendo comícios inflamatórios. (...) Os piquetes feitos às portas da Universidade, contra os que querem voltar às aulas, são

⁴⁵⁴“A Igreja e a greve no ABC”. Jornal **Correio da Semana**, 31/01/1980, pp. 1 e 3.

ilegais e injustos. Os pais temerosos, não querem expor seus filhos, (sobretudo quando se tratam de moças) ao risco de badernas e violências, para quebrar o cerco ou piquete... Parece-nos isto caberia à polícia manter a ordem e garantir os estudantes que desejam o direito de voltar às aulas, haveríamos de ver a greve furada, a ordem mantida, prejuízos evitados e nossos estudantes bem intencionados no aprendizado necessário para vencer na vida.⁴⁵⁵

Em dois extremos parece se situar o jornal C.S em relação ao tema das greves. As colocações feitas no editorial acima mostram muito claramente uma postura reacionária, chegando mesmo a propor o uso da polícia para “manter a ordem”, o que contrasta com a nota publicada no ano anterior, na qual a Arquidiocese de São Paulo condenava a repressão policial ao movimento grevista em seu estado.

Se, por um lado, o jornal C.S mostrou-se sensível e alinhado às questões trazidas pelo Concílio Vaticano II, por outro, manteve sua veia conservadora, pregando pela “ordem” e condenando a “subversão” estudantil e seus elementos de esquerda. A postura do jornal em relação a essa questão é de alguém ligado à instituição, embora não o fosse, pois, inclusive, a defende diante da argumentação de aumento abusivo de mensalidades, o que seria compreensível se a Unifor fosse um de seus anunciantes.

Nessa questão, como foi possível notar, os jornais O.P e C.S muito se distanciam. Pois, embora o C.S tenha se posicionado contra a greve dos estudantes da Unifor, em relação às greves do ABC paulista, em consonância com setores da Igreja, mostrou-se favorável, ao contrário do jornal O.P que, quase por completo, colocou-se contrário às greves e saiu em defesa do regime.

3.4 – Prenúncio do fim: a campanha “Diretas Já”

A campanha por eleição direta para presidente da república mobilizou milhões de pessoas, no país inteiro, no início dos anos 1980. Foi mais uma luta que testou os limites de uma abertura política controlada pela ditadura, além de ter evidenciado distintos projetos em seu entorno, o que acabou por encetar tensões internas com disputas pelo controle do movimento e de suas pautas.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵“A greve dos estudantes”. Jornal **Correio da Semana**, 12/04/1980, p. 1.

⁴⁵⁶NERY, Vanderlei Elias. “Diretas já: mobilização de massas com direção burguesa”. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 247-268.

Não é incomum encontrar na literatura sobre o período a associação feita entre a campanha “Diretas Já” a imprensa e a mídia, de uma maneira geral. Na memória sobre o período, jornais, a exemplo da *Folha de São Paulo*, são forjados como baluartes democráticos. É, certamente, uma condição que muito bem calha com as *memórias resistentes* a dissipar os apoios e as relações de consentimento. Desta maneira, o jornal *Folha*, outrora apoiador do golpe de 1964,⁴⁵⁷ desponta, como numa ruptura, como o grande defensor das “Diretas Já” e contrário ao regime que ajudou a instaurar. Sua participação no movimento foi explorada em suas campanhas publicitárias naquele momento, e também posteriormente, ao recontar sua trajetória.⁴⁵⁸

A memória de uma imprensa defensora dos valores democráticos e engajada favoravelmente na campanha por eleições diretas para presidente da república, traz alguns *descolamentos de sentido* e construções *a posteriori*, que silenciam questões mais complexas. Não é objetivo deste trabalho explorar a fundo essas questões, mas creio que situá-las nos ajuda a compreender as problemáticas que levantarei a respeito da atuação dos jornais O.P e C.S em relação à campanha, evidenciando os cuidados com leituras muito generalizadas sobre o processo histórico, que traz consigo diversos equívocos e imagens distorcidas.

Interessante que as disputas por hegemonia em torno da campanha por eleições diretas, permitem compreender as posturas “conciliadoras” que tangenciaram a atuação das elites políticas naquele momento em torno do processo de lutas pela democracia. Apesar das “visões romantizadas” comumente percebidas nas memórias sobre o período, em que o objetivo central da campanha teria sido a luta pela retomada da democracia, outras questões estavam em jogo naquele momento. Os diversos horizontes possíveis para aquela luta, na avaliação de Vanderlei Elias Nery, evidenciam sua complexidade. Para o autor,

(...) a campanha *Diretas Já* foi interpretada a partir de uma visão romântica da política e de da democracia. Revelador desse viés é a identificação (...) de que o objetivo central da campanha era conquistar a democracia, que aparece como um valor em si mesmo, como um valor universal, sem que houvesse, portanto, questionamentos quanto às formas de organização da campanha, à participação das

⁴⁵⁷Para uma leitura mais acurada sobre este processo, consultar: DIAS, Luiz Antonio. **O poder da imprensa e a imprensa do poder: A Folha de São Paulo e o golpe de 1964.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis-SP, 1993.

⁴⁵⁸PIRES, Elaine Muniz. Op. Cit. p. 38.

classes sociais no processo, e os diferentes objetivos dos diferentes grupos participantes.⁴⁵⁹

As estratégias de produção do esquecimento estão presentes na atuação da imprensa aqui estudada. Pautas e atores são silenciados pelos jornais, contribuindo para a construção de uma perspectiva limitada dos significados da campanha e das lutas que a permearam. O diálogo com as fontes indica não apenas posicionamentos contrários à campanha - contrariando uma memória que postula o contrário - mas, também, posicionamentos favoráveis, evidenciando posições divergentes dentro de um mesmo jornal.

Nesse sentido, é curioso como o jornal O.P, marcado fortemente por uma postura de alinhamento a ditadura, como vimos ao longo de todo este trabalho, tem nas discussões a cerca das Diretas seu momento de maior divergência interna, ao longo do contexto estudado.⁴⁶⁰ Mais que isso: editoriais favoráveis à campanha são indicativos de deslocamentos dentro do jornal, que legitimava uma campanha contrária ao regime que apoiava.

As discussões sobre as Diretas no jornal O.P são feitas, além dos editoriais, sobretudo pelos colunistas Pedro Henrique Antero e Tancredo Carvalho. Antero, como já vimos, em diversos momentos se posicionou favorável à ditadura e à própria “revolução” de 1964. Carvalho, por sua vez, mantivera ligações com a própria ditadura, quando assumiu cargos importantes, tanto na administração estadual como na federal. O mesmo foi Secretário de Imprensa do Governador César Cals,⁴⁶¹ e Assessor de Imprensa do Ministério de Minas e Energia.⁴⁶² Como se vê, há articulações políticas com o regime que, a meu ver, explicam seus posicionamentos contrários à campanha das Diretas, conforme veremos.

As posições contrárias à campanha dentro do jornal O.P são tangenciadas por questões que vão desde a “ameaça” da eleição de políticos comunistas e outros “inimigos” da nação caso as eleições sejam diretas, a classificação da campanha como sendo demagógica. Ademais, as posições contrárias costumam buscar validade no que seria a “legitimidade” dos pleitos indiretos, colocando as Diretas como uma questão desnecessária. Vejamos.

⁴⁵⁹NERY, Vanderlei Elias. “Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites”. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, 2010, p. 71.

⁴⁶⁰De uma maneira geral, as posições do jornal *O Povo* em relação à ditadura se dão dentro de certo consenso, não havendo posturas díspares entre editores e demais jornalistas/colunistas.

⁴⁶¹Vale lembrar que, além de governador do Ceará, César Cals foi ministro de Minas e Energia durante o mandato de João Baptista Figueiredo.

⁴⁶²Sou grato a Plínio Bortolotti, do jornal *O Povo*, por estas informações.

A coluna de Pedro Henrique Antero, de novembro de 1983, cujo título, “Poucos motivos para eleição direta”⁴⁶³; já se colocava na contramão da pauta em questão, ao defender que se trataria de algo “impatriótico”. Em outro momento, Antero defende que a campanha das Diretas seria, na verdade, um golpe, conforme sua coluna de janeiro de 1984, na qual o colunista refere-se a vários “Ulysses”, como que para dar um denominador comum para aqueles “inimigos”:

(...) No Brasil, os “Ulysses” cantam as maravilhas do período que antecedeu a 1964, à época em que as eleições presidenciais eram diretas e a inflação era menor. Esquecem-se, contudo, do que registrou a imprensa nos dias, meses e anos tumultuados, antes que os “Savonarolas” da história, destituídos aqui dos esforços de regeneração moral e espiritual do povo, fossem depostos. E em março de 1964, aconteceu o que Maquiavel declara em “O Príncipe”: “Savonarola se arruinou completamente, quando a multidão começou a perder a fé nele, e ele não achou modo de manter firmes seus seguidores, nem maneira de fazer crer aos descrentes”. Apesar do lembrete de Maquiavel a homens que pertenceram ao passado e se apresentam como inovadores ou restabelecedores de uma ordem que o povo não quer de volta, urge que se reconheça que as coisas brasileiras se complicaram de uns três ou quatro anos para cá. O Governo Federal não tem mais, infelizmente, o respeito da população (...). A questão econômica, agravada pela dívida externa e pela inflação galopante, não dá sinais de recuperação nem esperança de melhores dias para um povo que sofre, em razão dos elevados custos vida. (...) ao contrário do que muitos derrotistas pensam, a escolha presidencial pelo processo indireto não é a causa dos nossos desacertos. Jânio e Jango foram eleitos diretamente, além de muitos governadores do passado que não atenderam às expectativas da população. A vocação brasileira é, certamente, pelo pleito direto. *No momento, contudo, iniciado o processo eleitoral indireto, em novembro de 1982, o patriotismo fala mais alto e aconselha que o esforço dos brasileiros esteja voltado, no sentido de que se apresente ao Colégio Eleitoral um nome de envergadura e que mereça a apoio e o respeito da Nação. A proposta de eleição direta, conforme diz editorial do Jornal do Brasil, “além do golpismo que pretende passá-la à frente da reorganização constitucional do País, atropela uma sequência de prioridades normais que comportam exame prévio”*. E continua o JB, “a impaciência golpista já custou a este País crises que podem ter resolvido interesses de grupos políticos, mas enfraqueceram o regime constitucional e tiveram o seu custo pago em retrocessos de que não nos podemos orgulhar”.⁴⁶⁴

Embora admita a existência da crise econômica e o descrédito do regime perante a população – descrédito este, talvez, também do próprio Antero -, o colunista defende que a realização de eleições diretas não resolveria os “desacertos”. Recorre, então, à memória de um passado pré 64, no qual Jânio Quadros e João Goulart, eleitos pelo voto direto, não teriam atendido aos reclamos do país. A construção de seu argumento busca sustentar uma posição que relega a campanha das Diretas a um patamar não prioritário, o que reforça as justificativas

⁴⁶³“Poucos motivos para eleição direta”. Jornal **O Povo**, 08/11/1983, p. 04.

⁴⁶⁴“Os ‘Ulysses’ cantam o passado”. Jornal **O Povo**, 09/01/1984, p. 03. Grifos meus.

da ditadura de que o pleito de 1985 deveria ser indireto, deixando para o pleito posterior o voto direto.

Antero defendia que a campanha por via direta deveria vir no “momento certo” e que as indiretas eram legítimas. Seus argumentos contrários falavam de uma campanha com “interesses pessoais” a levar “certas oposições” ao poder. Ainda que não as nomeie, as figuras de Lula, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães atuantes na campanha, figuras, aliás, criticadas por Antero em outros momentos, parecem corresponder às colocações feitas pelo colunista:

(...) É claro que as indiretas, a serem realizadas em 1985, não representam um modelo perfeito de pleitos indiretos, uma vez que são fruto ainda de uma fase revolucionária. E a maior falha, no meu entender, reside no fato de que a escolha dos membros do colégio eleitoral está bem distante da época em que será eleito o novo Presidente da República. *Nem por isso, contudo, as indiretas deixam de ser um ato político legítimo, tendo em vista que o povo foi auscultado. (...) Hoje, não se nega o desiderato popular em favor das diretas. É preciso, porém, que se escolha o momento certo para as alterações constitucionais ou para a realização de um plebiscito, como fez de Gaulle, na França, antes de 1962. (...) Sabe-se que o retorno às eleições diretas é uma marcha irreversível que dificilmente pode ser contestada. O País, entretanto, não poderá ser compelido a mudar de repente as regras do jogo, para atender a interesses pessoais visíveis e levar certas oposições ao poder. O assunto deve ser objeto de estudo e de decisão, mas com o objetivo de servir melhor à coletividade.*⁴⁶⁵

Do mesmo modo, Tancredo Carvalho defendeu em sua coluna publicada em novembro de 1983, que não havia “clima” para uma eleição direta. Carvalho concorda em seu texto com a estratégia do regime de manter a escolha indireta para o sucessor de Figueiredo. Assim, a ideia de uma eleição direta como prenúncio para o retorno de um regime democrático não está entre as colocações de Carvalho. É curioso como essas questões nos levam a pensar nos apoios ao regime e suas estratégias, mesmo em um contexto que, não raro, é referido por parte da historiografia como sendo de fraqueza do regime ou total falta de apoio entre a sociedade. Note-se no texto que a inalteração do processo eleitoral naquele momento, ou seja, a permanência do pleito indireto para presidente, é defendida como sendo o desejo de Figueiredo de “patrocinar a democracia”:

O pesadelo que o PDS vem vivendo desde o momento em que o presidente Figueiredo botou nas suas mãos a ‘batata-quente’ das eleições diretas, deverá se estender por mais algum tempo até a sociedade entender que *não há clima para um pleito nacional visando a escolha do futuro ocupante do Palácio do Planalto. (...) o presidente Figueiredo se colocou em sintonia com o País, e, de certo modo, estabeleceu um compromisso de promover, de fato, a abertura ampla. Ocorre que essa decisão política só pode ser tomada em comum acordo com o seu partido e*

⁴⁶⁵“Mudar para servir melhor”. Jornal **O Povo**, 02/01/1984, p. 03. Grifos meus.

*pelo menos até aqui a grande maioria não aceita mudar o processo eleitoral. Isto não representa qualquer retrocesso. Muito pelo contrário, releva mais uma faceta do estilo do presidente, de seu desejo de patrocinar uma democracia plena e sobretudo a necessidade que sente, neste momento, de dar ao povo a chance de escolher livremente seus governantes. O fato é que qualquer um que estivesse em seu lugar teria que se condicionar a essa situação, mesmo não acreditando no processo de escolha do candidato por via indireta. Aliás, já foi dito que este sistema é tão democrático, quanto qualquer outro (...).*⁴⁶⁶

Mesmo os grandiosos comícios, que mobilizaram contingentes enormes de pessoas nas principais capitais brasileiras, chegaram a ser desqualificados por alguns colunistas. Themístocles de Castro e Silva,⁴⁶⁷ político filiado à Arena e também jornalista, associou os comícios à tentativa de uma chegada das esquerdas ao poder, através de Leonel Brizola. Ainda que extensa, considero pertinente a citação a seguir, pois ela nos oferece alguns subsídios importantes para refletir acerca das questões aqui colocadas:

O ‘showmício’ de terça-feira, no Rio de Janeiro, mostrou que as esquerdas, com Brizola à frente, estão mesmo a poucos passos do poder. Para tanto, só falta uma coisa: eleições ‘diretas, já’, de acordo com o ‘slogan’ que anda inquietando a Nação inteira. Também mostrou que o povo tem memória cada vez mais fraca, pois o baderneiro de ontem, responsável por incalculáveis prejuízos ao País, hoje é a grande esperança para esquecidos e desorientados. Pela TV, a coisa foi uma; pelas fotos dos jornais, outra bem diferente. Essa conversa de 1 milhão de pessoas é a maior balela dos últimos anos. (...) Para a mobilização que houve, inclusive com chamadas na TV de dez em dez minutos, a multidão não correspondeu. Com transporte de graça, rodoviário e marítimo, este para os cabos eleitorais trazerem gente de Niterói; com comércio e repartições fechando suas portas; com quarenta e dois artistas, os chamados ‘intelectuais de Ipanema’; (...) com tudo isso e mais a presença dos governadores de cinco Estados, que não deixam de atrair curiosidade, bem que o espetáculo poderia ter sido maior. (...) Não se diga que tudo ali era de esquerda, mas que o êxito alcançado a ela se deve, isso não se discute. (...) O ‘showmício’ só impressionou pela TV, que dá a dimensão que entende a qualquer concentração. (...) O que admira é que, com tanto dinheiro e tanto tempo para os trabalhos de mobilização da opinião pública, nem duas quadras tenham sido ocupadas pelos que atenderam à convocação de Brizola. O que mais deve ter impressionado à Nação foi um trecho do discurso do Sr. Leonel Brizola, quando ele disse que aquela multidão era a prova de que ‘o povo queria um Governo legítimo’. Quer dizer: ingrato, além de demagogo e farsante. (...) Assim, o Sr. Brizola deve renunciar à anistia que o beneficiou, porque oriunda de um governo que, como disse em praça pública, não é legítimo. (...) Para o Sr. Brizola e demais governadores da oposição, legítimo só aquilo que os beneficia. Se tivessem conquistado maioria no tão malsinado Colégio Eleitoral, claro que não queriam nem ouvi falar em ‘diretas, já’ (...). Mas o Sr. Brizola pode esperar à vontade, pois jamais será, como é de seus sonhos, o ‘Alfonsin brasileiro’. As eleições diretas estão no programa do Presidente, como parte final de seu projeto político, e virão a seu tempo. Se quem

⁴⁶⁶“Regras da sucessão serão mantidas”. Jornal **O Povo**, 26/11/1983, p. 2. Grifos meus.

⁴⁶⁷Themístocles foi deputado estadual e federal pela Arena. Passou por diversos jornais, entre os quais *Correio do Ceará* e *O Estado*. Cf. NETO, Pontes. **Deputados Estaduais**: 17ª legislatura (1967-1970). Fortaleza: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; INESP, 1999, p. 200-202. Themístocles foi também autor do livro “Antes e depois de 31 de março”, publicado em 1970. Cf. **Portal da História do Ceará**. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?pageNum_listafatos=376&totalRows_listafatos=30565. Acesso: 18/06/2015.

vai à praça pública, atraído por artistas e passagens gratuitas, quer as ‘diretas, já’, quem fica em casa ou no trabalho naturalmente não se entusiasma pelo movimento. De qualquer maneira, a imensa maioria, nas cidades e nos campos, quer o respeito às regras do jogo, isto é, às normas constitucionais que consagram as indiretas.⁴⁶⁸

A figura de Leonel Brizola, passados mais de duas décadas, é, de certa forma, ligada aos eventos de 1964 no sentido de colocá-lo como um “perigo”. Não se poderia esperar o contrário de alguém ligado à ditadura e outrora político da Arena colocações que não contrárias à campanha e, por conseguinte, favoráveis ao regime. Não deixa de ser curiosa a afirmação de que Brizola estaria tentando ser o “Alfonsín” brasileiro, quando, naquele contexto, a Argentina vivia um processo de investigação e condenação dos militares em seu momento de transição democrática, durante o governo de Raúl Alfonsín. No Brasil, tanto em relação à anistia, como em relação à campanha por eleição direta, existe, por parte da ditadura e seus aliados, o temor de que o processo de democratização levasse à punição dos responsáveis pelos crimes cometidos pela ditadura.

As questões levantadas por Themístocles tratam muito claramente de desqualificar a campanha “Diretas Já”, além de buscar minimizar sua força e a adesão popular. São questões, pois, que permitem pensar as complexidades da imprensa brasileira naquele momento e ponderar certas versões do passado que colocam as Diretas como uma unanimidade, abraçada pelos jornais brasileiros. Tampouco a ditadura perdera total apoio; ao criar estratégias para inviabilizar as Diretas e derrotar a Emenda Dante de Oliveira, foi correspondida por manifestações de consentimento, como demonstra a postura de Themístocles quando afirma que as Diretas estão “nos planos do presidente” e que “virão a seu tempo”.

Themístocles, em outro momento, colocou-se abertamente contrário à Emenda Dante de Oliveira em sua coluna, escrita às vésperas de sua votação. Sua crítica contra os “excessos” de liberdade patrocinados pelo regime, o que considera como sendo um “afrouxamento” negativo que estaria propiciando o retorno dos “inimigos” da democracia, evidenciam uma defesa intransigente da ditadura. O seu posicionamento quer soar de algum modo como apocalíptico, ao defender que, se aprovada, a Emenda abriria um “perigoso” precedente para a vida democrática:

Ou o Congresso decide com sensatez, rejeitando a emenda Dante de Oliveira, ou terá aberto precedentes dos mais perigosos para a vida das normas democráticas. Primeiro, revogação dos atos revolucionários; depois, anistia, mais ampla do que a

⁴⁶⁸“O ‘showmício’ de Brizola”. Jornal **O Povo**, 13/04/1984, p. 4.

proposta pelas oposições; a seguir, eleição para os governos dos Estados, pela via direta, com garantia de posse dos eleitos, entre eles o sr. Leonel Brizola, incompatível, sob todo e qualquer aspecto, com a filosofia de 64. A liberdade de imprensa voltou até com certo exagero, com organizações clandestinas fazendo circular tranquilamente seus jornalecos de injúrias e infâmias contra as autoridades e o regime. *Com a chamada “abertura democrática”, os inimigos da Democracia se sentiram tão à vontade, inclusive no Congresso e nos governos dos principais Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.* Não deve ter sido fácil ao Presidente chegar onde estamos, em matéria de abertura ou afrouxamento do regime, dizendo melhor. *Se tal estado de coisas interessa ao País, tenho minhas dúvidas.* O que não se pode negar, no entanto, é a determinação do Presidente em cumprir o que prometeu à Nação, embora nada lhe seja reconhecido por parte dos insensatos e radicais. Pode-se mesmo dizer que o Presidente abriu o regime contra ele próprio, pois não são poucos atrás das grades. (...) Apesar das incompreensões, o projeto político do Governo não sofreu qualquer embaraço. Tudo caminhava dentro dos planos do Presidente, no de atuação eficiente, na organização clandestina MR-8, que se inspira em Fidel Castro, apareceu com uma emenda de eleições diretas, com isso atropelando o programa já estabelecido pelo Governo para normalização da vida política do País. (...) Aproveitando a insatisfação popular em face das dificuldades da grave crise que nos aflige, gerando inflação, desemprego e recessão, (...) decidiram mobilizar a Nação pelas “diretas, já”, num movimento de pressão onde as bandeiras que mais alto tremulam são as da foice e do martelo, como se viu claramente nas concentrações do Rio e São Paulo (...). O certo é que, porque 100, 200 ou mesmo 500 mil pessoas, atraídas por “shows” artísticos e transporte gratuito, se concentraram no Rio e em São Paulo, a oposição já conseguiu convencer a muitos de que a Nação quer as “diretas, já”. Pura balela, endossada inclusive por alguns carreiristas do próprio PDS. Quem mais fala pela Nação: concentrações com “shows” artísticos, ou o Colégio Eleitoral saído das urnas? Ninguém pode invocar o desconhecimento da lei. Logo, se alguém saiu de casa, nas últimas eleições, ignorando que iria escolher o Colégio Eleitoral, o problema não é do Governo nem do PDS. O Colégio é mais legítimo, em termos de vontade nacional, do que os berros histéricos de Brizola ou Montoro nos “showmícios” do Rio e São Paulo. Para evitar uma nova crise institucional, o Presidente apressou-se em mandar ao Congresso uma emenda sensata, muito mais ampla e objetiva, com medidas realmente reclamadas pela sociedade. O ordenamento jurídico do Estado não pode ser elaborado sob pressão de passeatas ou comícios. Aqui é que está o perigo de precedente da emenda Dante de Oliveira: depois dela, para qualquer reforma da Constituição bastam gritos e passeatas. (...) *A origem da emenda Dante de Oliveira é suspeita, porque seu autor é um militante comunista infiltrado, como tantos outros, no PMDB.* Ele sabe que (...) as “diretas, já” representam seus companheiros de MR-8 no poder. E isso é repellido pela consciência democrática dos brasileiros. Nação confia em que, tal como em 64, o Congresso saberá escolher o bom caminho, rejeitando a emenda Dante de Oliveira e permitindo que, com a de Figueiredo, o País dê mais um passo à frente para a conquista de instituições políticas sólidas e duradouras. O Congresso precisa salvar o que praticamente ainda não nasceu.⁴⁶⁹

As questões defendidas por Themístocles, extensas mas significativas para a nossa análise, baseiam-se em uma perspectiva legalista para justificar uma “quebra de legalidade” e, ao mesmo tempo, reclamar dos “afrouxamentos” ocasionados pela abertura. A proposta das Diretas é atribuída ao grupo guerrilheiro MR-8, buscando associar o movimento ao comunismo e reforçar uma aversão histórica carregada de questões e estereótipos fortemente presentes nesse contexto ditatorial. A disseminação do medo parece ser a questão central nas

⁴⁶⁹“O perigo do precedente”. Jornal **O Povo**, 24/04/1984, p. 2. Grifos meus.

questões levantadas e defendidas por Themístocles, a fim de rechaçar o movimento e a Emenda Dante de Oliveira, e assumir uma interlocução com seu público leitor para estabelecer o que seria ou não legítimo naquela luta, e quais forças e projetos políticos deveriam prevalecer.

Quando da votação da Emenda Dante de Oliveira, o Distrito Federal esteve sob medidas de emergência que visavam “garantir” a manutenção da “ordem pública” durante a votação, em abril de 1984. Essa estratégia, sob o pretexto de evitar “ameaças de grave perturbação”,⁴⁷⁰ visava impedir que as crescentes mobilizações em torno da campanha por eleição direta criassem um quadro favorável à vitória da Emenda. As medidas foram executadas pelo general Newton Cruz, e iam desde a detenção de cidadãos, censura à emissoras de rádio e TV, suspensão da liberdade de reunião e associação, a intervenção em sindicatos e outras entidades de classe.

Diante das críticas feitas às medidas de emergência, o colunista Pedro Henrique Antero as defendeu em sua coluna, dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. Para Antero, as críticas à emenda não eram justas:

(...) Por incrível que pareça, o acessório está tomando espaço do principal. As televisões, rádios e jornais estão cheios de notícias e comentários acerca das providências emergenciais, como se elas tivessem vindo para ficar e se constituíssem em medida arbitrária (...) aquelas medidas são da competência do Chefe do Executivo, constam do texto constitucional (...). As observações, portanto, do governador Leonel Brizola (...) são impatrióticas, pois não revelam a verdade dos fatos e contribuem para a criação de um clima embaraço e de maior dificuldade para a gestão da crise. (...) É preciso que os políticos voltem suas atenções para o que é decisivo para o Brasil e retomem o diálogo sadio e construtivo, deixando de lado as provocações dos radicais e as medidas de emergência do Governo, que não tiveram outra finalidade que a prevista na Constituição. O ânimo do Governo, como é notório, não é de recuar no processo de abertura, mas de livrar a comunidade brasileira da reedição do passado, impedindo que velhos atores de 64 voltem a praticar os mesmos abusos. (...) As medidas de emergência (...) são um sinal de que vieram, de fato, para inibir os violentos e totalitários, e não como disfarce de golpe e de volta ao regime autoritário. Não há motivo para temer. Os ventos que sopram em Brasília são liberalizantes (...).⁴⁷¹

As posições de Antero evocam memórias sobre 1964, outrora aqui já discutidas, de certos “inimigos” ainda à espreita, que, por isso, justificaria as medidas de emergência. Os

⁴⁷⁰Decreto N° 888/1983. Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88888-19-outubro-1983-438844-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 18/06/2015.

⁴⁷¹“O principal e o acessório”. Jornal **O Povo**, 23/04/1984, p. 4.

“velhos atores” de 1964, na tentativa de “reeditar” o passado, explicariam, pois, a ação da ditadura.

Curioso pensar em certas posições assumidas naquela correlação de forças, no sentido de que os adversários de duas décadas atrás e todo o repertório discursivo do contexto do golpe, reaparecem em momentos posteriores. Não seriam apenas os “inimigos” do regime, mas, também, do Brasil. Quaisquer que fossem suas ações, nas campanhas por anistia ou eleições diretas, se evocava certa imagem sobre 1964 para se falar de um “perigo”, defendido como ainda iminente.

Por outro lado, as posições favoráveis às Diretas, conforme demonstra alguns editoriais do O.P, parecem sinalizar deslocamentos dentro do jornal naquele contexto. Outros editoriais, no tocante às questões da crise econômica, publicados no início dos anos 1980, traziam, aqui e acolá, manifestações de descontentamento com a situação econômica do país. Não se tratava, evidentemente, de rupturas com um regime que desde sempre fora apoiado, mas fissuras que compunham, em alguns aspectos, posições divergentes dentro do jornal. O tema das Diretas evidencia isso.

Em editorial publicado em novembro de 1983, a questão da eleição indireta é tratada como uma “anomalia”, divergindo de posições dentro do jornal que legitimavam o pleito indireto, na tentativa de relegar a campanha das Diretas a um plano secundário e não prioritário. Assim, na data de comemoração da proclamação da república, o editorial trazia as seguintes questões:

(...) O Brasil chega aos 84 anos como República imerso na maior crise econômica e política de toda a sua história. A dívida externa ascende já a 102 bilhões de dólares e o obriga a fazer toda sorte de concessões para ganhar as boas graças dos credores. No plano político a questão da sucessão presidencial galvaniza as atenções dos diversos partidos, tudo levando a crer que embora a idéia da eleição direta tenha sido aventada pelo próprio Presidente da República, possivelmente como simples balão de ensaio, ainda desta vez prevalecerá a escolha por via indireta, através de um colégio que muito deixa a desejar em matéria de legitimidade. Assim como a constituição de 1891, por influência de Rui – um elitista político – excluiu do processo político o voto não só dos analfabetos mas também de vários segmentos sociais, ao povo brasileiro a atual Constituição tirou a prerrogativa de escolher o seu mandatário. Também por elitismo. É uma regressão que faz com que à crise econômica se acrescente a frustração por não se ter devolvido ainda ao País uma das mais caras tradições republicanas – o pleito direto.⁴⁷²

⁴⁷²“A caminhada republicana”. Jornal **O Povo**, 15/11/1983, p. 4.

Uma postura de descontentamento permeia o editorial. O pleito indireto é posto como um problema. Percebe-se, desta maneira, que a pauta do pleito direto, elemento central da campanha Diretas Já, não fora por completo rechaçado pelo jornal O.P. Naquele mesmo ano, meses antes, em maio, o jornalista Pádua Campos defendia em sua coluna que era “A vez dos civis”, e que estaria fora de cogitações, por conta do próprio “processo” de abertura, que “o futuro presidente seja outro general de quatro estrelas, da ativa do Exército, como o eram no seu tempo Castelo Branco, Costa e Silva, Ernesto Geisel e João Figueiredo”.⁴⁷³

Durante a realização dos comícios, no início de 1984, outro editorial evidencia a posição dos editores do O.P em relação à reivindicação por eleição direta para presidente da república. O modo simpático por meio do qual o editorial aborda os comícios e a ênfase na pauta principal, ou seja, o voto direto, defendendo-a como legítima, são acompanhados pelo questionamento da legitimidade do Colégio Eleitoral:

O comício realizado em Curitiba, em favor da eleição direta, ao menos sensibilizou a opinião pública, se acaso não houver contribuído de alguma forma em áreas decisórias da República. Ontem, São Paulo fez outro movimento e, desta vez, desde às vésperas, o temor de tumulto se estendia do Sul até Brasília. Era como se estivéssemos na iminência de soçobrar num naufrágio coletivo. O fato demonstrou que o medo de manifestações populares é perfeitamente justificável nos órgãos incumbidos da segurança pública mas não deveria atingir setores que manifestadamente correm das opiniões contrárias ou das estatísticas contestadoras. *Uma aglomeração de povo pode até ser um sinal de participação e um marco de direção. Por mais que queiramos explicar a validade do voto indireto há, contra ele, a insubordinação da maioria. E, como todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, as manifestações em prol da eleição direta representam um extravasamento coletivo contra a violação deste princípio basilar do regime democrático. Não se quer excluir o processo da eleição indireta como também democrático. Ele o é e a sua existência, em países visceralmente democráticos, como os Estados Unidos, atestam esta verdade. O que se contradiz, nesta hora, é, primeiro, a legitimidade do Colégio Eleitoral, composto conforme um decreto-lei contemporâneo da legislação arbitrária que, aos poucos, foi sendo revogada. Depois, o povo reclama o retorno a uma tradição nacional. (...) Mesmo que o Brasil estivesse às mil maravilhas, admitindo-se a reta intenção dos nossos governantes, nem por isso se esvai esta necessidade de abrir o leque de participação, atribuindo-se responsabilidades a todos e garantindo a cada ato governamental a legitimidade que decorre da efetiva representação popular. Se nos animamos em advertir os governantes para esta recomendação do povo, que quer eleição direta, do mesmo modo nos sentimos encorajados para lembrar a todos, governantes e governados, que a reivindicação justa não exclui o uso dos meios certos. De um lado e de outro é imperioso o dever de respeito à pessoa humana, de sorte que não hajam lesões físicas, nem injúrias, nem violência alguma. O que está em jogo é o princípio da eleição. O povo a quer direta, não porque a indireta seja má, mas porque está viciada na origem da sua própria legislação. E não se queira, à custa desta justeza da aspiração, atentar-se contra a honra e o passado do outro ou dos outros. (...) Pelo espírito destas manifestações, dirigidas com tanto calor cívico e com um elevado*

⁴⁷³“A vez dos civis”. Jornal **O Povo**, 15/05/1983, p. 2.

sentido de participação, não se devem temer os comícios pela eleição direta. Muito ao contrário, deveríamos nos abrir interiormente para auscultar a justiça deste pleito popular, ou para refazê-lo com argumentos convincentes ou para atendê-lo com a nobreza da nossa vocação democrática.⁴⁷⁴

Essa legitimidade sinaliza não apenas um deslocamento dentro do jornal, posto que defende uma luta situada no campo de oposição à ditadura, como também se revela um espaço permeado para contradições internas, como já dito. O jornal, contudo, o faz sem questionar a ditadura em si, mas, tão somente, um aspecto do regime que este mesmo jornal foi entusiasta quando do golpe, e que, ao trazer à discussão essas questões, coloca-se de algum modo distante daqueles acontecimentos, como se lá não estivesse e como se, por conta deles, o país não vivesse a situação que naquele momento se reclamava.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira, como já pressupunham os posicionamentos encontrados no jornal O.P, esboçou reações de aprovação e desaprovação. Igualmente, posturas de algum modo “desinteressadas”, ao falar da importância do movimento em favor das Diretas e, ao mesmo tempo, defender que o resultado da votação revelou “maturidade política” e “serenidade” do Congresso Nacional, e como se, de algum modo, a sociedade não estivesse frustrada, pois, segundo o editorial do dia 27 de abril, plantara a semente das eleições diretas e “receberam o veredictum do Congresso com a compressão própria dos que sabem cultivar a esperança”.⁴⁷⁵ A ausência de frustração no editorial em questão, marcado por uma postura conciliadora, a falar em diálogo, nos mostra que, se, por um lado, os editoriais defenderam a importância das Diretas, por outro, o fizeram sem querer soar como oposição à ditadura.

O interesse pelas Diretas no jornal C.S é mínimo durante a campanha. Ou seja, pouco se discutiu a respeito. As questões levantadas naquele momento foram tratadas minimamente pelo jornal da Diocese de Sobral. A capa de sua edição posterior a derrota da Emenda Dante de Oliveira sinaliza a falta de interesse político em trazer à pauta as reivindicações do movimento: nenhum editorial ou reportagem sobre a derrota. As páginas constantes daquela edição vêm confirmar o desinteresse. Aos olhos do leitor, até parece que os acontecimentos políticos daquele final de abril de 1984, estampados nas páginas de muitos outros jornais brasileiros, faziam parte de um universo do qual o C.S estava distante. Somente meses após a derrota da Emenda, com a campanha de Tancredo Neves ganhando força, é que o jornal, por

⁴⁷⁴“A eleição direta”. Jornal **O Povo**, 26/01/1984, p. 4. Grifos meus.

⁴⁷⁵“Agora, a negociação”. Jornal **O Povo**, 27/04/1984, p. 3.

meio de um editorial, aborda as Diretas para demonstrar sua insatisfação com a política brasileira.

É difícil, todavia, buscar historicizar essa postura desinteressada, tirar dela alguma resposta mais detalha; enfim, esmiuçar questões diante do silêncio. Contudo, se entendemos esse desinteresse em sua dimensão política, creio ser possível notar que a campanha das Diretas não representou uma bandeira de luta também para o jornal C.S, que a tratou, como veremos, em ocasiões esporádicas. Ainda que as condições de produção do C.S e sua periodicidade expliquem o menor número dessas questões em suas páginas quando pensamos por uma perspectiva comparada, tomando de exemplo outros jornais de circulação diária e, sobretudo, o O.P, é preciso pensar na produção do silêncio e em suas implicações políticas, pois aí entendemos o papel da imprensa como prática social, para além do mero discurso, pensando nos projetos políticos que elege ou não como prioritários.

No que diz respeito à produção do silêncio, há que ressaltar a proximidade que marca as posições do O.P e do C.S. Silêncio não sobre a campanha propriamente dita, mas sobre outros sujeitos e pautas. Como destaca Vanderlei Elias Nery, as disputas pela hegemonia do processo que conduziu a campanha e definiu suas pautas e protagonistas, evidenciou a supremacia do que o autor considera como sendo da “oposição burguesa” - através do PMDB e do PDT -, que soube conduzir a luta de forma que as contestações consideradas mais radicais, vindas da classe operária, fossem silenciadas, como foi o caso da proposta de greve geral feita pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na avaliação de Nery, “As esquerdas, em especial o PT e a CUT, não tiveram forças para impedir este processo, e acabaram sucumbindo à direção burguesa”.⁴⁷⁶ Em uma análise mais demorada, o autor nos coloca que:

(...) a campanha Diretas Já, ao ser conduzida pela oposição burguesa para aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, seguindo o estrito caminho da ordem burguesa, impediu que as reivindicações das classes populares ultrapassassem a luta parlamentar e pudessem impulsionar um processo de redemocratização do país capaz de pôr abaixo a estrutura militarizada do aparelho de Estado brasileiro (...). Uma importantíssima forma de luta dos trabalhadores, a greve geral, foi descartada pela oposição burguesa, pois apresentava o risco de ultrapassar os limites institucionais (...). Nesse sentido, apontou a “democracia” genericamente aludida

⁴⁷⁶NERY, Vanderlei Elias. *Diretas já: mobilização de massas com direção burguesa*. Op. Cit. p. 266.

como o objetivo maior que, sendo atingido, significaria a superação dos problemas sociais.⁴⁷⁷

As pautas dos trabalhadores foram questões silenciadas por esses jornais e, igualmente, a ausência do papel desempenhado pelo PT nesse processo indica outro silêncio a compor as posturas do O.P em C.S em relação ao tema, que foi posto por uma perspectiva uniforme, sendo o pleito direto a única pauta.

As questões trazidas pelo jornal C.S a respeito da campanha, vale ressaltar, quando colocadas, buscaram enfatizar a legitimidade e a importância do pleito direto, dando ênfase aos posicionamentos de membros do clero favoráveis à “Diretas já”.

Em outubro de 1983, um artigo de Victor Aquino, oriundo da agência Plana, vem reclamar da inércia política que mantém inalterado o quadro político brasileiro, além de se referir ao Colégio Eleitoral como sendo um teatro, como que para lhe conferir ilegitimidade e evidenciar a encenação eleitoral forjada pela ditadura. Em “A tragédia democrática”, Aquino coloca que:

Ninguém duvida. Neste país nada mais acontecerá de extraordinário, ou haverá que mereça nossa preocupação até a posse do novo presidente, em março de 1985. (...) Saber o nome do futuro presidente é fundamental, ao menos, para matar o tempo. Todavia, em face do atual processo de escolha, o único caminho é o da especulação. Se há os possíveis candidatos palacianos, ainda há os dissidentes da situação e os inúmeros da oposição. Os de oposição, aliás, sem a menor chance de êxito. Mesmo assim, no grandioso teatro do colégio eleitoral, mais de um candidato representará o seu democrático papel. É aguardada com grande ansiedade o dia da estréia dessa tão anunciada peça ‘democrática’. Aos olhos do mundo, certamente, o Brasil terá demonstrado seu novo estágio político, saudável e amadurecido. Poderá até mesmo ser ovacionado por isto. Mas ninguém duvide, corremos o sério risco de, encerrada a temporada, após outro período de seis anos, vermos o anúncio da reprise, outra vez, dessa peça, dessa tragédia clássica e antológica: nossa democracia. Mesmo cenário, mesmo palco, mesmos atores, mesmos produtores e o mesmo sistema de produção: eleições indiretas.⁴⁷⁸

O tom irônico de Aquino para tratar do Colégio Eleitoral e das questões que o tangencia, sinaliza um posicionamento contrário ao pleito indireto, ao passo que chama a atenção para o “teatro democrático” a fim de evidenciar um problema. Tratar, aliás, a eleição indireta como sendo um problema, explica a adesão a uma reivindicação que começava a ganhar força naquele ano de 1983, como também uma estratégia para chamar atenção do leitor para uma luta social e para o que ela reclamava.

⁴⁷⁷Ibidem, pp. 267-268.

⁴⁷⁸“A tragédia democrática”. Jornal **Correio da Semana**, 15/10/1983, p. 3.

Como de costume, o jornal C.S trouxe posicionamentos de membros do clero, notadamente da CNBB, a respeito de diversas questões da vida política nacional naquele momento. Dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, o jornal publicou o que foi defendido por Dom Luciano Mendes, à época Secretário Geral da CNBB, e por Dom Sinésio Bohn:

Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB, afirmou aos jornalistas na Sala de Imprensa da CNBB, na última semana do mês de março que o novo presidente precisa de respaldo popular: “A situação do Brasil, a seriedade da crise, que atravessamos, requer um Presidente com respaldo popular (...)”. Para D. Sinésio Bohn, responsável por Ecumenismo e Juventude na CEP da CNBB, “só eleição direta não resolve o problema brasileiro, a participação séria e permanente do povo; por isso importa estimular, apoiar e fortalecer organismos intermediários, sindicatos fortes, a organização permanente do povo com um trabalho de educação; reduzir o problema brasileiro à eleição direta é como reduzir o problema do Nordeste a dar água episodicamente àquela gente”.⁴⁷⁹

Após a derrota da Emenda, outra reportagem veio trazer posições de membros do clero a respeito do tema. Outra vez Dom Luciano Mendes defendia a campanha das Diretas como sendo “justa aspiração popular”:

(...) “O Brasil vem testemunhando a manifestação espontânea de seu povo a favor de um direito, cada vez mais consciente, de participar pela eleição direta na escolha do Presidente da República. O que impressiona, analisando gigantescos comícios, é o clima de tranquilidade e ordem, sinceridade da participação popular e a evidência de que as eleições diretas são escolhas do próprio povo. (...) A Igreja, que procura cumprir a sua missão de contribuir para que haja condições de o próprio povo tornar-se consciente de sua dignidade, direitos e deveres, sente-se chamada a reconhecer a verdade da justa aspiração popular. (...) No entanto, eleições diretas são apenas parte de um processo maior, que deverá incluir distribuição equitativa de benefícios e oportunidades, permitindo às camadas desfavorecidas de nosso povo ascenderem às condições de vida mais dignas. (...) O respeito às justas reivindicações populares deve ser assegurado pela legítima autoridade a qual compete evitar qualquer recurso a medidas de urgência, que se tornariam autoritárias, por se oporem a evidente tranquilidade e ordem reinante no país. Essas medidas, mais do que ajudar, prejudicariam o processo tranqüilo e ordeiro através do qual o povo vem exercitando o seu direito de cidadania”, afirmou o Secretário Geral da CNBB.⁴⁸⁰

A reportagem, publicada somente no dia cinco de maio, evidencia o apoio da CNBB em mais uma luta popular do contexto da abertura política, e a preocupação do C.S em não deixar de fora de suas páginas o que era defendido nesse âmbito por sua representante maior, ainda que o jornal tenha se omitido de falar diretamente sobre por meio de um editorial ou coluna assinada por seu editor, Pe. Egberto. Tampouco a campanha tornou-se um tema central

⁴⁷⁹“Novo presidente precisa de respaldo popular”. Jornal **Correio da Semana**, 21/04/1984, p. 2.

⁴⁸⁰“Igreja respeita justa aspiração popular”. Jornal **Correio da Semana**, 05/05/1984, p. 2.

no C.S, sem a evidência editorial que o tema reclamava diante da mobilização e pressão sociais.

Outro ponto levantado por Dom Luciano e que evidencia a preocupação da Igreja com a justiça social, reside na pauta defendida pelo secretário geral da CNBB sobre uma distribuição justa de benefícios e oportunidades, questão pertinente para um contexto de crise econômica e exacerbação das desigualdades sociais.

Na primeira edição do mês de junho de 1984, o tema das diretas reaparece no jornal C.S, através de um artigo oriundo da Plana, escrito por Silvia Franco. É de modo frustrado que a colunista se coloca em relação à derrota da Emenda Dante de Oliveira, buscando chamar atenção para os deputados que votaram pelo “não” e os que não compareceram ao dia votação:

Senhor Povo Brasileiro, todos teremos que esperar. Mas quem espera sempre alcança, não dizem?, salve salve a esperança. Nossos prestigiados deputados, todos eleitos pelo voto e confiança popular estão de volta. Os que votaram sim – Deus os tenha – justificaram a fé na credibilidade de seu mandato. Os que votaram não – que o FMI os carregue – aí estão também, justificando a negativa com as mais variadas razões (...) são tantas que até mesmo o povo brasileiro desconfia. Há justificativas que são verdadeiras jóias do mais tortuoso pensamento desculpativo. Há quem diga que votou não para seguir sugestão do Presidente Figueiredo. Muito atencioso o cidadão. Aliás, cidadão, não. Cidadão somos nós que queremos a democratização deste país. (...) Foi eleito pelo voto popular e, na hora H, dá ouvidos não a seu eleitorado, mas ao presidente desta pátria amada (...). E os ausentes, eles também voltaram. Estes têm ainda mais esfarrapadas desculpas, um andrajo de justificativas (...). Ah, os abstêmios! Abstiveram-se de votar. O povo há de lembrar-se de abster-se também, na época oportuna (...). E fica aqui a esperança. Mais não digo, que meu coração é brasileiro e chora magoado a inconseqüência de nossos deputados.⁴⁸¹

Na mesma página, a coluna de Suzanne Bertrand, também da Plana, assume uma postura de algum modo frustrada para falar da derrota da Emenda:

Rejeitada a emenda Dante de Oliveira, o que mais se fala agora é em negociação. Negociar é preciso, principalmente do lado das oposições, sob pena delas todas verem a presidência da república ocupada por alguém menos desejado. Viveu-se o grande sonho nacional com a campanha das “diretas-já”, chegando mesmo a imaginar que o fenômeno da pressão popular fosse capaz de concretizá-lo. Ledo engano. (...) E o povo, este, continuará apenas assistindo de longe ao “processo”, como já está decidido. Continua-se a falar em consenso. A questão é saber de quem e sobre o quê. Reza uma lei social que o conformismo é elemento altamente essencial na imposição e tutela do poder, e que é a partir do inconformismo social que se operam as mudanças políticas mais substanciais. Por esta razão básica, é bom que os atuais condutores do regime tenham em mente que, mesmo rejeitada a

⁴⁸¹“Eles estão voltando”. Jornal **Correio da Semana**, 02/06/1984, p. 3

emenda das diretas, não se pode dizer que a sociedade brasileira de hoje continue a conformar-se com a maneira pela qual ela vem sendo dirigida.⁴⁸²

As questões trazidas pela colunista buscam evidenciar a falta de participação popular no processo, derrotado que fora no Congresso, e, também, falar do inconformismo da sociedade brasileira com os rumos da política. Insatisfação e frustração dão o tom das colocações, e reforçam, assim, a legitimidade conferida ao movimento das Diretas.

A mesma postura a reclamar por mudança foi defendida em editorial publicado em agosto de 1984. Já passada a ebulição da campanha após a derrota da Emenda, o jornal vem defender “um novo sistema de governo”. Ainda que não o explicita ou que abertamente se defenda o fim da ditadura, a insatisfação que permeia o texto indica falta de apoio político do jornal para com o regime, questão tantas outras vezes constatadas, e preferência declarada a Tancredo Neves para ser o substituto de Figueiredo:

Nós estamos vivendo momentos dramáticos na vida política nacional. Um novo sistema de governo é a necessidade gritante que todos sentem. (...) O grande público, alimenta seus temores quanto ao Sr. Andreazza enquanto continuista e quanto ao sr. Maluf, temendo a sua administração; e alimenta esperanças quanto ao Sr. Tancredo Neves para uma mudança de mentalidade e no político sensato e experimentado. De qualquer maneira, o Brasil precisa mudar. E este é o lema de Tancredo Neves: “Muda Brasil!” Nestes meses que restam de campanha como se fossem diretas, sentiremos os desejos dos brasileiros quanto a escolha do Presidente. Eles não podem escolher diretamente seu governante, mas ninguém lhes pode impedir a manifestação de seus desejos em praça pública, como o fizeram na campanha “Dante de Oliveira” (...).⁴⁸³

Ainda que não seja propósito deste tópico discutir questões que demandam análises mais profundas, como o que significou politicamente a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e a memória que se construiu como sendo ele um homem moderado e conciliador, o editorial do C.S permite pensar na insatisfação política como um elemento em comum, a tangenciar as questões relativas à eleição direta.

Importante chamar atenção para o fato de que essa insatisfação política e defesa de uma mudança, articuladas às Diretas, não implicam em posicionamentos mais radicais no sentido de se colocar abertamente contrário à ditadura, exigir seu fim. Uma perspectiva claramente oposicionista não é uma questão presente na atuação do jornal C.S, tampouco do jornal O.P.

⁴⁸² “Decisão, consenso e negociação”. Jornal **Correio da Semana**, 02/06/1984, p. 3

⁴⁸³ “Política nacional”. Jornal **Correio da Semana**, 11/08/1984, p. 1.

Por fim, as lutas encetadas no campo de oposição à ditadura, que se contrapunham ao projeto de abertura política e à própria ditadura, e as posições assumidas pelos jornais C.S e O.P nessa conjuntura, indicam dois jornais que, ainda que guardem entre si divergências, atuaram legitimando não apenas a ditadura instaurada no país com o golpe de 1964, mas, também, seu projeto de abertura política.

Um projeto construído a partir de forças que se aliaram à ditadura. Forças não apenas entre os setores militares, mas, também, entre setores da sociedade civil, garantindo, assim, uma transição controlada, pelo alto, impedindo que fosse conduzida a partir das lutas de setores que reclamavam o fim da ditadura e uma transformação mais substancial da sociedade. A ditadura não foi apenas militar. Conhecer o papel dos civis em sua constituição contribui lançando luzes em zonas mal iluminadas, em memórias que se querem hegemônicas e forjam uma imagem distorcida do passado no qual *sociedade* e *ditadura* parecem ser coisas distintas e mesmo antagônicas.

Considerações finais

As relações da sociedade com a ditadura civil-militar ainda comportam várias zonas inexploradas, algumas complexas, permeadas por memórias construídas e reconstruídas nos últimos anos, em que a imprensa ocupa um papel importante.

O estudo da atuação dos jornais O.P e C.S no contexto da abertura política, ilumina pontos a partir dos quais é possível identificar alianças que são construídas entre setores da sociedade brasileira e a ditadura, que remetem à questão, insistida por diversos historiadores nos últimos anos, de que a ditadura não foi apenas militar, ainda que o conceito *civil-militar* exija uma análise mais acurada a fim de não incorrer num uso indiscriminado.

Procurei demonstrar neste trabalho as relações de consenso e consentimento construídas a partir de alianças políticas, em que os jornais C.S e O.P, agentes históricos ativos assumindo posições em determinada correlação de forças, atuaram como ingredientes de um processo no qual diversas forças concorreram para a construção hegemônica do projeto de abertura proposto pelo regime, buscando impedir outras pautas dos segmentos sociais de oposição à ditadura.

Não raro, a historiografia evoca memórias em que a imprensa, outrora apoiadora do golpe de 1964, ao sofrer as consequências do rearranjo de forças políticas que originou a ditadura, através da censura e da perseguição a jornalistas, num ato de arrependimento seguido de ruptura, passa a combater o arbítrio e defender a democracia. Essa imagem, em grande medida distorcida, se assenta em tons de *preto e branco* que silenciam apoios e tiram a complexidade do processo histórico, forjando a noção de trincheiras.

A coerção não é o único elemento que explica existência da ditadura civil-militar brasileira e sua duração de 21 anos. Tampouco seu projeto de abertura política, que garantiu uma saída negociada, além da impunidade e imunidade aos seus agentes que torturaram, mataram e desapareceram centenas de pessoas, não teria sido possível sem a existência de alianças, entre setores militares e civis, que garantiram sua hegemonia durante o processo de lutas que marcou o final dos 1970 e início dos anos 1980.

Os jornais C.S e O.P, forças do campo civil aliadas à ditadura, não apenas atuaram legitimando as forças políticas, no Brasil e no Ceará, ligadas à ditadura, como também seu

projeto de abertura política em que o sentido de democracia, ligado à volta do Estado de Direito, forjava-se como mais uma “etapa” de um “processo revolucionário” iniciado em 1964, que requereu uma situação de excepcionalidade institucional e política para “corrigir rumos”. Logo, a “democracia” e a “normalização do país” deveriam ser *concedidas* pelos mesmos militares que em 1964 fizeram a “revolução”. Os grupos de oposição ao regime, notadamente quando da luta por anistia “ampla, geral e irrestrita” e da campanha “Diretas já”, são desqualificados e forjados como entraves a um processo de “normalização” da vida política do país que deveria ser conduzido pela própria ditadura.

Evidentemente, ao longo do processo, atritos com o regime e deslocamentos em certas posições são encontrados. Críticas foram feitas; discordou-se de aspectos e decisões do regime; lutas de oposição à ditadura encontraram acolhimento, ainda que somente por um dos jornais ou por alguns jornalistas; e a memória que colocava o golpe de 1964 como um evento heróico, sofreu reconstruções impelidas pelas mudanças conjunturais. Todavia, não é possível falar em rupturas; os jornais C.S e O.P, apesar das questões levantadas, não podem ser considerados opositores ou resistentes à ditadura civil-militar. Ao defenderem o projeto de abertura política da ditadura, reforçaram suas posições na correlação de forças daquele período de lutas, colocando-se muito mais como aliados do regime, e não o contrário.

O silêncio em torno das lutas de oposição à ditadura e os posicionamentos contrários manifestados pelos jornais aqui estudados, indicam a produção de uma memória na qual sujeitos são excluídos do processo ou forjados na condição de antagonistas, em detrimento da afirmação de memórias, eventos e projetos ligados à ditadura. Ao assumirem posições perante as lutas que marcaram o período da abertura política, os jornais C.S e O.P buscaram intervir no processo, defendendo interesses e projetos, e não apenas “noticiando” sobre os acontecimentos daquele período. Assim, as análises desta pesquisaram buscaram articular a atuação dos jornais estudados ao campo de lutas que marcou o processo de redemocratização, buscando problematizar as diversas questões suscitadas pelas fontes.

O percurso de uma pesquisa é marcado, tantas vezes, pela alegria de descobertas e pela frustração com a ausência de respostas. Muitas questões, infelizmente, não puderam ser respondidas. Há, ainda, uma zona de silêncio sobre a atuação de muitos sujeitos e instituições no Ceará durante a ditadura, mas que vem sendo rompida com a atuação de estudiosos que buscam mapear as pistas que possam nos levar a um entendimento mais aprofundado sobre o

que aconteceu no estado durante aqueles anos. Nem sempre foi possível obter respostas, por exemplo, sobre os vínculos políticos de certos sujeitos ligados ao C.S e O.P, com partidos políticos e/ou instituições ligadas à ditadura; nem sempre foi possível entender, em maior profundidade, a atuação da Diocese de Sobral naquele contexto. Muitas dessas questões, creio, poderão ser respondidas com estudos específicos realizados na duração que uma pesquisa aprofundada exige.

As questões levantadas neste trabalho, fortemente permeadas pelo colaboracionismo que marcou a atuação do C.S e O.P, não buscam soar como um *acerto de contas* a apontar culpados. Mas, antes, buscam compreender escolhas assentadas em uma cultura política autoritária e os valores defendidos como norteadores para a vida política nacional em um dado momento histórico. Pensar nesses termos, creio, ajuda não somente a compreender um passado recente da história do Brasil, mas, da mesma forma, pode ajudar a compreender tantas outras questões postas no presente, tendo em vista que a ditadura, um *passado que não passa*, ainda tem muitos cacos incrustados em nossa incipiente democracia.

Os apoios de setores da sociedade à ditadura são questões incômodas no presente e que não calha com as memórias nas quais, em dado momento, todos se colocaram contrários à ditadura e defenderam a democracia. Neste sentido, concordo com Peter Burke quando, discordando de Heródoto quando esse imaginou os historiadores como “guardiães da memória, a memória de feitos gloriosos”, preferiu ver “(...) os historiadores como os guardiães de factos incômodos (...)”.⁴⁸⁴

Beatriz Sarlo, ao propor o movimento prospectivo da História, nos leva a pensar não apenas “isto foi feito”, mas, sim, “isto pôde (e pode) ser feito”. O apoio à ditadura, ainda que refutado no presente (por alguns) e até mesmo incompreensível (para alguns), foi fruto de uma construção social feita a partir de valores aceitos e compartilhados por sujeitos em determinado momento. É preciso compreender essas relações de consentimento não pela perspectiva de um *mal* como um fim em si mesmo, mas, sim, como uma relação construída entre sociedade (ainda que não em sua inteireza) e regime a partir de um projeto político ditatorial que foi defendido por muitos como a “salvação” do Brasil. Não são relações de

⁴⁸⁴ BURKE, Peter. O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica. Trad. Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992, p. 251.

apoio alheias ao conjunto da sociedade, mas construídas a partir dela. A História, pensando em sua função social, deve servir como meio de garantir que isso não aconteça, não se repita.

Por fim, entendo que o estudo das relações entre a ditadura civil-militar e os jornais C.S e O.P, servem de reflexão não apenas para a atuação da imprensa, de uma maneira geral, mas, também, para a atuação de outros setores que desempenharam algum papel na construção da ditadura, pensando essas relações não apenas em uma seara amistosa, compreensível nos consentimentos, mas, igualmente, em seus atritos e suas ambivalências, percebidos ao longo da conjuntura.

Fontes

Edições do jornal *Correio da Semana*, correspondentes aos anos de 1964, 1970, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985;

Edições do jornal *O Povo*, correspondentes aos anos de 1964, 1971, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985;

Relatório final da *Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Ceará* – Sindjorce. Fortaleza, 2013;

Edição de março de 1979 do jornal *O Mutirão*;

Relatório de viagem a Sobral-CE. 14 de dezembro de 1967. Delegacia de Ordem Política e Social do estado do Ceará (DOPS-CE);

Entrevistas com João Batista Frota (*Correio da Semana*), Pedro Henrique Antero (*O Povo*) e Zuleika Ximenes Viana (*Correio da Semana*).

Internet

Site da Agência Boa Imprensa (ABIM) (<http://www.abim.inf.br>);

Site *Brasil Nunca Mais Digital* (<http://bnmdigital.mpf.mp.br>);

Site da Câmara Federal (<http://www.camara.leg.br>);

Site da CNBB (<http://www.cnbb.org.br>);

Site da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (<http://cnv.gov.br>);

Site *O Nordeste* (<http://www.onordeste.com>);

Site *Portal História do Ceará* (<http://www.ceara.pro.br>);

Site *Portal PPS* (<http://www.pps.org.br>).

Referências bibliográficas

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

ALMEIDA, Nilton Melo. “A censura como instrumento de ensino prático”, In: **Anais do 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo**, Florianópolis, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALVIM, Thereza Cesario. **O golpe de 1964: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985)”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). **As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação”. In: In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad.: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

AZEVEDO, Kátia. **Mutirão: jornal alternativo do Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. **Nova história da Associação Cearense de Imprensa**. Fortaleza: Casa de José de Alencar; Programa Editorial, 2000.

BARBALHO, Alexandre. **Cultura e imprensa alternativa: a revista de cultura O Saco**. Fortaleza: Uece, 2000.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. “Sobre história: imprensa e memória”. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al. **Outras histórias: memória e linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão”. **Revista de História Comparada**, v.3, 2008.

_____. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

_____. “Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da ‘argentinização’ da transição política”. **Diálogos** (Maringá.Online). v.18, n.1, jan-abr./2014.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e crítica história**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasilense, 2012.

BEZERRA, Viviane Prado. **Memória política de Sobral: A ditadura militar em foco**. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.

_____. **Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980)**. Sobral-CE: Edições ECOA, 2014.

BRESCIANI, Stella. “Prefácio”. In: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2012.

BURKE, Peter. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Trad. Vanda Maria Anastácio. Lisboa: DIFEL, 1992.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CARLOS, Juliana de Oliveira. “A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil”. **Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth**. Unicamp, v. 13, 2008.

CARVALHO, Gilmar de. “Trinta e sete anos de posfácio”. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense** (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC; Arquivo Público do Ceará, 2006.

CHAGAS, Carlos. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Orgs.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos de Cultura Contemporâneos, 1978.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

_____ ; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. **Projeto História**, São Paulo, n.35, pp. 253-270, dez. 2007.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Limites políticos para a transição democrática no Brasil”. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)**. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

DELGADO, Lucília de A. Neves. “1964: temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DIAS, Luiz Antonio. **O poder da imprensa e a imprensa do poder: A Folha de São Paulo e o golpe de 1964**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis-SP, 1993.

DREIFUSS, René. “Posfácio”. In: MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

_____. **História do Ceará**. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Introdução”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. “A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. “Brasil: a transição inconclusa”. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. **Reinventado o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FILHO, José Valdenir Rabelo. “As classes políticas cearenses e a ditadura de 31 de março de 1964: entre consensos e consentimentos”. **Revista Historiar**, vol. 5, nº 9, ano 2013.2.

_____. **A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2014.

FRANÇOIS, Étienne. “Os ‘tesouros’ da Stasi ou a miragem dos arquivos”. In: BOUTIER, Jean; DOMINQUE, Julia (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FGV, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GAZZOTTI, Juliana. “O Jornal da Tarde e o pós-AI 5: o discurso da imprensa desmistificado”. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos, SP: EdUFsCar, 2006.

GONÇALVES, Marcos. “Missionários da ‘boa imprensa’: a revista católica *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, nº55, 2008.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia/Convivium (1964-1985)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon – PR, 2009.

GONDIM, L. M. P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. “O popular na imprensa: linguagens e memórias”. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-Rom.

_____. “Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

MACHADO, Adriano Henriques; CRUZ, Heloisa de Faria. “O debate em torno do Movimento pela Anistia nas Igrejas Evangélicas: posicionamentos e tensões no caso das Igrejas Luterana e Metodista”. **Religare**, v. 11, n. 2, setembro de 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral. “Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários (1966-1982)”. In: CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)”. In: ORLANI, Eni Puccinelli (Org.) **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ª ed. Campinas, SP: Fontes, 2003.

MARTIN, Isabela. **Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-86)**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto S. “Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política”. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV; ediPUCRS, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NERY, Vanderlei Elias. “Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites”. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, 2010.

_____. “Diretas já: mobilização de massas com direção burguesa”. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETO, Pontes. **Deputados Estaduais: 17ª legislatura (1967-1970)**. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; INESP, 1999.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense** (edição fac-similar). Fortaleza: NUDOC; Arquivo Público do Ceará, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. “Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos”. **História em Revista**, 10, dez. 2004.

PEREIRA, Francelino. **Castelinho: o reinventor do jornalismo político no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, Daniel Aarão. “A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História”. In: TELES, Janaína (Org.) **Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade?** 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. “Apresentação: Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil”. In: CORDEIRO, Janaína Martins, et al. **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina**, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. “O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar”. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. “Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil”. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina, vol. II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. “Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____;QUADRAT, Samantha Viz. “Apresentação: memória, histórias e autoritarismos”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina, vol. II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação**. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 2005.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano v.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, João Batista Teófilo. “Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)”. **Revista Historiar**, v.5, n°9, 2014.

_____. **Uma história desvelada:** A ditadura civil-militar nas páginas do jornal *Correio da Semana* (1964-1970). Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012.

SILVA, Michel Goulart da. "Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de "elites civis". In: **Revista Técnico Científica** (IFSC), v. 3, n. 1, 2012.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. "A ditadura e o poder local. Sobral - CE". **Revista Historiar**, vol. 05, nº09, 2013.2.

_____. "A cidade dos 'coronéis': história e cultura política em Sobral – Ce (1962-1970)". In: FREITAS, Nilson Almino de; JÚNIOR, Martha Maria; HOLANDA, Virgínia Célia C. de (Org.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano:** Sobral e região em foco. Sobral: EdUECE/UVA, 2010.

_____. "História e cidade: o 'milagre econômico' em Sobral-Ce (1968-1973)". In: **3 Encontro Cultura e Memória - história:** cultura e sentimento, 2007, Recife. 3 Encontro Cultura e Memória. Recife: CFCH - UFPE, 2007. v. único.

_____. **Três décadas de Prado e Barreto (1963-1996):** a política municipal em Sobral, do golpe militar à Nova República. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Trad. Mário Silviano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares:** da abertura à nova república. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TELES, Janaína (Org.) **Mortos e Desaparecidos Políticos:** reparação ou impunidade? 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder:** O I e II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal *O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

WEFFORT, Francisco. "Participação e conflito social: Contagem e Osasco: 1968". **Cadernos CEBRAP**, nº 5, São Paulo, 1972.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.